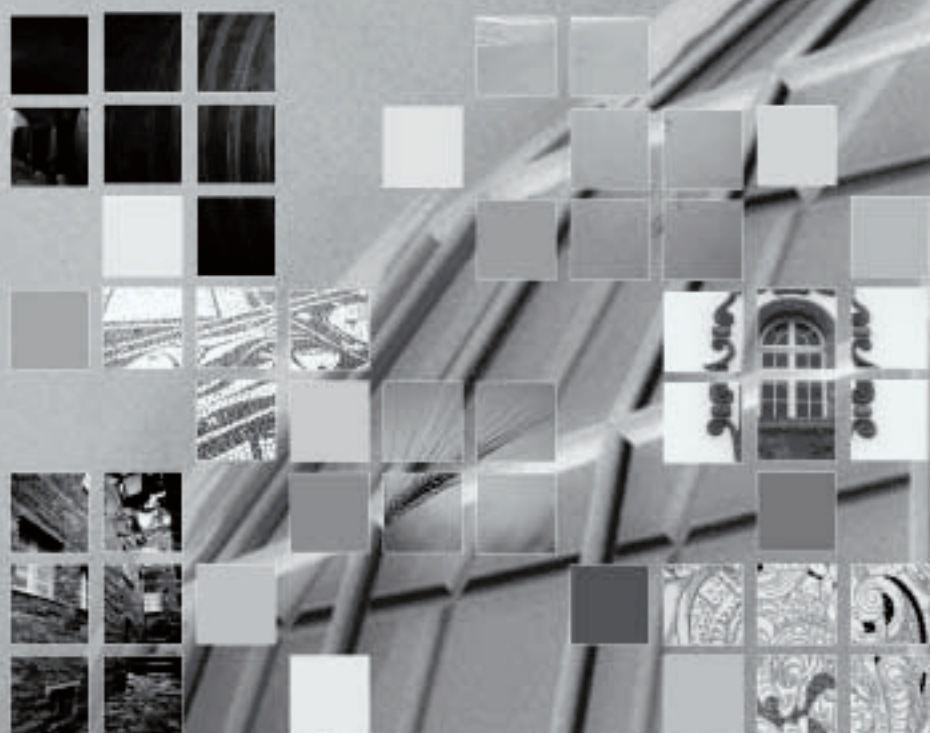




# Retrato Territorial de Portugal 2004





**Título**

Retrato Territorial de Portugal 2004

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística  
Av. António José de Almeida, 2  
1000 - 043 LISBOA  
PORTUGAL  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 844 04 01

**Presidente da Direcção**

Alda de Caetano Carvalho

**Capa e Composição Gráfica**

INE - Departamento de Difusão e Clientes

**Impressão**

INE - Departamento Financeiro e Administrativo

**Tiragem**

500 exemplares

ISSN 1646-0448

ISBN 972-673-812-1

Depósito Legal nº 214842/04

Periodicidade Anual

---

**PREÇO**

Avulso - **50,00 Euros** (IVA incluído)

Serviço de Apoio ao Cliente  
**808 201 808**

## NOTA INTRODUTÓRIA

Pelo terceiro ano consecutivo, o INE edita o “**Retrato Territorial de Portugal**”. Com base na informação divulgada nos Anuários Estatísticos Regionais, esta publicação apresenta uma caracterização sócio-económica do território português, essencialmente ao nível concelhio. Possui uma estrutura de capítulos similar à dos Anuários Estatísticos Regionais, contendo para cada um deles um texto com os traços mais relevantes que decorrem da análise da informação, recorrendo-se para tal a indicadores sintéticos e a imagens gráficas e cartográficas.

Relativamente à edição do ano anterior, salienta-se o facto do “**Retrato Territorial de Portugal**” ser acompanhado por um CD-ROM, com a informação estatística dos Anuários Regionais e com os textos de análise da presente publicação. O suporte electrónico permitiu ainda incluir a informação estatística do ano anterior à informação publicada nos Anuários Regionais, nos casos em que as alterações do momento de disponibilização daquela publicação implicaram a quebra de série relativamente à edição anterior. Deste modo, a presente edição concilia maior actualidade da informação e manutenção da série dos Anuários Regionais.

Tal como nos Anuários Estatísticos Regionais, também nesta publicação se adoptou a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, excepto no subcapítulo dos preços, dada a impossibilidade de reajustar os indicadores à nova geografia territorial preservando o seu grau de representatividade regional.

Em consequência deste estudo se basear em informação proveniente de um abrangente leque de operações estatísticas, o período em análise não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, os anos de 2004 e 2003 constituem o seu núcleo central em matéria de âmbito temporal.

Por último, o INE agradece a colaboração preciosa de todas as entidades e organismos que, através da disponibilização de informação, contribuíram para o desenvolvimento deste projecto.

Dezembro de 2005

# ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
-------------------	---

## I. O TERRITÓRIO 17

I.1. TERRITÓRIO	19
-----------------	----

POSIÇÃO, ALTIMETRIA, PRINCIPAIS RIOS E SERRAS	21
OCUPAÇÃO HUMANA DO TERRITÓRIO: DUAS LEITURAS DIFERENCIADAS	23
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO REGIONAL E MUNICIPAL	30

I.2. AMBIENTE	35
---------------	----

REGIÃO NORTE COM A MENOR PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	37
MANUTENÇÃO DA PERDA DE IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA	40
REGIÕES COM VOCAÇÃO TURÍSTICA COM MAIORES VOLUMES DE ÁGUA CAPTADA <i>PER CAPITA</i> ... E MAIORES CONSUMOS <i>PER CAPITA</i>	41
...	42
AÇORES COM AS MENORES PERCENTAGENS DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUA E ETAR	44
AUMENTO DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS NOS DOMÍNIOS DE AMBIENTE	45

## II. As PESSOAS 49

II.1. POPULAÇÃO	51
-----------------	----

E FEITO MARCANTE DA COMPONENTE MIGRATÓRIA NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO... EXTENSÍVEL A QUASE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	53
...	54
MAIOR EXPRESSÃO DO ENVELHECIMENTO EM TODAS AS REGIÕES	57
LISBOA E ALGARVE COM A MAIOR PERCENTAGEM DE FILHOS FORA DO CASAMENTO	57
LISBOA COM METADE DOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE ESTRANGEIROS	58

II.2. EDUCAÇÃO	61
----------------	----

REFORÇO DA QUEBRA NO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR	63
ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DINAMIZADO PELO SECTOR PÚBLICO	64
ASSOCIAÇÃO ENTRE PRINCIPAIS ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR E PERFIL PRODUTIVO DAS REGIÕES	66

II.3. CULTURA E LAZER	67
-----------------------	----

CULTURA ABSORVE CERCA DE 12% DAS DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	69
DESADEQUAÇÃO ENTRE OFERTA E PROCURA EVIDENTE NA MAIOR PARTE DOS CONCELHOS DO PAÍS REGISTANDO-SE UM AUMENTO DE SALAS DE CINEMA E UMA DIMINUIÇÃO DOS ESPECTADORES	69
QUASE METADE DOS ESPECTÁCULOS REALIZADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL DECORRE EM LISBOA	72
DIMINUIÇÃO DAS VISITAS AOS MUSEUS APESAR DO AUMENTO DA OFERTA	73

II.4. SAÚDE	75
-------------	----

MAIS CONSULTAS NOS HOSPITAIS E MENOS NOS CENTROS DE SAÚDE	77
LISBOA E REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA COM MAIS INTERNAMENTOS POR HABITANTE	78
AUMENTO DO NÚMERO MÉDIO DE MÉDICOS POR HOSPITAL	80
MENOS ENFERMEIROS E MÉDICOS POR CENTRO DE SAÚDE NA REGIÃO DE LISBOA	81
LISBOA COM MAIS MÉDICOS E REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES COM MAIS ENFERMEIROS POR HABITANTE	82
VALORES SUPERIORES DE MORTALIDADE INFANTIL NAS REGIÕES INSULARES FACE ÀS REGIÕES CONTINENTAIS	84



II.5. TRABALHO	87
TAXA DE ACTIVIDADE JOVEM AUMENTA NO ALENTEJO E NOS AÇORES, AO CONTRÁRIO DO RESTO DO PAÍS	89
ALENTEJO MANTÉM-SE A REGIÃO COM MAIOR TAXA DE DESEMPREGO	89
AUMENTO SIGNIFICATIVO DO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO NO NORTE, CENTRO E LISBOA	90
LISBOA E ALGARVE COM MAIOR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA E MAIOR PRESENÇA DE PROFISSÕES SOCIALMENTE VALORIZADAS	91
TRABALHO A TEMPO PARCIAL COINCIDENTE COM MAIOR PRESENÇA DO SECTOR PRIMÁRIO	93
CENTRO E ALGARVE COM MAIORES TAXAS DE EMPREGO DOS 55 AOS 64 ANOS	94
CENTRO É A ÚNICA REGIÃO EM QUE HÁ MAIS EMPREGADOS QUE INACTIVOS	95
GANHO MÉDIO MENSAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS MAIS ELEVADO DO QUE NO RESTO DO PAÍS	97
QUANTO MAIOR É O GANHO MÉDIO MENSAL MAIOR A DIFERENÇA REMUNERATÓRIA (RELATIVA) ENTRE OS SEXOS	99
II.6. PROTECÇÃO SOCIAL	103
PENSIONISTAS NO ALENTEJO CORRESPONDEM A MAIS DE 70% DA POPULAÇÃO ACTIVA	105
LISBOA COM AS PENSÕES MÉDIAS DE VELHICE MAIS ELEVADAS	105
NORTE E ALENTEJO COM MAIOR PESO RELATIVO DE DESEMPREGADOS DO QUE DE POPULAÇÃO ACTIVA	106
NORTE E MADEIRA REGISTAM O MAIOR CRESCIMENTO DE DESEMPREGADOS A NÍVEL REGIONAL	107
PERÍODO MÉDIO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO REDUZ NO CENTRO E LISBOA E AUMENTA NO ALGARVE E MADEIRA	110
MENOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DOENÇA MAS PRESTAÇÕES SUPERIORES	110
NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE SUBSÍDIO DE DOENÇA MUITO SUPERIORES NO NORTE FACE À MÉDIA NACIONAL	110

### III. A ACTIVIDADE ECONÓMICA 113

III.1. CONTAS REGIONAIS	115
PIB <i>PER CAPITA</i> DO NORTE DIMINUI 0,3%	117
PIB <i>PER CAPITA</i> DA GRANDE LISBOA SUPERA A MÉDIA NACIONAL EM 70%	117
PRODUTIVIDADES MAIS ELEVADAS NO LITORAL E SUL DO PAÍS	120
LISBOA FORTEMENTE ESPECIALIZADA NAS ACTIVIDADES MAIS PRODUTIVAS	123
LISBOA E MADEIRA COM REMUNERAÇÕES ACIMA DA MÉDIA NACIONAL	125
FORTE QUEBRA NO INVESTIMENTO DA REGIÃO DE LISBOA	125
III.2. PREÇOS	127
INFLAÇÃO NO CONSUMO DIMINUI EM TODAS AS REGIÕES	129
EDUCAÇÃO COM OS MAIORES CRESCIMENTOS REGIONAIS DOS PREÇOS	130
PREÇOS DA SAÚDE E DAS BEBIDAS ALCOÓLICAS E TABACO AUMENTAM CONSIDERAVELMENTE NA MADEIRA	132
NO NORTE E NO ALENTEJO, COMER FORA DE CASA ENCARECE MAIS QUE A NÍVEL NACIONAL	133
III.3. EMPRESAS	135
DINAMISMO DA CAPACIDADE EMPRESARIAL NAS REGIÕES AUTÓNOMAS CONTRARIA TENDÊNCIA GENERALIZADA DE CONTRACÇÃO	137
MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS SOCIEDADES NOS AGLOMERADOS URBANOS	138
MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DO EMPREGO GERADO PELAS SOCIEDADES ANÓNIMAS E PELAS SOCIEDADES DE CAPITAL SOCIAL MAIORITARIAMENTE ESTRANGEIRO EM LISBOA	140
MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DO EMPREGO EM ACTIVIDADES TIC NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	141
NORTE COM PERFIL MAIS INDUSTRIAL MAS COM EMPREGO EM ACTIVIDADES DE BAIXA TECNOLOGIA	142
MADEIRA COM PERFIL MAIS TERCIÁRIO MAS COM EMPREGO POUCO INTENSIVO EM CONHECIMENTO	144
III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL	145
REDUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS	147
ESPAÑA COMO O PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL DAS REGIÕES DO CONTINENTE	149

PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA: MATERIAL DE TRANSPORTE NAS SAÍDAS E BENS DE CONSUMO NÃO ESPECIFICADOS NOUTRAS CATEGORIAS NAS ENTRADAS	151
<b>III.5. AGRICULTURA E FLORESTA</b>	<b>155</b>
EXPLORAÇÕES DA REGIÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO COM AS MARGENS BRUTAS MAIS ELEVADAS DO PAÍS	157
AGRICULTOR SINGULAR PORTUGUÊS TEM, EM MÉDIA, 62 ANOS	159
PRODUÇÃO DE PÊRA DUPLICA NO RIBATEJO E OESTE	160
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DO VINHO DE MESA NO CENTRO SUSTENTA PRODUÇÃO VINÍCOLA NACIONAL	161
ÁREA ARDIDA MAIS QUE TRIPLICA, ATINGINDO MAIS DE METADE DA ÁREA FLORESTAL DO ALGARVE	164
<b>III.6. PESCA</b>	<b>167</b>
MAIS PESCADORES MATRICULADOS	169
QUEBRA NA PESCA DESCARREGADA EM TODAS AS REGIÕES EXCEPTO ALENTEJO E REGIÕES AUTÓNOMAS	170
<b>III.7. ENERGIA</b>	<b>173</b>
AUMENTO DO CONSUMO DE ELECTRICIDADE MAIS INTENSO NAS REGIÕES AUTÓNOMAS	175
LISBOA COM MAIOR CONSUMO INDUSTRIAL DE ELECTRICIDADE POR CONSUMIDOR, NORTE COM MAIOR CONSUMO MÉDIO DOMÉSTICO E AÇORES COM MAIOR CONSUMO MÉDIO AGRÍCOLA	176
ACRÉSCIMO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE APENAS NO CENTRO	181
<b>III.8. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO</b>	<b>185</b>
CONTRIBUTO PARA A CONTRACÇÃO DO LICENCIAMENTO DE OBRAS MAIOR NO CENTRO...	187
... E PARA A CONTRACÇÃO DA CONCLUSÃO DE OBRAS MAIOR NO NORTE	188
DIMENSÃO MÉDIA DOS EDIFÍCIOS, DOS FOGOS E DAS DIVISÕES LICENCIADOS ESTABILIZA	189
MENOR INTENSIDADE DE RECONSTRUÇÕES NOS TERRITÓRIOS MAIS URBANIZADOS	190
MENOS PRÉDIOS TRANSACCIONADOS MAS MAIS CAROS	193
MAIOR IMPORTÂNCIA DAS PESSOAS SINGULARES ENQUANTO ENTIDADES CREDORAS DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO NO CENTRO	195
<b>III.9. TRANSPORTES</b>	<b>199</b>
MANTÉM-SE QUEBRA DA VENDA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS	201
GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO MAIS INTENSA NO INTERIOR DO PAÍS	203
NORTE DESTACA-SE COMO REGIÃO RECEPTORA DE MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR VIA FERROVIÁRIA E ALENTEJO COMO EMISSORA PARA AS RESTANTES REGIÕES	205
AUMENTO DE TRÁFEGO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DEVE-SE SOBRETUDO AOS VOOS NACIONAIS	205
<b>III.10. COMUNICAÇÕES</b>	<b>207</b>
MAIOR CONCENTRAÇÃO DE POSTOS TELEFÓNICOS RESIDENCIAIS NO INTERIOR NORTE E CENTRO DO PAÍS	209
LISBOA E REGIÕES AUTÓNOMAS COM MAIOR NÚMERO DE HABITANTES POR ESTAÇÃO E POSTO DE CORREIO	212
<b>III.11. TURISMO</b>	<b>213</b>
QUEBRA DA PROCURA TURÍSTICA CONCENTRADA NO ALGARVE E NA MADEIRA...	215
...EM RESULTADO DA MENOR PROCURA TURÍSTICA ESTRANGEIRA	215
TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS HÓSPEDES DIMINUI APENAS NO ALGARVE	216
CARÁCTER SAZONAL DA PROCURA TURÍSTICA MAIS INTENSO NO ALGARVE E MENOS INTENSO NA MADEIRA	217
REDUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO E DOS PROVEITOS MÉDIOS DE APOSENTO NO ALGARVE E NA MADEIRA	220
OFERTA TURÍSTICA MAIS DIVERSIFICADA NO ALGARVE	221
MAIOR EXPANSÃO DA OFERTA TURÍSTICA EM ESPAÇO RURAL NO ALGARVE	224
<b>III.12. SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO</b>	<b>225</b>
ALGARVE COM MELHOR DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS BANCÁRIOS E NORTE MENOS BEM EQUIPADO	227



## 8 Retrato Territorial de Portugal - 2004

MAIOR DINAMISMO NO ALGARVE QUER NA CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS QUER NA CONCESSÃO DE CRÉDITO	227
DEPÓSITOS DE EMIGRANTES PERDEM EXPRESSÃO FACE A 2002 EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS	228
CONTRACÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DO CRÉDITO À HABITAÇÃO EM LISBOA	231
MAIOR MOVIMENTO NAS CAIXAS E TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO NO ALGARVE	233
<b>III.13. CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>239</b>
APENAS NA REGIÃO DE LISBOA AS DESPESAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REPRESENTAM MAIS DE 1% DO PIB	241
ENSINO SUPERIOR COMO O PRINCIPAL SECTOR DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM I&D EM TODAS AS REGIÕES, COM EXCEÇÃO DE LISBOA (EMPRESAS) E MADEIRA (ESTADO)	242
<b>III.14. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b>	<b>243</b>
AUMENTO DA POSSE DE COMPUTADOR E DA LIGAÇÃO À INTERNET GENERALIZADO A TODAS AS REGIÕES	245
ELEVADOS NÍVEIS DE ACESSO À INTERNET NOS AÇORES NÃO SE TRADUZEM EM ELEVADOS NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO	246
MAIOR RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE TELEMEDICINA NAS REGIÕES COM UM POVOAMENTO MAIS DISPERSO	247

## IV. O ESTADO 249

<b>IV.1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	<b>251</b>
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS SUPERAM DESPESAS NÃO FINANCEIRAS APENAS NUM TERÇO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS	253
IMPOSTOS GANHAM DESTAQUE NO LITORAL E FUNDOS MUNICIPAIS NO INTERIOR	255
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL SÓ AUMENTA NO ALGARVE	259
AMORTIZAÇÕES SUPERAM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS NA REGIÃO DE LISBOA	261
<b>IV.2. JUSTIÇA</b>	<b>263</b>
DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCESSOS CÍVEIS CIFRA-SE EM QUASE 2 ANOS EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS	265
MAIORES TAXAS DE CRIMINALIDADE NOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS E PÓLOS DE ATRAÇÃO TURÍSTICA	266
AUMENTO DA CONDENAÇÃO DE ARGUIDOS EM PROCESSOS-CRIME EXTENSÍVEL A TODO O PAÍS	268
<b>IV.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>271</b>
TAXAS DE ABSTENÇÃO CONCELHIAS DEPENDEM DO TIPO DE ACTO ELEITORAL APESAR DA TAXA DE ABSTENÇÃO MÉDIA SER ELEVADA EM TODAS AS ELEIÇÕES REALIZADAS	273
ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA COM ABSTENÇÃO PRÓXIMA DOS 50% EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS	275
POUCA DIFERENCIAÇÃO PARTIDÁRIA NA FORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	277
FORTE DISPERSÃO DE VOTOS ENTRE OS PARTIDOS CONCORRENTES AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS NOS CONCELHOS E NAS REGIÕES	281
DOIS TERÇOS DOS CONCELHOS REGISTAM TAXAS DE ABSTENÇÃO SUPERIORES À MÉDIA NACIONAL	284

## SIGLAS E ABREVIATURAS 285

## NOMENCLATURAS 289

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE - REV. 2.1	291
AGRUPAMENTO A 3 RAMOS DE ACTIVIDADE (A3)	293
AGRUPAMENTO A 6 RAMOS DE ACTIVIDADE (A6)	293
NOMENCLATURA COMBINADA - NC	294
CLASSIFICAÇÃO POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS - CGCE	295

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – OCDE (DE ACORDO COM OS GRUPOS/CLASSES DA CAE REV. 2.1)	295
CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA – OCDE (DE ACORDO COM AS DIVISÕES/GRUPOS CAE REV. 2.1)	296
CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO – OCDE (DE ACORDO COM AS DIVISÕES DA CAE REV. 2.1)	296
CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - CNP 1994	297
CLASSES DE DESPESAS DOS IPC - CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO	297

<b>UNIDADES TERRITORIAIS</b>	<b>299</b>
------------------------------	------------

## ÍNDICE DE FIGURAS

### I. O TERRITÓRIO 17

<b>I.1. TERRITÓRIO</b>	<b>19</b>
Figura I.1.1 - Hipsometria, principais rios e serras em Portugal Continental	22
Figura I.1.2 - Evolução da distribuição populacional (1981-2004), Continente e NUTS II, e densidade populacional (2004), por concelho	25
Figura I.1.3 - Densidade populacional considerando as áreas definidas como urbanas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, por concelho, 2005	26
Figura I.1.4 - Lugares com 2 000 ou mais habitantes segundo os escalões de dimensão, por NUTS II, 2001	28
Figura I.1.5 - População residente em lugares com 2 000 ou mais habitantes, 2001	29
Figura I.1.6 - Concelhos abrangidos por Planos Regionais de Ordenamento do Território aprovados, Continente e NUTS II12, 2005	31
Figura I.1.7 - Planos Directores Municipais vigentes, por ano de aprovação, 2005	32
Figura I.1.8 - Planos Directores Municipais vigentes em processo de revisão, 2005	33
Figura I.1.9 - Área afectada aos Usos do Solo identificados nos Planos Municipais do Ordenamento do Território, Continente e NUTS II, 2005	34
<b>I.2. AMBIENTE</b>	<b>35</b>
Figura I.2.1 - Proporção da população servida por sistemas de abastecimento de água, Portugal e NUTS II, 2002 e 2003	37
Figura I.2.2 - Proporção da população servida por sistemas de abastecimento de água, por concelho, 2003	39
Figura I.2.3 - Repartição regional de água captada, por NUTS II, 2003	40
Figura I.2.4 - Proporção de água tratada no total de água captada para abastecimento da rede pública, Portugal e NUTS II, 2003	40
Figura I.2.5 - Estrutura do consumo da água, Portugal e NUTS II, 2003	42
Figura I.2.6 - Consumo de água residencial e serviços por habitante, Portugal e NUTS II, 2003	42
Figura I.2.7 - Consumo de água residencial e de serviços por habitante, por concelho, 2003	43
Figura I.2.8 - Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais, Portugal e NUTS II, 2003	45
Figura I.2.9 - Taxa de tratamento de águas residuais, Portugal e NUTS II, 2003	45
Figura I.2.10 - Despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, Portugal e NUTS II, 2003	46
Figura I.2.11 - Domínio de ambiente com maior quociente de localização da despesa municipal, por concelho, 2003	47

### II. AS PESSOAS 49

<b>II.1. POPULAÇÃO</b>	<b>51</b>
Figura II.1.1 - Taxa de crescimento efectivo da população, Portugal e NUTS II, 2003-04	53
Figura II.1.2 - Taxas de crescimento natural e migratório da população, Portugal e NUTS II, 2003-04	54
Figura II.1.3 - Decomposição da evolução da população, por concelho, 2003-04	56
Figura II.1.4 - Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	57
Figura II.1.5 - Taxas de nupcialidade e de divórcio, Portugal e NUTS II, 2004	58
Figura II.1.6 - Casamentos não católicos e nados-vivos fora do casamento, Portugal e NUTS II, 2004	58
Figura II.1.7 - Evolução dos pedidos de autorização de residência de estrangeiros, Portugal e NUTS II, 2003-04	59

<b>II.2. EDUCAÇÃO</b>	<b>61</b>
Figura II.2.1 - Evolução dos alunos matriculados no ensino superior, Portugal e NUTS II, 2003/2004-2004/2005	63
Figura II.2.2 - Distribuição regional dos alunos matriculados no ensino superior, por NUTS II, 2004/2005	64
Figura II.2.3 - Alunos matriculados no ensino superior e densidade da população dos 15 aos 24 anos, por concelho, 2004/2005	65
<b>II.3. CULTURA E LAZER</b>	<b>67</b>
Figura II.3.1 - Despesas das câmaras municipais por habitante, Portugal e NUTS II, 2003	69
Figura II.3.2 - Taxa de ocupação dos cinemas, por concelho, 2003	71
Figura II.3.3 - Taxa de ocupação e preço médio dos bilhetes nos cinemas, por concelho, 2003	72
Figura II.3.4 - Evolução das sessões, espectadores e receitas de espectáculos ao vivo, Portugal e NUTS II, 2002-03	73
Figura II.3.5 - Visitantes por museu, Portugal e NUTS II, 2002 e 2003	74
<b>II.4. SAÚDE</b>	<b>75</b>
Figura II.4.1 - Evolução do número de consultas em centros de saúde e hospitais, Portugal e NUTS II, 2002-03	77
Figura II.4.2 - Consultas por habitante em hospitais e centros de saúde, por NUTS II, 2003	78
Figura II.4.3 - Número médio de dias de internamento em hospitais e centros de saúde, Portugal e NUTS II, 2003	79
Figura II.4.4 - Taxa de ocupação cama, por NUTS II, 2003	80
Figura II.4.5 - Evolução do número médio de médicos e enfermeiros por hospital, Portugal e NUTS II, 2002-03	81
Figura II.4.6 - Evolução do número médio de médicos e enfermeiros por centro de saúde, Portugal e NUTS II, 2002-03	82
Figura II.4.7 - Médicos por 1000 habitantes, por concelho, 2003	83
Figura II.4.8 - Taxa média de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 1999/2003	84
Figura II.4.9 - Taxa média de mortalidade infantil, por concelho, 1999/2003	85
<b>II.5. TRABALHO</b>	<b>87</b>
Figura II.5.1 - Taxa de desemprego, por NUTS II, 2003 e 2004	90
Figura II.5.2 - Taxa de desemprego feminina, por NUTS II, 2003 e 2004	91
Figura II.5.3 - Presença de empregados no sector terciário, Portugal e NUTS II, 2004	92
Figura II.5.4 - Presença de activos com pelo menos a escolaridade obrigatória e de empregados Quadros superiores e Especialistas, Portugal e NUTS II, 2004	93
Figura II.5.5 - População empregada a tempo completo e parcial, Portugal e NUTS II, 2004	94
Figura II.5.6 - Taxa de emprego dos 55 aos 64 anos, por NUTS II, 2004	95
Figura II.5.7 - Relação entre a população inactiva e a empregada, Portugal e NUTS II, 2004	96
Figura II.5.8 - Estrutura da população inactiva, Portugal e NUTS II, 2004	96
Figura II.5.9 - Ganho médio mensal, por concelho, 2002	98
Figura II.5.10 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo, por concelho, 2002	100
<b>II.6. PROTECÇÃO SOCIAL</b>	<b>103</b>
Figura II.6.1 - Relação entre pensionistas e população activa, Portugal e NUTS II, 2004	105
Figura II.6.2 - Valor das pensões médias por invalidez, velhice e sobrevivência, Portugal e NUTS II, 2004	106
Figura II.6.3 - Repartição regional da população activa e beneficiários de subsídio de desemprego, por NUTS II, 2004	107
Figura II.6.4 - Evolução de beneficiários de subsídio de desemprego segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2003-04	108
Figura II.6.5 - Evolução do total de beneficiários de subsídio de desemprego, por NUTS III, 2004	109
Figura II.6.6 - Número médio de dias de subsídio de doença, por concelho, 2004	112

**III. A ACTIVIDADE ECONÓMICA** **113**

<b>III.1. CONTAS REGIONAIS</b>	<b>115</b>
Figura III.1.1 - Evolução do PIB e do PIB <i>per capita</i> , Portugal e NUTS II, 2002-2003	117
Figura III.1.2 - PIB <i>per capita</i> , por NUTS III, 2003	119
Figura III.1.3 - PIB <i>per capita</i> e rendimento disponível bruto das famílias <i>per capita</i> , por NUTS II, 2002	120
Figura III.1.4 - Produtividade do trabalho (VAB por pessoa empregada), por NUTS III, 2003	122
Figura III.1.5 - Perfis de especialização regional: disparidade face a Portugal do VAB por ramo de actividade, por NUTS II, 2003	123
Figura III.1.6 - Decomposição das diferenças de produtividade face ao país por NUTS III, 2003	124
Figura III.1.7 - Remuneração média, por NUTS II, 2003	125
Figura III.1.8 - Taxa de crescimento da FBCF, Portugal e NUTS II, 2001-2002	126
<b>III.2. PREÇOS</b>	<b>127</b>
Figura III.2.1 - Taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	129
Figura III.2.2 - Classes que mais contribuíram para a variação média do IPC e respectivas disparidades regionais, por NUTS II, 2004	130
Figura III.2.3 - Taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC da Educação, por NUTS II, 2003 e 2004	131
Figura III.2.4 - Disparidades regionais da taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC, por classe de despesa, 2004	132
Figura III.2.5 - Taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC dos Restaurantes e hotéis, por NUTS II, 2003 e 2004	134
<b>III.3. EMPRESAS</b>	<b>135</b>
Figura III.3.1 - Taxas de constituição e dissolução de sociedades, Portugal e NUTS II, 2004	138
Figura III.3.2 - Proporção de sociedades no total de empresas, por concelho, 31.12.2004	139
Figura III.3.3 - Distribuição regional do número de sociedades, pessoal ao serviço e volume de negócios, por NUTS II	140
Figura III.3.4 - Proporção de emprego em sociedades anónimas e maioritariamente estrangeiras, Portugal e NUTS II, 2003	141
Figura III.3.5 - Proporção de emprego total em actividades TIC, Portugal e NUTS II, 2003	142
Figura III.3.6 - Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia, por concelho, 2003	143
Figura III.3.7 - Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento, Portugal e NUTS II, 2003	144
<b>III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	<b>145</b>
Figura III.4.1 - Taxa de cobertura das entradas pelas saídas, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	147
Figura III.4.2 - Evolução das saídas e das entradas, Portugal e NUTS II, 2003-04	148
Figura III.4.3 - Distribuição das saídas e das entradas, por NUTS II, 2004	149
Figura III.4.4 - Proporção das expedições (intra-comunitárias) nas saídas, Portugal e NUTS II, 2004	149
Figura III.4.5 - Proporção das chegadas (intra-comunitárias) nas entradas, Portugal e NUTS II, 2004	149
Figura III.4.6 - Perfis de especialização regional das saídas: disparidade, face a Portugal, das saídas por grandes categorias económicas, por NUTS II, 200443	152
Figura III.4.7 - Perfis de especialização regional das entradas: disparidade, face a Portugal, das entradas por grandes categorias económicas, por NUTS II, 200444	153
<b>III.5. AGRICULTURA E FLORESTA</b>	<b>155</b>
Figura III.5.1 - Distribuição regional das explorações e SAU, por região agrária, 2003	157
Figura III.5.2 - Distribuição das explorações por classes de SAU, Portugal e região agrária, 2003	158
Figura III.5.3 - Repartição da mão-de-obra agrícola familiar, Portugal e região agrária, 2003	159

Figura III.5.5 - Maiores acréscimos e decréscimos na produção das culturas permanentes, Portugal e região agrária, 2003-2004 _____	161
Figura III.5.6 - Evolução da produção de vinho, por concelho, 2003-04 _____	163
Figura III.5.7 - Proporção de área ardida na área florestal, Continente e NUTS II, 2002 e 2003 _____	165
Figura III.5.8 - Área ardida e proporção da área florestal, por NUTS III, 2003 _____	166
<b>III.6. PESCA _____</b>	<b>167</b>
Figura III.6.1 - Capacidade média das embarcações, Portugal e NUTS II, 2004 _____	169
Figura III.6.2 - Evolução da pesca descarregada, Portugal e NUTS II, 2003-04 _____	170
Figura III.6.3 - Estrutura da pesca descarregada em valor, Portugal e NUTS II, 2004 _____	171
<b>III.7. ENEGIA _____</b>	<b>173</b>
Figura III.7.1 - Distribuição regional dos consumos industrial, agrícola e doméstico de energia eléctrica, por NUTS II, 2003 _____	176
Figura III.7.2 - Consumo de energia eléctrica por consumidor, Portugal e NUTS II, 2003 _____	177
Figura III.7.3 - Consumo doméstico de energia eléctrica por consumidor, por concelho, 2003 _____	178
Figura III.7.4 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, por concelho, 2003 _____	180
Figura III.7.5 - Consumo de combustível para veículos automóveis por habitante, Continente e NUTS II, 2002 e 2003 _____	181
Figura III.7.6 - Consumo de combustível para veículos automóveis por habitante, por concelho, 2003 _____	182
<b>III.8. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO _____</b>	<b>185</b>
Figura III.8.1 - Evolução do licenciamento concedido pelas câmaras municipais de construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2003-04 _____	187
Figura III.8.2 - Evolução da conclusão de construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2003-04 _____	189
Figura III.8.3 - Superfície habitável média por divisão, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004 _____	190
Figura III.8.4 - Número de reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas, por concelho, 2002/04 _____	192
Figura III.8.5 - Valor médio dos prédios urbanos em propriedade horizontal transaccionados e hipotecados, Portugal e NUTS II, 2003 _____	193
Figura III.8.6 - Variação anual do valor médio dos prédios urbanos em propriedade horizontal transaccionados, por concelho, 2003-04 _____	194
Figura III.8.7 - Crédito hipotecário segundo a natureza da entidade credora e devedora, Portugal e NUTS II, 2003 _____	196
Figura III.8.8 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante, por concelho, 2003 _____	197
<b>III.9. TRANSPORTES _____</b>	<b>199</b>
Figura III.9.1 - Evolução dos veículos vendidos – total e ligeiros de passageiros, Portugal e NUTS II, 2003-04 _____	201
Figura III.9.2 - Veículos automóveis vendidos por 1 000 habitantes, por concelho, 2004 _____	202
Figura III.9.3 - Evolução dos acidentes de viação com vítimas, Continente e NUTS II, 2003-2004 _____	203
Figura III.9.4 - Evolução do índice de gravidade dos acidentes, Continente e NUTS II, 2003-2004 _____	203
Figura III.9.5 - Índice de gravidade dos acidentes, por concelho, 2004 _____	204
Figura III.9.6 - Evolução do tráfego nos aeroportos, Portugal e principais aeroportos, 2002-03 _____	206
<b>III.10. COMUNICAÇÕES _____</b>	<b>207</b>
Figura III.10.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes, por NUTS II, 2004 _____	209
Figura III.10.2 - Acessos telefónicos, Portugal e NUTS II, 2004 _____	210
Figura III.10.3 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes por concelho, 2004 _____	211
Figura III.10.4 - Habitantes por estações e postos de correio, Portugal e NUTS II, 2004 _____	212

<b>III.11. TURISMO</b>	<b>213</b>
Figura III.11.1 - Proporção de dormidas de hóspedes estrangeiros, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	216
Figura III.11.2 - Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2004	217
Figura III.11.3 - Proporção de dormidas entre Julho e Setembro, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	218
Figura III.11.4 - Proporção de dormidas entre Julho e Setembro, por concelho, 2004	219
Figura III.11.5 - Taxa de ocupação-cama, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	220
Figura III.11.6 - Proveitos de aposento por capacidade de alojamento, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	221
Figura III.11.7 - Capacidade de alojamento por 1 000 habitantes, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	222
Figura III.11.8 - Capacidade de alojamento por 1 000 habitantes, por concelho, 2004	223
Figura III.11.9 - Capacidade de alojamento no turismo no espaço rural, por NUTS II, 2003 e 2004	224
<b>III.12. SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO</b>	<b>225</b>
Figura III.12.1 - Estabelecimentos de instituições de intermediação monetária, em 2003 e caixas automáticas por 10 000 habitantes, em 2004, Portugal e NUTS II	227
Figura III.12.2 - Saldos de depósitos e crédito concedido a clientes, por NUTS II, 2003	228
Figura III.12.3 - Taxa de depósitos de emigrantes, por concelho, 2003	230
Figura III.12.4 - Taxa de crédito à habitação, por concelho, 2003	232
Figura III.12.5 - Saldo de crédito à habitação por habitante, Portugal e NUTS II, 2003	233
Figura III.12.6 - Operações em caixas automáticas por habitante, Portugal e NUTS II, 2004	234
Figura III.12.7 - Levantamentos em caixas automáticas e compras através de terminais de pagamento automático por habitante, Portugal e NUTS II, 2004	234
Figura III.12.8 - Levantamentos nacionais em caixas automáticas por habitante, por concelho, 2004	236
Figura III.12.9 - Compras através de terminais de pagamento automático por habitante, por concelho, 2004	238
<b>III.13. CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>239</b>
Figura III.13.1 - Despesa em I&D no PIB, por NUTS II, 2003	241
Figura III.13.2 - Pessoal em I&D na população activa, por NUTS II, 2003	241
Figura III.13.3 - Despesa em I&D segundo o sector de execução, por NUTS, 2003	242
<b>III.14. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b>	<b>243</b>
Figura III.14.1 - Posse de computador por agregados domésticos, por NUTS II, 2003 e 2004	245
Figura III.14.2 - Ligação à Internet por agregados domésticos, por NUTS II, 2003 e 2004	247
Figura III.14.3 - Ligação à Internet por agregados domésticos, por NUTS II, 2004	247
Figura III.14.4 - Utilização da Internet por indivíduos (dos 16 aos 74 anos), por NUTS II, 2004	247
Figura III.14.5 - Actividades de telemedicina nos hospitais com ligação à Internet por NUTS II (diferenças face a Portugal), 2004	248

## **IV. O ESTADO** **249**

<b>IV.1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	<b>251</b>
Figura IV.1.1 - Disparidades concelhias das receitas médias das câmaras municipais, por habitante, por NUTS II, 2003	254
Figura IV.1.2 - Receitas das câmaras municipais, por NUTS II, 2003	254
Figura IV.1.3 - Despesas das câmaras municipais, por NUTS II, 2003	254
Figura IV.1.4 - Impostos e fundos municipais no total das receitas das câmaras municipais, por NUTS II, 2003	255
Figura IV.1.5 - Índice de carência fiscal, por concelho, 2003	257
Figura IV.1.6 - Fundos municipais no total de receitas, por concelho, 2003	258
Figura IV.1.7 - Evolução da aquisição de bens de capital, por concelho, 2002-03	260
Figura IV.1.8 - Endividamento líquido de amortizações por habitante, por concelho, 2003	262

**IV.2. JUSTIÇA** \_\_\_\_\_ 263

Figura IV.2.1 - Duração média dos processos findos, Portugal e NUTS II, 2003	266
Figura IV.2.2 - Taxa de criminalidade, por concelho, 2004	267
Figura IV.2.3 - Proporção de arguidos condenados, por NUTS II, 2003	268
Figura IV.2.4 - Proporção de não condenações onde não houve sentença, por NUTS II, 2003	268
Figura IV.2.5 - Proporção de não condenações onde não houve sentença, por concelho, 2003	270

**IV.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA** \_\_\_\_\_ 271

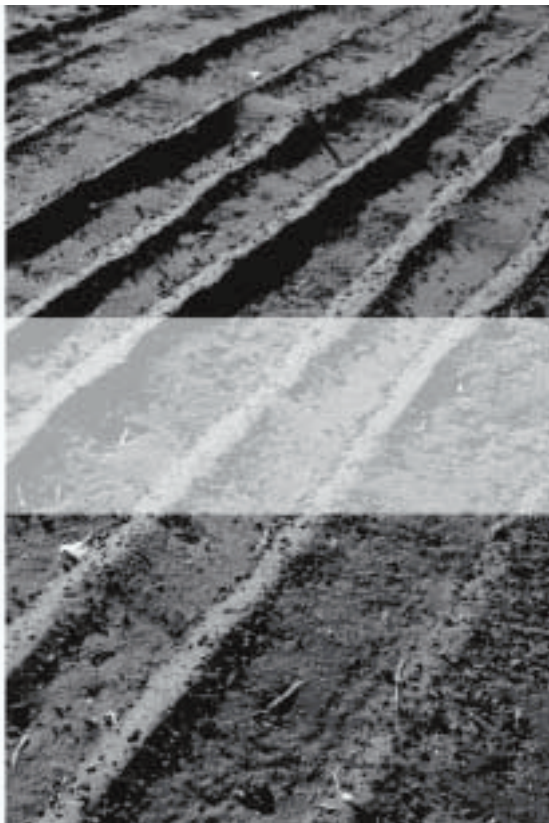
Figura IV.3.1 - Diferença entre a taxa de abstenção máxima e mínima nos últimos actos eleitorais para a Presidência da República, Assembleia da República, Autarquias Locais e Parlamento Europeu, por concelho	274
Figura IV.3.2 - Indicadores de participação política nas eleições para a Presidência da República, Portugal e NUTS II, 2001	275
Figura IV.3.3 - Taxa de abstenção, por concelho, 2001	276
Figura IV.3.4 - Maior e menor taxa de abstenção concelhia, nas eleições para a Assembleia da República, por NUTS II, 2005	277
Figura IV.3.5 - Indicadores de participação política nas eleições para a Assembleia da República, Portugal e NUTS II, 2005	278
Figura IV.3.6 - Partido/coligação mais votado nas eleições para a Assembleia da República, por concelho, 2002	279
Figura IV.3.7 - Partido/coligação mais votado nas eleições para a Assembleia da República, por concelho, 2005	280
Figura IV.3.8 - Indicadores de participação política nas eleições para as Autarquias Locais, Portugal e NUTS II, 2001	281
Figura IV.3.9 - Resultados nas eleições para as Autarquias Locais, por concelho, 2001	283
Figura IV.3.10 - Indicadores de participação política nas eleições para o Parlamento Europeu, Portugal e NUTS II, 2004	284

**UNIDADES TERRITORIAIS** \_\_\_\_\_ 299

Figura I Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível II	301
Figura II Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível III	302
Figura III Concelhos da Região Norte	303
Figura IV Concelhos da Região Centro	304
Figura V Concelhos da Região de Lisboa	305
Figura VI Concelhos da Região do Alentejo	306
Figura VII Concelhos da Região do Algarve	307
Figura VIII Concelhos da Região Autónoma dos Açores	308
Figura IX Concelhos da Região Autónoma da Madeira	309
Figura X Regiões Agrárias	310

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>I. O TERRITÓRIO</b>	<b>17</b>
<b>I.2. AMBIENTE</b>	35
Quadro I.2.i - Concelhos com maior e menor captação de água por habitante, por NUTS II, 2003	41
<b>II. AS PESSOAS</b>	<b>49</b>
<b>II.2. EDUCAÇÃO</b>	61
Quadro II.2.i - Áreas de estudo de especialização regional no ensino superior, por NUTS II, 2004/2005	66
<b>III. A ACTIVIDADE ECONÓMICA</b>	<b>113</b>
<b>III.2. PREÇOS</b>	127
Quadro III.2.i - Classes de despesa do IPC, com maiores diferenças face ao valor nacional da taxa de variação média anual, por NUTS II, 2004	133
<b>III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	145
Quadro III.4.i - Saídas, segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2002	150
Quadro III.4.ii - Entradas, segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2002	151
Quadro III.4.iii - Principais secções da nomenclatura combinada no total dos fluxos comerciais (entradas + saídas), Portugal e NUTS II, 2004	152
<b>III.9. TRANSPORTES</b>	198
Quadro III.9.i - Infra-estrutura ferroviária e fluxos de transporte, Continente e NUTS II, 2003	205
<b>III.11. TURISMO</b>	213
Quadro III.11.i - Dormidas segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2004	215



# I. O Território







# I.1 Território





## I.1. TERRITÓRIO

### POSIÇÃO, ALTIMETRIA, PRINCIPAIS RIOS E SERRAS

Portugal Continental ocupa a maior parte do Litoral ocidental da Península Ibérica, no Sudoeste do Continente Europeu. Com uma área de cerca de 89 mil km<sup>2</sup> que se estende entre os paralelos 36° 57' 42'' e 42° 9' 15'' de latitude Norte e entre os meridianos 6° 11' 23'' e 9° 30' 2'' Oeste de Greenwich, assume a forma de um quadrilátero mais aberto na parte Norte, atingindo as extensões máximas Este-Oeste de 281 km e Norte-Sul de 576 km. Portugal Continental, com um perímetro de 2 699 km, é banhado a Oeste e Sul pelo Oceano Atlântico em mais de mil km de costa, sendo delimitado a Norte e a Oriente por Espanha, partilhando, com este país, uma fronteira superior a 1 300 km.

Para além do território Continental, Portugal compreende os arquipélagos dos Açores e da Madeira, no Oceano Atlântico. O primeiro, com uma superfície de 2 322 km<sup>2</sup>, encontra-se entre os paralelos 39° 43' 34'' e 36° 55' 39'' Norte e os meridianos 25° 0' 47'' 31° 16' 8'' Oeste de Greenwich. O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas com uma disposição alinhada no sentido Noroeste-Sudeste, onde se distinguem três grupos de Ilhas: Grupo Ocidental (2 ilhas), Central (5 ilhas) e Oriental (2 ilhas).

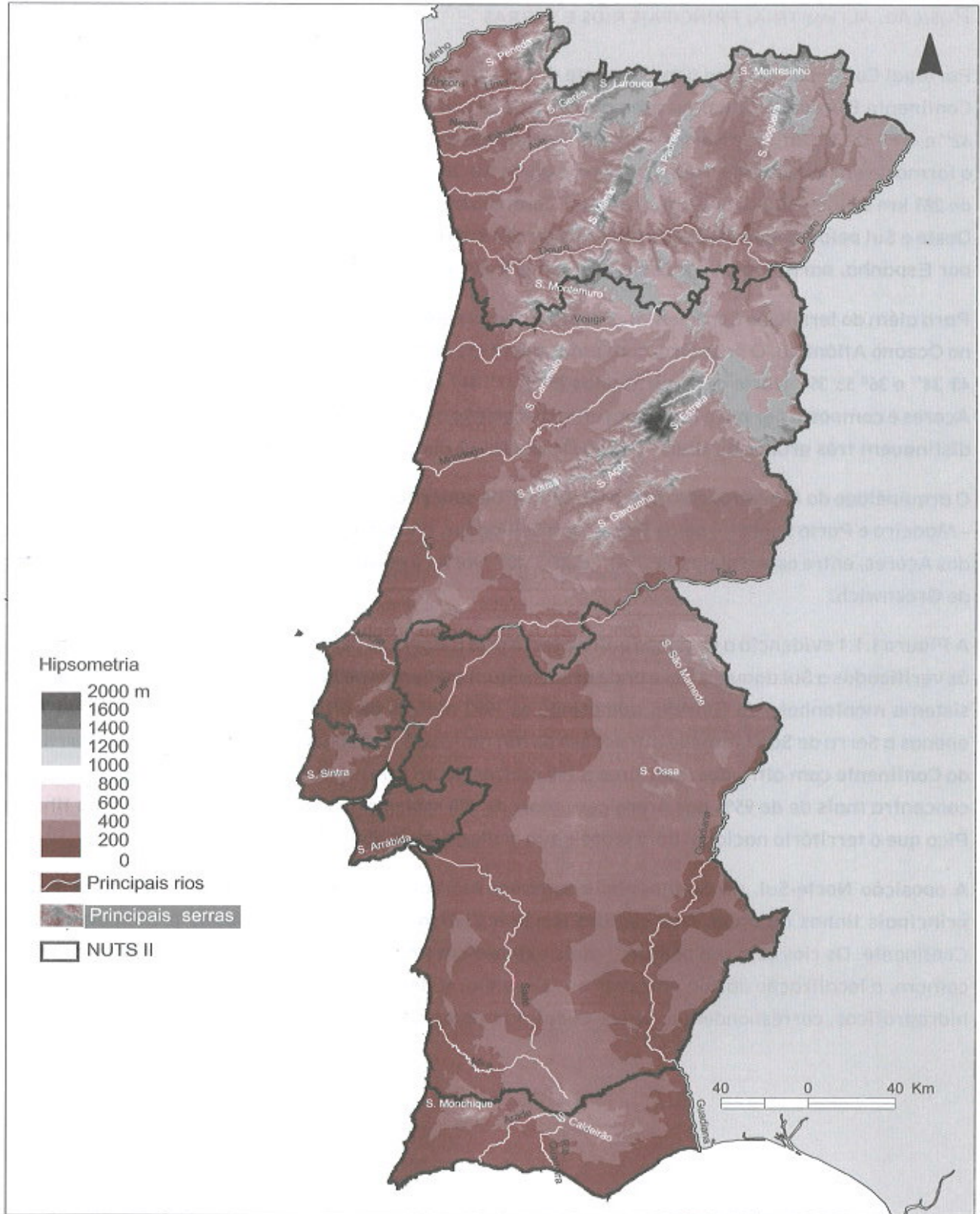
O arquipélago da Madeira, com cerca de 829 km<sup>2</sup> de superfície, é constituído por duas ilhas principais – Madeira e Porto Santo – e pelas Desertas e Selvagens, encontrando-se mais a Sul que o arquipélago dos Açores, entre os paralelos 33° 7' 41'' e 30° 1' 40'' Norte, e os meridianos 15° 51' 13'' e 17° 15' 58'' Oeste de Greenwich.

A Figura I.1.1 evidencia a oposição entre o território a Norte do Tejo com altitudes médias superiores às verificadas a Sul daquele rio, e onde predominam acidentes de relevo marcantes, salientando-se o sistema montanhoso da Estrela, que atinge os 1993 metros de altitude, no seu pico. A Sul do Tejo, apenas a Serra de São Mamede ultrapassa os mil metros, localizando-se aí mais de 60% do território do Continente com altitudes inferiores a 200 metros. Num sentido oposto, o território a Norte do Tejo concentra mais de 95% das áreas com mais de 400 metros<sup>1</sup>. No entanto, é nos Açores, na Ilha do Pico que o território nacional apresenta a sua altitude mais elevada: 2 351 metros.

A oposição Norte-Sul, no Continente, é também marcante no que diz respeito à distribuição das principais linhas de água. Nas regiões Norte e Centro localizam-se 11 dos 17 principais rios do Continente. Os rios com um percurso mais extenso em Portugal – Douro, Tejo e Guadiana – têm em comum, a localização da sua nascente em Espanha. Estes são também os rios com maiores bacias hidrográficas, correspondendo, no seu conjunto a cerca de 62% de Portugal Continental.

<sup>1</sup> Medeiros, C. A. (1996), *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana – uma introdução*. Editorial Estampa, Lisboa.

FIGURA I.1.1 - HIPSOMETRIA, PRINCIPAIS RIOS E SERRAS EM PORTUGAL CONTINENTAL



## OCUPAÇÃO HUMANA DO TERRITÓRIO: DUAS LEITURAS DIFERENCIADAS

A geografia da densidade populacional demonstra uma forte concentração da população no Litoral do Continente, sobretudo no Litoral Atlântico, de Viana do Castelo a Setúbal, e no Litoral Algarvio [Figura I.1.2]. A evolução da distribuição da população demonstra simultaneamente uma tendência para a litoralização da ocupação do território e uma ligeira deslocação do centro populacional do Continente para Sul.

O território Litoral de Viana do Castelo a Setúbal evidencia dois focos de densidades muito elevadas que correspondem às concentrações populacionais centradas nas metrópoles do Porto e Lisboa. No caso do Porto, a aglomeração metropolitana, lida através dos concelhos com densidades muito elevadas, estende-se de Viana do Castelo a Santa Maria da Feira, e do Porto a Peso da Régua, ultrapassando largamente os limites da sub-região do Grande Porto, e incluindo cidades de dimensão significativa, como sejam Braga ou Guimarães (ver Figura I.1.5). A evolução da distribuição da população na região Norte, entre 1981 e 2004, lida através dos centróides ponderados pela população e pelas elipses padrão calculados nos dois momentos, não só demonstra um reforço da litoralização na região como um aumento significativo da concentração da população.

No caso da metrópole de Lisboa, a expressão dos concelhos com densidades muito elevadas é menos abrangente do que no Porto, sendo sobretudo significativa nos concelhos da margem Norte, incluindo todos os concelhos da sub-região da Grande Lisboa, e ainda os concelhos de Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço (Centro). Na Península de Setúbal destacam-se com densidades muito elevadas, os concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Sesimbra e Setúbal. Por outro lado, na Região de Lisboa registou-se entre 1981 e 2004 um ligeiro aumento da dispersão da população e, simultaneamente, um afastamento do concelho de Lisboa do centro populacional da região, resultante da dinâmica populacional no eixo poente Lisboa-Sintra, verificada nas últimas décadas.

No Algarve, para além dos concelhos de Faro e Olhão, destacam-se com densidades populacionais muito elevadas os concelhos de Albufeira, Lagoa e Portimão. No entanto, se forem considerados, em conjunto com aqueles concelhos, Lagos e Loulé, com densidades elevadas, parece clara a emergência de um novo eixo de dimensão metropolitana a Sul.

Na região Centro, verificou-se nas últimas duas décadas uma tendência semelhante à verificada no Continente. Assim, nesta região, para além dos concelhos do Litoral, merecem destaque com densidade muito elevada ou elevada, os concelhos de Coimbra e Mealhada e, no Interior, Viseu e Covilhã.

Por último, na região do Alentejo, a Figura I.1.2 coloca em destaque alguns concelhos da Lezíria do Tejo, sobretudo, os mais próximos da metrópole de Lisboa, sob influência das dinâmicas centradas no Litoral, no geral, e na metrópole de Lisboa, em particular. De facto, entre 1981 e 2004 o centróide populacional do Alentejo afastou-se do concelho de Évora. Esta região detém a maioria dos municípios classificados com densidade muito reduzida e, nesse contexto, evidenciam-se ainda Sines e Santiago do Cacém, no Litoral, os concelhos de Évora e Beja e, na área Sudeste da região, Portalegre, Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Borba e Estremoz.

A leitura efectuada sobre a distribuição da população no Continente, contrasta significativamente com a sugerida pela Figura I.1.3. Nesta representação concelhia da densidade populacional, os valores

populacionais de cada concelho foram afectos à área de uso do solo urbano identificado nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Apesar das limitações que tal exercício comporta<sup>2</sup>, ele permite aprofundar a leitura sobre as formas de povoamento no Continente e, ao mesmo tempo, pela forma como se procedeu à classificação, é possível compará-lo com a Figura I.1.2. Deste modo, as alterações verificadas entre a Figura I.1.3 e a Figura I.1.2 reflectem apenas a proporção de área de uso urbano classificada nos PMOT, no total da área concelhia.

O primeiro comentário que a análise comparada das figuras sugere é a redução da abrangência da expressão dos concelhos do Norte Litoral com densidades muito elevadas e a expressão destas densidades em concelhos do Alentejo. De facto, na região Norte, apesar da manutenção de uma primeira coroa em torno do Porto com densidade muito elevada, o tipo de povoamento disperso que caracteriza esta região, e a densificação que o Norte Litoral sofreu com o processo de metropolização centrado no Porto, levaram a que os concelhos desta área apresentem elevadas proporções do seu território afectos ao uso do solo urbano. As densidades populacionais expressas através das áreas urbanas perdem, por isso, importância no contexto do país. Em oposição, os concelhos do Alentejo onde o povoamento é concentrado, as áreas afectas ao uso do solo urbano são muito menores, levando estes concelhos a emergir com elevadas densidades populacionais.

O segundo comentário que a análise das figuras sugere é o menor nível de impacto que a representação da densidade populacional, considerando as áreas urbanas, tem na região de Lisboa, quando comparado com o Norte Litoral. De facto, a generalidade dos concelhos da região de Lisboa identificados na Figura I.1.2 com densidades populacionais elevadas, mantêm-se na Figura I.1.3, apesar da elevada proporção de espaço que os concelhos desta região têm definido como urbano. Esta leitura aponta assim para uma aglomeração metropolitana centrada em Lisboa com uma estrutura urbana mais compacta, com densidades populacionais muito elevadas, enquanto a ocupação do Norte Litoral é mais extensiva, resultado da densificação de uma estrutura de povoamento historicamente dispersa.

---

<sup>2</sup> Nem toda a população reside em áreas classificadas como urbanas nos PMOT. Ao nível da representação, a área concelhia utilizada para a implantação em mancha não corresponde à área utilizada para o cálculo das densidades.

FIGURA I.1.2 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL (1981-2004), CONTINENTE E NUTS II, E DENSIDADE POPULACIONAL (2004), POR CONCELHO

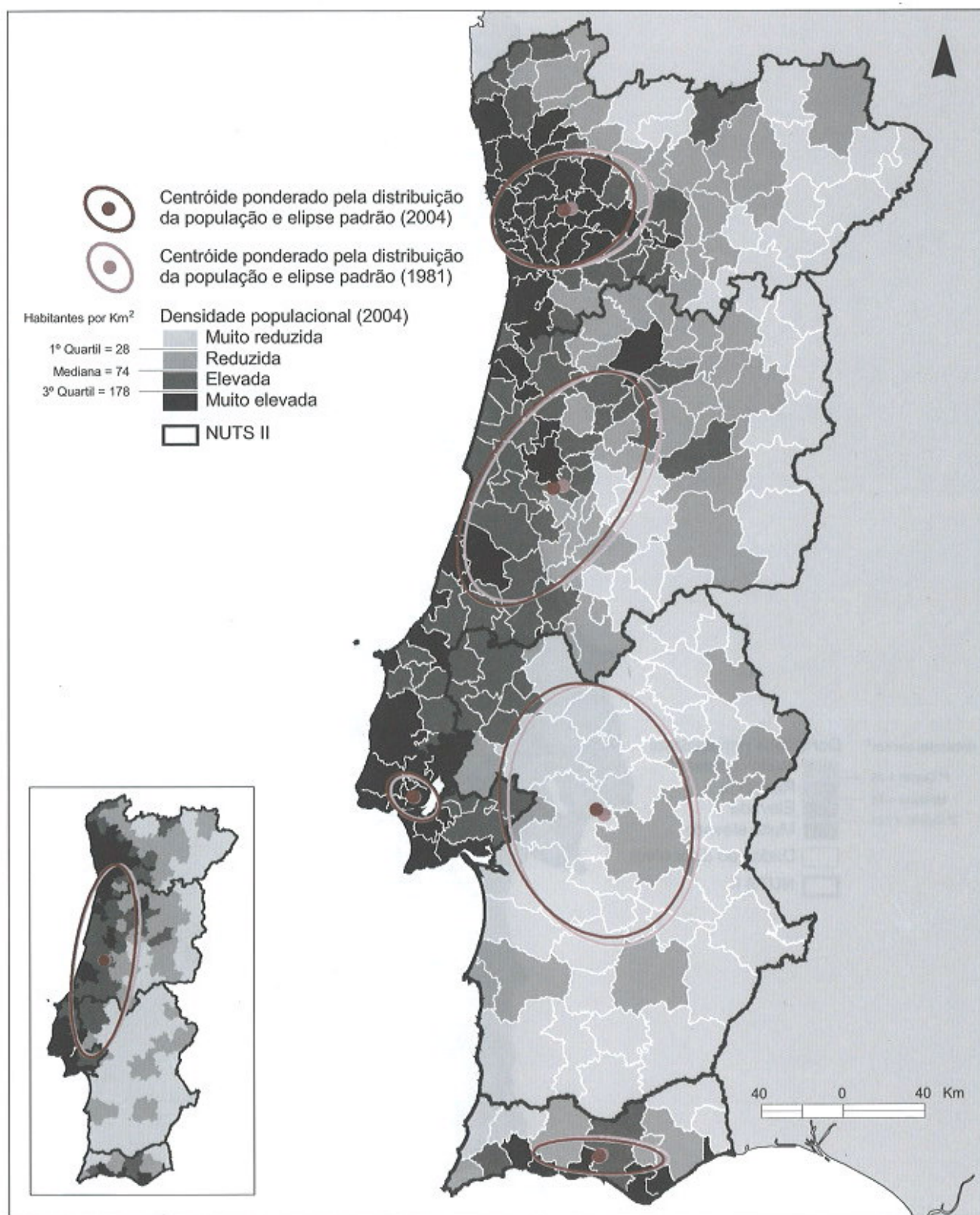
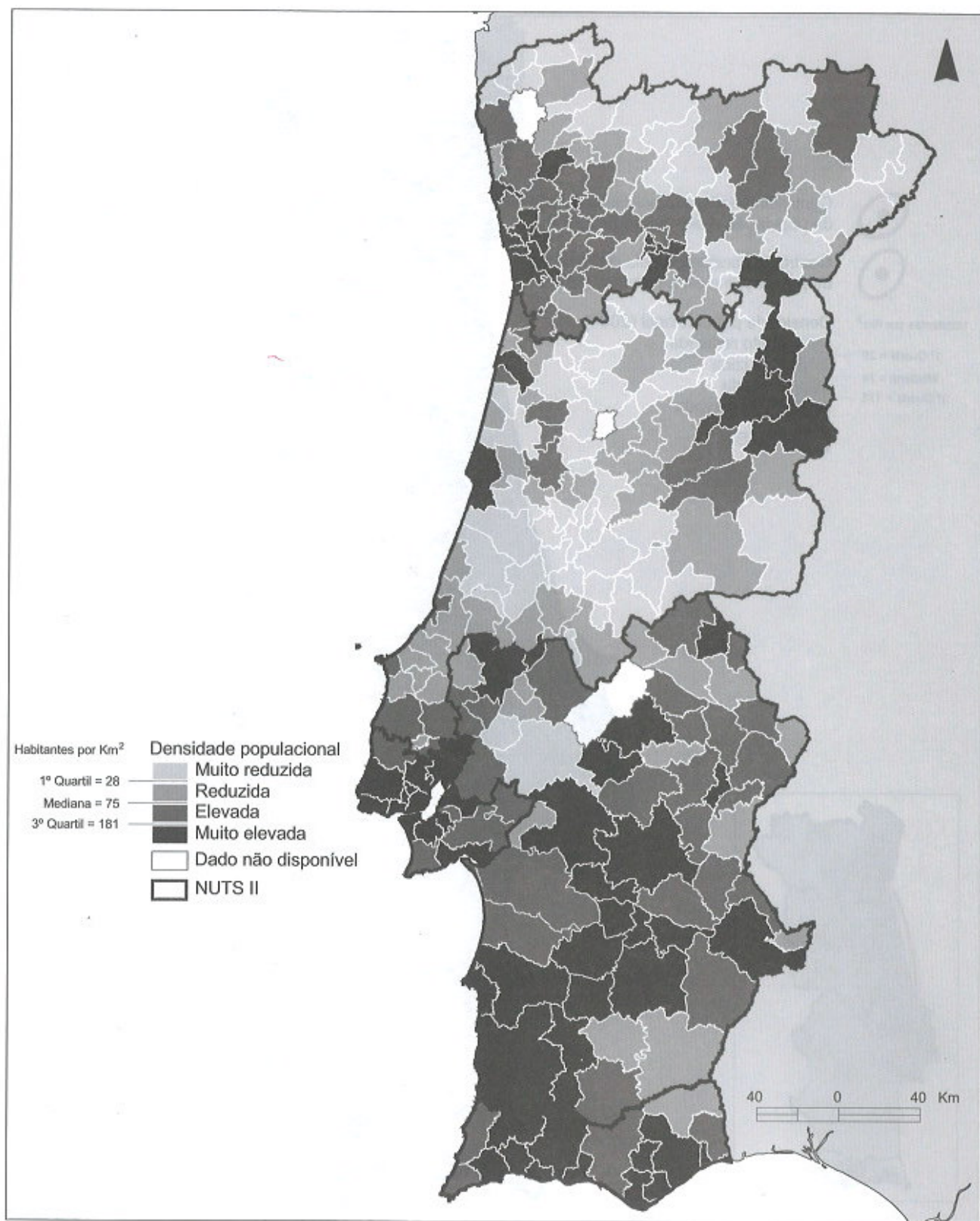


FIGURA I.1.3 - DENSIDADE POPULACIONAL CONSIDERANDO AS ÁREAS DEFINIDAS COMO URBANAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, POR CONCELHO, 2005



## PRINCIPAIS ELEMENTOS DA ESTRUTURA URBANA

É comum referir-se relativamente ao sistema urbano português a existência de uma rede urbana desequilibrada pela ausência de aglomerados populacionais de média dimensão adequados à dimensão metropolitana centrada nas cidades de Lisboa e Porto (e.g. Ferrão e Marques, 2004)<sup>3</sup> e que o sistema urbano se caracteriza por uma macrocefalia bicéfala centrada nas cidades de Lisboa e Porto (e.g. Barata Salgueiro, 1999, p. 67)<sup>4</sup>. Apesar disso, refere-se também que as duas últimas décadas e sobretudo a década de 90 foram caracterizadas por um processo de “urbanização total”, termo que pretende caracterizar o processo acelerado de urbanização do Litoral, entre Viana do Castelo e Setúbal, o Litoral algarvio, mas também a afirmação de algumas cidades e eixos urbanos no Interior (Gaspar, 2003, p. 31)<sup>5</sup>.

De facto, entre 1991 e 2001 a proporção de população residente em lugares com 2 000 ou mais habitantes<sup>6</sup> passa de 48% para 55% evidenciando um aumento da concentração populacional. Num contexto de aumento deste tipo de aglomerados populacionais, a proporção do número de lugares com dimensão populacional entre 2 000 e 9 999 habitantes diminui enquanto os lugares com 10 000 ou mais habitantes aumenta. Este comportamento aponta para uma alteração na estrutura dos lugares que sustentam o sistema urbano nacional, no sentido de uma maior dimensão populacional. Apesar disso, Lisboa e Porto mantinham-se em 2001 como os únicos lugares com 250 000 ou mais habitantes e, era sobretudo em torno destes dois lugares que se concentravam outros lugares com dimensão significativa.

Em 2001 a distribuição dos 559 lugares com 2 000 ou mais habitantes existentes em Portugal evidenciava uma forte concentração destes aglomerados no Norte e na Região de Lisboa que compreendiam, no seu conjunto, 61% destes lugares. No Continente, a região com menor número de lugares com 2 000 ou mais habitantes era o Algarve, mas se considerarmos a densidade de lugares desta dimensão, eram as regiões Centro e Alentejo que surgiam com menor expressão. Nas regiões autónomas, os Açores apresentavam 24 lugares com 2 000 ou mais habitantes e a Madeira apenas 4 [Figura I.1.4].

A estrutura urbana das regiões do Algarve, Alentejo, e Açores, não apresentava nenhum aglomerado populacional com dimensão superior a 100 000 habitantes mas, enquanto o Algarve demonstrava uma estrutura polinucleada, sustentada em lugares com população superior a 10 000 habitantes<sup>7</sup>, as regiões do Alentejo e Açores apresentavam um número de lugares desta dimensão bastante diminuto relativamente ao total de lugares com 2 000 ou mais habitantes que detêm. No Alentejo, os 7 lugares com mais de 10 000 habitantes<sup>8</sup> encontram-se relativamente dispersos pela região [Figura I.1.5], no caso dos Açores os únicos dois lugares com mais de 10 000 habitantes – Ponta Delgada e Angra do Heroísmo – encontravam-se, respectivamente, na Ilha de São Miguel (Grupo Oriental) e Ilha Terceira (Grupo Central).

<sup>3</sup> Ferrão, J. e Sá Marques, T. (2002), *Sistema Urbano nacional. Síntese*. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Colecção Estudos.

<sup>4</sup> Barata Salgueiro, T. (1999), *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto, Afrontamento, 3ª edição.

<sup>5</sup> Gaspar, J. (2003), “Inserção da área metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa” in Tenedório, J. (coord.) *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

<sup>6</sup> No documento de suporte às operações censitárias da população da United Nations Economic Commission for Europe (UNECE) e o Eurostat é sugerido que seja utilizado o limiar de 2 000 ou mais habitantes definido a partir do conceito de “locality” (Lugar Censitário) para a identificação da população urbana.

<sup>7</sup> Lagos, Portimão, Quarteira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.

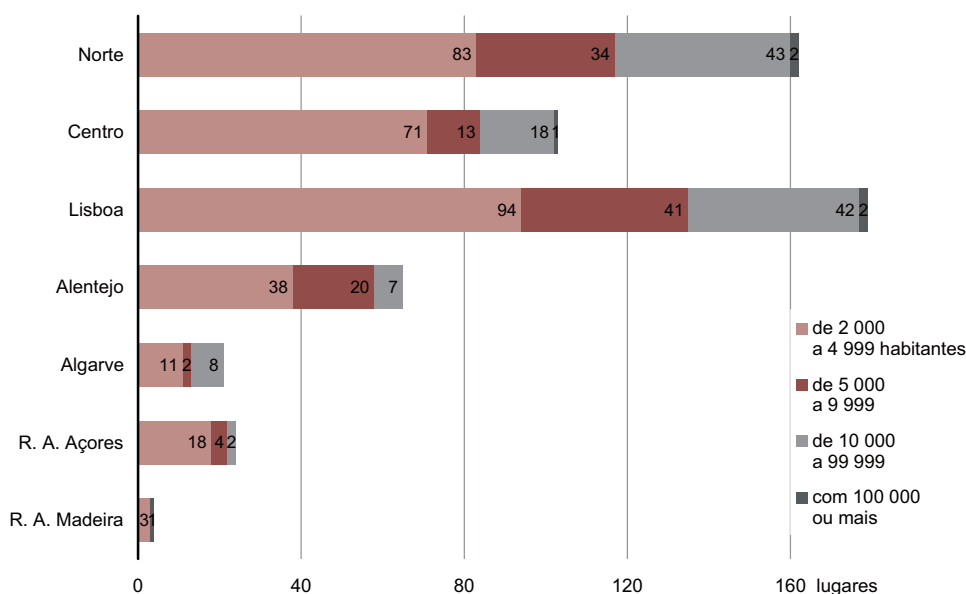
A região Centro apresentava uma distribuição dos lugares com mais 10 000 habitantes dominada pelo Litoral, mas onde emergem subsistemas que, pela proximidade dos centros urbanos ou, relativo isolamento, deixam antever lógicas de integração e complementariedade. São exemplo, para o primeiro caso, o triângulo formado pelas cidades de Tomar, Abrantes, Entroncamento (e Torres Novas), no Médio Tejo, Leiria–Marinha Grande, no Litoral; e para o segundo caso, o eixo Castelo Branco-Covilhã-Guarda, no Interior. Coimbra, com cerca de 101 mil habitantes, assume-se como centro urbano estruturante da Região.

Na Região de Lisboa, a capital, com perto de 564 mil habitantes apresenta um papel dominante e que, funcionalmente, extravasa os limites da região (Ferrão et al, 2002)<sup>9</sup>. De facto, os restantes lugares com dimensão significativa, integram as áreas suburbanas estruturadas em torno de Lisboa (veja-se o caso da Amadora, único lugar, para além de Lisboa com mais de 100 000 habitantes). Neste contexto, destaca-se apenas Setúbal, o terceiro maior lugar da Região que assume um papel de relevo para Sul.

Na região Norte, existe uma clara oposição Litoral-Interior na geografia dos lugares com 2 000 ou mais habitantes. No Litoral para além dos lugares com mais de 10 000 habitantes, em torno do Porto (e.g. Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia), que como em Lisboa constituem a aglomeração metropolitana, destacam-se Braga, com cerca de 117 mil habitantes e Guimarães, que se apresentam como centralidades de relevo do Norte Litoral. Refere-se ainda Viana do Castelo que demarca, a Norte, a urbanização do Litoral Continental. No Interior, merecem destaque apenas os lugares de Chaves, Bragança e Vila Real, com mais de 10 000 habitantes.

Por último, a estrutura urbana da Madeira caracteriza-se por uma forte assimetria, com o Funchal com perto de 104 mil habitantes, a concentrar 42% da população total da região, sendo que dos restantes 3 lugares com mais de 2 000 habitantes, nenhum deles atinge os 4 mil habitantes.

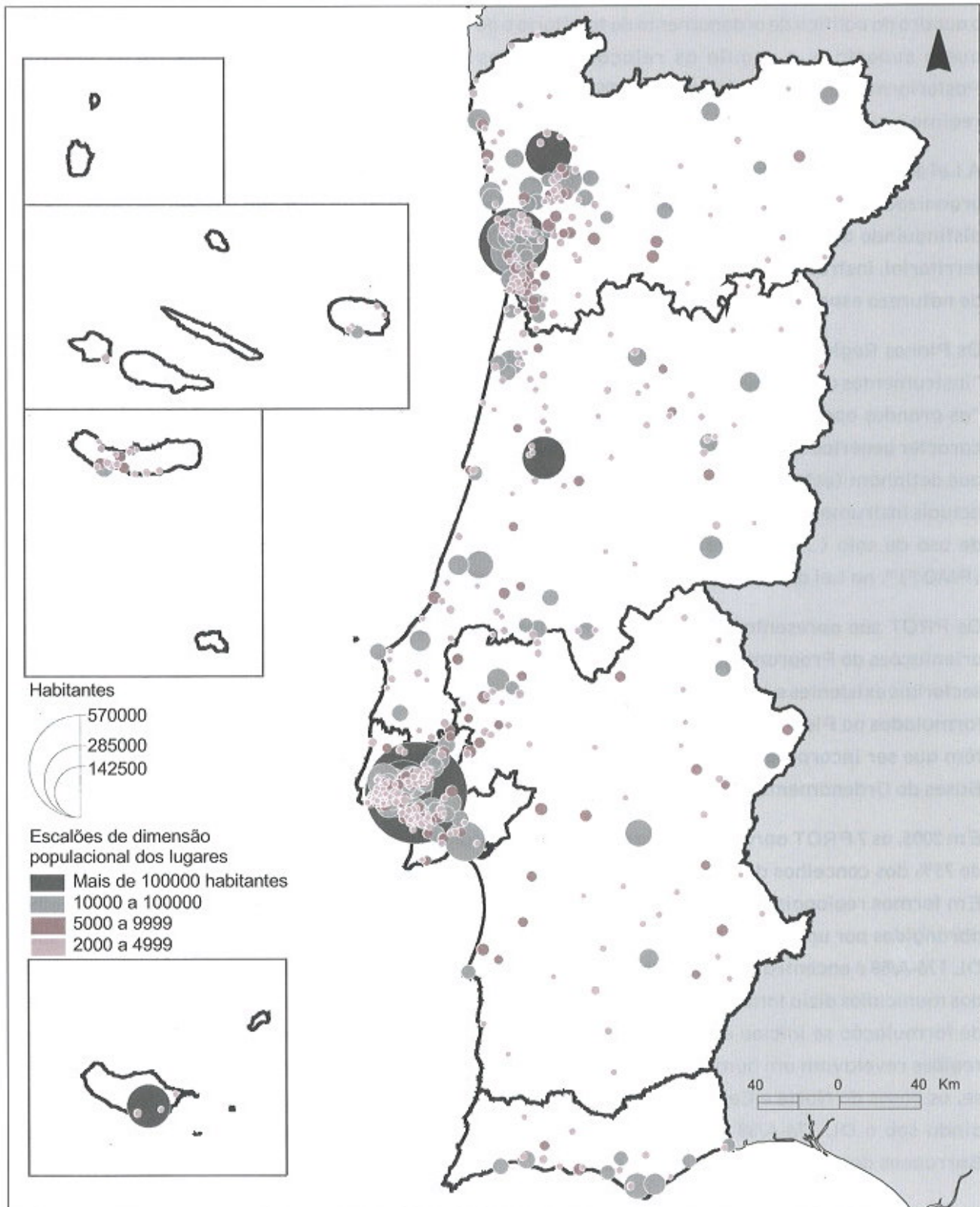
FIGURA I.1.4 - LUGARES COM 2 000 OU MAIS HABITANTES SEGUNDO OS ESCALÕES DE DIMENSÃO, POR NUTS II, 2001



<sup>8</sup> Évora, Santarém, Beja, Portalegre, Elvas, Sines e Almeirim.

<sup>9</sup> Ferrão, J.; Rodrigues, D.; Vala, F. (2002), "As regiões Metropolitanas no Contexto Ibérico", in J. Ferrão (coord) *As regiões Metropolitanas no Contexto Ibérico*. DGOTDU, Lisboa.

FIGURA I.1.5 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM LUGARES COM 2 000 OU MAIS HABITANTES, 2001



## INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO REGIONAL E MUNICIPAL

A Lei n.º 48/98 estabelece as bases da política de ordenamento do território e do urbanismo, definindo o quadro da política de ordenamento do território e de urbanismo, os instrumentos de gestão territorial que o suportam, e regula as relações entre os diversos níveis da administração pública. Posteriormente, o Decreto Lei n.º 380/99 veio aprofundar e complementar a referida Lei, definindo o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

A Lei de Bases faz assentar a política de ordenamento do território num sistema de gestão territorial organizado em três âmbitos distintos - o âmbito nacional, o âmbito regional e o âmbito municipal -, distinguindo quatro tipos de instrumentos de gestão territorial - instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos de planeamento territorial, instrumentos de política sectorial e instrumentos de natureza especial -, as suas formas de articulação e níveis de vinculação.

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são enquadrados na Lei de Bases como "instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica" e como tal devem apresentar "as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecendo directrizes de carácter genérico sobre o uso do mesmo (...)". Esta Lei afasta-os, por isso, do carácter mais normativo que detinham (estabelecido através do DL 338/83 e mantido no DL 176-A/88) e que os aproximava dos actuais instrumentos de planeamento territorial "de natureza regulamentar, que estabelecem o regime de uso do solo (...)", a que correspondem os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)<sup>10</sup>, na Lei de Bases do Ordenamento do Território.

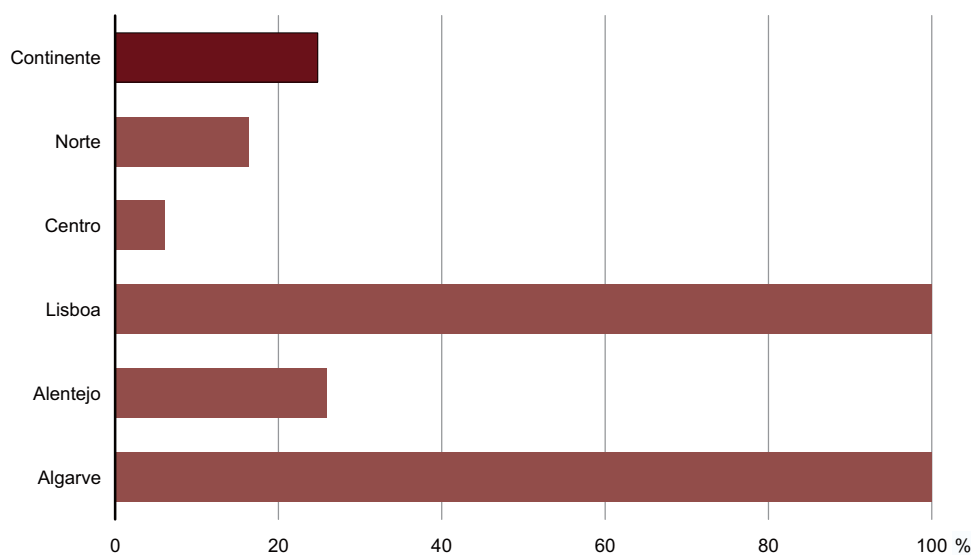
Os PROT são apresentados como os únicos instrumentos de âmbito regional e devem integrar as orientações do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)<sup>11</sup>, dos planos sectoriais existentes e, ainda, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR). Por outro lado, as directrizes dos PROT têm que ser incorporadas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), na Lei de Bases do Ordenamento do Território.

Em 2005, os 7 PROT aprovados para o Continente abrangiam apenas 69 concelhos. Deste modo, cerca de 75% dos concelhos do Continente não estavam abrangidos por este tipo de planos [Figura I.1.6]. Em termos regionais destacavam-se as regiões do Algarve e Lisboa com a totalidade dos concelhos abrangidos por um PROT. No caso do Algarve, o PROT (Algarve) em vigor foi aprovado ainda sob o DL 176-A/88 e encontrava-se em fase de revisão. No caso da Região de Lisboa a abrangência de 100% dos municípios dizia também respeito a um único PROT (Área Metropolitana de Lisboa) cujo processo de formulação se iniciou em 1991, mas foi aprovado apenas em 2002, sob o DL 380/99. As restantes regiões revelavam um número reduzido de concelhos abrangidos por PROT aprovados, destacando-se, os casos do Norte e Centro que correspondem ambos à situação de apenas um PROT aprovado ainda sob o DL 176-A/88 (respectivamente, Zona Envolvente do Douro e Zona Envolvente das Barragens da Aguieira, Coiço e Fronhas).

<sup>10</sup> Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP).

<sup>11</sup> O PNPOT é o instrumento de referência para a elaboração de instrumentos de gestão territorial e, tal como os PROT, é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, mas de âmbito nacional, cujas directrizes e orientações fundamentais traduzem um modelo de organização espacial que considera o sistema urbano, as redes de infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais. Este instrumento ainda não foi aprovado.

FIGURA I.1.6 - CONCELHOS ABRANGIDOS POR PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO APROVADOS, CONTINENTE E NUTS II<sup>12</sup>, 2005



A Figura I.1.7 demonstra que, em 2005, a generalidade dos concelhos do país detinha um PDM aprovado e ratificado. A institucionalização deste instrumento de gestão territorial é feita logo em 1982 mas a aprovação e ratificação dos PDM actualmente em vigor ocorreu sobretudo na primeira metade da década de 90, sob o DL n.º 69/90 que institucionaliza os Planos Municipais do Ordenamento do Território e revoga o regime anterior. Neste quadro, em 2005, o número de PDM aprovados e ratificados sob a Lei de Bases do Ordenamento do Território é reduzido. Apesar disso, em 2005 estavam em revisão cerca de 61% dos PDM ratificados, e a Figura I.1.8 demonstra que este processo de revisão era especialmente expressivo nos concelhos das regiões Norte, Centro e Lisboa.

<sup>12</sup> Os valores apresentados para a região Centro não incluem o concelho de Santa Comba Dão. Os valores apresentados para a região Norte não incluem o concelho de Ponte de Lima. Os valores apresentados para o Alentejo não incluem o concelho de Ponte Sor. Os valores do Algarve incluem os dados de Lagos, apesar do PDM não estar vigente.

FIGURA I.1.7 - PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS VIGENTES, POR ANO DE APROVAÇÃO, 2005

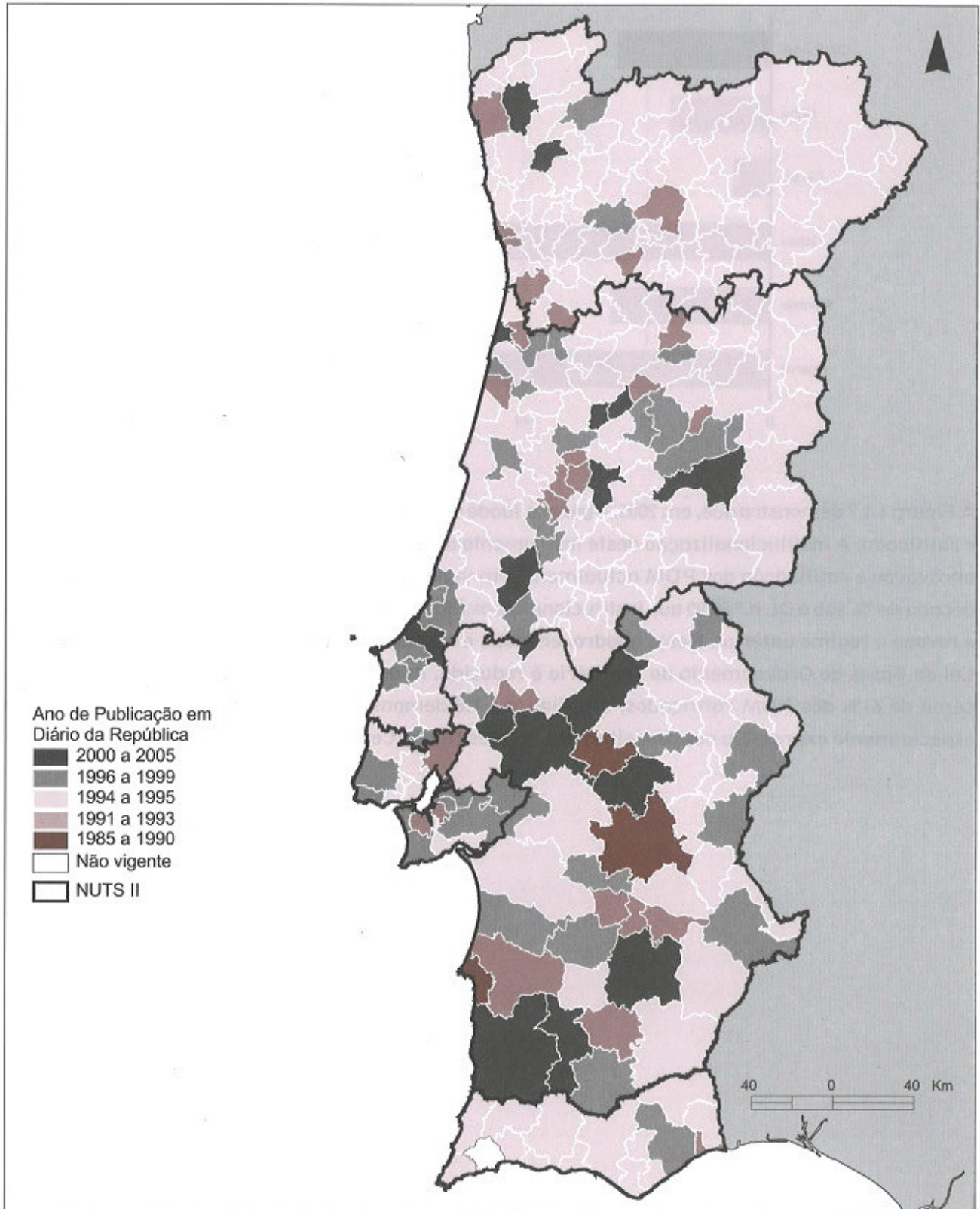
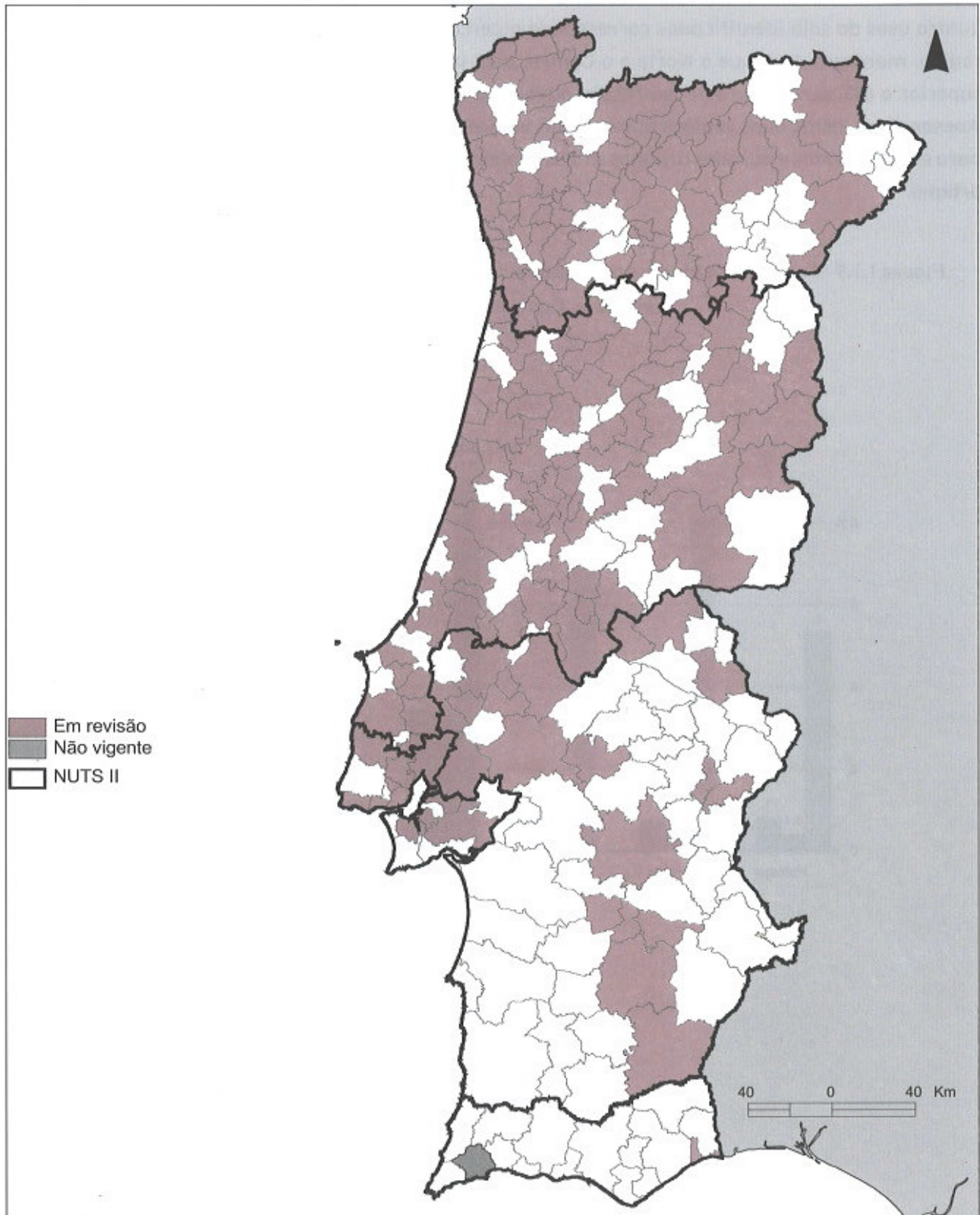
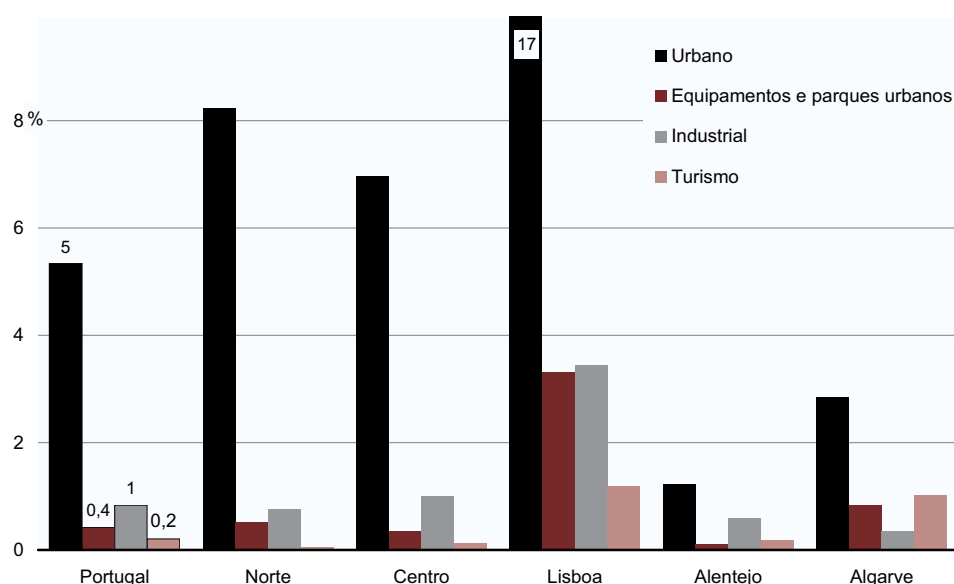


FIGURA I.1.8 - PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS VIGENTES EM PROCESSO DE REVISÃO, 2005



Em 2005, a análise dos usos do solo identificados nos PMOT evidenciava a dimensão metropolitana da Região de Lisboa pela elevada percentagem de território afecto a todos os usos do solo, valores muito superiores à das restantes regiões [Figura I.1.9]. Note-se que a percentagem de área afectada aos quatro usos do solo identificados corresponde a cerca de ¼ da Região de Lisboa. Para além desta região, merecem destaque o Norte e o Centro, pela percentagem de solo classificado como urbano superior a 6%, sendo que esta expressão advém na sua maioria de PMOT de concelhos do Litoral. Apesar disso, estas duas regiões apresentam valores poucos expressivos de território afecto ao uso para equipamentos e parques urbanos e turístico, relativamente ao uso do solo que apresentam como urbano.

FIGURA I.1.9 - ÁREA AFECTA AOS USOS DO SOLO IDENTIFICADOS NOS PLANOS MUNICIPAIS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, CONTINENTE E NUTS II , 2005





## I.2 Ambiente





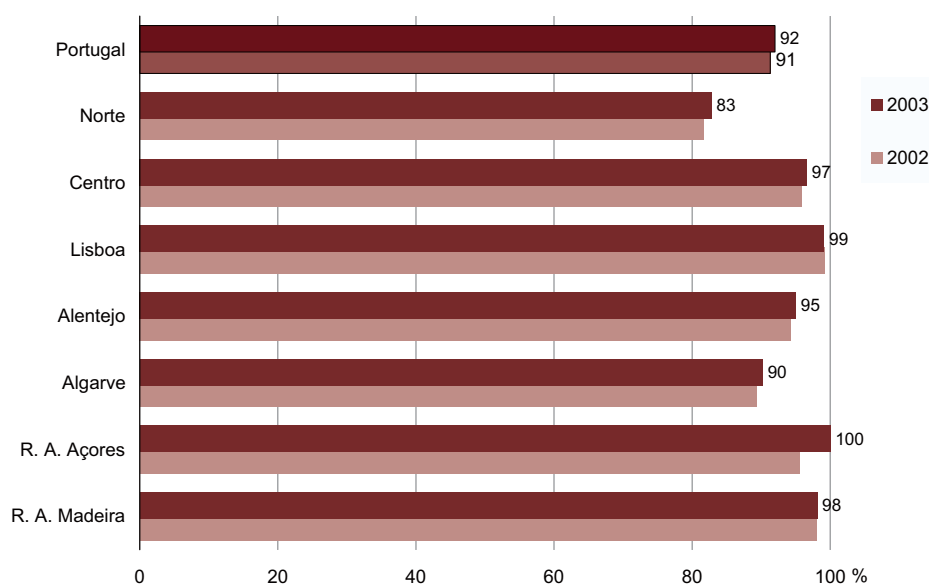
## I.2. AMBIENTE

### REGIÃO NORTE COM A MENOR PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em 2003, 92% da população residente era servida por sistemas de abastecimento de água, representando este valor um ligeiro aumento na proporção de população servida, face a 2002. A nível regional destacavam-se a Região Autónoma dos Açores, Lisboa e a Região Autónoma da Madeira, as duas primeiras com mais de 99% da população servida e a última com cerca de 98%. Em oposição, a região Norte evidenciava-se por apresentar a menor percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água (83%)

A Figura I.2.1 apresenta as evoluções regionais da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de águas, entre 2002 e 2003. Neste sentido, destaca-se positivamente o desempenho da Região Autónoma dos Açores que apresenta um aumento da proporção de população servida por abastecimento de água bastante superior à do país e das restantes regiões. O Norte, apesar do ligeiro aumento verificado, mantinha-se, em 2003, com a menor proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água (83%), valor muito inferior ao do Algarve (90%), a outra região com uma proporção de população servida por abastecimento de água inferior à média do país. Note-se, no entanto, que os valores apresentados para a região Norte poderão estar associados à relativa abundância de água nesta região e a estratégias individuais de captação de água.

FIGURA I.2.1 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PORTUGAL E NUTS II, 2002 E 2003





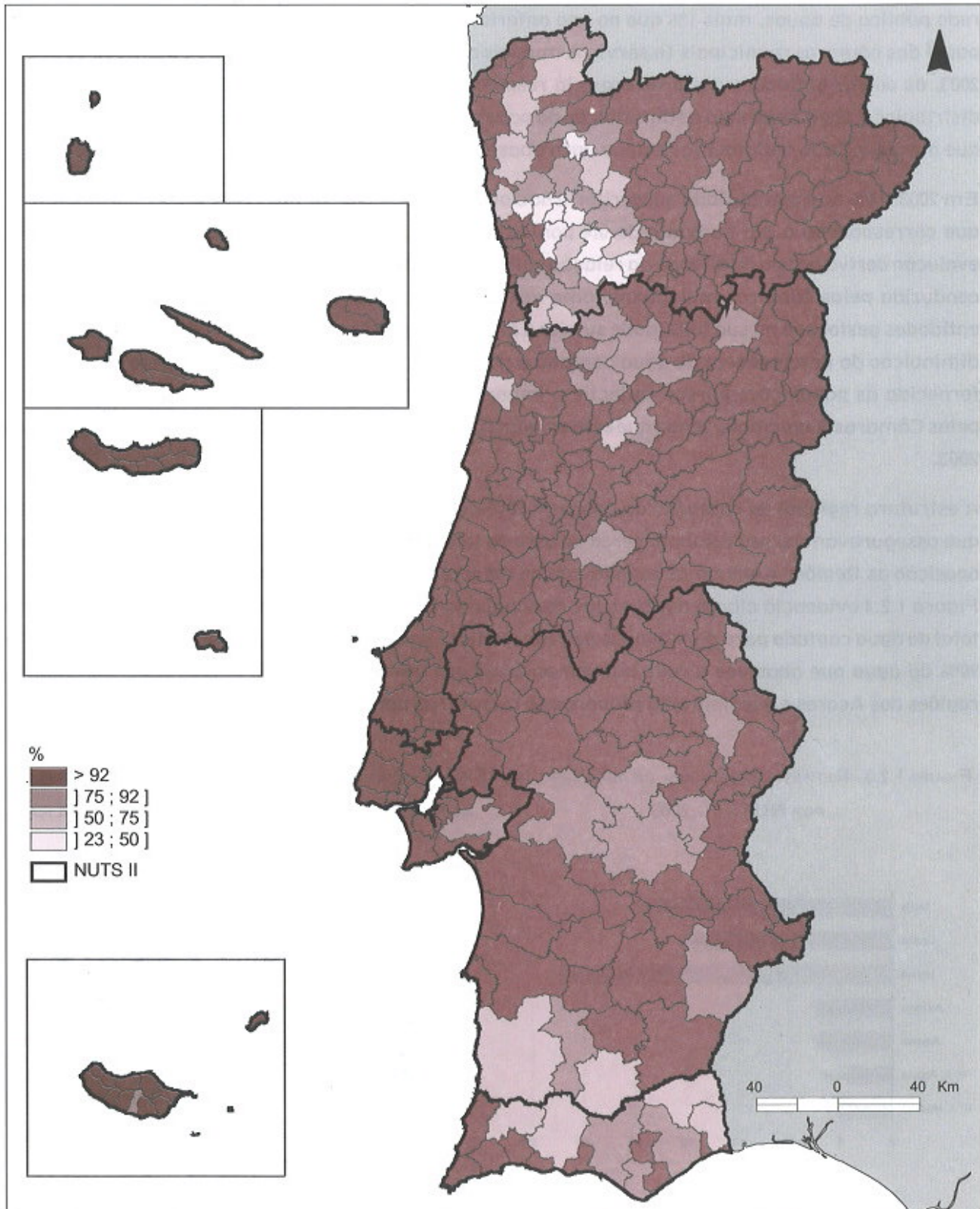
A geografia concelhia da população servida por sistemas de abastecimento de água demonstra que, em 2003, a generalidade dos municípios portugueses detinham níveis de população servida superiores à média do país (92%). Neste contexto, destacavam-se as regiões dos Açores, Madeira e Lisboa em que todos, ou praticamente todos, os municípios apresentavam taxas de população servida por sistemas de abastecimento de água superiores à média do país. Em situação inversa encontravam-se as regiões do Algarve e Norte, em que, respectivamente, apenas 56% e 58% dos municípios apresentavam níveis de população servida superiores à média do país.

A região Norte evidenciava-se ainda por apresentar nove municípios nos quais apenas 50% da população residente, ou menos, era servida por sistemas de abastecimento de água<sup>1</sup>. O facto de alguns destes municípios se localizarem na Grande Área Metropolitana do Porto e deterem volumes populacionais significativos torna a posição destes concelhos especialmente crítica [Figura I.2.2].

---

<sup>13</sup> Trofa, Paredes, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Resende, Paços de Ferreira, Lousada, Marco de Canaveses e Cinfães.

FIGURA I.2.2 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR CONCELHO, 2003



### MANUTENÇÃO DA PERDA DE IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Em 2003, foram captados cerca de 1007 milhões de m<sup>3</sup> de água em Portugal para abastecimento da rede pública de águas, mais 1% que no ano anterior. A tendência de decréscimo da importância do papel das câmaras municipais (e serviços municipalizados) na captação de água manteve-se e, em 2003, as outras entidades gestoras eram já responsáveis por 56% do total de caudal captado para distribuição. Esta tendência de diminuição do papel das autarquias locais verificou-se igualmente no que diz respeito ao tratamento de água para abastecimento da rede pública.

Em 2003, 14% da água captada no território nacional não passava por um processo de tratamento<sup>14</sup>, o que correspondeu a um aumento de 0,4 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior. Esta evolução deriva na sua totalidade da relação entre volume de água tratada e volume de água captada conduzida pelas câmaras municipais, uma vez que a percentagem de água captada pelas outras entidades gestoras é na sua totalidade sujeita a processo de tratamento desde 1999. Neste contexto, a diminuição da percentagem de água captada a passar por um processo de tratamento antes de ser fornecida às populações parece reflectir a importância crescente da água captada em aquíferos pelas Câmaras Municipais, sendo que esta origem correspondia já a 73% do total de água captada, em 2003.

A estrutura regional da captação da água em 2003 colocava em destaque as regiões Norte e Lisboa que asseguravam no seu conjunto cerca de 55% do total da água captada no território nacional. Em oposição as Regiões Autónomas registavam os menores volumes de água captada [Figura I.2.3]. A Figura I.2.4 evidencia claras assimetrias regionais na importância que a água tratada assumia no total de água captada para distribuição na rede pública: nas regiões Norte, Centro e Madeira mais de 90% da água que abastece a rede pública passava por um processo de tratamento, enquanto nas regiões dos Açores e Alentejo esta proporção é respectivamente de apenas 53% e 61%.

FIGURA I.2.3 - REPARTIÇÃO REGIONAL DE ÁGUA CAPTADA, POR NUTS II, 2003

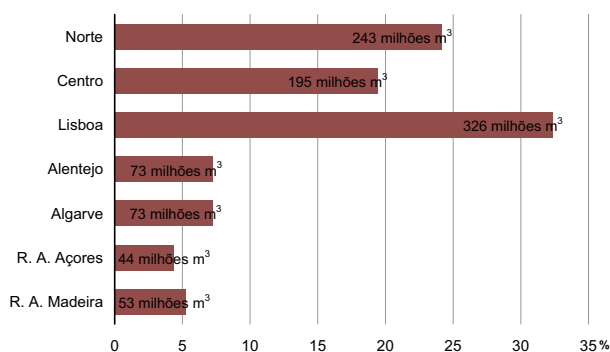
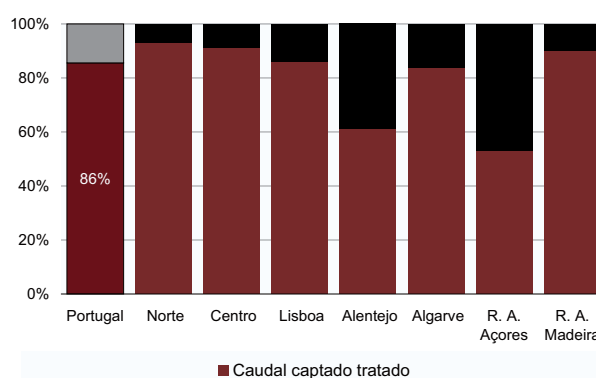


FIGURA I.2.4 - PROPORÇÃO DE ÁGUA TRATADA NO TOTAL DE ÁGUA CAPTADA PARA ABASTECIMENTO DA REDE PÚBLICA, PORTUGAL E NUTS II, 2003



<sup>14</sup> Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se consideram como tratamento os simples processos de filtragem ou cloragem. Desta forma, a ausência de tratamento não constitui necessariamente um indicador de má qualidade da água.

A distribuição regional da captação de água para abastecimento da rede pública reflecte, em larga medida, a distribuição populacional<sup>15</sup>. Importa, por isso, analisar o volume de água captada regionalmente por habitante.

#### REGIÕES COM VOCAÇÃO TURÍSTICA COM MAIORES VOLUMES DE ÁGUA CAPTADA *PER CAPITA*...

O Quadro I.2.i coloca em evidência as regiões da Madeira, Açores e Algarve, com níveis de captação *per capita* muito superiores ao valor médio nacional. Estes valores demonstram o resultado da “pressão” da actividade turística existente nestas regiões, sobretudo nas regiões da Madeira e Algarve, e os efeitos da população flutuante associada a esta actividade nas necessidades de captação de água para abastecimento da rede pública (ver nesta publicação o capítulo do Turismo). Os baixos níveis de captação de água *per capita* na região Norte não podem ser dissociados da baixa percentagem de população servida por redes públicas de abastecimento de água, analisada anteriormente.

As regiões dos Açores, Centro e Algarve demonstravam as maiores amplitudes totais entre os valores concelhios de captação de água, o que parece indicar, simultaneamente, lógicas de transferência inter-concelhia de água captada associadas à geografia dos sistemas de abastecimento de água e para padrões intra-regionais de consumo distintos, sendo expressivas, para este último caso, as diferenças existentes no Algarve entre os níveis de captação de água por habitante em Albufeira e Alcoutim.

QUADRO I.2.i - CONCELHOS COM MAIOR E MENOR CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR HABITANTE, POR NUTS II, 2003

NUTS II	Captação de água por habitante				
	média	máximo concelho		mínimo concelho	
	m <sup>3</sup> por hab.	Concelho	m <sup>3</sup> por hab.	Concelho	m <sup>3</sup> por hab.
<b>Portugal</b>	98	Povoação	678	Aljustrel	1
<b>Norte</b>	66	Alijó	269	Trofa	12
<b>Centro</b>	83	Meda	386	Sever do Vouga	15
<b>Lisboa</b>	119	Lisboa	202	Amadora	77
<b>Alentejo</b>	95	Alcácer do Sal	196	Aljustrel	1
<b>Algarve</b>	181	Albufeira	343	Alcoutim	45
<b>R. A. Açores</b>	183	Povoação	678	Corvo	59
<b>R. A. Madeira</b>	219	Funchal	301	São Vicente	65

<sup>15</sup> O grau de associação entre a distribuição regional da captação de água e a distribuição regional da população residente é de 0,9.

### ... E MAIORES CONSUMOS *PER CAPITA*

Em 2003, foram consumidos em Portugal 656 milhões de m<sup>3</sup> de água em Portugal, valor que representava um ligeiro acréscimo face ao ano anterior. Perto de ¾ deste valor correspondia ao consumo residencial e dos serviços sendo que o consumo industrial apresentava uma importância bastante inferior, de cerca de 15% [Figura I.2.5]. Apesar disso, a evolução das diferentes componentes do consumo entre 2002 e 2003 aponta para uma ligeira perda de importância dos consumos residencial (e dos serviços) e industrial, a favor de outros consumos (rega, lavagem de rua, segurança contra incêndios, etc.) que, em 2003, passaram a representar cerca de 11% no consumo total.

A estrutura do consumo das diferentes regiões coloca em destaque a região Alentejo e, em menor grau, o Algarve com um peso muito elevado do consumo residencial e dos serviços (respectivamente, 82% e 78%). As regiões da Madeira e Lisboa destacam-se pela importância que o consumo industrial assume no consumo total, sendo que a Madeira é também a região com maior proporção dos outros consumos: mais de ¼ do consumo total.

FIGURA I.2.5 - ESTRUTURA DO CONSUMO DA ÁGUA, PORTUGAL E NUTS II, 2003

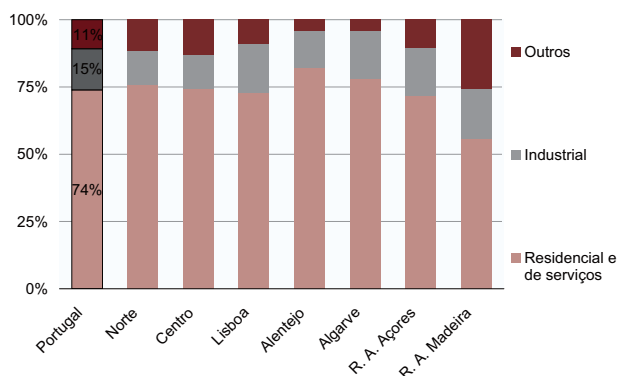
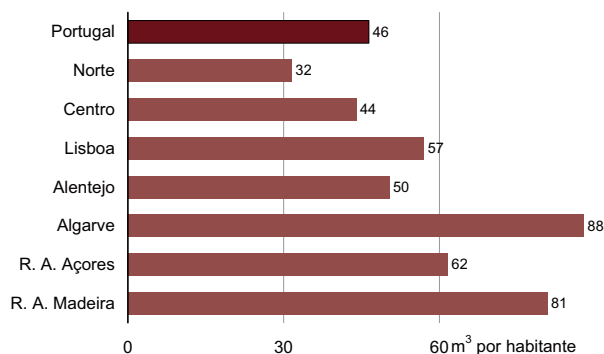


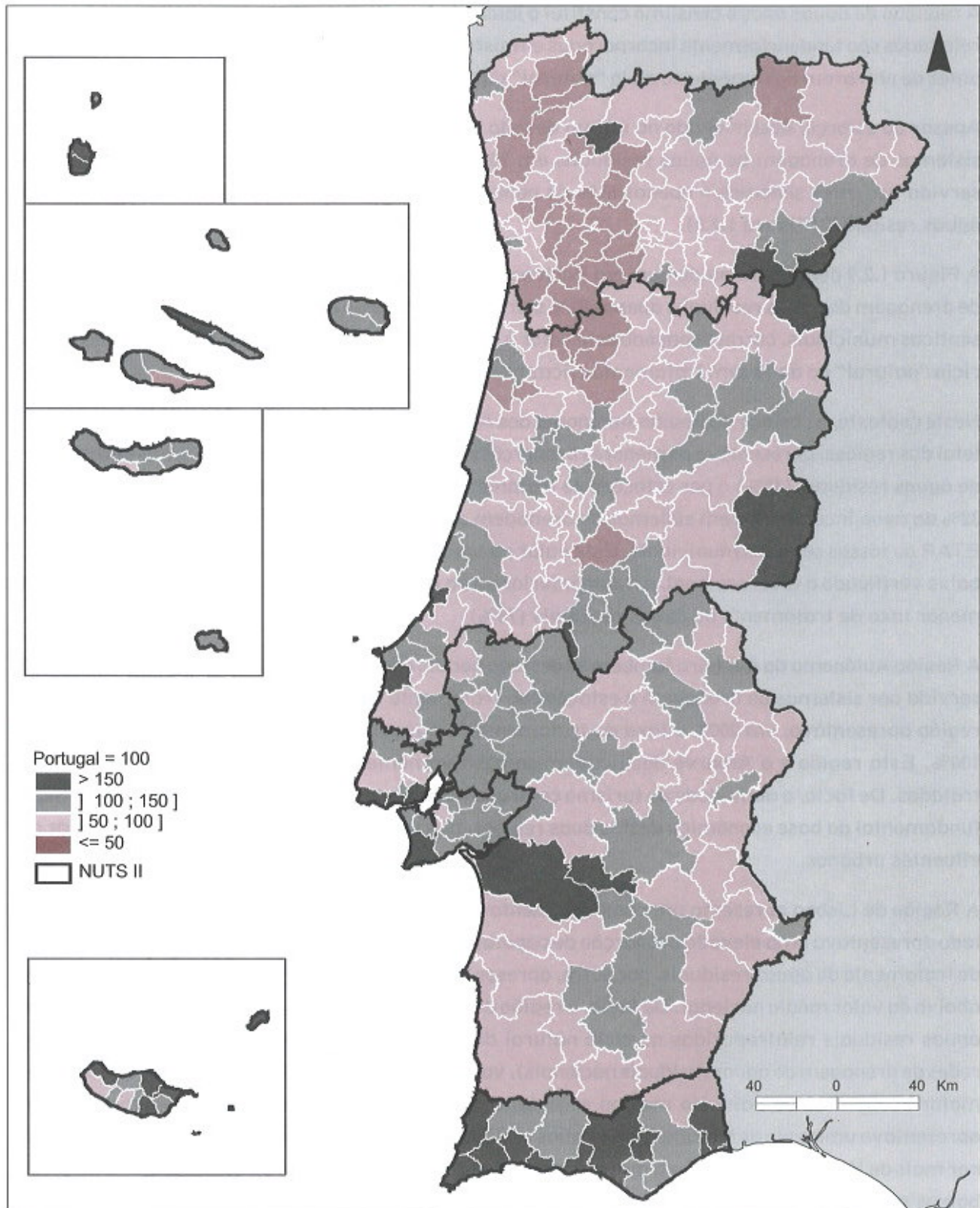
FIGURA I.2.6 - CONSUMO DE ÁGUA RESIDENCIAL E SERVIÇOS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2003



A Figura I.2.6 coloca novamente em destaque as regiões do Algarve e da Madeira, com níveis de consumo *per capita* muito superiores ao nível médio do país. O volume de água consumida por habitante verificado naquelas regiões, muito acima da média nacional, não pode ser dissociado do empolamento do consumo induzido pelos milhares de turistas que aí afluem. De facto, a espacialização concelhia do consumo de água por habitante revela que todos os concelhos do Algarve (com excepção de Alcoutim) apresentavam consumos por habitante superiores à média, destacando-se os verificados em Albufeira (173), Castro Marim (150), Lagoa (149) e, na Costa Vicentina, Aljezur (116). Na Madeira, 9 dos 11 municípios apresentavam também valores de consumo por habitante superiores ao valor médio do país, destacando-se o verificado em Porto Moniz (175).

A geografia do consumo de água por habitante demonstra ainda níveis de consumo elevados nos concelhos da região de Lisboa e, em oposição, os baixos consumos *per capita* registados na generalidade dos concelhos da região Norte. Note-se que na região de Lisboa é o concelho de Sesimbra, também com uma dotação significativa em equipamentos turísticos, que apresenta o maior valor de consumo por habitante [Figura I.2.7].

FIGURA I.2.7 - CONSUMO DE ÁGUA RESIDENCIAL E DE SERVIÇOS POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2003



## AÇORES COM AS MENORES PERCENTAGENS DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUA E ETAR

A rejeição de águas após o consumo constitui o início da fase final do ciclo urbano da água. As águas rejeitadas são tendencialmente incorporadas em sistemas de drenagem de águas residuais e tratadas antes de entrarem novamente no ciclo "natural" da água.

Apesar do esforço, desenvolvido na última década, no sentido da cobertura total da população com sistemas de drenagem de águas residuais, em 2003, apenas 73% da população portuguesa estava servida por estes sistemas e apenas 61% da população era servida por estações de tratamento de águas residuais [Figura I.2.8].

A Figura I.2.9 demonstra ainda que, em Portugal, das águas rejeitadas e incorporadas em sistemas de drenagem de águas residuais, apenas 82% sofriam um processo de tratamento em ETAR ou fossas sépticas municipais, correspondendo este valor à introdução de cerca de 93 milhões de m<sup>3</sup> de água no ciclo "natural" da água sem tratamento eficaz prévio.

Neste contexto, a posição da Região Autónoma dos Açores é sem dúvida a mais frágil: por um lado, no total das regiões, apresentava as menores proporções de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (40%) e por estações de tratamento de águas residuais (27%), por outro, apenas 32% da água incorporada em sistemas de drenagem de águas residuais era sujeita a tratamento em ETAR ou fossas sépticas municipais. Este valor na taxa de tratamento de águas residuais era o mais baixo verificado a nível regional, e muito inferior ao da região de Lisboa que apresentava a segunda menor taxa de tratamento de águas residuais (78%).

A Região Autónoma da Madeira também se destaca por apresentar baixas percentagens de população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais. Apesar disso, esta região apresentava, em 2003, a taxa de tratamento de águas residuais mais elevada, próxima dos 100%. Esta região e o Algarve destacavam-se positivamente pela proporção de águas residuais tratadas. De facto, a actividade do turismo centrada no produto "sol e praia" que constitui um motor fundamental da base económica destas duas regiões, não seria viável sem um tratamento eficaz dos efluentes urbanos.

A Região de Lisboa apresenta um comportamento divergente nas componentes em análise: por um lado apresentava uma elevada proporção de população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais, por outro, apresentava uma taxa de tratamento de águas residuais abaixo do valor médio nacional. De facto, a região de Lisboa era responsável por perto de metade das águas residuais reintroduzidas no ciclo natural da água sem qualquer tratamento prévio (pelas redes de drenagem de águas residuais nacionais), valor que alerta para a sustentabilidade do principal motor económico do país. No mesmo sentido, a região Norte, a região mais populosa do país, apresentava uma taxa de tratamento de águas residuais abaixo da média nacional, sendo responsável por mais de ¼ dos efluentes sem tratamento reintroduzidos no ciclo natural, destacando-se ainda por baixos níveis de população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais.

Por último, as regiões Centro e Alentejo apresentavam proporções de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais próximos do valor

médio nacional, destacando-se, no entanto, positivamente, a elevada taxa de tratamento de águas residuais verificada na região Centro.

FIGURA I.2.8 - PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2003

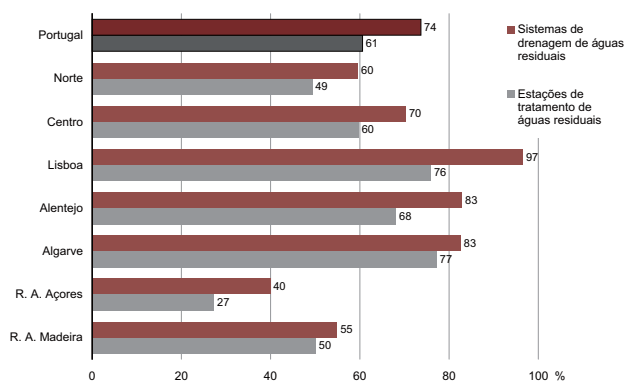
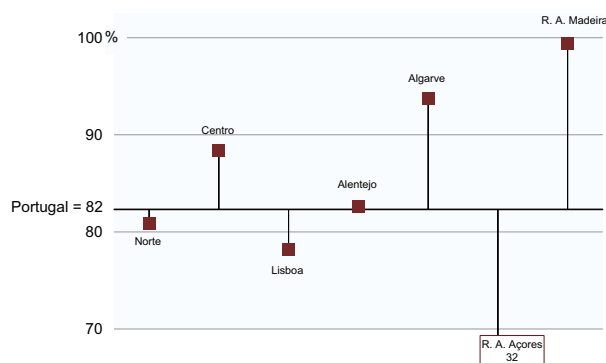


FIGURA I.2.9 - TAXA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2003



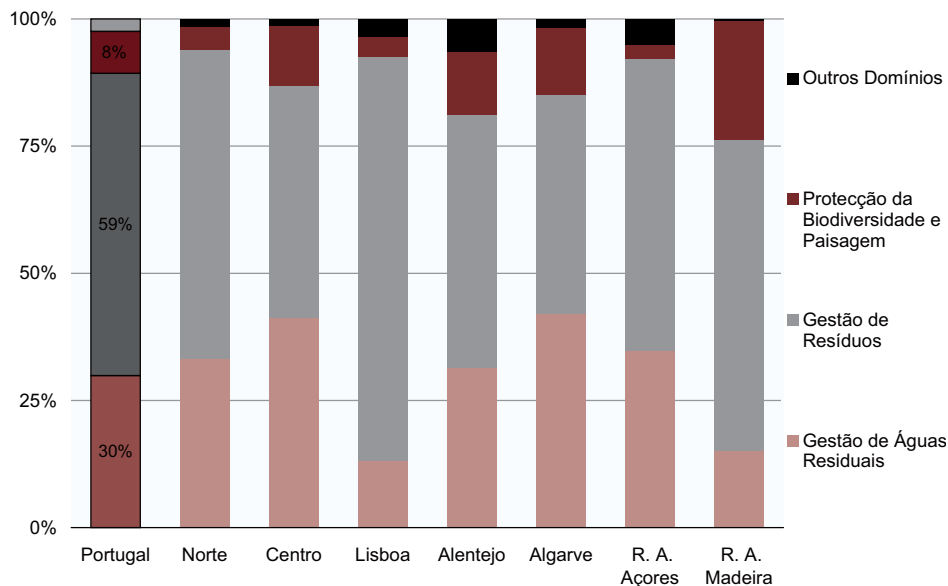
## AUMENTO DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS NOS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

Em 2003, o volume global das despesas dos municípios nos domínios de ambiente foi de cerca de 600 milhões de Euros, correspondendo este valor a um aumento de 4% relativamente ao ano anterior. A taxa de cobertura das despesas pelas receitas dos municípios nos domínios de ambiente era de apenas 36%, correspondendo esta taxa a um aumento ligeiramente superior a 1 ponto percentual relativamente a 2002.

A estrutura da despesa dos municípios portugueses pelos diferentes domínios manteve-se quase inalterada face ao ano anterior, com os gastos relativos à gestão de resíduos sólidos urbanos a concentrarem a maior quota parte da despesa - perto de 60% - seguindo-se as despesas com a gestão de águas residuais (30%) e, por último, com uma importância substancialmente inferior, os gastos com a protecção da biodiversidade e da paisagem, que representaram apenas 8%.

A expressão dos diferentes domínios de despesa verificadas a nível nacional é, no essencial, reproduzida nas diferentes regiões. Apesar disso, as regiões Norte e Açores, regiões que, tal como foi referido anteriormente, apresentavam debilidades no acesso das populações aos diferentes serviços relacionados com a fase final do ciclo urbano da água, destacavam-se, face ao país, pela maior importância relativa das despesas municipais na gestão de águas residuais. A região de Lisboa destacava-se pelo esforço dos municípios na gestão dos resíduos sólidos urbanos, e as restantes regiões evidenciavam-se, sobretudo, pela importância acima do valor médio do país assumido pelo domínio de protecção da biodiversidade e da paisagem, destacando-se neste contexto a região da Madeira, com 24% da despesa municipal concentrada neste domínio [Figura I.2.10].

FIGURA I.2.10 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, PORTUGAL E NUTS II, 2003

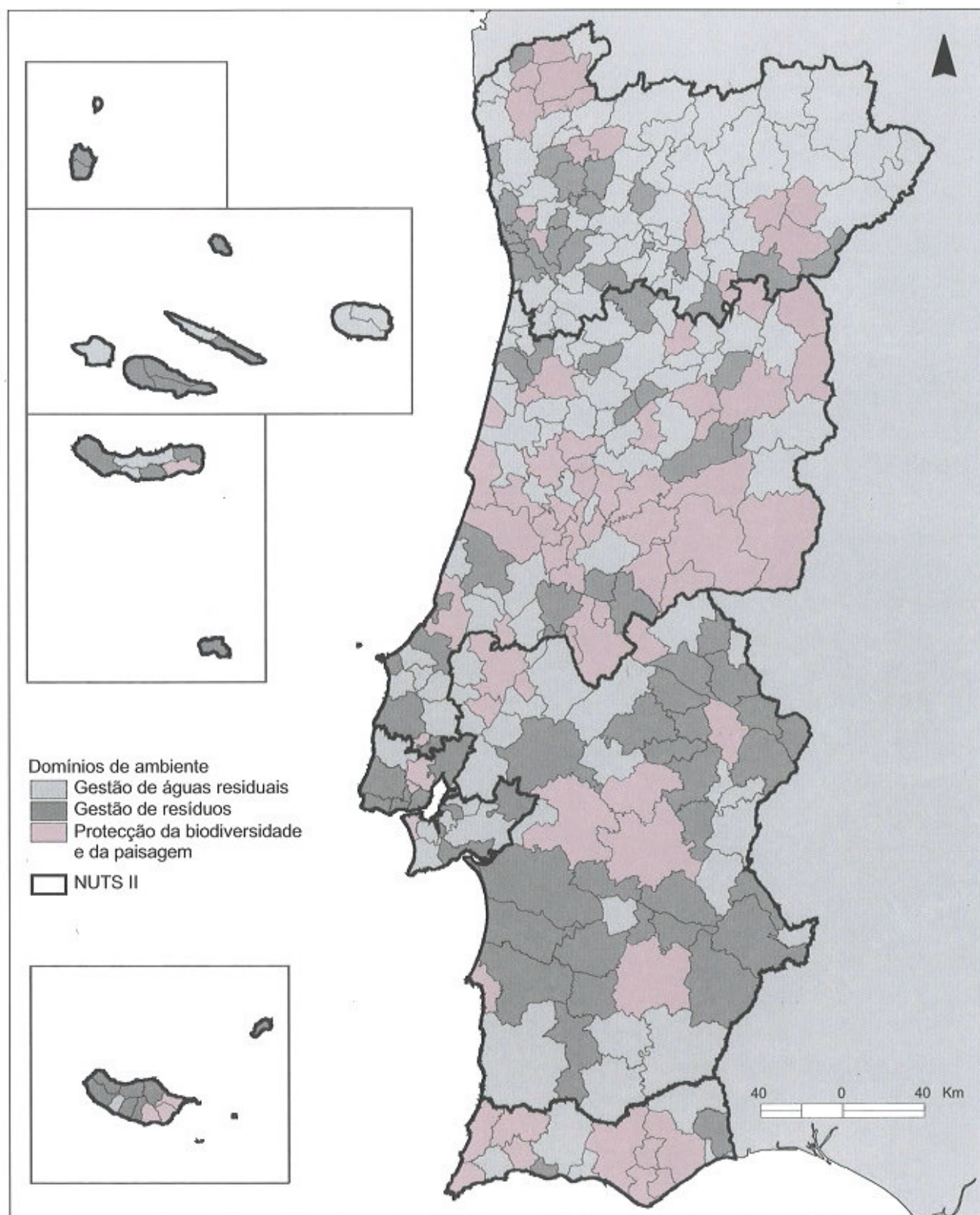


A leitura de base regional sobre a sobrevalorização da despesa municipal no domínio de protecção da biodiversidade e da paisagem, que colocou em destaque quatro das sete regiões do país torna-se menos expressiva numa análise centrada nos municípios. A Figura I.2.11 apresenta a despesa no domínio de ambiente mais significativa em cada concelho relativamente à estrutura da despesa verificada em Portugal. Os domínios apresentados são assim os mais sobrevalorizados em cada um dos concelhos relativamente ao contexto nacional<sup>16</sup>.

Neste sentido, a sobrevalorização da despesa no domínio de protecção da biodiversidade é apenas evidente em cerca de ¼ dos municípios portugueses, sendo que destes, onze são parte integrante, ou encontram-se nas proximidades, de Áreas de Paisagem Protegida. São exemplo desta situação, no Algarve, os municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira afectos ao Parque Natural da Ria Formosa e na região Centro, os concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Rodão, na área protegida do Tejo Internacional. De facto, a sobrevalorização da despesa ocorre no domínio de gestão de águas residuais em cerca de 43% dos municípios e na gestão de resíduos sólidos urbanos em 31%, indicando que os esforços dos municípios ainda se concentram naquilo que poderíamos designar por “reivindicações ambientais de primeira geração”.

<sup>16</sup>O Quociente de localização corresponde ao rácio entre a importância relativa de cada domínio num concelho e a importância relativa que esse mesmo domínio assume no total do país. Para o cálculo da importância relativa consideraram-se apenas os três domínios de ambiente – “Gestão de águas residuais”, “Gestão de resíduos” e “Protecção da biodiversidade e da paisagem” – relativamente à despesa total nestes três domínios.

FIGURA I.2.11 - DOMÍNIO DE AMBIENTE COM MAIOR QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR CONCELHO, 2003







II.

## As Pessoas







## II.1 População





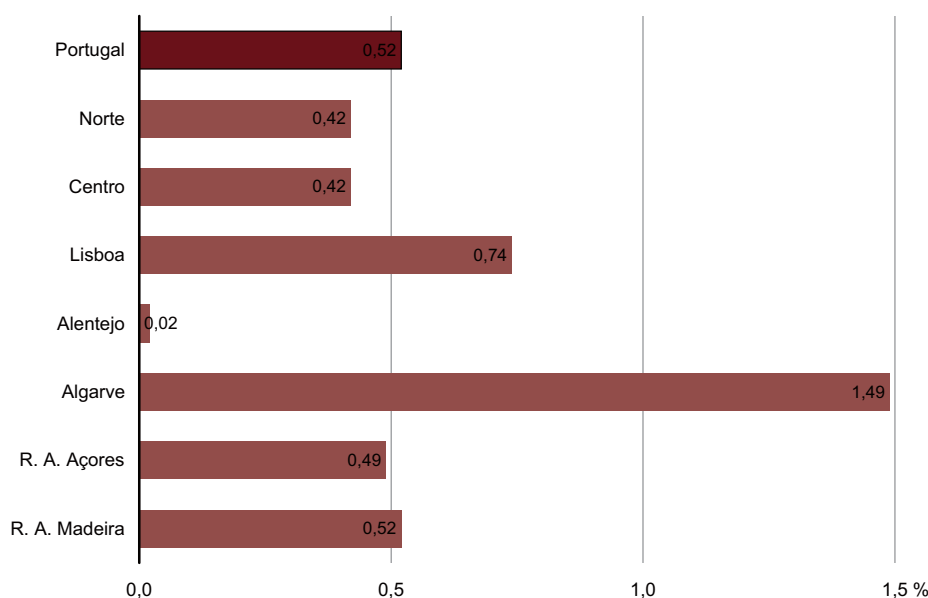
## II.1. POPULAÇÃO

### E FEITO MARCANTE DA COMPONENTE MIGRATÓRIA NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO...

A população residente estimada para Dezembro de 2004 ascendia a cerca de 10,5 milhões de pessoas o que representava um aumento de 0,5% face ao ano anterior. A estrutura regional da distribuição da população correspondia a 35% da população a residir no Norte, cerca de 23% no Centro e 26% em Lisboa. O restante pertencia ao Alentejo (7,3%) Algarve (3,9%) e Açores e Madeira (com 2,3% cada).

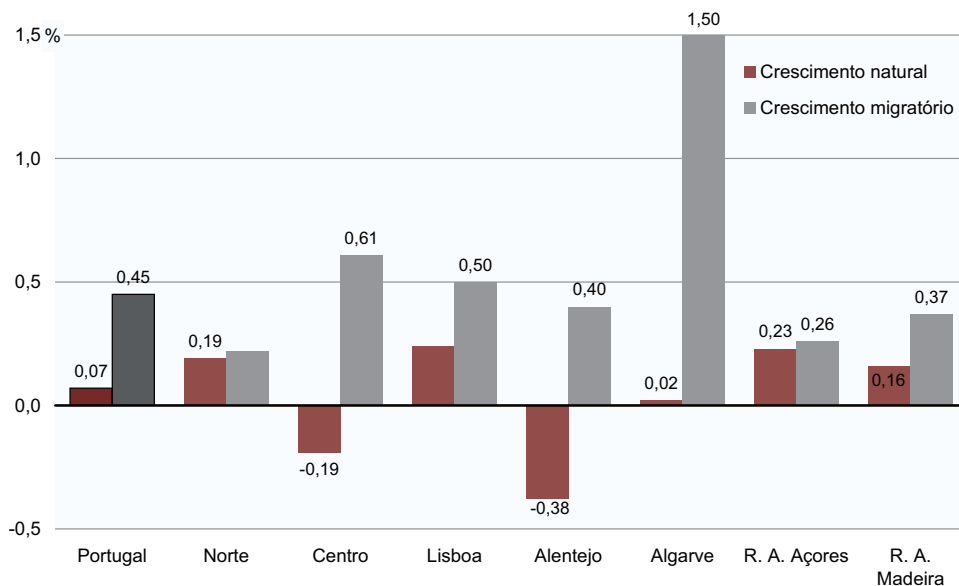
Nas taxas de variação regionais, 2003-04 evidenciava-se o Algarve com o crescimento mais significativo (1,5%) e o Alentejo com o menor dinamismo populacional [Figura II.1.1].

FIGURA II.1.1 - TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



A decomposição do crescimento efectivo da população mostra que este é sustentado pela componente migratória, isto é, pelo saldo positivo registado nas migrações internacionais que asseguram a maior quota parte do crescimento dos efectivos populacionais registados em todas as regiões. Desde 1992 que a população residente em Portugal tem vindo a aumentar sobretudo através do crescimento migratório que tem subido à média anual de 0,4% enquanto o crescimento natural não chega a um aumento anual de 0,1% no mesmo período.

FIGURA II.1.2 - TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



As diferenças mais significativas entre o dinamismo populacional induzido pela componente natural e a componente migratória registaram-se nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve. Nos dois primeiros casos o saldo natural foi negativo e no último quase nulo. O crescimento dos efectivos populacionais foi exclusivamente resultado da componente migratória. Nas restantes regiões ambas as componentes, natural e migratória, contribuíram positivamente para a taxa de variação da população [Figura II.1.2].

Ao nível das sub-regiões o panorama é idêntico. Existem todavia algumas particularidades. Assim 11 das NUTS III apresentavam um crescimento efectivo negativo: Douro e Alto Trás-os-Montes, no Norte; Baixo Mondego, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, no Centro; Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, no Alentejo. O Douro constituía a única sub-região em que se verificaram saldos negativos em ambas as componentes natural e migratória. De entre as sub-regiões com ganhos de população destacavam-se os casos do Grande Porto, Tâmega, Ave, e Cávado (Norte) com os saldos naturais superiores aos migratórios. Com ganhos efectivos superiores a 1% surgiam o Oeste, o Pinhal Litoral e a Península de Setúbal onde os crescimentos migratórios tomavam os valores mais elevados.

#### ...EXTENSÍVEL A QUASE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

A geografia concelhia da dinâmica populacional entre 2003 e 2004 opõe um Litoral com ganhos populacionais a um Interior com perdas [Figura II.1.3]. Neste panorama geral algumas excepções devem, todavia, ser assinaladas.

No Alentejo destacavam-se o eixo Vendas Novas-Évora-Mourão/Moura e os casos isolados de Castro Verde no Baixo Alentejo, Campo Maior no Alto Alentejo, Sousel no Alentejo Central e Sines e Odemira, no Alentejo Litoral, cujos ganhos populacionais contrastavam com os restantes concelhos da região.

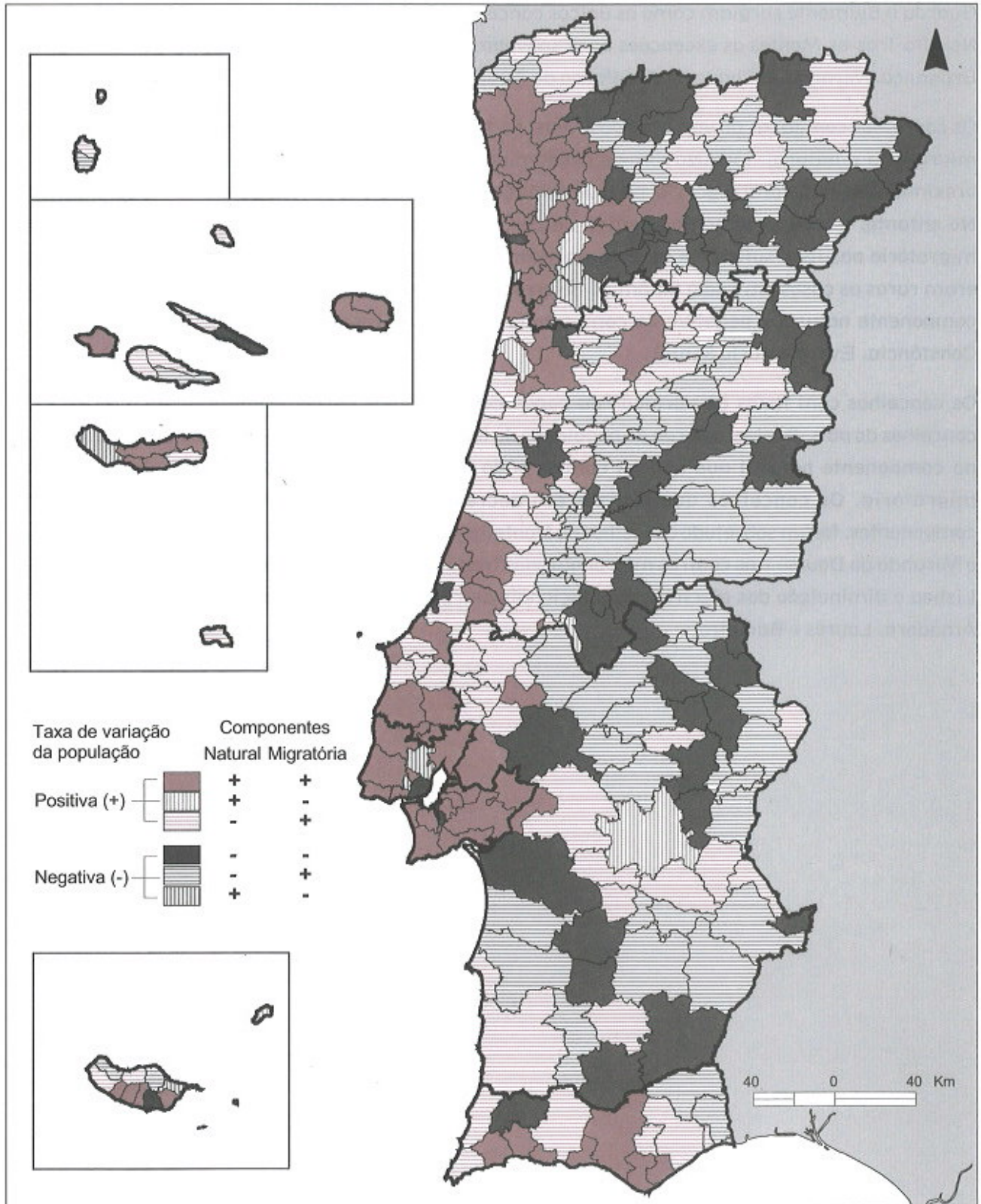
Elvas era o único concelho do Interior cujo crescimento efectivo da população se devia exclusivamente à componente natural.

Guarda e Belmonte surgiam como os únicos concelhos da Beira Interior com ganhos populacionais. No Alto Trás-os-Montes as excepções ao despovoamento do Interior registavam-se nos concelhos de Bragança, Mirandela, Chaves e Vila Pouca de Aguiar.

Os concelhos com taxas de variação positivas, fruto de um saldo positivo em ambas as componentes migratória e natural, localizavam-se predominantemente nas áreas metropolitanas e nas suas proximidades, no Litoral Algarvio, na sub-região Oeste, e em alguns concelhos das Regiões Autónomas. No entanto, o comportamento positivo de cerca de metade dos concelhos derivou de um saldo migratório positivo, suficiente para compensar o saldo negativo da componente natural. De facto, eram raros os casos em que a dinâmica de crescimento resultou de um comportamento positivo da componente natural e negativo da componente migratória (apenas Felgueiras, Penafiel, Aveiro, Constância, Évora e Porto Santo).

Os concelhos com taxas de variação da população negativas correspondiam a cerca de 45% dos concelhos do país. Destes, a perda de população da larga maioria resultou de um dinamismo negativo na componente natural que não foi compensado pelo saldo positivo verificado na componente migratória. Os concelhos que registaram decréscimos populacionais por via de ambas as componentes, foram sobretudo concelhos de fronteira e/ou de áreas remotas (e.g. Barrancos, Almeida e Miranda do Douro) e os centros metropolitanos tradicionais (Lisboa, Porto) e Coimbra. No caso de Lisboa a diminuição dos efectivos populacionais alargou-se de 2003 para 2004 para os concelhos de Amadora, Loures e Barreiro.

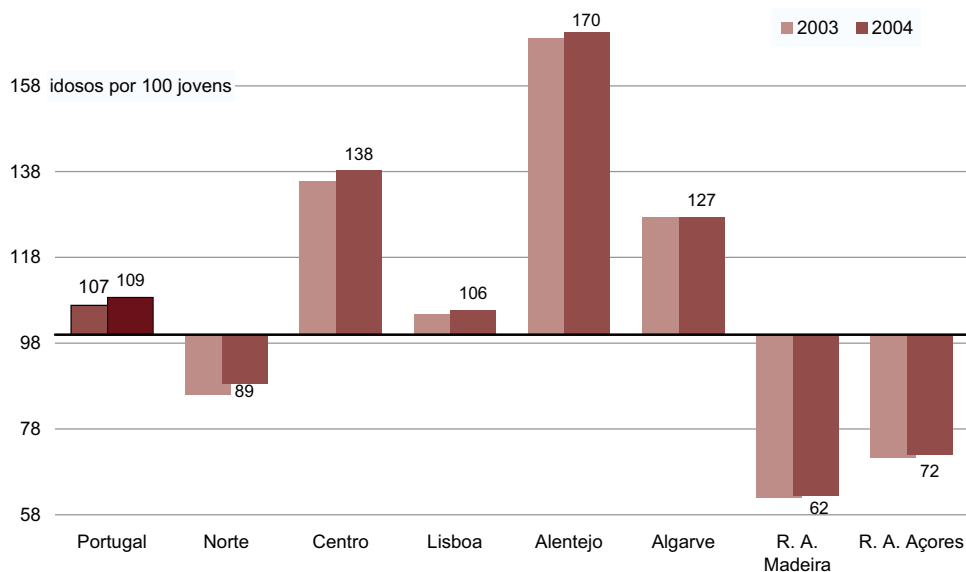
FIGURA II.1.3 - DECOMPOSIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, POR CONCELHO, 2003-04



## MAIOR EXPRESSÃO DO ENVELHECIMENTO EM TODAS AS REGIÕES

A evolução registada, entre 2003 e 2004, na estrutura etária da população residente, revela o acentuar do envelhecimento da população, com a relação entre população idosa e população jovem a atingir os 108,7 em 2004, ou seja mais 2 idosos por cada 100 jovens do que no ano anterior [Figura II.1.4].

FIGURA II.1.4 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004

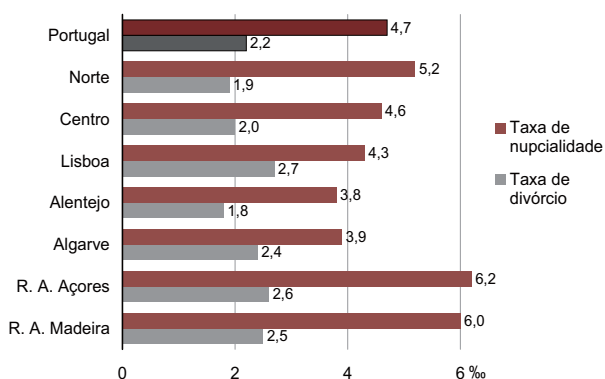
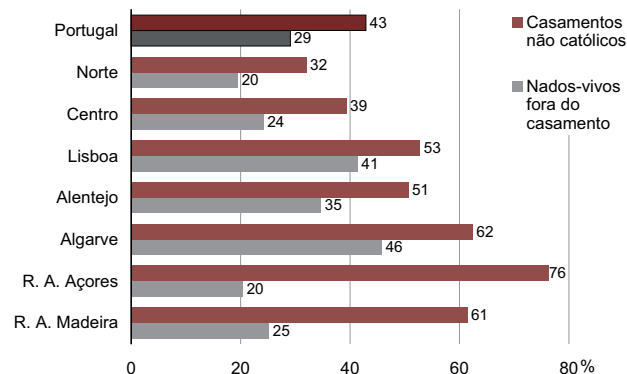


Este comportamento do índice de envelhecimento advém do efeito combinado da diminuição dos efectivos populacionais com 14 ou menos anos e do aumento dos efectivos populacionais no grupo de população com 65 e mais anos (-0,1% versus 1,6%). Regionalmente o acentuar do envelhecimento verificou-se em todas as regiões à excepção do Algarve onde o número de idosos por cada 100 jovens se manteve idêntico ao ano anterior. Nas regiões insulares a subida deste indicador foi mais ligeira do que nas regiões continentais. No caso dos Açores a diminuição da população jovem foi contrabalançada pela também diminuição da população idosa, única região em que a evolução do grupo etário com mais de 65 anos foi negativa.

## LISBOA E ALGARVE COM A MAIOR PERCENTAGEM DE FILHOS FORA DO CASAMENTO

As mutações que têm vindo a ser dominantes nos padrões de conjugalidade em Portugal - aumento do casamento civil, diminuição das taxas de fecundidade, aumento do número de nascimentos fora do casamento, aumento da taxa de divórcio e diminuição das taxas de nupcialidade – foram todos fenómenos presentes entre 2003 e 2004.

A percentagem de casamentos apenas exclusivamente civis subiu 6%, a taxa de fecundidade desceu 2,9%, os nascimentos fora do casamento subiram 6%, a taxa de divórcio subiu 1,8% e a taxa de nupcialidade desceu 9% [Figura II.1.5 e Figura II.1.6].

**FIGURA II.1.5 - TAXAS DE NUPCIALIDADE E DE DIVÓRCIO, PORTUGAL E NUTS II, 2004**

**FIGURA II.1.6 - CASAMENTOS NÃO CATÓLICOS E NADOS-VIVOS FORA DO CASAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2004**


As Regiões Autónomas e o Norte apresentavam taxas de nupcialidade mais elevadas, sendo as únicas regiões a registar valores superiores ao valor médio de Portugal. A taxa de divórcio registava o seu valor mais elevado nas Regiões Autónomas e em Lisboa. A menor importância de casamentos não católicos era observada no Norte (32%), enquanto os Açores<sup>17</sup> e a Madeira registavam, mais uma vez, um valor superior à média nacional. Entre as regiões continentais era o Algarve que apresentava uma proporção de casamentos não católicos relativamente superior ao restante território. Lisboa e Algarve evidenciavam-se pela maior percentagem de filhos fora do casamento.

No que diz respeito às taxas de fecundidade os valores mais elevados encontravam-se no Algarve, Açores e Lisboa. As regiões Norte e Centro apresentavam, por sua vez, valores inferiores ao nacional e abaixo de 40 nados vivos por mil mulheres em idade fértil. Abaixo deste valor estavam também 10 sub-regiões, 6 no Centro, 3 no Norte e 1 no Alentejo. Os valores mais elevados neste indicador ao nível das sub-regiões eram observados na Grande Lisboa e Península de Setúbal (mais de 46 nados vivos por mil mulheres em idade fértil). A análise centrada nas sub-regiões destacava ainda no Norte, o Tâmega (42,3‰) e Cávado (41,2‰); no Centro, o Oeste (43,5‰) e o Pinhal Litoral (41,8‰); e no Alentejo, o Baixo Alentejo (41,6‰) e o Alentejo Central (41,2‰). A mais baixa fecundidade pertencia à Serra da Estrela que não atingia os 30‰.

### LISBOA COM METADE DOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE ESTRANGEIROS

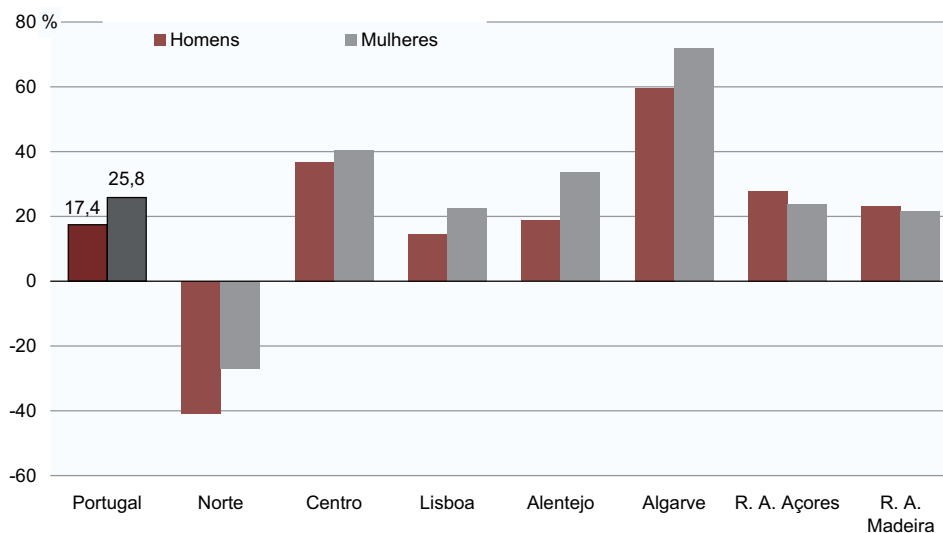
Em 2004 os pedidos de estatuto de residente no território nacional ultrapassaram os 16 mil, mais 21,2% que o número de idênticos pedidos em 2003. Lisboa concentrava cerca de metade dos pedidos de residência de estrangeiros, o Algarve 19%, o Centro 15%, nenhuma das outras regiões ultrapassava os 10%.

<sup>17</sup> A elevada proporção de casamentos civis na Região Autónoma dos Açores não significa necessariamente a menor realização de casamentos católicos: " Nos Açores o casamento civil tende a ser desfasado da cerimónia religiosa e a ser realizado primeiro por questões que se ligam com a compra da casa. É este registo que é enviado para os serviços locais do INE e não o do casamento católico que se realiza depois. Quando o casamento civil é realizado em simultâneo com o religioso, como acontece em geral no Continente, é a própria paróquia da Igreja que se encarrega de enviar esse registo para os serviços competentes como ficou assente com a renegociação da Concordata em 1975." in Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta. (p. 243-245).

Entre 2003 e 2004 a Região Norte foi a única que não registou um aumento dos pedidos de autorização de residência. Das restantes regiões, destacou-se o Algarve que apresentou, em 2004, mais do dobro dos pedidos de residência que no ano anterior [Figura II.1.7].

As sub-regiões Pinhal Litoral e Oeste no Centro, e Cávado no Norte, apresentavam, também, uma subida, para o dobro, nos pedidos de autorização de residência. Com as descidas mais acentuadas (menos de metade) surgia o Grande Porto e o Tâmega, no Norte, e o Pinhal Interior Sul, no Centro. Nas sub-regiões do Alentejo este indicador não ultrapassou os valores do ano anterior, à excepção do Alentejo Central. Na região de Lisboa, a Península de Setúbal e a Grande Lisboa registaram evoluções no mesmo sentido mas com intensidades diferentes: enquanto a primeira cresceu 62% a segunda apenas aumentou 6,9%.

FIGURA II.1.7 - EVOLUÇÃO DOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE ESTRANGEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



Em 2004, a relação de masculinidade da população estrangeira que solicitou autorização de residência foi de 83%, ou seja, por cada 100 mulheres que solicitaram esta autorização houve apenas 83 homens a efectuarem o mesmo pedido. De facto o padrão da imigração em que os homens predominam não se verifica em Portugal desde o início do século XXI. O valor deste indicador em 1992 era de 174%, significando que o número de estrangeiros do sexo masculino a pretender residir em Portugal era muito superior aos estrangeiros do sexo feminino. Desde essa data que este indicador tem vindo sistematicamente a descer, em 2000 atingia os 100% (equilíbrio entre sexos) e nos anos seguintes os imigrantes mulheres ultrapassavam os homens até ao valor registado em 2004.





## II.2 Educação





## II.2. EDUCAÇÃO

### REFORÇO DA QUEBRA NO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

No ano lectivo de 2004/2005 acentuou-se a quebra no número de alunos inscritos no ensino superior registando uma variação de -3,7%, bastante superior à quebra registada no ano anterior de 1,4%. Esta quebra foi extensível a todas as regiões do Continente e à Região Autónoma dos Açores e afectou com maior intensidade o ensino superior privado (que a nível nacional registou uma redução de 7,6% contra um decréscimo de 2,2% no ensino público) [Figura II.2.1].

A forte quebra de alunos inscritos no ensino superior privado fez-se sentir em regiões com fraco peso a nível nacional neste domínio, como por exemplo o Alentejo, mas também na região de Lisboa, que concentrava em 2004/2005 cerca de metade dos alunos inscritos no ensino superior privado em Portugal [Figura II.2.2]. Como excepção a esta evolução negativa no ensino privado surgem as regiões do Algarve e da Madeira.

A região de Lisboa, que concentra mais alunos inscritos no ensino superior (quer público, quer privado), constituiu, juntamente com a Madeira, uma excepção à evolução negativa dos alunos inscritos no sector público, registando um ligeiro acréscimo [Figura II.2.1 e Figura II.2.2].

FIGURA II.2.1 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR, PORTUGAL E NUTS II, 2003/2004-2004/2005

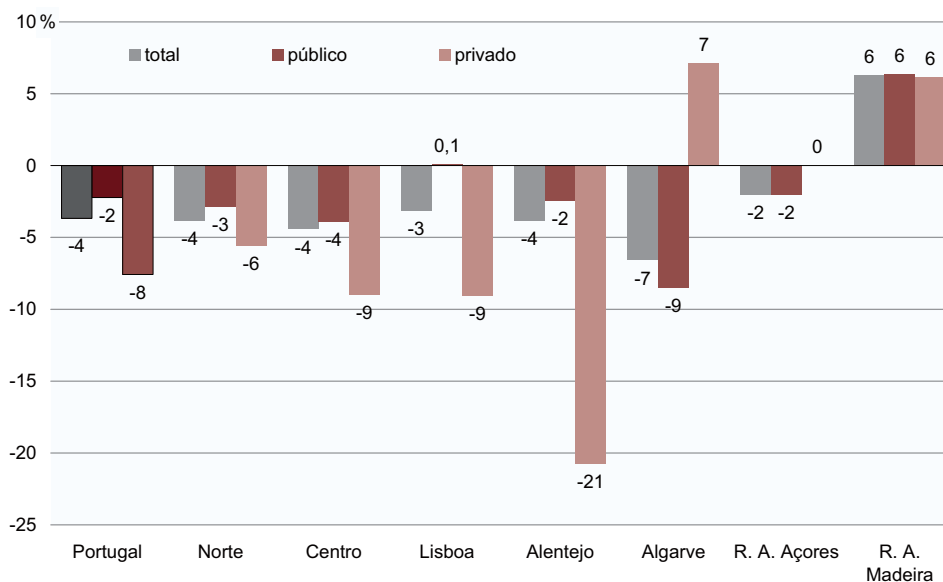
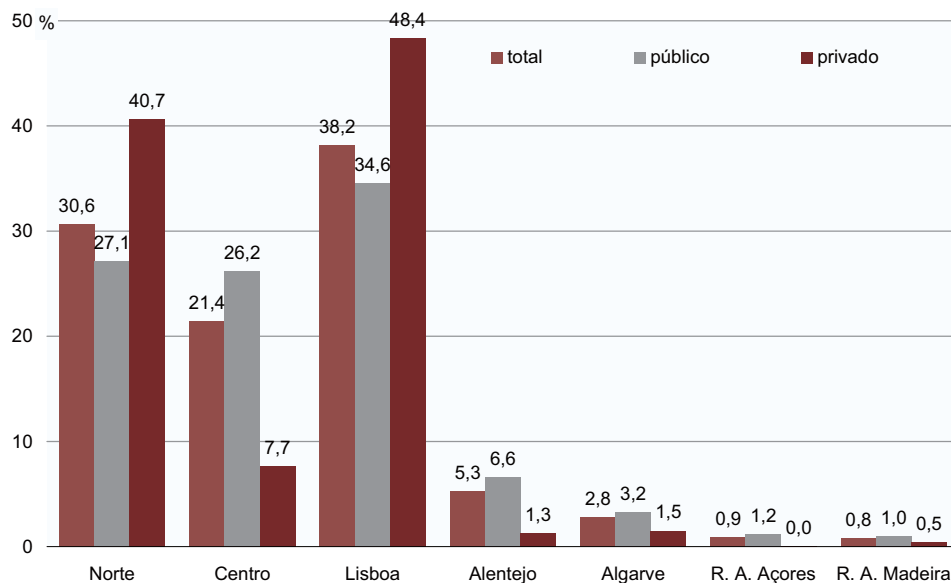


FIGURA II.2.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR, POR NUTS II, 2004/2005



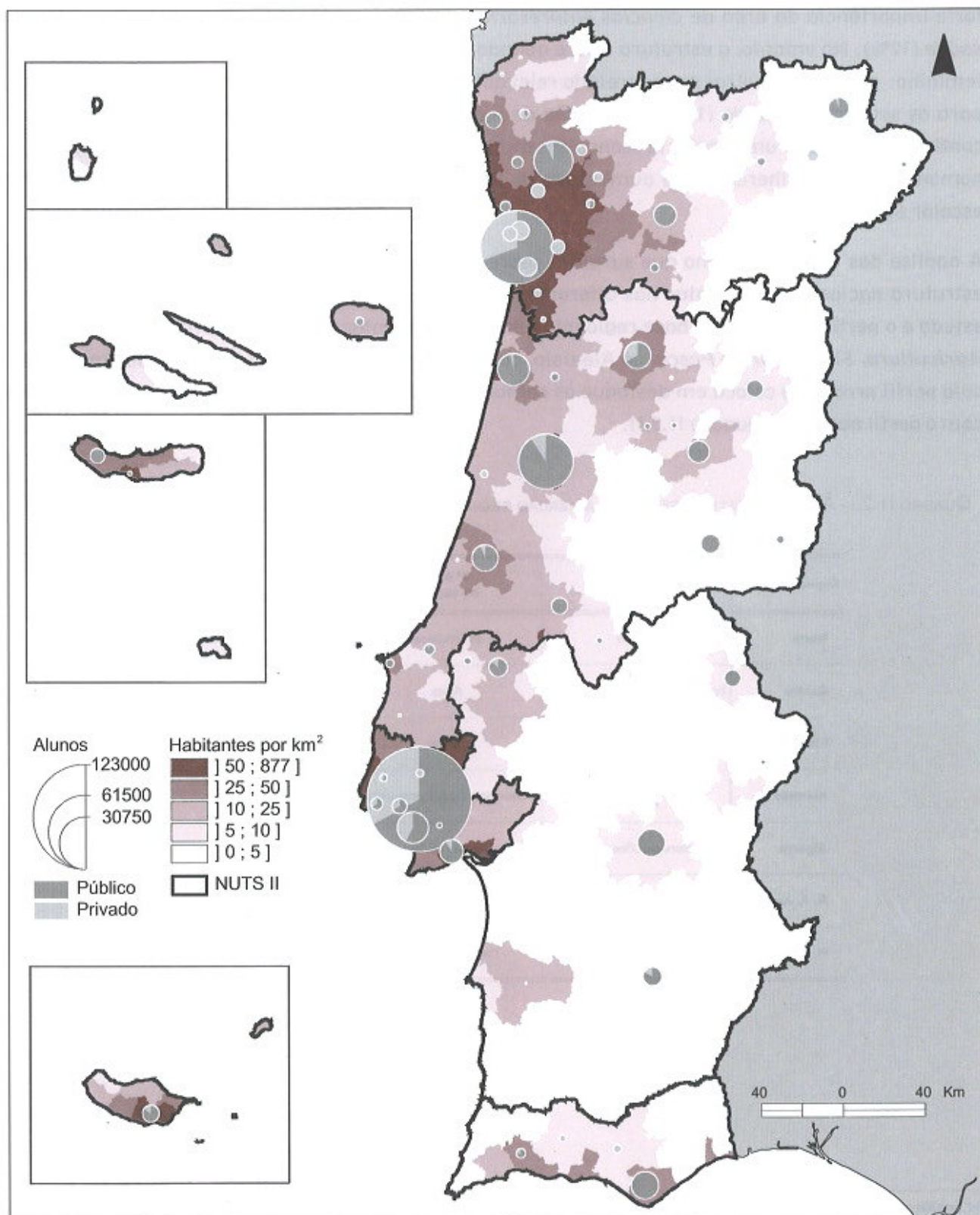
### ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DINAMIZADO PELO SECTOR PÚBLICO

A distribuição do número de alunos inscritos no ensino superior revela um padrão fortemente concentrado, associado quer às áreas metropolitanas, quer a cidades de média dimensão do Litoral e Interior, ainda que se esboce também uma associação com a distribuição da população em geral, e da população dos 15 aos 24 anos em particular [Figura II.2.3].

De facto, só os concelhos de Lisboa e Porto concentravam perto de 50% dos alunos do ensino superior, e se a estes for acrescido o concelho de Coimbra, ou se for considerada a totalidade dos concelhos que compõem as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, esta proporção ascendia a perto de 60%.

No que diz respeito à dicotomia público-privado, verifica-se uma concentração no Litoral de alunos inscritos em instituições privadas, principalmente nas áreas metropolitanas ou nas suas proximidades (vejam-se, por exemplo, na proximidade da Área Metropolitana do Porto, os concelhos de Paredes ou Vila Nova de Famalicão; no caso da Área Metropolitana de Lisboa é exemplo Torres Vedras). De facto, a associação entre relevância do ensino superior e cidades médias do Interior surgia maioritariamente via estabelecimentos públicos, fruto de uma política de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente através dos Institutos Politécnicos que funcionaram, na década de 90, como autênticos instrumentos de desenvolvimento regional. Existiam, no entanto, raras exceções em que o ensino superior privado assumia relevância no Interior (constituem exemplo os concelhos de Macedo de Cavaleiros ou Beja).

FIGURA II.2.3 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR E DENSIDADE DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 24 ANOS, POR CONCELHO, 2004/2005



## ASSOCIAÇÃO ENTRE PRINCIPAIS ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR E PERFIL PRODUTIVO DAS REGIÕES

A estrutura dos estudantes universitários por áreas de ensino, no ano lectivo 2004/2005, revelava uma forte importância da área de *ciências empresariais* (15%), *engenharias e técnicas afins* (13%) e *saúde* (12%). No entanto, a estrutura difere quando se considera os estudantes do sexo masculino e feminino: para os primeiros era sobretudo relevante a área de *engenharias e técnicas afins* (24%), para os segundos a *saúde* (16%). A relação de masculinidade nos estudantes do ensino superior continuava a revelar uma maior presença das mulheres neste nível de ensino, ainda que o número de homens por 100 mulheres tenha aumentado de 78 para 80 do ano lectivo de 2003/2004 para o ano escolar seguinte.

A análise das áreas de ensino que surgiam sobre-representadas ao nível regional no contexto da estrutura nacional são distintas nas diferentes regiões, revelando uma relação entre as áreas de estudo e o perfil produtivo de base regional. A sobre-representação face ao perfil nacional da área *Agricultura, Silvicultura e Pesca*, no Alentejo, constitui um exemplo, dado tratar-se de uma região cujo perfil produtivo coloca em destaque os ramos da agricultura e/ou pescas, quando confrontado com o perfil nacional [Quadro II.2.1].

QUADRO II.2.1 - ÁREAS DE ESTUDO DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL<sup>18</sup> NO ENSINO SUPERIOR, POR NUTS II, 2004/2005

Especializações	1ª área de estudo	2ª área de estudo	3ª área de estudo
Norte	Saúde	Informática	Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação
Centro	Engenharias e Técnicas Afins	Artes	Ciências Físicas
Lisboa	Ciências Sociais e do Comportamento	Direito	Informação e Jornalismo
Alentejo	Agricultura, Siviltura e Pescas	Indústrias Transformadoras	Serviços Sociais
Algarve	Serviços Pessoais	Ciências da Vida	Protecção do Ambiente
R. A. Açores	Ciências da Vida	Agricultura, Siviltura e Pescas	Formação de Professores/ Formadores e Ciências da Educação
R. A. Madeira	Matemática e Estatística	Ciências da Vida	Serviços Pessoais

<sup>18</sup> Consideraram-se as áreas de especialização que simultaneamente apresentavam um quociente de localização superior a 1 e uma importância na região superior a 2,25%. Entende-se por quociente de localização, o rácio entre o peso, em termos de número de alunos no ensino superior, de uma determinada área de estudo na região e o peso, em termos de alunos, da área de estudo no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a área de estudo em questão tem maior relevância no número de alunos da região do que ao nível nacional, ou seja, a região é especializada nessa área de estudo, em termos de número de alunos.



## II.3 Cultura e Lazer





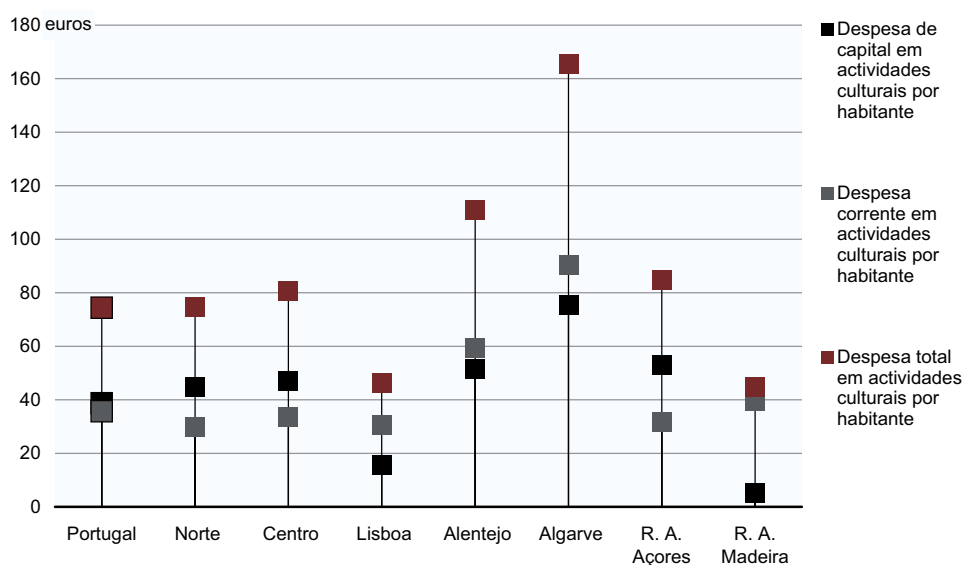
## II.3. CULTURA E LAZER

### CULTURA ABSORVE CERCA DE 12% DAS DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

As despesas das câmaras municipais em actividades culturais ascenderam, em 2003, a cerca de 777 milhões de euros, registando um aumento na ordem de 1,4% face ao ano anterior. As despesas em cultura representaram assim, em 2003, 11,6% do total de despesas das câmaras municipais enquanto no ano anterior este peso era de 10,5%. Da análise do tipo de despesas efectuadas verificou-se que mais de metade do valor total foi aplicado em despesas de capital e em especial na área de Desporto.

Em termos regionais, como se observa na Figura II.3.1, destacaram-se claramente o Alentejo e o Algarve já que registaram uma forte despesa em actividades culturais para a dimensão populacional da região, tendo-se observado nestas regiões valores bastante superiores aos da média nacional. Esta situação reflectiu-se tanto no que respeita às despesas correntes, mais relacionadas com o funcionamento das câmaras municipais, como às despesas de capital, mais relacionadas com investimentos realizados. Na Madeira embora se tenham registado despesas correntes acima das verificadas para o nível médio do país, o mesmo não aconteceu nas despesas de capital. De facto, apenas esta região autónoma e Lisboa apresentaram despesas de capital por habitante inferiores à média nacional.

FIGURA II.3.1 - DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2003



### DESADEQUAÇÃO ENTRE OFERTA E PROCURA EVIDENTE NA MAIOR PARTE DOS CONCELHOS DO PAÍS REGISTRANDO-SE UM AUMENTO DE SALAS DE CINEMA E UMA DIMINUIÇÃO DOS ESPECTADORES

Em 2003, assistiu-se a um novo aumento da oferta de cinema, o que se reflectiu numa taxa de crescimento anual de 8,8% das salas de cinema (que passaram a 533) e de 6,5% da lotação dos

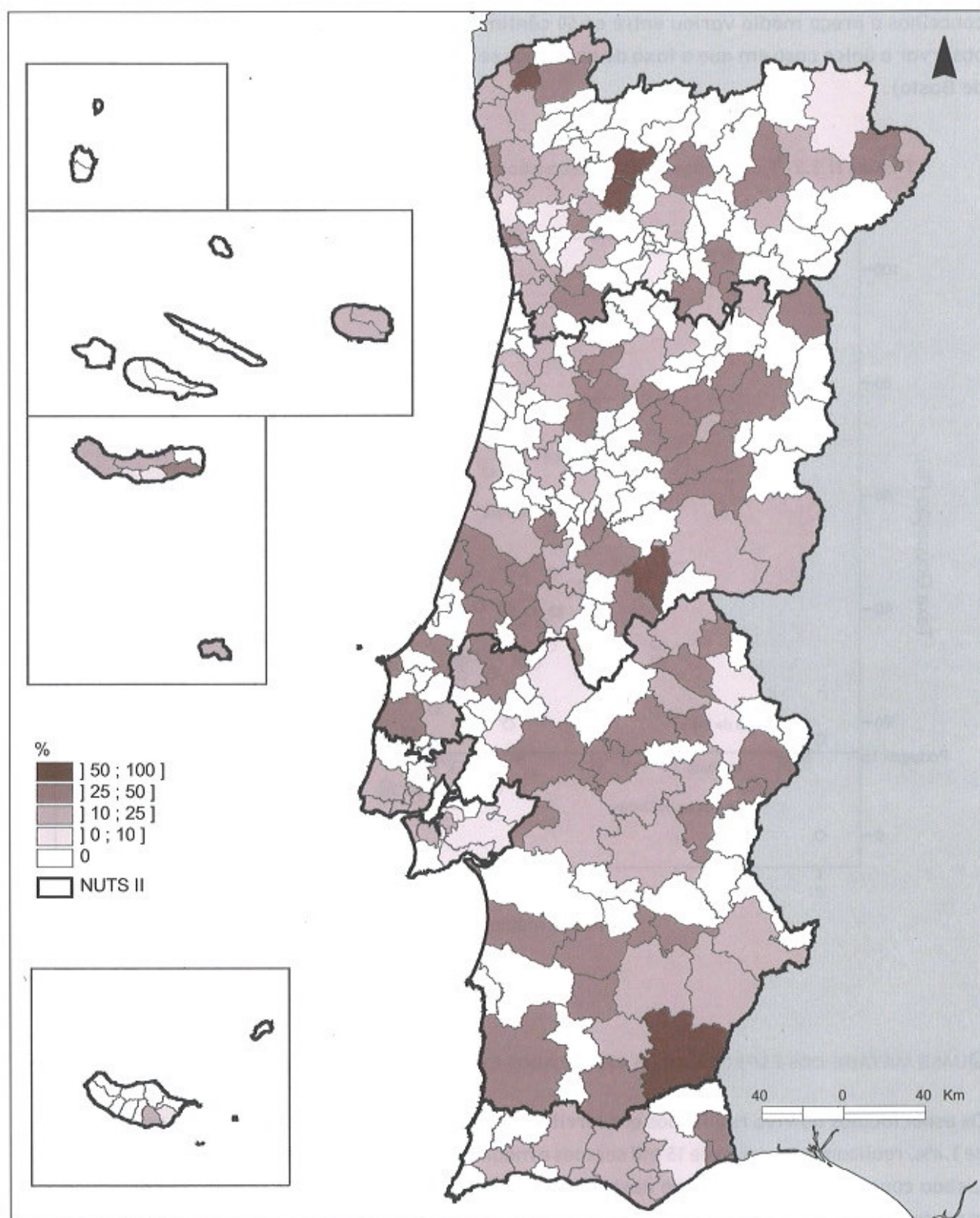


recintos (passando a disponibilizar cerca de 119 mil lugares). No entanto, a procura não evoluiu face a 2002 da mesma forma, a avaliar pela diminuição de quase 4% registada nos espectadores de cinema. Esta quebra da procura face ao ano anterior implicou uma diminuição da taxa de ocupação das salas de cinema de 16,9% para 14,7% em 2003, o que ficou a dever-se em grande medida ao menor número de espectadores por sessão de cinema.

A diminuição observada na taxa de ocupação dos cinemas reflectiu-se em todas as regiões do país, tendo tido contudo maior significado nas regiões de Lisboa e do Alentejo em que esta se cifrou em cerca de 17% e 16%, respectivamente. No entanto, é de salientar que apenas no caso de Lisboa, esta diminuição não se ficou a dever a uma diminuição da procura mas antes a um aumento muito acentuado da oferta já que o número de sessões de cinema aumentou quase 33%.

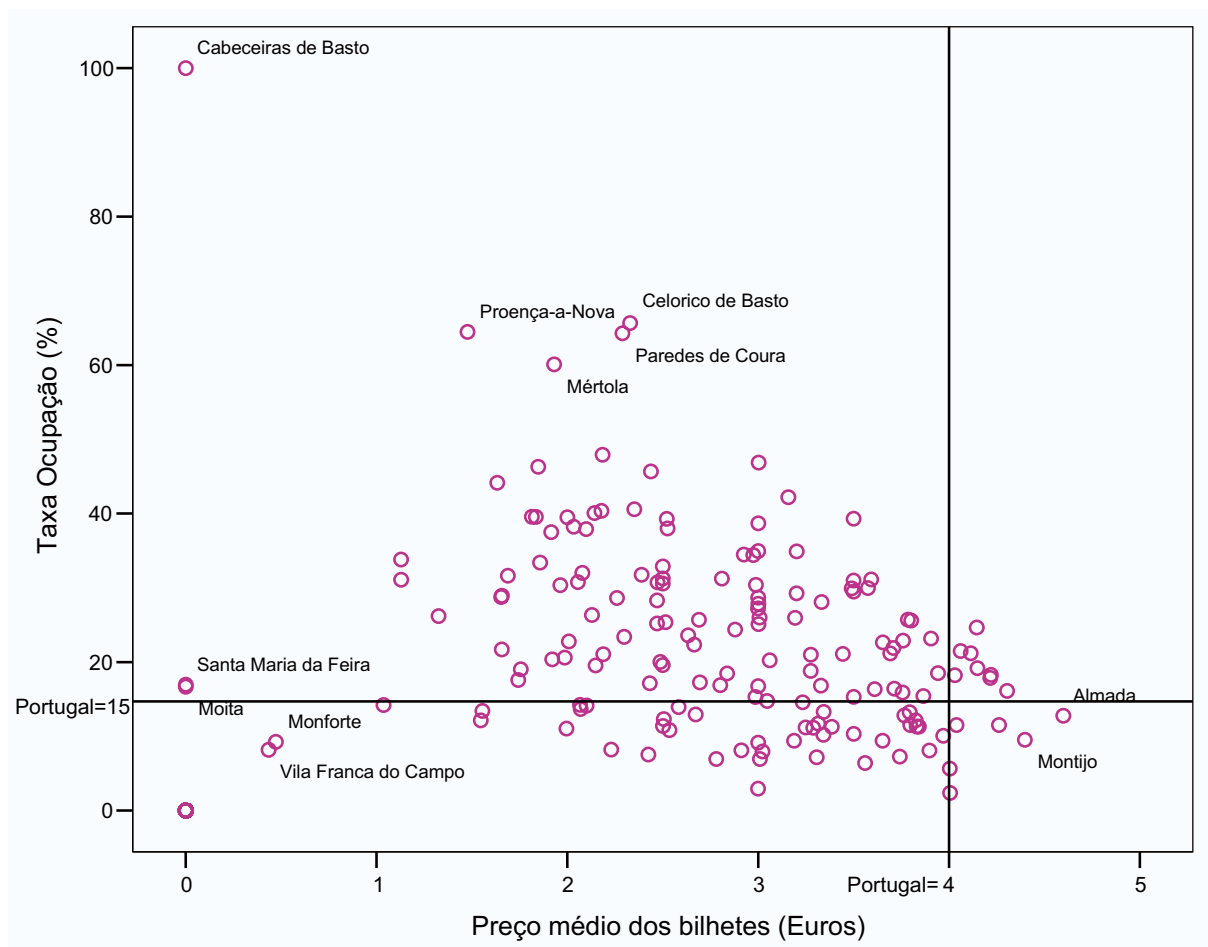
Ao nível concelhio, observou-se uma discrepância bastante acentuada na taxa de ocupação, indiciando assim uma desadequação entre os espectadores de cinema (procura) e os lugares disponíveis (oferta). Dos 201 concelhos com salas de cinema, apenas 5 apresentaram taxas de ocupação superiores a 50% [Figura II.3.2] sendo que o concelho de Cabeceiras de Basto foi o único a manter uma taxa de 100%. A maior parte dos concelhos com salas de cinema (126 dos 201) registaram taxas de ocupação inferiores a 25% e ainda em 21 concelhos as taxas não chegaram a 10%, situação em que se incluíam as capitais de distrito, designadamente, Porto, Bragança e Portalegre.

FIGURA II.3.2 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS CINEMAS, POR CONCELHO, 2003



Nos concelhos em que a taxa de ocupação atingiu maiores valores, observaram-se receitas muito baixas ou mesmo nulas. Também no que respeita ao preço dos bilhetes a disparidade foi notória já que em quase metade dos concelhos do país todas as sessões de cinema foram gratuitas e nos restantes concelhos o preço médio variou entre os 50 cêntimos e os 4,60 euros. Na Figura II.3.3, foi possível observar o único caso em que a taxa de ocupação se cifrou em 100% com receitas nulas (Cabeceiras de Basto).

FIGURA II.3.3 - TAXA DE OCUPAÇÃO E PREÇO MÉDIO DOS BILHETES NOS CINEMAS, POR CONCELHO, 2003



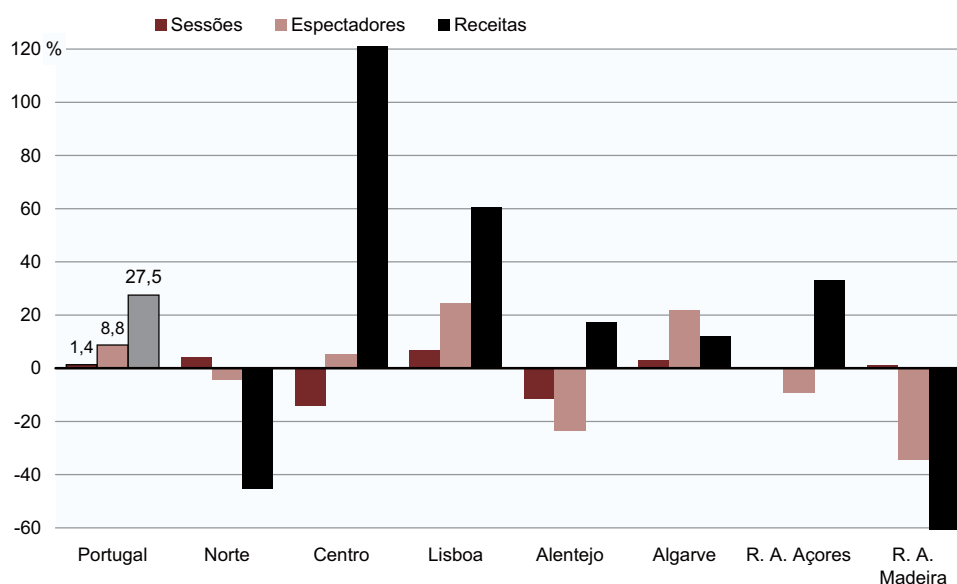
QUASE METADE DOS ESPECTÁCULOS REALIZADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL DECORRE EM LISBOA

Os espectáculos ao vivo realizados em território nacional registaram, em 2003, um aumento ligeiro de 1,4%, realizando-se cerca de 15 mil sessões e mobilizando mais de 4 milhões e meio de espectadores. Lisboa concentrou quase metade destes espectáculos realizados no país com mais de 2 milhões de espectadores. Em termos de procura é também em Lisboa, conjuntamente com o Algarve, que se observa um maior número de espectadores por habitante rondando uma média de um espectador por habitante.

O aumento do número de espectáculos ao vivo foi transversal às várias regiões do país, à excepção do Centro e do Alentejo. A diminuição dos espectáculos ocorrida nestas duas regiões não teve contudo impacto nas receitas já que estas aumentaram em ambos os casos [Figura II.3.4]. A receita por espectáculo foi de 1,9 milhares de euros, mais 400 euros, em média, que no ano anterior.

O Norte e a Região Autónoma da Madeira observaram uma quebra acentuada nas receitas apesar do aumento nos espectáculos ao vivo realizados nessas regiões. Efectivamente, o Norte que em 2002 apresentava a maior receita média por espectáculo do país registou no ano em análise uma receita média inferior à das regiões Centro, Lisboa e Alentejo.

FIGURA II.3.4 - EVOLUÇÃO DAS SESSÕES, ESPECTADORES E RECEITAS DE ESPECTÁCULOS AO VIVO, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03

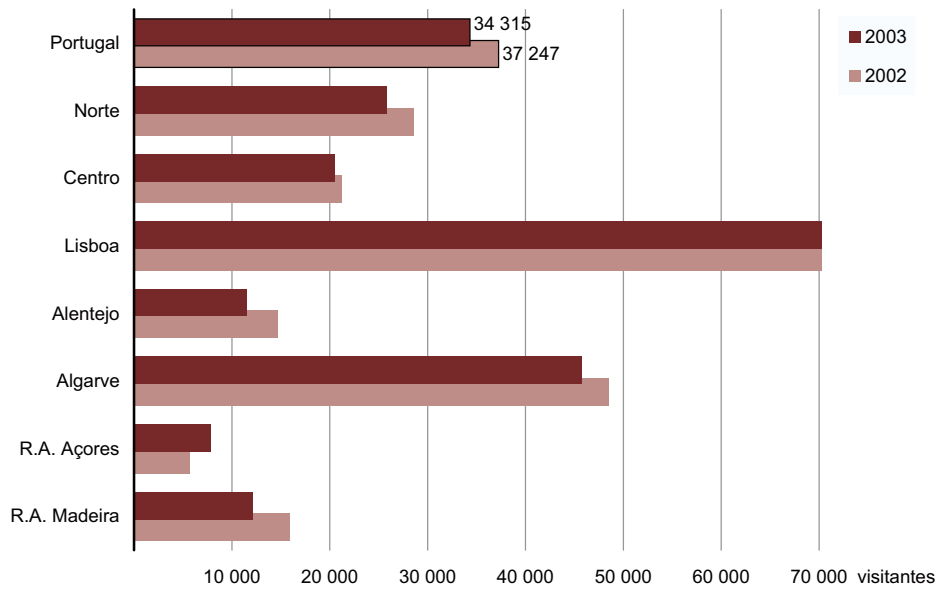


### DIMINUIÇÃO DAS VISITAS AOS MUSEUS APESAR DO AUMENTO DA OFERTA

Os museus, galerias de arte e bibliotecas ocupam um importante papel não apenas na óptica do lazer mas também ao nível cultural. Em 2003 existiam, em Portugal, 260 museus (mais 14 que em 2002) com mais de 19 milhões de objectos e 717 galerias de arte que realizaram quase 6 mil exposições. O total de museus considerados registou 8,9 milhões de visitantes, o que representou todavia uma média anual de 34,3 milhares de visitantes por museu que ficou aquém dos 37,2 milhares observados no ano anterior.

Foi evidente em todas as regiões, com excepção dos Açores, um decréscimo do movimento de museus entre 2002 e 2003. No caso da Região Centro, embora o número de visitantes de museus tenha aumentado (o que apenas ocorreu nesta região e nos Açores) o aumento foi inferior ao registado no número de museus, o que resultou assim num decréscimo dos visitantes por museu.

FIGURA II.3.5 - VISITANTES POR MUSEU, PORTUGAL E NUTS II, 2002 E 2003





## II.4 Saúde





## II.4. SAÚDE

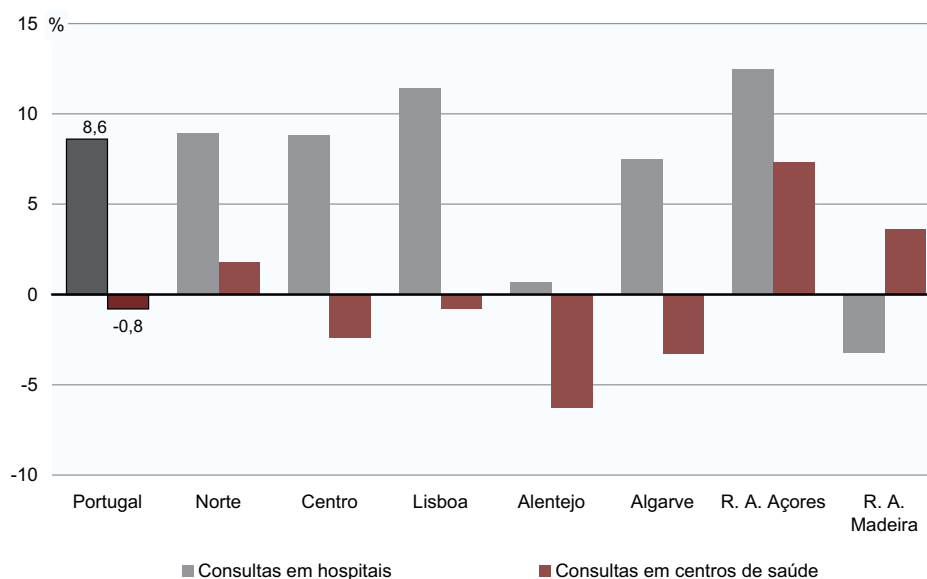
### MAIS CONSULTAS NOS HOSPITAIS E MENOS NOS CENTROS DE SAÚDE

Em 2003 existiam em Portugal 204 hospitais (dos quais 90 eram privados) e 393 centros de saúde. Face ao ano anterior, em 2003 registaram-se mais dois centros de saúde e menos 9 hospitais (5 públicos e 4 privados).

Nos hospitais foram realizadas mais de 10 milhões de consultas e nos centros de saúde cerca de 28 milhões de consultas. A nível nacional estes valores representaram, face a 2002, um aumento de 8,6% e um decréscimo de 0,8%, respectivamente nas consultas em hospitais e centros de saúde.

A nível regional, o Norte e as Regiões Autónomas contrariaram a tendência nacional. Nestas regiões o número de consultas nos centros de saúde aumentou e a Região Autónoma da Madeira foi a única região que registou uma diminuição das consultas em hospitais [Figura II.4.1].

FIGURA II.4.1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS EM CENTROS DE SAÚDE E HOSPITAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03

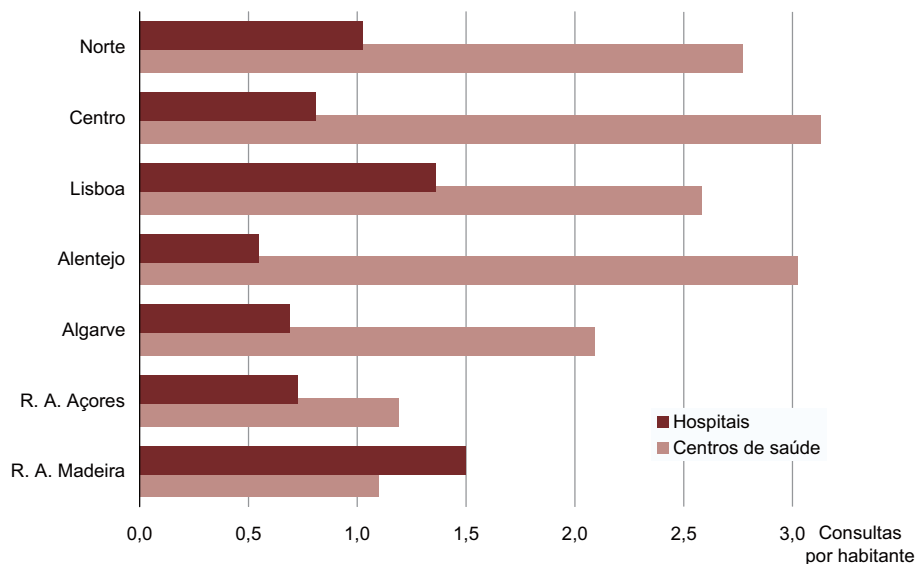


Em 2003, a nível nacional, hospitais e centros de saúde apresentavam, respectivamente, valores médios de consultas por habitante de 1 e de 2,7. Se considerarmos o indicador sintético de consultas por habitante (hospitais e centros de saúde) o seu valor foi de 3,7, idêntico ao verificado em 2002. Nos últimos 10 anos as consultas em hospitais têm vindo a crescer 5,3% ao ano, enquanto, as consultas em centros de saúde apenas 1,7%.

A nível regional era o Centro que apresentava o maior valor médio de consultas por habitante nos centros de saúde (3,1) e a Região Autónoma da Madeira o mais baixo (1,1). Nos hospitais era esta última região que apresentava o valor mais elevado (1,5) enquanto que o valor mais baixo era registado

no Alentejo (0,6) [Figura II.4.2]. No entanto se considerarmos o indicador sintético, então o valor mais elevado pertencia a Lisboa e Centro, respectivamente com 4,0 e 3,9 consultas por habitante, enquanto que o mais baixo era registado na Região Autónoma dos Açores.

FIGURA II.4.2 - CONSULTAS POR HABITANTE EM HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE, POR NUTS II, 2003



Ao nível das sub-regiões destacava-se o Baixo Mondego como a única sub-região que atingia, em média, as seis consultas por habitante. Esta sub-região apresentava pelo menos mais uma consulta por habitante do que o restante território nacional. A expressão deste indicador nesta sub-região resulta essencialmente do papel estruturante que o concelho de Coimbra assume na Região Centro. Valores superiores a 4 consultas por habitante foram observados apenas no Grande Porto, no Alto Alentejo e na Grande Lisboa. O valor mais baixo foi observado no Alentejo Litoral (2,5) a única sub-região a apresentar um valor inferior a 3 consultas por habitante.

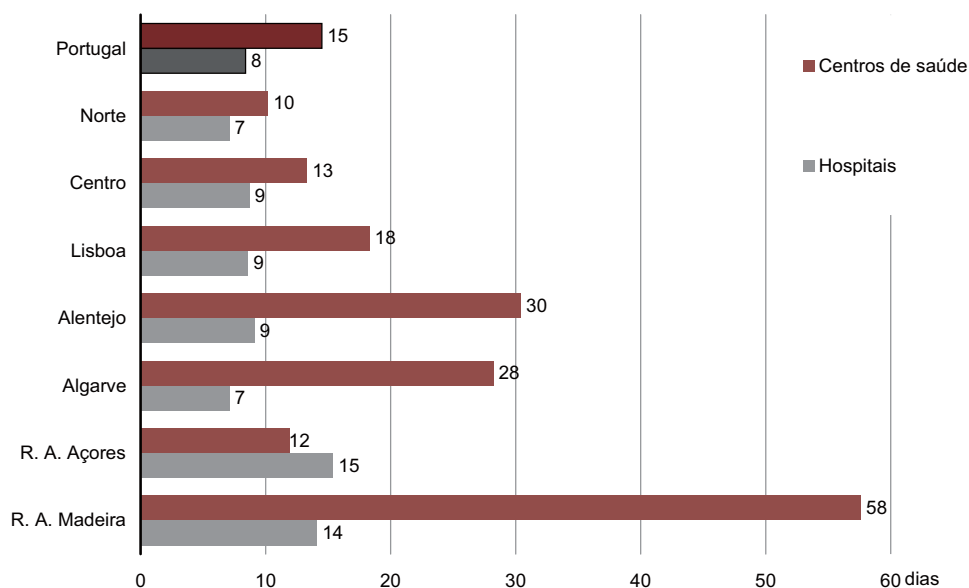
### LISBOA E REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA COM MAIS INTERNAMENTOS POR HABITANTE

Os internamentos em centros de saúde diminuíram entre 2002 e 2003 cerca de 23% a nível nacional. Todas as regiões apresentaram uma evolução negativa deste indicador. O Norte com um decréscimo de 35,4% e Lisboa<sup>19</sup> com apenas menos 2,9%, apresentavam os valores máximos e mínimos. O internamento médio em centros de saúde em 2003 foi de 15 dias, valor também inferior em cerca de 6% ao período de internamento médio do ano anterior. A Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Algarve apresentavam internamentos médios em centros de saúde muito superiores aos verificados nas restantes regiões.

O internamento médio nos hospitais foi de 8 dias, mais 0,8% que o período médio em 2002. As Regiões Autónomas apresentavam internamentos médios em hospitais sensivelmente superiores aos verificados nas restantes regiões [Figura II.4.3].

<sup>19</sup> De notar que a Região de Lisboa registava apenas um centro de saúde com internamento.

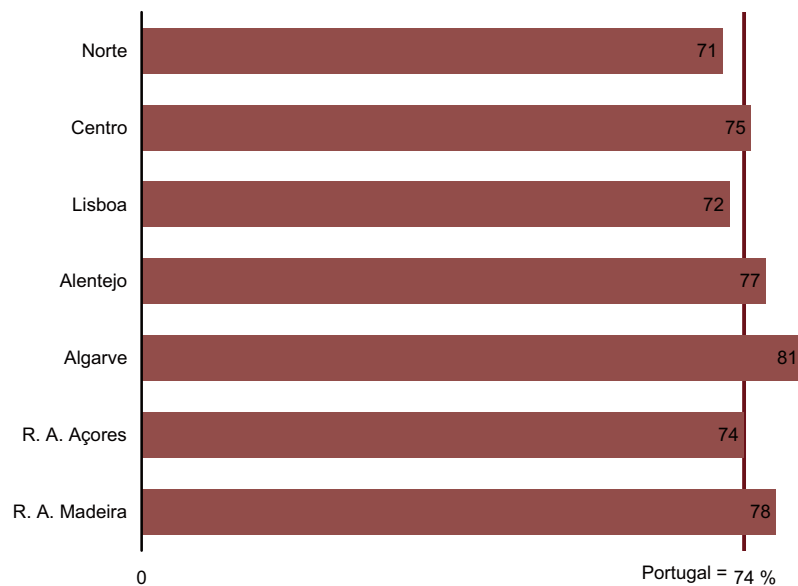
FIGURA II.4.3 - NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE INTERNAMENTO EM HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2003



Por seu lado, o número de internamentos em hospitais registou uma subida de 1,4%. O Alentejo foi a única região do país em que o número de internamentos em hospitais foi inferior ao ano anterior e o Algarve a região em que este indicador registou a maior subida.

O indicador sintético de internamentos por mil habitantes foi de 118,3 em 2003 a nível nacional, tendo registado uma ligeira subida (0,2%) face a 2002. A nível regional, os valores mais elevados situavam-se em Lisboa e na Região Autónoma da Madeira, apresentando ambas as regiões um valor médio de cerca de 143 internamentos por mil habitantes. As regiões do Algarve e Alentejo apresentavam os valores mais baixos, cerca de 92 e 69, respectivamente). Apesar dos baixos valores de internamento observados nestas regiões, a taxa de ocupação cama foi superior à média nacional, tendo o Algarve atingido 81%, enquanto o valor nacional foi de 74% [Figura II.4.4].

FIGURA II.4.4 - TAXA DE OCUPAÇÃO CAMA, POR NUTS II, 2003



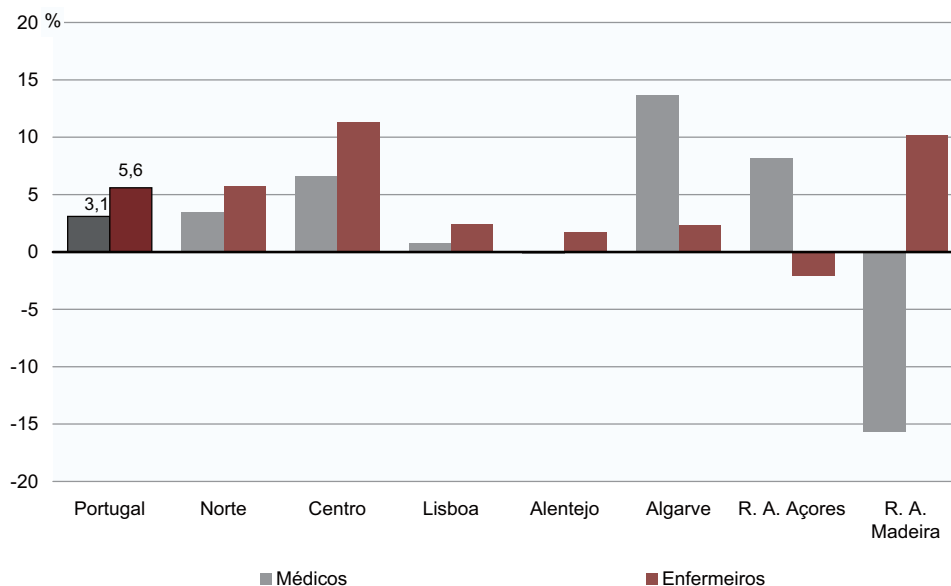
Na análise das sub-regiões, o Baixo Mondego destacava-se do restante território nacional com 301,3 internamentos por 1000 habitantes, valor 2,5 vezes superior à média nacional. Tal como nas consultas por habitante, também a Grande Lisboa e o Grande Porto surgiam em lugar de destaque com valores, respectivamente, de 167,1 e 156,1, indicando que um maior número de consultas está associado ao aumento dos internamentos. É, todavia, interessante salientar a posição do Alto Alentejo que apesar de registar um valor elevado de consultas por habitante (o terceiro maior entre as sub-regiões e superior à média nacional) apenas registava 89,3 internamentos por 1 000 habitantes.

#### AUMENTO DO NÚMERO MÉDIO DE MÉDICOS POR HOSPITAL

Durante o ano de 2003 havia em Portugal cerca de 21 mil médicos e 53 mil enfermeiros a prestar serviço nos 204 hospitais (público e privados) em funcionamento. Estes números representavam um ligeiro decréscimo face ao ano anterior para o pessoal médico e um ligeiro acréscimo no pessoal de enfermagem.

Não obstante o menor número de médicos ao serviço, o seu número médio por hospital subiu 3,1% (devido ao menor número de hospitais em funcionamento em 2003), enquanto o número de enfermeiros por hospital cresceu 5,6%. A nível regional apenas a Região Autónoma da Madeira registou um decréscimo do número de médicos por hospital enquanto que a Região Autónoma dos Açores registava também um decréscimo, mas neste caso no que se refere aos enfermeiros [Figura II.4.5].

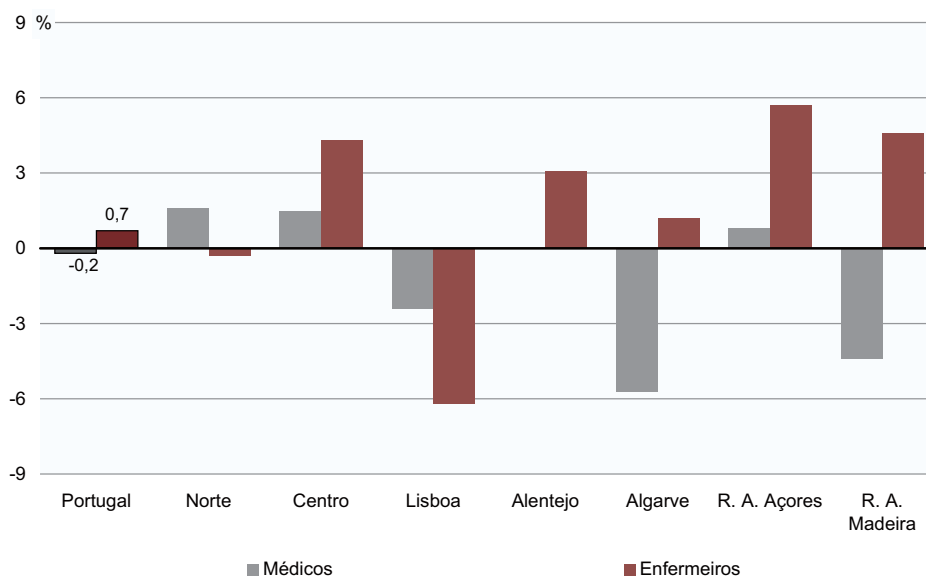
FIGURA II.4.5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE MÉDICOS E ENFERMEIROS POR HOSPITAL, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03



### MENOS ENFERMEIROS E MÉDICOS POR CENTRO DE SAÚDE NA REGIÃO DE LISBOA

Em 2003, cerca de 7 mil médicos e enfermeiros prestavam serviço nos 393 centros de saúde em funcionamento em Portugal, correspondendo a um ligeiro aumento no número destes profissionais de saúde, face a 2002. Todavia, quando se compara o número médio de médicos e enfermeiros por centro de saúde verifica-se que apenas o número médio de enfermeiros registou um aumento, tendo o pessoal médico apresentado um ligeiro decréscimo [Figura II.4.6]. A nível regional, o Centro e a Região Autónoma dos Açores registaram um crescimento do número de pessoal médico e enfermeiro. Lisboa era a única região do país em que número médio de médicos e de enfermeiros nos centros de saúde era inferior ao ano anterior.

FIGURA II.4.6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE MÉDICOS E ENFERMEIROS POR CENTRO DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2002-03



### LISBOA COM MAIS MÉDICOS E REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES COM MAIS ENFERMEIROS POR HABITANTE

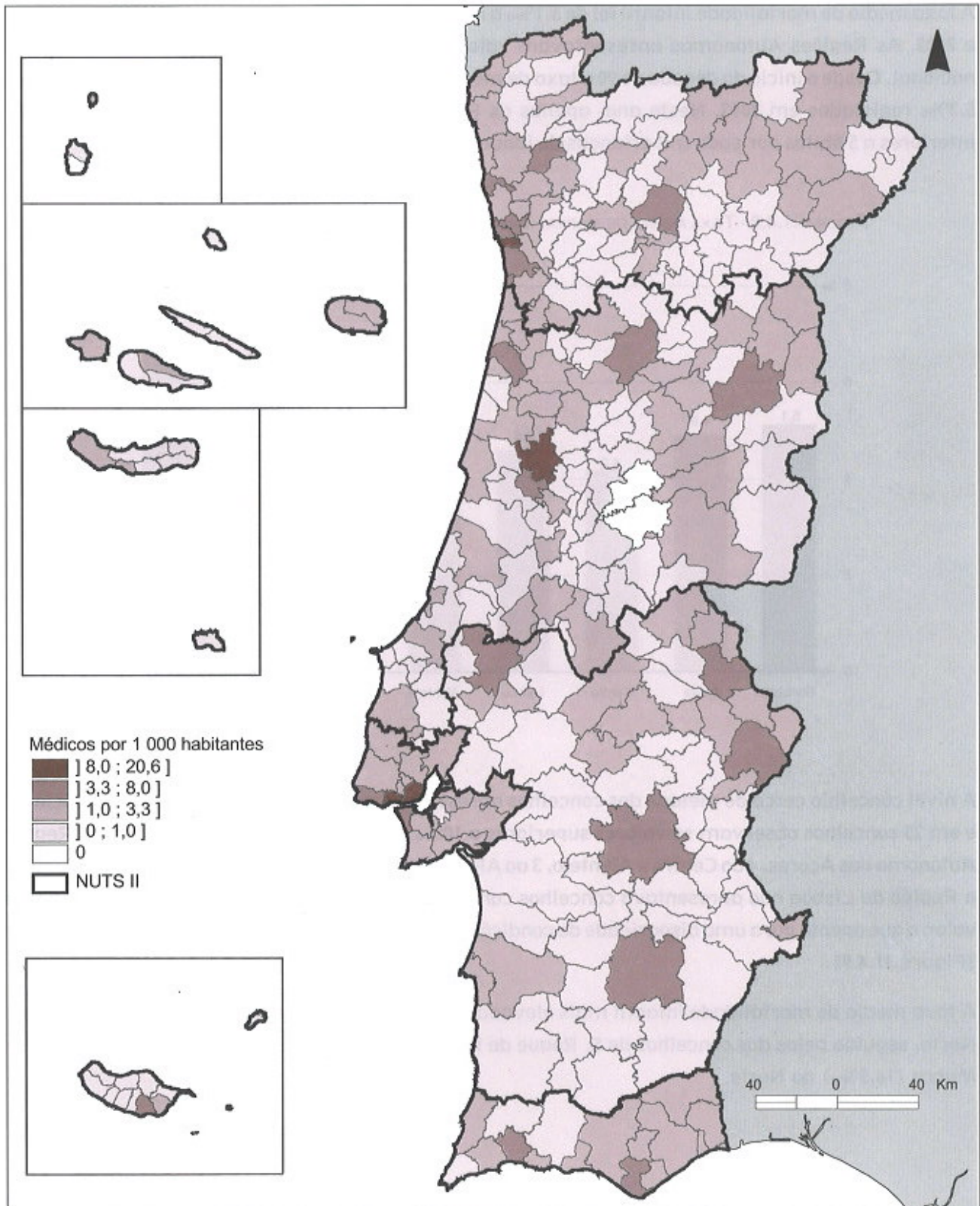
Existiam em Portugal 4,2 enfermeiros e 3,3 médicos por mil habitantes<sup>20</sup> em 2003. Ambos os indicadores têm vindo a subir nos últimos 4 anos embora o primeiro a uma média anual de 5,4% e o segundo a apenas 1,5%. As Regiões Autónomas apresentavam um número mais elevado, face às regiões continentais, de enfermeiros por habitante: 5,1 e 6,2 para a Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, respectivamente. No que se refere aos médicos, Lisboa destacava-se das restantes regiões com 4,9 médicos por cada mil habitantes.

Nas sub-regiões, 10 médicos por habitante era o valor mais elevado e pertencia ao Baixo Mondego, rácio muito superior ao verificado na segunda sub-região (Beira Interior Sul) que apresentava seis médicos por habitante. Este resultado está coerente com a importância que esta sub-região, como já se verificou, assumia quer em termos de consultas quer de internamentos. O valor mais baixo neste indicador (1,4) era observado nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Pinhal Interior Sul e Pinhal Interior Norte.

A Figura II.4.7 mostra que apenas 24 concelhos ultrapassavam a média nacional e cerca de metade apresentava menos de 1 médico por 1 000 habitantes. De entre os concelhos com o valor mais elevado neste indicador o destaque vai para Coimbra (20,5), Porto (15,7) e Lisboa (13). Para além destes merecem ainda especial destaque os concelhos de Matosinhos, no Norte, Oeiras e Cascais, em Lisboa, Évora, Elvas e Portalegre, no Alentejo, e Faro no Algarve. Por último, uma referência aos concelhos de Pampilhosa da Serra e Oleiros no Centro, e Lajes das Flores na Região Autónoma dos Açores, os únicos concelhos do País sem qualquer médico residente.

<sup>20</sup> O número de médicos é apresentado por local de residência e o número de enfermeiros por local de actividade.

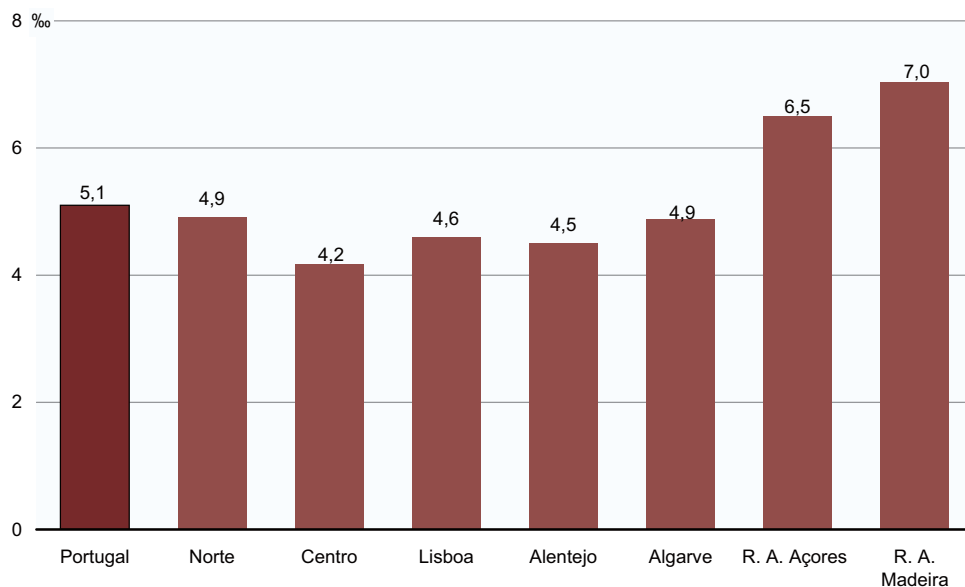
FIGURA II.4.7 - MÉDICOS POR 1000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2003



**VALORES SUPERIORES DE MORTALIDADE INFANTIL NAS REGIÕES INSULARES FACE ÀS REGIÕES CONTINENTAIS**

A taxa média de mortalidade infantil foi de 5,1‰ a nível nacional no período compreendido entre 1999 e 2003. As Regiões Autónomas apresentavam valores superiores às restantes regiões e à média nacional. Desde o início da década de 90 a taxa de mortalidade infantil passou de mais de 10‰ para os 5,3‰ registados em 2003. Neste ano, apenas as Regiões Autónomas não apresentavam valores inferiores a 5 óbitos por cada mil crianças de idade inferior a 1 ano de idade [Figura II.4.8].

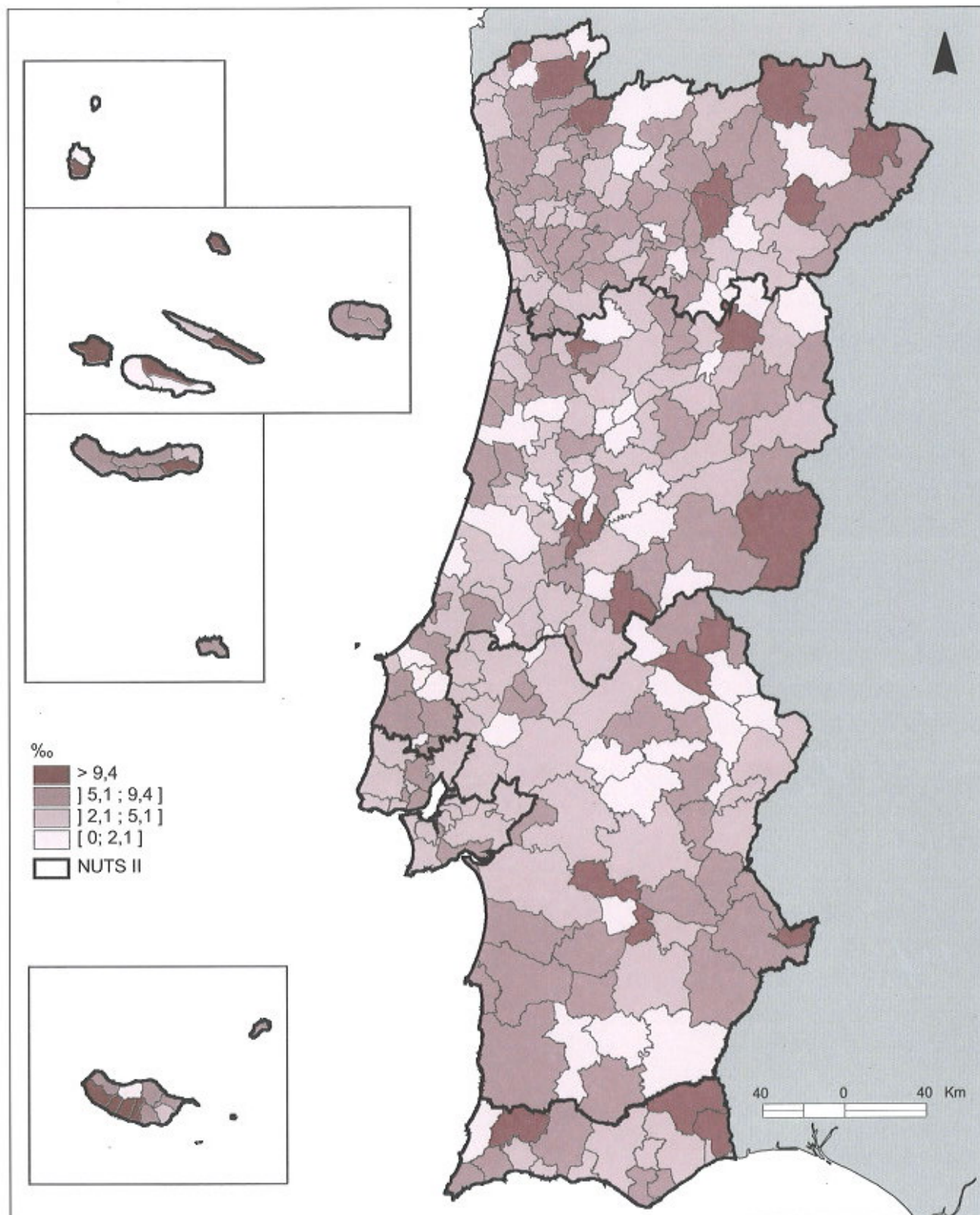
FIGURA II.4.8 - TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL, PORTUGAL E NUTS II, 1999/2003



A nível concelhio cerca de metade dos concelhos apresentavam valores superiores à média nacional e em 25 concelhos observam-se valores superiores a 10‰; 7 pertenciam à Região Norte, 5 à Região Autónoma dos Açores, 4 ao Centro e Alentejo, 3 ao Algarve e 2 à Região Autónoma da Madeira. Apenas a Região de Lisboa não apresentava concelhos com taxas de mortalidade infantil superiores a este valor, o que aponta para uma disparidade de condições de saúde entre esta região e o restante território [Figura II.4.9].

A taxa média de mortalidade infantil mais elevada (21,6‰) registou-se no concelho de Vimioso, no Norte, seguida pelas dos concelhos de S. Roque do Pico (19,9‰), na Região Autónoma dos Açores e Murça (16,5‰) no Norte.

FIGURA II.4.9 - TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR CONCELHO, 1999/2003







## II.5 Trabalho





## II.5. TRABALHO

A compreensão das diferenças regionais na área do mercado de trabalho pressupõe a análise da população que se encontra (ou não) disponível para exercer uma actividade: população activa e inactiva, distinguindo-se, na população activa, entre a população empregada e desempregada, ou seja, entre aquela que efectivamente exerce uma profissão e a que não exerce, mas procura trabalho.

### TAXA DE ACTIVIDADE JOVEM AUMENTA NO ALENTEJO E NOS AÇORES, AO CONTRÁRIO DO RESTO DO PAÍS

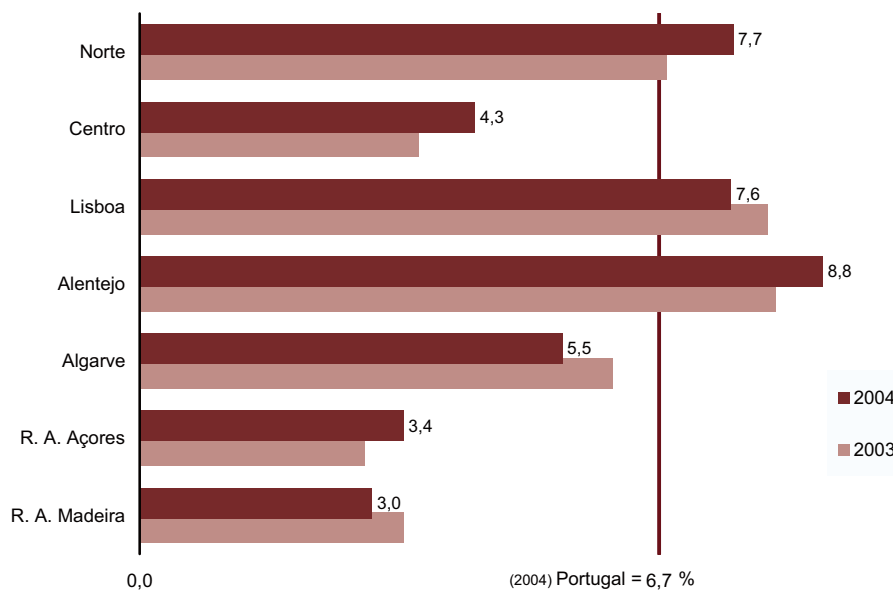
A taxa de actividade em Portugal não sofreu uma grande alteração entre 2003 e 2004, situando-se nos 52,2% da população total. Também a taxa da actividade para a população em idade activa não apresentou grandes oscilações, representando pouco menos de três quartos da população entre os 15 e os 64 anos em 2004. Porém, em termos regionais, a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços apresentou uma variação positiva, digna de registo, nos Açores (1,2 pontos percentuais (p.p.)) e no Alentejo (0,9 p.p.), ainda que esta variação não tenha provocado qualquer alteração estrutural: ambas as regiões continuam a apresentar baixas taxas de actividade e inferiores à nacional. Essa evolução deveu-se, principalmente, à taxa de actividade dos jovens, visto que os Açores e o Alentejo foram as únicas regiões em que aumentou a relação entre a população activa dos 15 e os 24 anos e a população total do mesmo grupo etário.

A relação entre a população empregada e a população total em idade activa, denominada de taxa de emprego, diminuiu no país 0,2 p.p., mas aumentou no Alentejo (1,7 p.p.), Açores (1,1 p.p.) e Algarve (0,8 p.p.). Nestas regiões, não só a população disponível para trabalhar como a população que encontrou efectivamente um trabalho também aumentou (à excepção do Algarve na taxa de actividade), ao contrário do que aconteceu a nível nacional e nas outras regiões.

### ALENTEJO MANTÉM-SE A REGIÃO COM MAIOR TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego mede a relação entre a população desempregada e a população activa, fornecendo uma medida da incapacidade de absorção da população que se encontra disponível para trabalhar. No Alentejo, a dificuldade em encontrar emprego é uma realidade para 8,8% da população activa, seguindo-se o Norte e Lisboa com taxas igualmente acima do valor nacional (6,7%). O Norte, que concentra cerca de 40% dos desempregados do país (150 mil desempregados), foi a região que registou o maior acréscimo da taxa de desemprego, com mais 0,9 p.p. do que no ano anterior. Na segunda região com mais desempregados – Lisboa – verificou-se um decréscimo de meio ponto percentual na taxa de desemprego, mas a ausência de emprego continua a afectar mais de 100 mil activos.

FIGURA II.5.1 - TAXA DE DESEMPREGO, POR NUTS II, 2003 E 2004



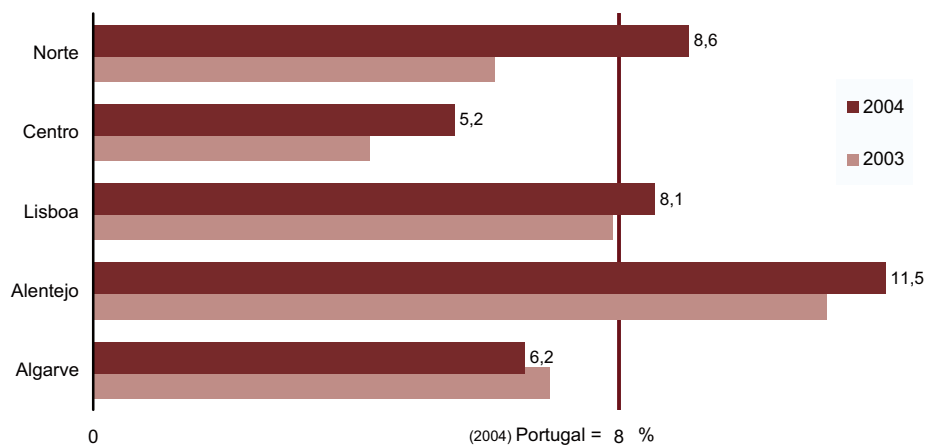
### AUMENTO SIGNIFICATIVO DO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO NO NORTE, CENTRO E LISBOA

Considerando apenas as regiões de Portugal continental<sup>21</sup> observa-se que, uma vez mais, a taxa de desemprego feminina é sistematicamente superior à masculina, mas esta disparidade é bastante maior no Alentejo. Nesta região, por cada 100 mulheres activas existem cerca de 11 que se encontram desempregadas, enquanto por 100 homens activos só cerca de 7 se encontram nesta situação. Em termos relativos, a diferença a nível nacional entre as taxas de desemprego feminina e masculina é de 4,7 pontos percentuais, enquanto em Lisboa não chega a um ponto percentual, o valor mais baixo de todas as regiões.

O aumento do desemprego afectou particularmente as mulheres activas: a taxa de desemprego feminina cresceu em todas as regiões de Portugal continental (à excepção do Algarve onde se verificou um ligeiro decréscimo relativo), um sinal de que a dificuldade das mulheres encontrarem emprego é ainda maior do que no ano anterior, mesmo em Lisboa onde a taxa de desemprego global diminuiu. Este fenómeno foi particularmente evidente no Norte em que, por cada 100 activas, há mais três mulheres desempregadas do que no ano anterior (e por cada 100 activos há mais um homem).

<sup>21</sup> A informação sobre o desemprego por sexo nas regiões autónomas dos Açores e Madeira envolve erros estatísticos elevados e, por essa razão, não será aqui analisada.

FIGURA II.5.2 - TAXA DE DESEMPREGO FEMININA, POR NUTS II, 2003 E 2004



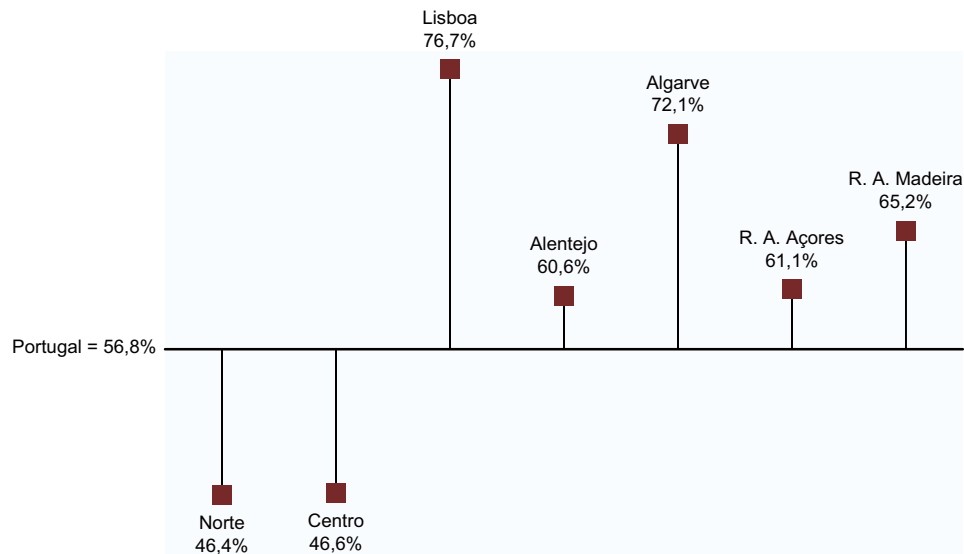
Nas regiões Norte, Centro e Lisboa, onde residem 86% dos desempregados do país, verificou-se um aumento significativo do peso do desemprego de longa duração no total do desemprego, entre os cinco e os dez pontos percentuais. No Norte, metade dos desempregados estão há mais de um ano à procura de trabalho, um dado revelador da incapacidade estrutural da região em absorver a sua mão-de-obra, principalmente a feminina. A este facto não será alheia a recente falência e/ou deslocalização de indústrias de mão-de-obra intensiva dos têxteis e do calçado.

#### LISBOA E ALGARVE COM MAIOR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA E MAIOR PRESENÇA DE PROFISSÕES SOCIALMENTE VALORIZADAS

O sector terciário concentra mais de metade da população empregada portuguesa, o secundário menos de um terço e o primário pouco mais de um décimo. Face a 2003, o sector terciário foi o único onde se verificou um aumento consistente do volume de emprego em todas as regiões.

Quando se decompõem sectorialmente os efectivos de mão-de-obra em cada região, é possível inferir a especialização sectorial das regiões: Lisboa e Algarve destacam-se no sector terciário [Figura II.5.3], o Norte e, também, o Centro apresentam-se mais industriais, sendo que o Centro e, em menor grau o Alentejo, sobressaem no sector primário.

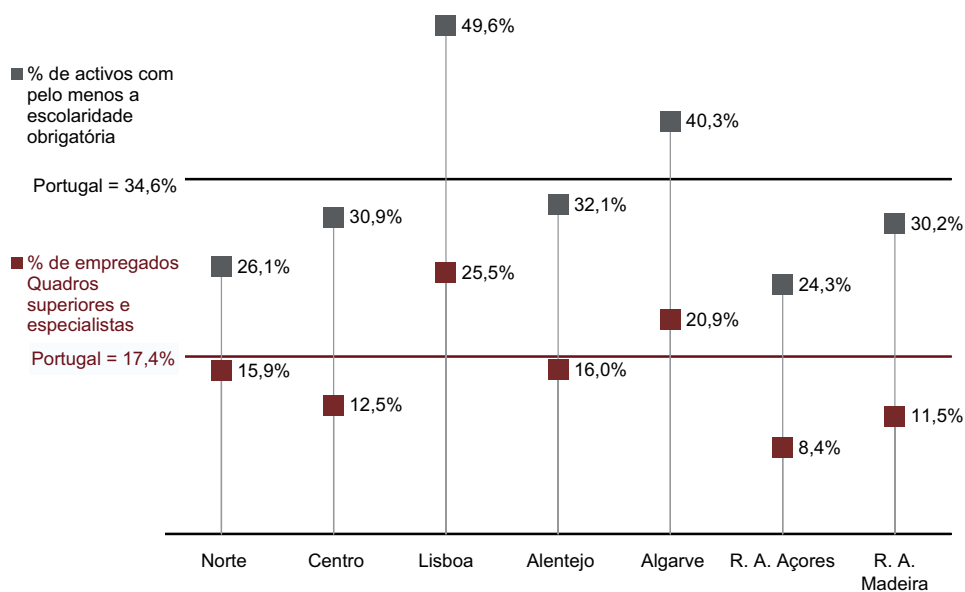
FIGURA II.5.3 - PRESENÇA DE EMPREGADOS NO SECTOR TERCIÁRIO, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Lisboa e Algarve não só se apresentam como as mais terciárias das regiões portuguesas, como também se destacam pela significativa presença de Quadros Superiores e Especialistas no conjunto dos empregados, sendo as únicas que exibem uma concentração destes profissionais acima da média nacional, um facto revelador da dinâmica empresarial destas regiões. Estes resultados podem advir do facto das actividades terciárias serem as que mais absorvem os profissionais socialmente mais valorizados. Aliás, quando se observa a distribuição regional dos activos qualificados, estas regiões voltam a destacar-se das restantes, por serem as únicas cuja presença de activos com pelo menos a escolaridade obrigatória ultrapassa os 40% [Figura II.5.4]. Esta relação aponta para a existência de uma coincidência espacial e de relação positiva entre a presença de população activa instruída e de quadros superiores e especialistas, indiciando que a população qualificada está presente em regiões onde a possibilidade de encontrar emprego compatível com a sua qualificação académica é maior, ou vice-versa, que a maior presença de profissões socialmente valorizadas conduz a uma maior aposta na valorização académica dos activos.

A fraca qualificação académica da população activa portuguesa, onde cerca de dois terços não tem sequer a escolaridade obrigatória, é um factor inibidor de empregabilidade e desenvolvimento económico. Contudo, importa realçar que a população desempregada se apresenta comparativamente mais qualificada que a população activa (cerca de 47% contra 35% com pelo menos a escolaridade obrigatória), o que estará relacionado, em parte, com a média etária de cada um dos grupos, dado que globalmente se verifica que quanto mais idosa é a população menor é a sua qualificação académica.

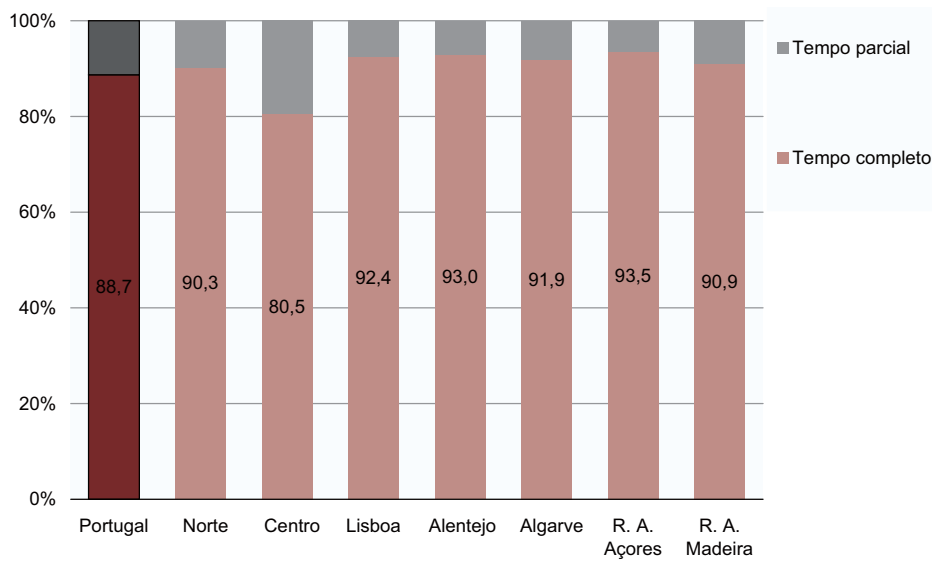
FIGURA II.5.4 - PRESENÇA DE ACTIVOS COM PELO MENOS A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA E DE EMPREGADOS QUADROS SUPERIORES E ESPECIALISTAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



#### TRABALHO A TEMPO PARCIAL COINCIDENTE COM MAIOR PRESENÇA DO SECTOR PRIMÁRIO

Ainda que cerca de uma em cada 10 pessoas trabalhe a tempo parcial, Portugal tem uma proporção de trabalhadores com esse tipo de horário bastante inferior à média europeia. O Centro é a região em que este fenómeno assume maior importância. Quase 20% dos seus empregados tem um horário parcial, mas isso não se deve necessariamente a uma maior flexibilização do tipo de trabalho ou a maior ocupação e rotatividade nos postos de trabalho. O peso relevante que o sector primário tem nesta região, com especificidades em termos do tempo de trabalho a ele associado, é um dos motivos que permite explicar porque esta região se destaca das restantes [Figura II.5.5].

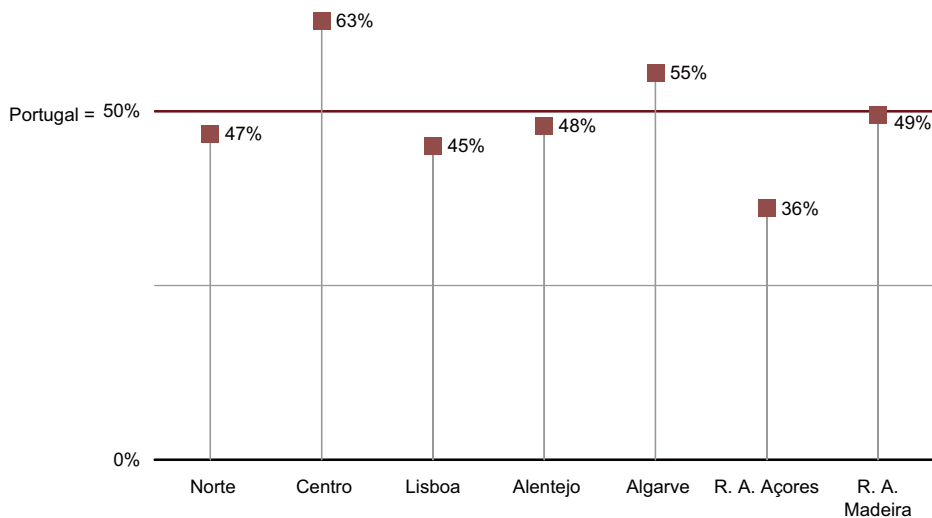
FIGURA II.5.5 - POPULAÇÃO EMPREGADA A TEMPO COMPLETO E PARCIAL, PORTUGAL E NUTS II, 2004



### CENTRO E ALGARVE COM MAIORES TAXAS DE EMPREGO DOS 55 AOS 64 ANOS

Metade da população entre os 55 e os 64 anos está empregada, o que indicia uma saída tardia do mercado de trabalho. Abaixo da média nacional surgem os Açores, a região com menor taxa de actividade e de emprego, com valores superiores à média encontram-se as regiões do Centro e o Algarve. A primeira pelas características intrínsecas à estrutura sectorial de emprego que apresenta, com uma forte presença do sector primário em que a agricultura de subsistência e pequeno latifúndio têm alguma expressão. Na região do Algarve, os elevados níveis de emprego da população sénior poderão estar relacionados com o tipo de trabalho exercido numa região com forte vertente turística [Figura II.5.6]. Em ambas, verifica-se que estas elevadas taxas de emprego no grupo etário considerado derivam das especificidades associadas às actividades económicas acima referidas, designadamente uma duração do trabalho menor do que a média nacional, existindo muitos empregados nestas regiões que trabalham a tempo parcial.

FIGURA II.5.6 - TAXA DE EMPREGO DOS 55 AOS 64 ANOS, POR NUTS II, 2004



### CENTRO É A ÚNICA REGIÃO EM QUE HÁ MAIS EMPREGADOS QUE INACTIVOS

A população inactiva, ou seja, aquela que não se encontra empregada nem desempregada, é composta por estudantes, domésticos (quase exclusivamente do sexo feminino), reformados e outros inactivos que não se enquadram nas anteriores categorias.

Nos Açores, existem 126 inactivos por cada 100 empregados, um desequilíbrio justificado pelo peso das domésticas ser mais do dobro do valor nacional (27% e 13%, respectivamente). Porém, no Alentejo, é o elevado peso dos reformados, que representam quase metade dos inactivos, que justifica a relação de 114 inactivos por 100 empregados que se verifica nesta região [Figura II.5.7 e Figura II.5.8].

No extremo oposto situa-se o Centro, com 81 inactivos por 100 empregados, assumindo-se como a única região em que existe mais população empregada do que população sem exercer qualquer actividade, o que se traduz numa elevada taxa de actividade desta região, em particular da taxa de actividade feminina.

FIGURA II.5.7 - RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO INACTIVA E A EMPREGADA, PORTUGAL E NUTS II, 2004

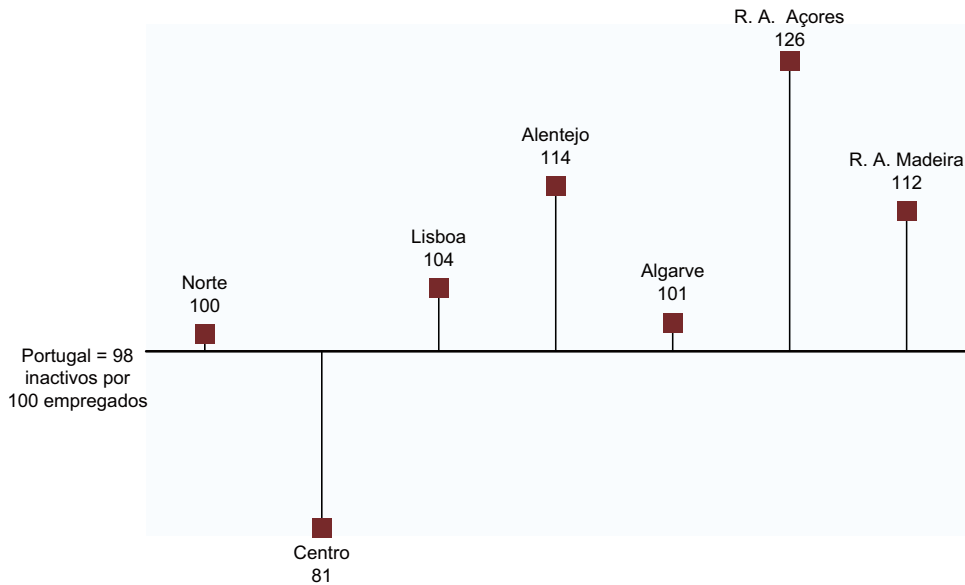
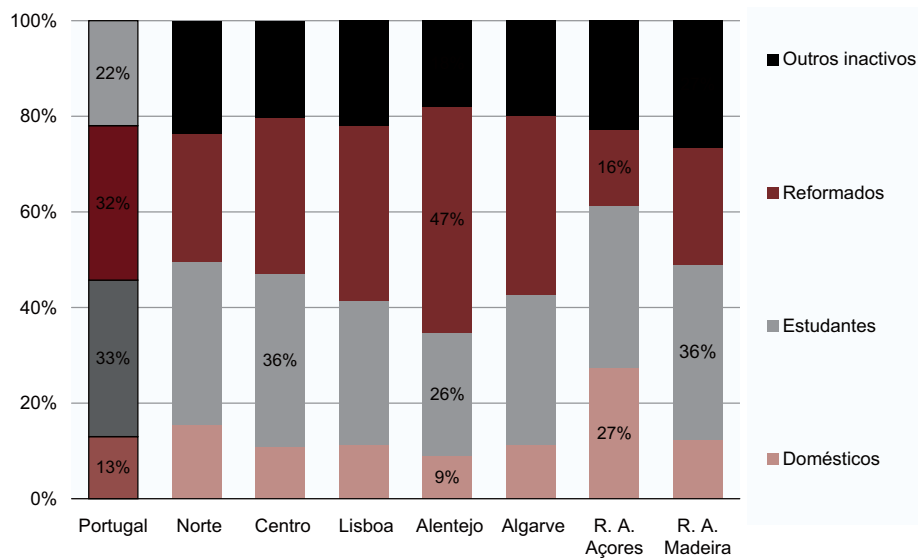


FIGURA II.5.8 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO INACTIVA, PORTUGAL E NUTS II, 2004



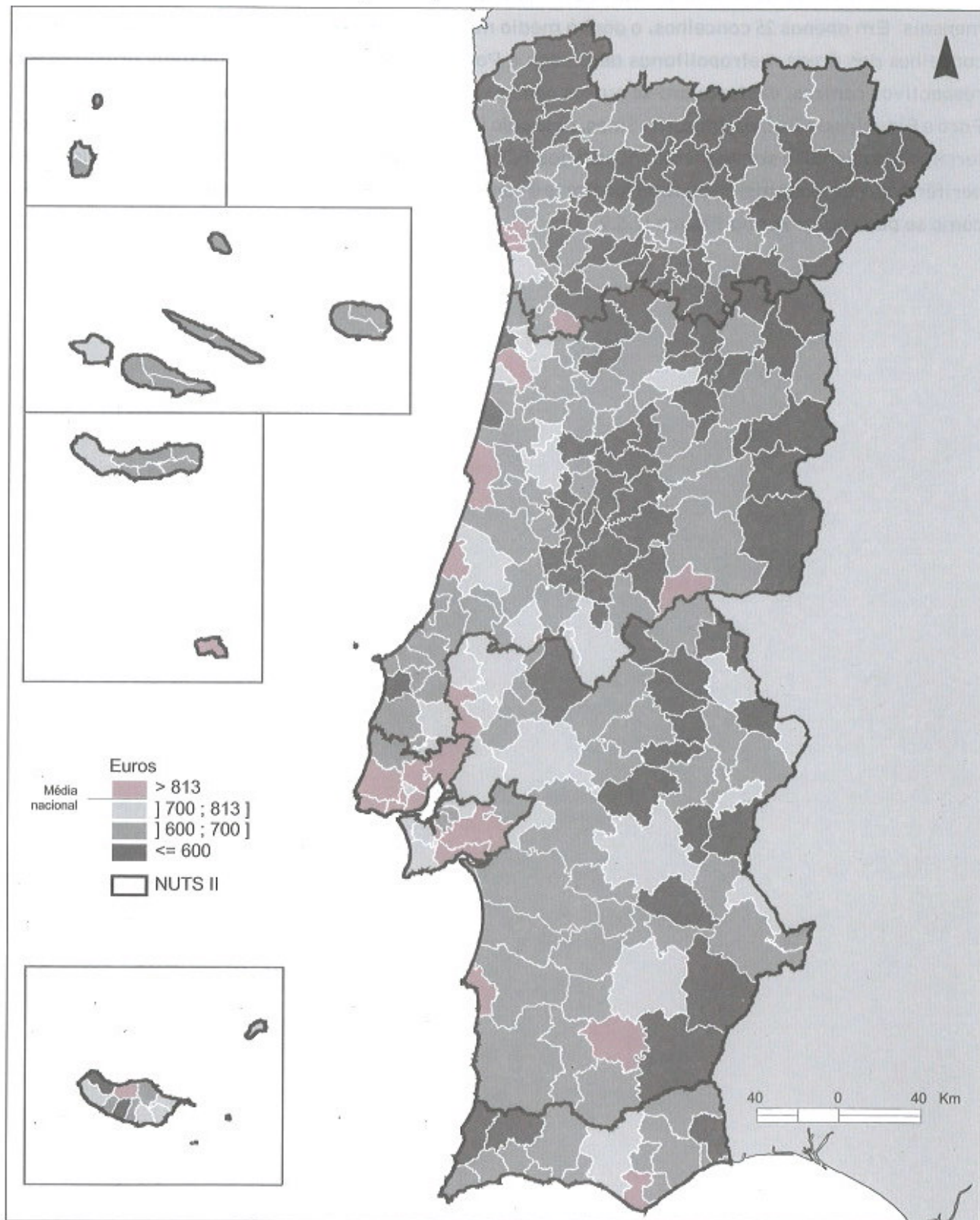
Nota: Em cada categoria de inactividade, apenas se apresentam os valores regionais máximo e mínimo.

Face ao ano de 2003, o aumento da população inactiva reflecte-se, em grande medida, no sexo masculino, que concentra três quartos deste acréscimo. Ao nível regional, o aumento foi mais expressivo em Lisboa e no Centro, sendo que no Alentejo e nos Açores, as regiões que têm um maior desequilíbrio entre inactivos e empregados, se registou uma diminuição do volume da população inactiva.

## GANHO MÉDIO MENSAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS MAIS ELEVADO DO QUE NO RESTO DO PAÍS

Em Portugal e em 2002, o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) era de 817 euros mensais. Em apenas 25 concelhos, o ganho médio mensal estava acima do valor nacional. Além dos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sobretudo os que estão mais próximos dos respectivos centros, destacavam-se outros onde existem cidades de média dimensão como Aveiro, Faro e Figueira da Foz, assim como Sines, pelo pólo industrial aí existente. Todavia, na maior parte do território nacional, o ganho médio mensal dos TCO situa-se abaixo deste valor e nos municípios mais periféricos, nomeadamente do Interior Norte e centro, e não ultrapassa os 600 euros médios mensais, como se pode observar na Figura II.5.9.

FIGURA II.5.9 - GANHO MÉDIO MENSAL, POR CONCELHO, 2002



Uma análise por sector de actividade permite constatar que no sector terciário os trabalhadores auferem mais 22% do que no secundário e 56% do que no primário. Contudo, esta diferença de ganhos nos sectores de actividade não é homogénea ao longo do território nacional, existindo municípios em que essa disparidade<sup>22</sup> é diminuta, seja porque o ganho médio mensal nos três sectores é elevado seja porque é reduzido. Neste grupo encontram-se, por isso, concelhos com níveis de desenvolvimento opostos, como Oeiras, Lisboa, Amadora e Porto onde se registam dos maiores ganhos médios mensais do país e, no outro extremo, concelhos com ganhos médios mais reduzidos e situados nas subregiões nortenhas do Tâmega, do Douro e Alto Trás-os-Montes (Valpaços e Vimioso), assim como alguns municípios de outras regiões como sejam Aguiar da Beira, Satão, Oleiros, Fornos de Algodres, Celorico da Beira e Sabugal, na região Centro, e Gavião e Mértola, no Alentejo. Pelo contrário, elevados níveis de disparidade sectorial encontram-se em concelhos em que o peso do sector terciário não é tão relevante, seja porque registam uma elevada especialização sectorial (casos de Sines, Azambuja e Castro Verde), seja porque o emprego está muito dependente do sector público<sup>23</sup> (casos dos concelhos das regiões autónomas e do Interior) o que pode enviesar, de algum modo, os resultados.

#### QUANTO MAIOR É O GANHO MÉDIO MENSAL MAIOR A DIFERENÇA REMUNERATÓRIA (RELATIVA) ENTRE OS SEXOS

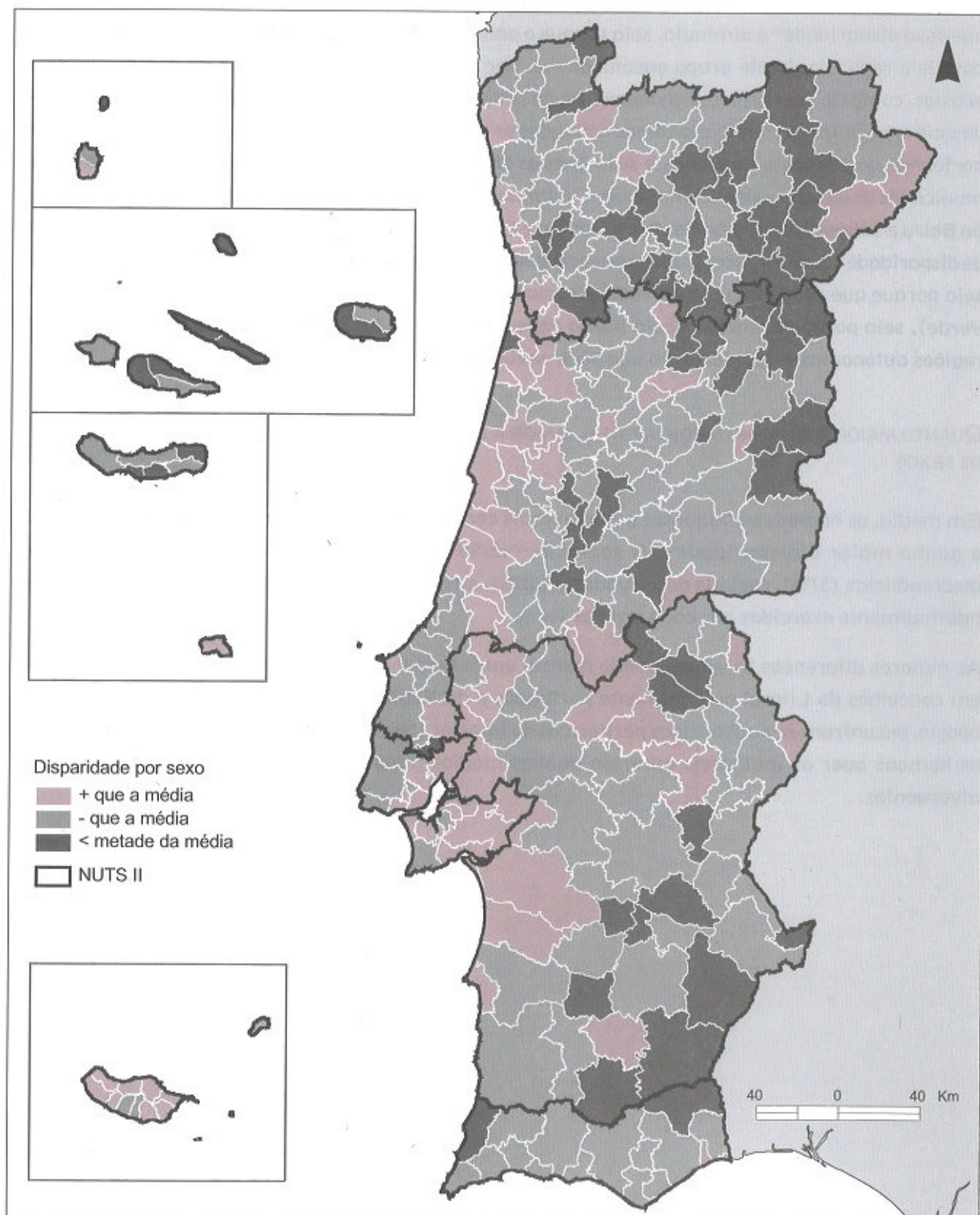
Em média, os homens portugueses ganham mais cerca de 29% do que as mulheres e quanto maior é o ganho maior a disparidade<sup>24</sup>. O sector terciário é aquele em que se verificam as maiores discrepâncias (37%), seguido do secundário (32%), em parte resultado do tipo de profissões/funções habitualmente exercidas por cada um dos sexos.

As maiores diferenças no ganho médio mensal entre homens e mulheres encontram-se, sobretudo, em concelhos do Litoral do Continente português e da Região Autónoma da Madeira. No extremo oposto, encontram-se os concelhos periféricos do Interior (Norte, Centro e Baixo Alentejo) onde, quer os homens quer as mulheres, auferem ganhos médios mais reduzidos e, por essa razão, menos divergentes.

<sup>23</sup> A fonte de informação desta análise (Quadros de pessoal) não tem uma cobertura consistente da Administração Pública.

<sup>24</sup> Existe uma correlação significativa (coeficiente de correlação de Pearson = 0,6) em termos concelhios entre o ganho médio mensal e a disparidade no ganho entre os sexos.

FIGURA II.5.10 - DISPARIDADE NO GANHO MÉDIO MENSAL POR SEXO, POR CONCELHO, 2002



Dos 2 milhões de TCO que constavam nos Quadros de Pessoal de 2002, cerca de um quarto pertencia a empresas com mais de 250 trabalhadores e outro quarto a empresas com menos de 10 trabalhadores. Porém, nas microempresas, os trabalhadores recebem cerca de metade do ganho médio mensal dos trabalhadores das grandes empresas, detectando-se, inclusive, que quanto maior é a dimensão da empresa maior é o ganho médio.





## II.6 Protecção Social





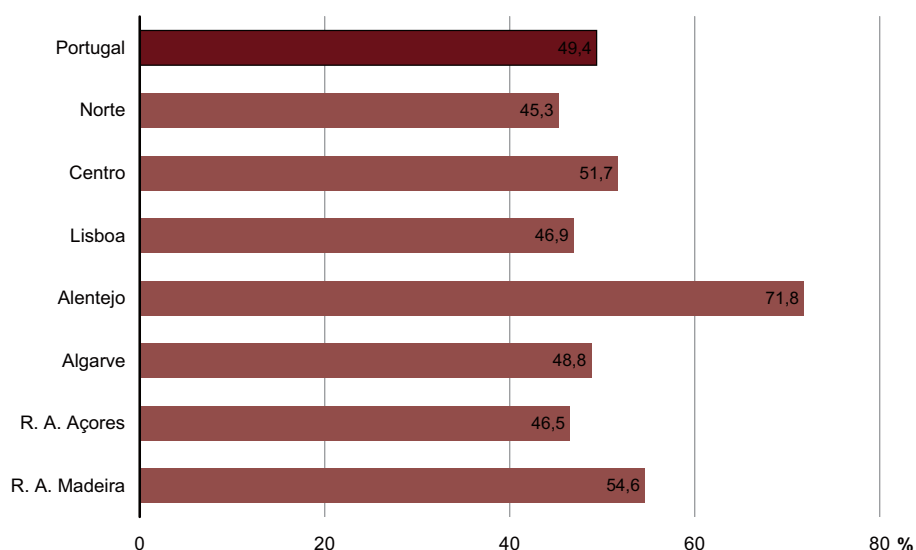
## II.6. PROTECÇÃO SOCIAL

### PENSIONISTAS NO ALENTEJO CORRESPONDEM A MAIS DE 70% DA POPULAÇÃO ACTIVA

Em 2004, cerca de 2,7 milhões de indivíduos beneficiaram, ao longo do ano, de uma pensão da segurança social. Os pensionistas por velhice constituíam a grande maioria destes pensionistas: 62,7% a nível nacional e ultrapassando os 50% em todas as regiões. Em segundo lugar surgem os pensionistas por sobrevivência (24,9% a nível nacional) com proporções acima dos 20% em todas as regiões e, por último, os pensionistas por invalidez.

A nível nacional, por cada dois indivíduos activos<sup>25</sup> existia um pensionista. No Centro e Madeira os pensionistas correspondiam a mais de 50% da população activa. Nesta comparação o destaque vai para o Alentejo onde por cada 100 activos existiam quase 72 pensionistas.

FIGURA II.6.1 - RELAÇÃO ENTRE PENSIONISTAS E POPULAÇÃO ACTIVA, PORTUGAL E NUTS II, 2004

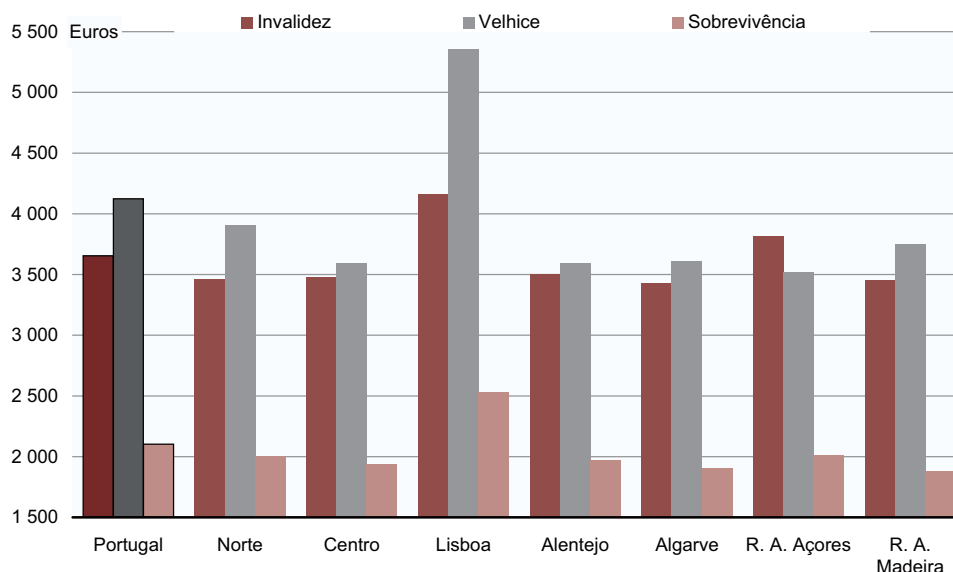


### LISBOA COM AS PENSÕES MÉDIAS DE VELHICE MAIS ELEVADAS

Em 2004, a pensão média anual de velhice, a nível nacional, era 4 124 euros. Com excepção dos Açores, em todas as regiões este era o tipo de pensão que apresentava, em média, os valores mais elevados. Em Lisboa o seu valor médio anual ultrapassava os 5 mil euros, sendo esta região a única em que este indicador registava um valor superior à média nacional. O Centro apresentava valores de pensões médias de velhice e invalidez relativamente equivalentes e nos Açores o valor médio da pensão de invalidez ultrapassava o da pensão de velhice.

<sup>25</sup> O número de activos utilizado

FIGURA II.6.2 - VALOR DAS PENSÕES MÉDIAS POR INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA, PORTUGAL E NUTS II, 2004



A disparidade a nível nacional do valor médio das pensões de velhice, está associada à disparidade salarial e é bem patente no facto de entre as sub-regiões apenas a Grande Lisboa (5 479 euros), a Península de Setúbal (5 012 euros) e o Grande Porto (4 784 euros) apresentarem pensões de velhice superiores ao valor médio nacional. Os valores mais baixos neste indicador eram observados nas sub-regiões do Alto Trás-os-Montes e Beira Interior Norte em que a pensão média foi pouco superior a 3 mil euros.

#### NORTE E ALENTEJO COM MAIOR PESO RELATIVO DE DESEMPREGADOS DO QUE DE POPULAÇÃO ACTIVA

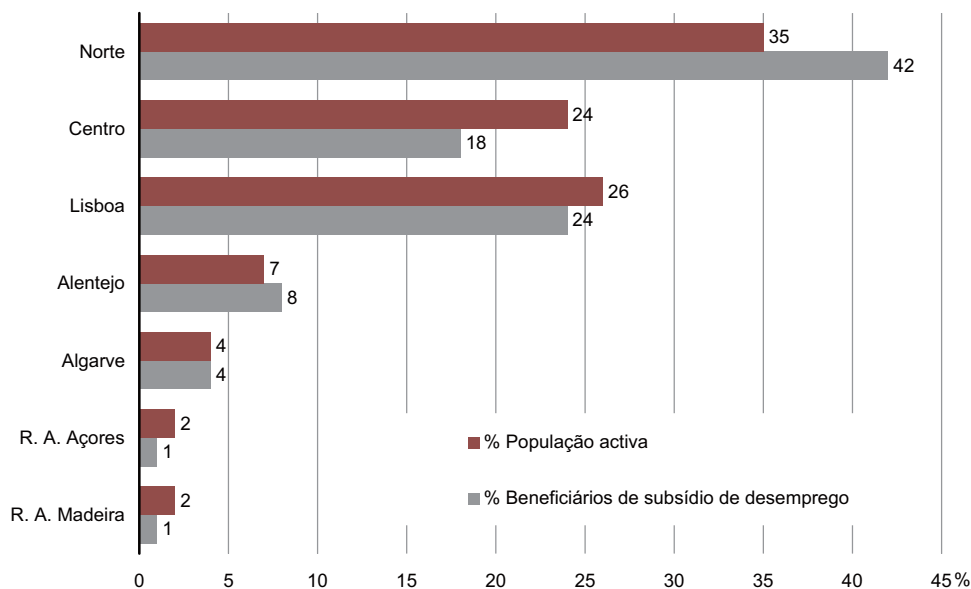
Durante o ano de 2004 beneficiaram do subsídio de desemprego mais de meio milhão de desempregados dos quais 42% eram residentes na Região Norte. As mulheres constituíam a maioria destes beneficiários em todas as regiões.

Metade do meio milhão de beneficiários de subsídio de desemprego tinha 40 ou mais anos e 20% mais de 55 anos. Para o conjunto de desempregados com menos de 40 anos também metade correspondia a indivíduos com mais de 30 anos. Esta estrutura etária era comum a todas as regiões do território continental. Nas regiões insulares, como consequência de diferentes características demográficas, nomeadamente, índices de juventude da população residente muito superiores, existiam proporcionalmente mais desempregados com menos de 24 anos e menos com mais de 55 anos do que no Continente (ver nesta publicação o capítulo da População).

A repartição regional dos desempregados está evidentemente associada à dimensão de cada região em termos de população activa, todavia, no Norte e no Alentejo a proporção destes beneficiários relativamente ao país era superior ao peso da população activa [Figura II.6.3]. O Norte representava 35% da população activa nacional e 42% dos desempregados e o Alentejo 7% e 8%, respectivamente.

Nas restantes NUTS II estes valores eram ou iguais (Algarve) ou com uma proporção de população activa superior.

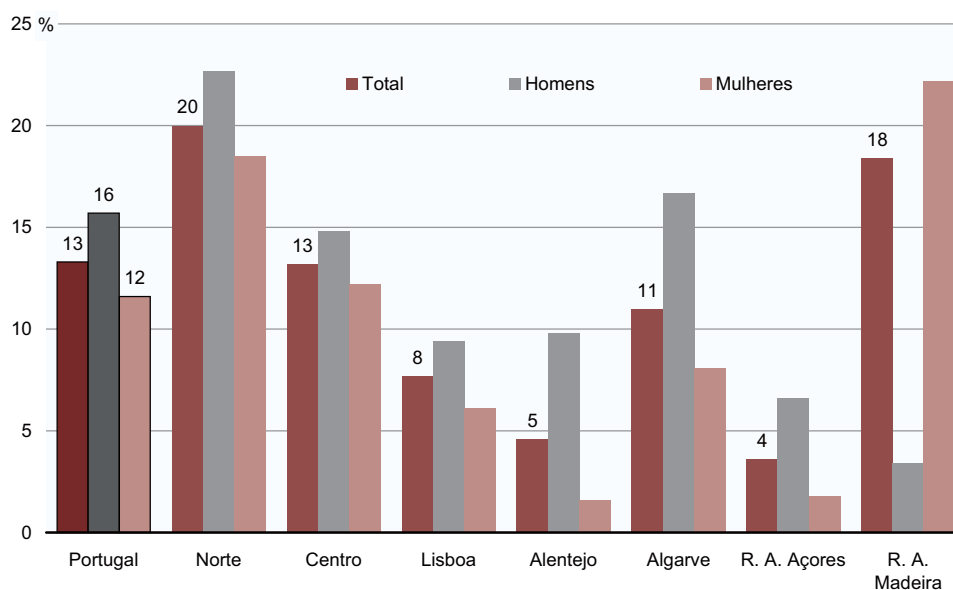
FIGURA II.6.3 - REPARTIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA E BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR NUTS II, 2004



#### NORTE E MADEIRA REGISTAM O MAIOR CRESCIMENTO DE DESEMPREGADOS A NÍVEL REGIONAL

O número de beneficiários de subsídio de desemprego registou um aumento de 13% a nível nacional entre 2003 e 2004. A evolução destes beneficiários a nível regional mostrava acentuadas diferenças. Assim, a Região Norte (20%) e Madeira (18%) apresentavam os maiores acréscimos enquanto o Alentejo e os Açores aumentavam apenas 5% e 4%.

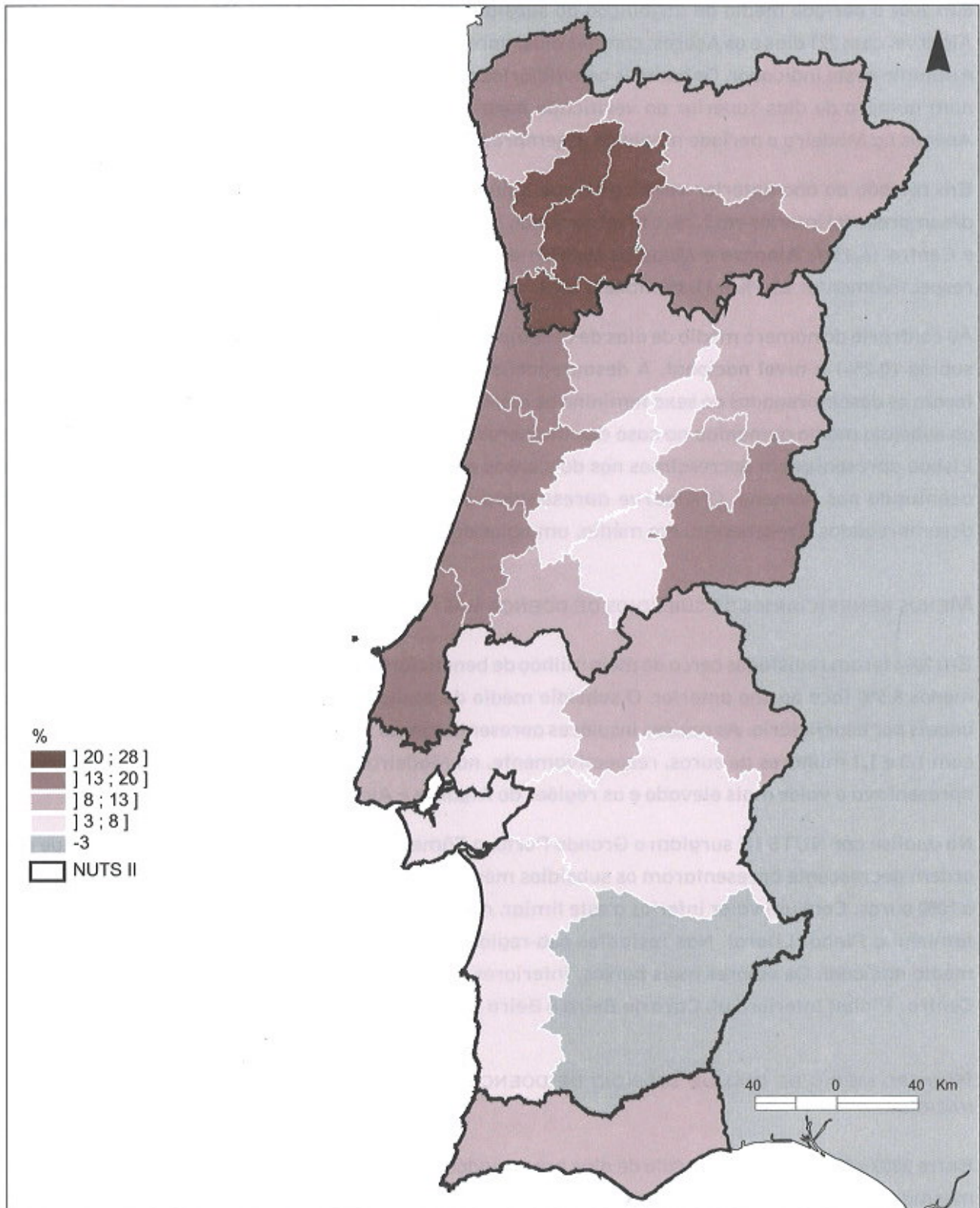
FIGURA II.6.4 - EVOLUÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO SEGUNDO O SEXO, PORTUGAL E NUTS III, 2003-04



A evolução destes beneficiários por sexo mostra que, com excepção da Madeira, o desemprego masculino apresentou sempre uma taxa de variação superior com o Alentejo e Algarve a registarem as diferenças mais acentuadas.

O Baixo Alentejo foi a única NUTS III onde o número de beneficiários de subsídio de desemprego diminuiu (2,7%) entre 2003 e 2004. O valor mais elevado foi registado na sub-região de Entre Douro e Vouga (27%), sete pontos percentuais, superior à Região Norte. Nesta região pode-se ainda destacar o Ave e o Tâmega que, com um crescimento de 25% de beneficiários de subsídio de desemprego, constituíam, em conjunto com o Entre Douro e Vouga, as três sub-regiões do Norte com os valores mais elevados neste indicador. No Centro as sub-regiões com o maior aumento de beneficiários do subsídio de desemprego foram: o Baixo Mondego, o Pinhal Litoral e o Pinhal Interior Sul todas com 16%. Em Lisboa, a Grande Lisboa registava variações mais elevadas do que a Península de Setúbal e por último, no Alentejo, o Alto Alentejo destacava-se das restantes sub-regiões com um crescimento de 11,7% [Figura II.6.5].

FIGURA II.6.5 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR NUTS III, 2004



### PERÍODO MÉDIO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO REDUZ NO CENTRO E LISBOA E AUMENTA NO ALGARVE E MADEIRA

Em 2004 o período médio de atribuição do subsídio de desemprego foi de 210 dias em Portugal. O Algarve, com 221 dias e os Açores, com 163 dias, apresentavam, respectivamente, os valores máximo e mínimo neste indicador. Os homens beneficiários do subsídio de desemprego, foram-no, em média, num número de dias superior ao verificado para as mulheres (218 e 204 dias, respectivamente). Apenas na Madeira o período médio de desemprego para as mulheres foi superior ao dos homens.

Em relação ao ano anterior verifica-se que o número médio de dias de atribuição do subsídio de desemprego foi inferior em 2,7% a nível nacional, com decréscimos mais acentuados em Lisboa (6,7%) e Centro (6,3%). Algarve e Madeira surgem como as regiões em que este indicador foi superior, respectivamente: 25,5% e 11,8%, face a 2003.

Ao contrário do número médio de dias de desemprego o valor médio do subsídio registou uma ligeira subida (0,2%) a nível nacional. A desagregação deste indicador por sexos permite perceber que foram os desempregados do sexo feminino os responsáveis por este aumento já que enquanto o valor do subsídio médio aumentou no caso das mulheres, diminuiu nos homens. A nível regional, Norte e Lisboa apresentavam decréscimos nos dois sexos embora no caso de Lisboa este fosse muito mais acentuado nos homens. O Algarve apresentava subidas nos dois sexos mas com as mulheres desempregadas a receberem, em média, um valor de subsídio de desemprego superior.

### MENOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DOENÇA MAS PRESTAÇÕES SUPERIORES

Em 2004 foram registados cerca de meio milhão de beneficiários de subsídio de doença, representando menos 8,5% face ao ano anterior. O subsídio médio de doença subiu 27,8% fixando-se nos 988 euros anuais por beneficiário. As regiões insulares apresentavam os subsídios anuais médios mais elevados com 1,3 e 1,1 milhares de euros, respectivamente, na Madeira e nos Açores. No Continente, o Norte apresentava o valor mais elevado e as regiões do Algarve e Alentejo os mais baixos.

Na análise por NUTS III surgiam o Grande Porto, o Tâmega, a Península de Setúbal e o Ave que por ordem decrescente apresentaram os subsídios médios de doença mais elevados, sempre superiores a 1000 euros. Com um valor inferior a este limiar, mas ainda assim superior à média nacional surgia também o Pinhal Litoral. Nas restantes sub-regiões o valor deste indicador era sempre inferior à média nacional. Os valores mais baixos, inferiores a 500 euros, eram registados em sub-regiões do Centro: Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul.

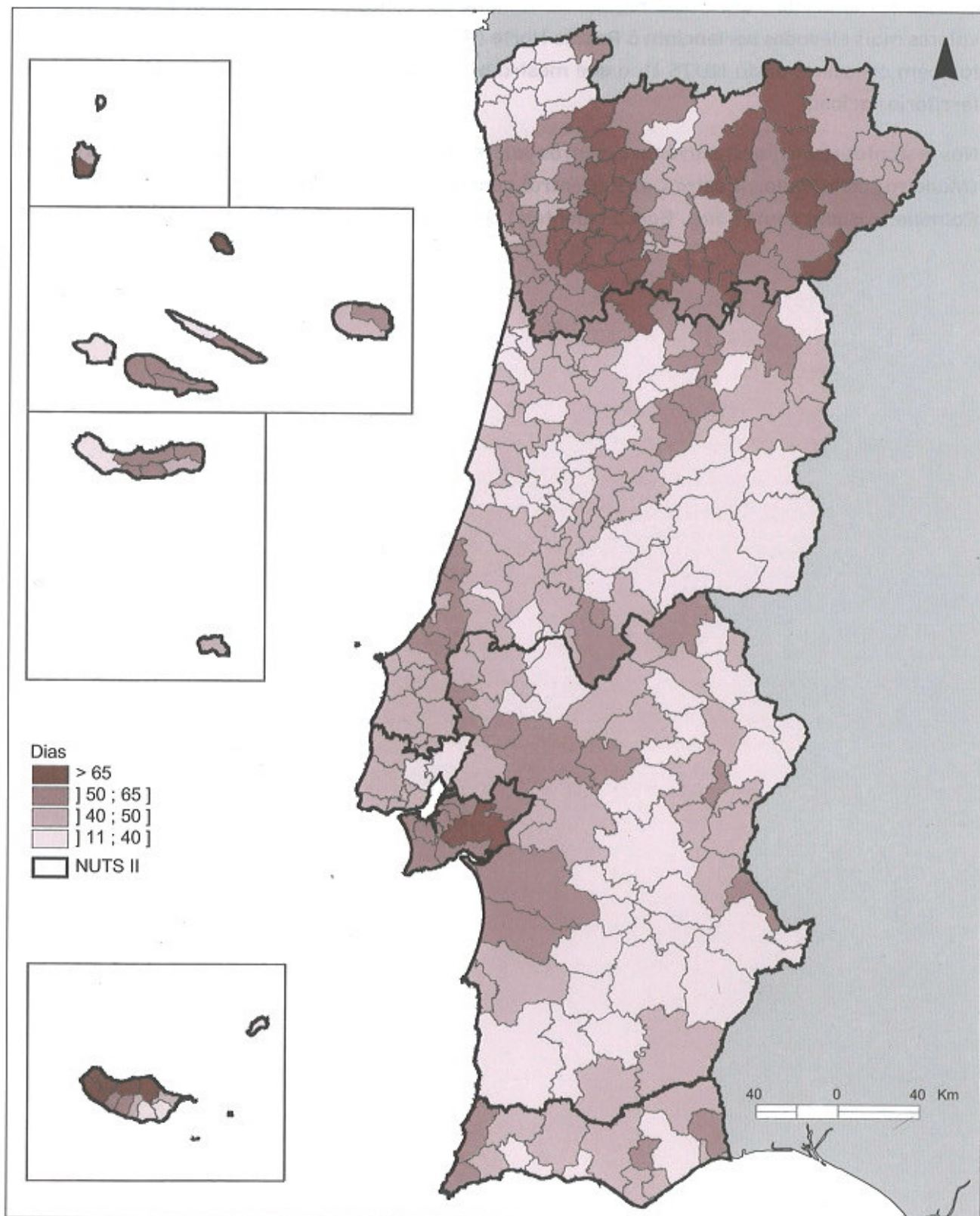
### NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE SUBSÍDIO DE DOENÇA MUITO SUPERIORES NO NORTE FACE À MÉDIA NACIONAL

Entre 2003 e 2004, o número médio de dias processados a cada beneficiário manteve-se inalterado no mesmo período a nível nacional, sendo de 50 dias. A nível regional, o Norte com 57 dias, Algarve e Alentejo com 43, apresentavam os valores máximos e mínimos neste indicador. Ao nível de NUTS III, o Tâmega era a sub-região que se destacava ao apresentar, em média, 73 dias de subsídio de doença o que ultrapassava em muito o número médio de dias a nível nacional.

A Figura II.6.6 ilustra bem a presença de valores muito elevados a nível concelhio, face à média nacional, na Região Norte. Dos concelhos em que este valor ultrapassava o valor nacional mais de metade (53%) pertenciam a esta região. No *ranking* dos concelhos deste indicador, os primeiros 6 valores mais elevados pertenciam à Região Norte (entre 80 e 105 dias). E nos primeiros dez, 9 eram também concelhos desta NUTS II, o que mostra bem as diferenças entre esta região e o restante território nacional.

Nas restantes regiões destacavam-se, com os valores médios mais elevados, os concelhos da Calheta (Madeira) com 79 dias, Castro Daire (Centro) com 77 dias, Laje das Flores (Açores) com 71 dias, Palmela (Lisboa) com 68 dias, Borba (Alentejo) com 61 dias e Aljezur (Algarve) com 58 dias.

FIGURA II.6.6 - NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE SUBSÍDIO DE DOENÇA, POR CONCELHO, 2004





# III. A Actividade Económica







## III.1 Contas Regionais





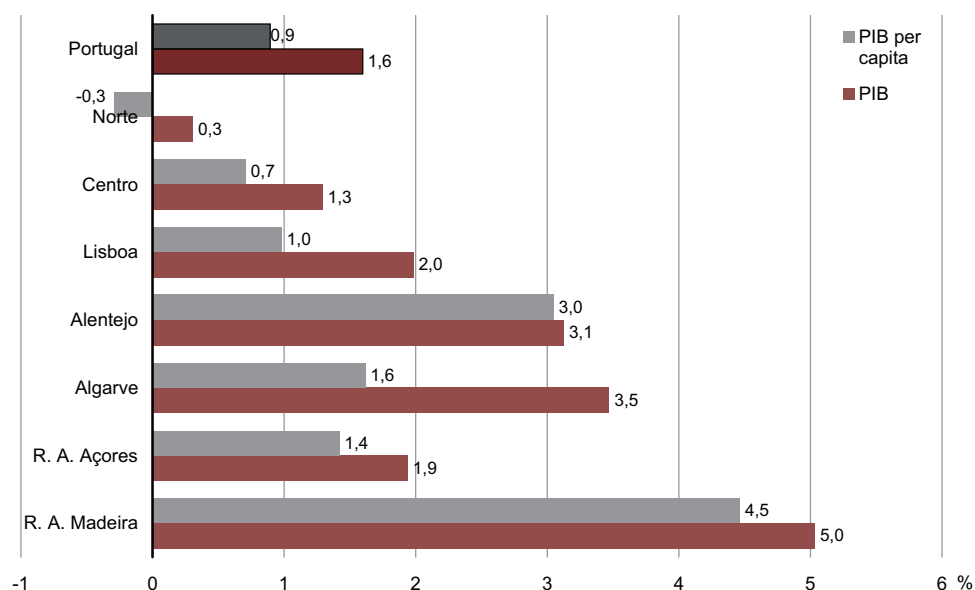
### III.1. CONTAS REGIONAIS

#### PIB PER CAPITA DO NORTE DIMINUI 0,3%

O Produto Interno Bruto (PIB) português, no valor de quase 131 milhões de euros em 2003, cresceu 1,6% face ao ano anterior<sup>26</sup>, crescimento claramente inferior ao registado em anos anteriores. De 2000 para 2001, o crescimento tinha sido de 6,1% e, de 2001 para 2002, de 4,8%. As regiões que mais contribuíram em 2003 para o PIB foram, uma vez mais, Lisboa (38%), o Norte (28%) e o Centro (18,5%), influenciando fortemente o baixo nível de crescimento do PIB: o Norte apenas cresceu 0,3% contrastando com a Madeira que cresceu 5% e o Algarve que registou um crescimento de 3,5% [Figura III.1.1].

Analisando o PIB regional tendo em conta o peso populacional de cada região, ou seja, observando o comportamento do PIB *per capita*, não se notam grandes alterações no panorama regional já descrito na Figura III.1.1. No caso do Norte, de 2002 para 2003, o PIB *per capita* evidenciou uma variação negativa em resultado de uma variação populacional de 0,6%, superior à registada no PIB (0,3%).

FIGURA III.1.1 - EVOLUÇÃO DO PIB E DO PIB PER CAPITA, PORTUGAL E NUTS II, 2002-2003



#### PIB PER CAPITA DA GRANDE LISBOA SUPERA A MÉDIA NACIONAL EM 70%

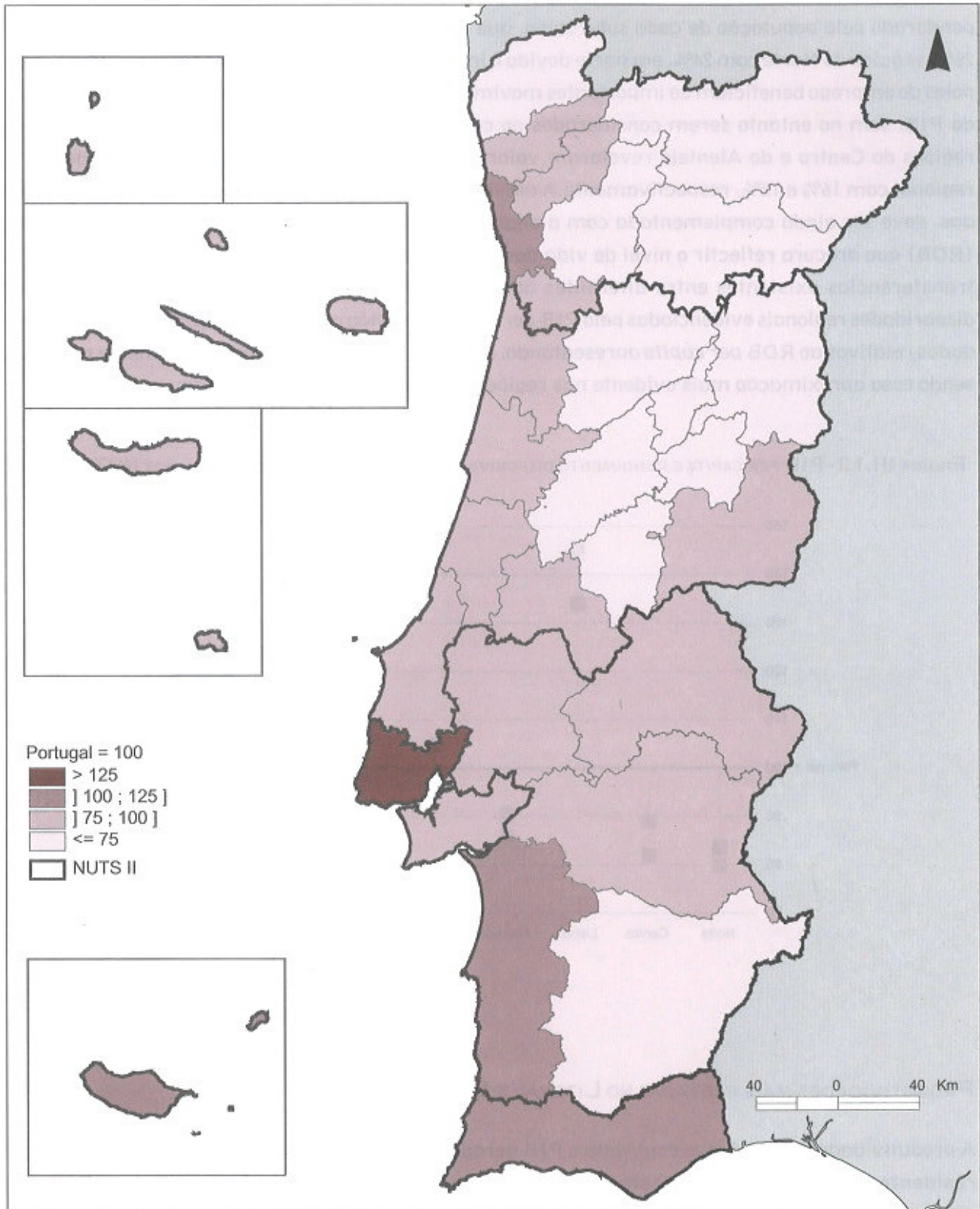
A forte concentração das actividades produtivas nas regiões de Lisboa, Norte e Centro, que conjuntamente representavam, em 2003, cerca de 85% do total do PIB, do emprego total e das

<sup>26</sup> Os valores apresentados neste capítulo têm carácter provisório, à semelhança das Contas Nacionais (base 1995) utilizadas, e as variações apuradas são sempre nominais, calculadas com base em valores a preços correntes.



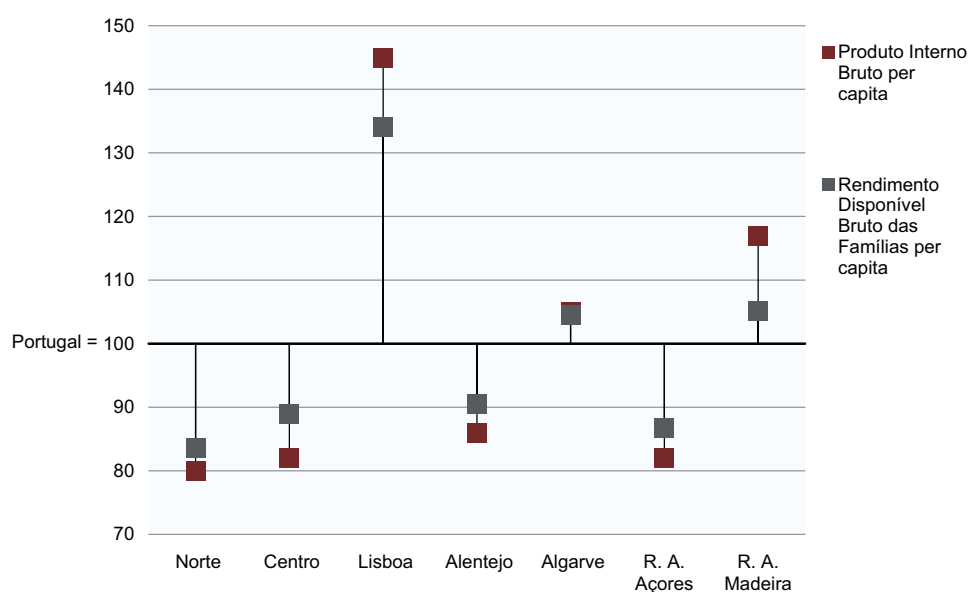
remunerações mas também da população residente, é ainda mais evidenciada quando se analisa o contributo de cada NUTS III. Só a sub-região Grande Lisboa era responsável isoladamente, em 2003, por quase um quarto do emprego nacional e por um terço da actividade produtiva nacional (32,4% do total do PIB). A distribuição do PIB *per capita* relativizada face à média nacional [Figura III.1.2] evidencia a Grande Lisboa cujo PIB *per capita* supera a média nacional em 70%, à semelhança do que acontecera em anos anteriores. Mas também a Madeira, o Alentejo Litoral, o Algarve e o Grande Porto registaram valores acima da média nacional. Das sub-regiões com PIB *per capita* inferior a 75% da média nacional nota-se, com excepção do Minho-Lima, uma concentração no Interior do país abrangendo a maior parte do Norte, grande parte do Centro e ainda a sub-região do Baixo Alentejo. No caso do Tâmega, o valor foi mesmo inferior a metade do valor nacional (49%).

FIGURA III.1.2 - PIB PER CAPITA, POR NUTS III, 2003



A leitura do mapa do PIB *per capita* por NUTS III antecipa ainda a existência de fortes disparidades regionais dentro de cada NUTS II, ou seja, ao nível das sub-regiões que a compõem. Para quantificar esta medida das disparidades regionais, analisou-se o coeficiente de variação do PIB *per capita*, ponderado pela população de cada sub-região, que revelou o valor mais acentuado em Lisboa com 28%, seguido do Norte com 24%, em parte devido à influência das áreas metropolitanas que enquanto pólos de emprego beneficiam de importantes movimentos pendulares que contribuem para o aumento do PIB, sem no entanto serem considerados no cálculo do PIB *per capita* dessas sub-regiões. As regiões do Centro e do Alentejo revelaram valores mais reduzidos no nível de disparidade intraregional com 16% e 13%, respectivamente. A análise do PIB regional, que mede o valor da produção das, deve ser ainda complementada com a análise do Rendimento Disponível Bruto das Famílias (RDB) que procura reflectir o nível de vida das famílias nas regiões, na medida em que incorpora transferências existentes entre diferentes agentes económicos e entre as diversas regiões. As disparidades regionais evidenciadas pelo PIB *per capita* são então minimizadas quando se confrontam dados relativos ao RDB *per capita* apresentando, em geral, dados mais próximos da média nacional, sendo essa aproximação mais evidente nas regiões da Madeira e de Lisboa<sup>27</sup> [Figura III.1.3].

FIGURA III.1.3 - PIB PER CAPITA E RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS PER CAPITA, POR NUTS II, 2002



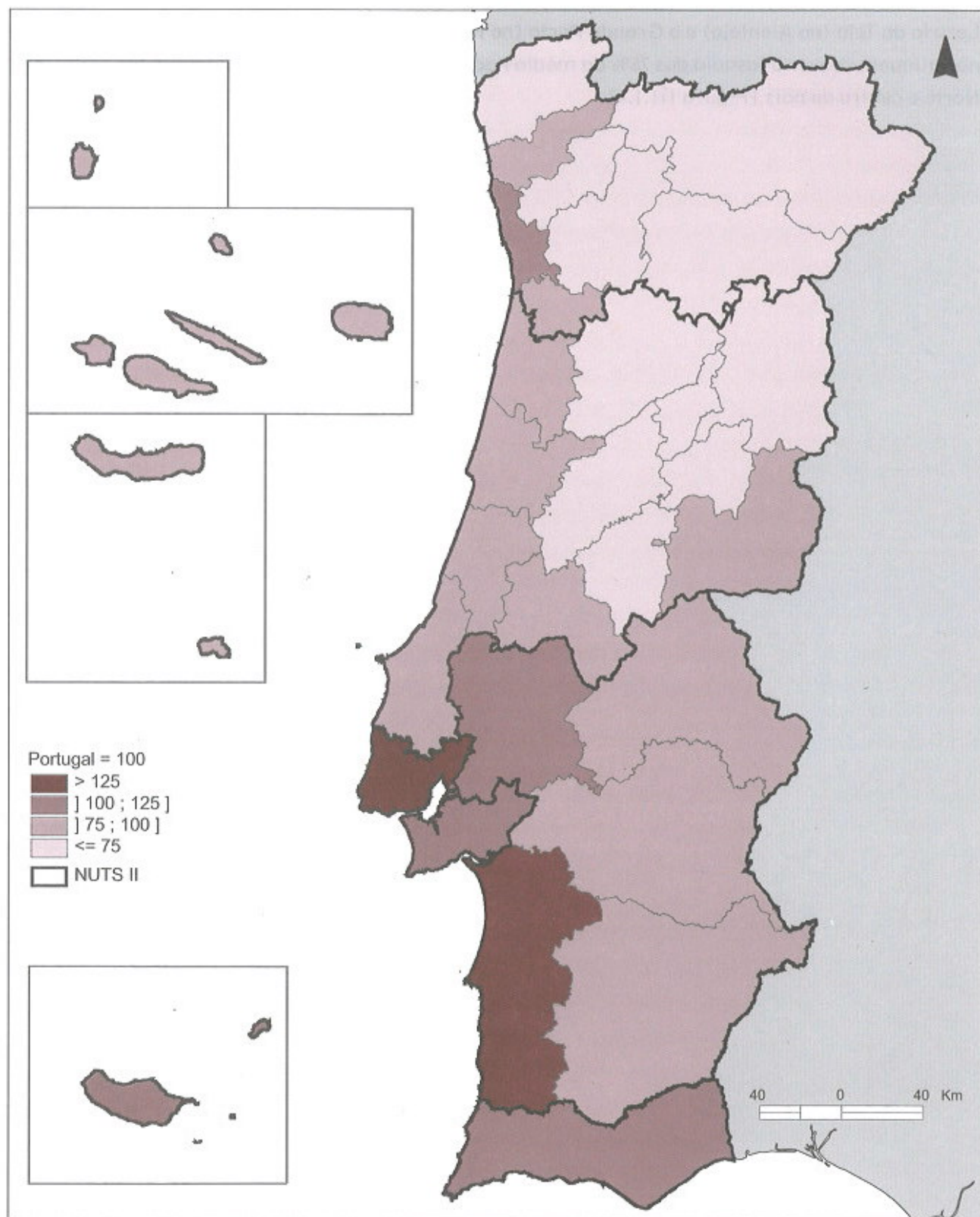
### PRODUTIVIDADES MAIS ELEVADAS NO LITORAL E SUL DO PAÍS

A produtividade regional, que confronta o PIB gerado numa região tendo em conta não a população residente nesse território económico mas sim o emprego que lhe corresponde, confirma as disparidades regionais já evidenciadas. Ao nível nacional, a produtividade cresceu face ao ano anterior

<sup>27</sup> Por não estarem disponíveis os dados relativos ao RDB das famílias para 2003, optou-se por incidir a análise no ano de 2002, facto que não terá alterado as principais conclusões, na medida em que as disparidades do PIB *per capita* face à média nacional praticamente não se alteraram de 2002 para 2003.

1,9% fruto de uma variação positiva do VAB de 1,6% e de uma diminuição do emprego de 0,4%. Com valores superiores à média, destacam-se, uma vez mais, as regiões de Lisboa, Madeira e Algarve e, no caso da análise se alargar às sub-regiões, ganham destaque, adicionalmente, o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo (no Alentejo) e o Grande Porto (no Norte). As sub-regiões em que as produtividades não atingem sequer a fasquia dos 75% da média nacional concentravam-se na totalidade no Interior Norte e centro do país [Figura III.1.4].

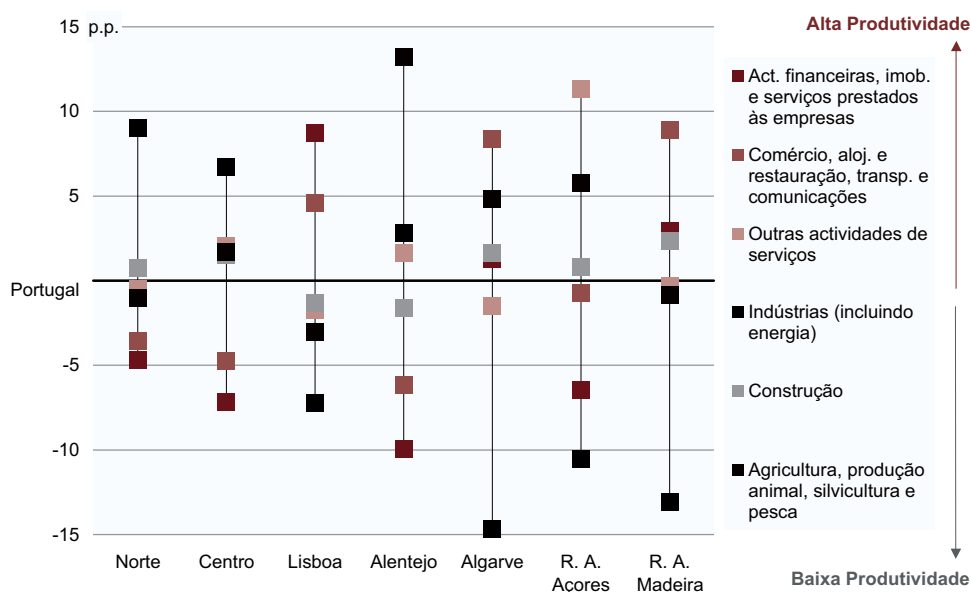
FIGURA III.1.4 - PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VAB POR PESSOA EMPREGADA), POR NUTS III, 2003



## LISBOA FORTEMENTE ESPECIALIZADA NAS ACTIVIDADES MAIS PRODUTIVAS

Analisando a produtividade por ramo de actividade ao nível nacional, evidenciam-se, de imediato, as actividades do sector terciário, nomeadamente as *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* com valores muito superiores às restantes. Das actividades com produtividades mais baixas, destaca-se a *agricultura, produção animal, silvicultura e pesca* por apresentar o valor mais reduzido. Em termos regionais, os diferentes níveis de produtividade estão claramente relacionados com o perfil de especialização de cada região. Assim, a região com maior produtividade (Lisboa) surge fortemente especializada nas actividades mais produtivas. Pelo contrário, o Norte e o Centro, regiões onde a produtividade no seu todo registou valores mais reduzidos, encontram-se fortemente associados às actividades industriais. A Figura III.1.5 traduz precisamente os perfis de especialização sectorial das regiões, evidenciando de que forma a estrutura do VAB sectorial de cada região se distanciava da média nacional<sup>28</sup>, atendendo aos níveis de produtividade sectorial (calculados apenas ao nível nacional). No caso do Alentejo, evidencia-se a sua forte especialização em actividades do sector primário, por contrapartida das *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* em que o peso que o seu VAB representa nesta região é inferior em quase 10 pontos percentuais ao valor nacional.

FIGURA III.1.5 - PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL: DISPARIDADE FACE A PORTUGAL DO VAB POR RAMO DE ACTIVIDADE, POR NUTS II, 2003

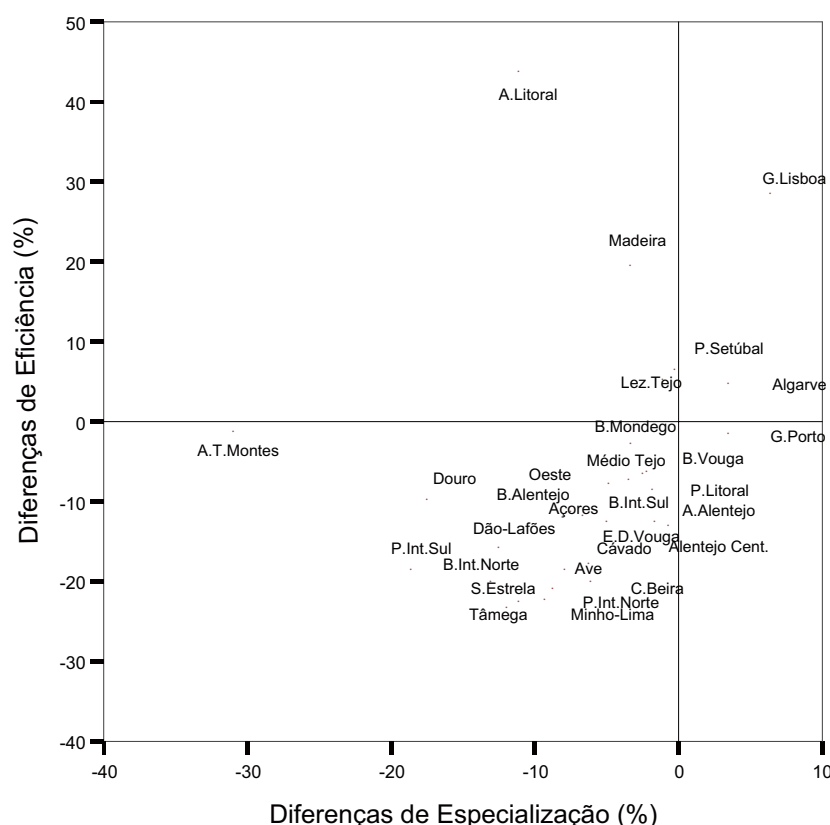


As disparidades regionais evidenciadas pelos níveis de produtividade do trabalho reflectem, por um lado, a eficiência promovida regionalmente nas várias unidades económicas, mas são também consequência da especialização sectorial de cada região, na medida em que, como se viu, há ramos mais propícios a produtividades mais elevadas do que outros, enviesando a leitura inicial das disparidades regionais. Ou seja, a produtividade depende das produtividades dos diferentes ramos,

<sup>28</sup> Foi calculada, por região, a diferença entre o peso, em termos de VAB, de cada ramo de actividade na região e o peso, em termos de VAB nacional, do ramo de actividade no país.

reflectindo regionalmente diferentes níveis de eficiência, mas também da estrutura do emprego da região por ramo de actividade traduzindo, quando confrontado com o valor nacional, a especialização sectorial da região<sup>29</sup>. Confrontando estes dois níveis de análise da produtividade com a média nacional, constata-se que as grandes diferenças dos níveis de produtividade derivavam mais de diferenças de eficiência do que de padrões de especialização [Figura III.1.6]. As sub-regiões que se destacavam por apresentarem ganhos claros, em relação ao país, de eficiência e especialização em simultâneo, foram a Grande Lisboa e o Algarve, surgindo em menor escala a Península de Setúbal. Ainda com níveis de produtividade superiores à média, surgiam, tal como se viu na Figura III.1.4, o Alentejo Litoral, a Madeira, a Lezíria do Tejo e o Grande Porto. No último caso, e de forma isolada, essa vantagem terá sido obtida exclusivamente graças aos sectores de especialização da região. Nos restantes, pelo contrário, terão sido questões associadas à eficiência das suas unidades produtivas que justificaram a sua posição relativa.

FIGURA III.1.6 - DECOMPOSIÇÃO DAS DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE FACE AO PAÍS POR NUTS III, 2003



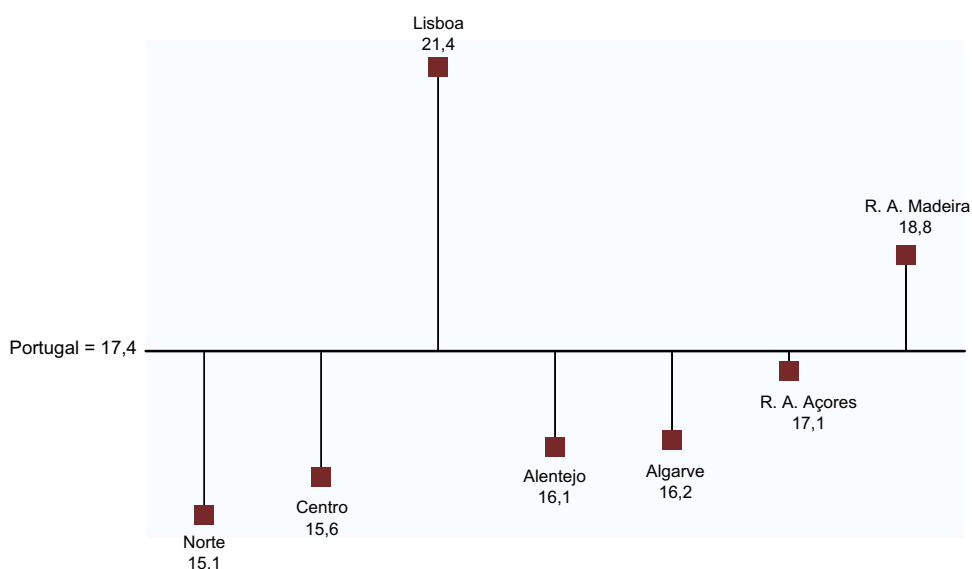
Com níveis de eficiência significativamente inferiores à média nacional e especializações económicas concentradas em sectores de baixa produtividade, surgem, em geral, as sub-regiões do Interior do país. No caso do Alto Trás-os-Montes, a especialização sectorial foi mesmo determinante no seu nível global de produtividade, na medida em que o desvio face à média nacional em termos de eficiência era bastante reduzido.

<sup>29</sup> Veja-se Ramos, P. e Coimbra, C. no estudo "Notas sobre o cálculo da produtividade média das regiões NUTS II e NUTS III portuguesas" in Cadernos Regionais da Região Centro nº 12, 2001 editados pelo INE.

### LISBOA E MADEIRA COM REMUNERAÇÕES ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

A remuneração média registada ao nível nacional atingiu, no ano de 2003, 17,4 milhares de euros por trabalhador remunerado. Em termos regionais, os contributos para esta média foram distintos pois enquanto Lisboa apresentava um valor superior à média nacional em quase 25%, o Norte, com o valor mais reduzido, ficou aquém, em 14%, do valor de Portugal. Lisboa e Madeira foram mesmo as únicas regiões com remunerações acima do valor nacional [Figura III.1.7]. As *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* foram as actividades onde melhor se remuneraram em média os trabalhadores com um valor de 22,5 milhares euros ao nível nacional e que atingiu 25,2 em Lisboa. Pelo contrário, na *agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura* registou-se o valor mais reduzido com 8,7 milhares de euros ao nível nacional.

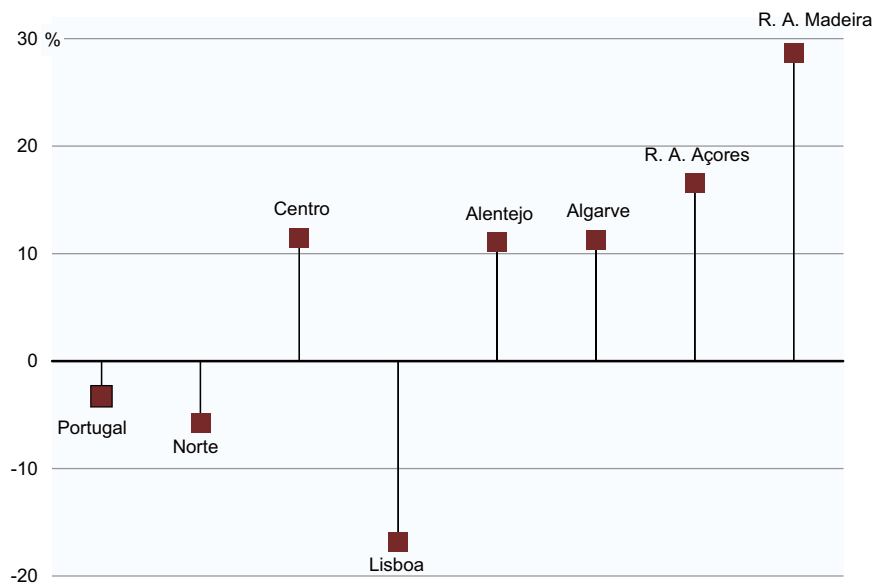
FIGURA III.1.7 - REMUNERAÇÃO MÉDIA, POR NUTS II, 2003



### FORTE QUEBRA NO INVESTIMENTO DA REGIÃO DE LISBOA

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou, no ano de 2002, uma quebra de 3,3% face ao ano anterior revelando, pela primeira vez nos últimos anos, uma evolução negativa. Se se tiver em conta o período mais alargado entre 1995 e 2002 a taxa média de crescimento anual da FBCF situou-se na ordem dos 8,2%, revelando a existência de períodos de forte investimento no passado. A região de Lisboa foi a principal causadora desta evolução recente da FBCF em resultado da redução, de 2001 para 2002, de quase 17% o que, aliado ao facto de Lisboa ser responsável por cerca de 33% da FBCF nacional, condicionou fortemente a evolução nacional. Também o Norte, região responsável por 25% do investimento total, apresentou uma diminuição da FBCF [Figura III.1.8]. Em todas as outras regiões, se verificaram taxas de crescimento superiores a 10%, com destaque para a Madeira que registou um crescimento de 29%, embora o seu contributo para o investimento nacional fosse de apenas 4%.

FIGURA III.1.8 - TAXA DE CRESCIMENTO DA FBCF, PORTUGAL E NUTS II, 2001-2002



Outra forma de avaliar a importância da FBCF na economia regional consiste em analisar a proporção da riqueza gerada (VAB) que é investida (FBCF), habitualmente designada por taxa de investimento aparente e que em Portugal, em 2003, foi de 29%. Os Açores foram a região com a maior taxa de investimento aparente representando a sua FBCF metade do VAB criado nessa região. Na Madeira e no Alentejo, o seu peso foi ainda significativo ultrapassando os 40%. Norte e Lisboa foram as únicas regiões a apresentarem valores inferiores à média nacional (26%).

As *actividades financeiras, imobiliárias, serviços prestados às empresas* foram, em 2002, responsáveis pela parcela mais significativa da FBCF total: quer em termos nacionais, representando 35% do total, quer ao nível regional, oscilando a sua importância entre 31%, no Norte, e 40%, em Lisboa. De igual modo, a segunda área de maior investimento foi para todas as regiões as *outras actividades de serviços* realçando o papel significativo que as administrações públicas assumem no panorama nacional em anos de redução de investimento.



## III.2 Preços





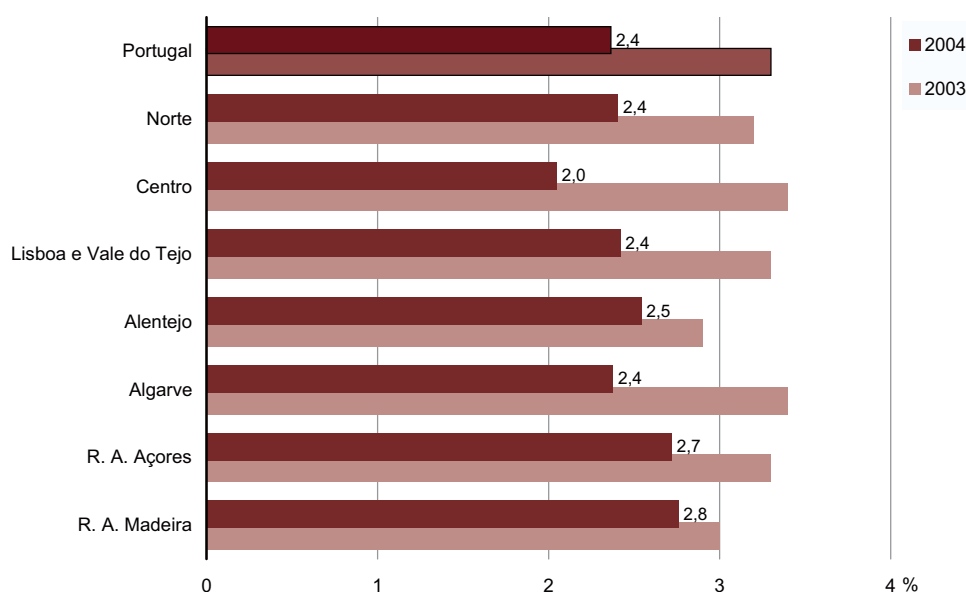
### III.2. PREÇOS <sup>30</sup>

#### INFLAÇÃO NO CONSUMO DIMINUI EM TODAS AS REGIÕES

Entre 2003 e 2004, a taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) passou de 3,3% para 2,4%, uma redução de quase um ponto percentual (p.p.) no indicador mais utilizado para medir a inflação.

Em todas as regiões registou-se um abrandamento do ritmo de crescimento dos preços no consumidor. As regiões que em 2003 apresentavam as taxas de inflação mais elevadas - Centro e Algarve -, foram as mais beneficiadas pela diminuição ocorrida em 2004, apresentando uma quebra face ao ano anterior superior à verificada a nível nacional (1,4 p.p. e 1,0 p.p., respectivamente, quando para o país a diminuição foi de 0,9 p.p.). Por outro lado, os decréscimos menos significativos ocorreram nas regiões que apresentaram, em 2004, as taxas de inflação mais elevadas: R. A. Madeira, R. A. Açores e o Alentejo [Figura III.2.1].

FIGURA III.2.1 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



O IPC é calculado para um cabaz de produtos agrupados em 12 classes de diferentes ponderações. As classes de produtos contribuem<sup>31</sup> de forma distinta para a inflação anual nacional e de cada região.

Em termos globais, a classe dos *Transportes* foi a que mais contribuiu para a variação média anual nacional de 2004, oscilando, em termos regionais, entre cerca de um quinto e um terço do valor total da inflação, respectivamente nos Açores e no Alentejo. Em segundo lugar, surgem os *Restaurantes* e

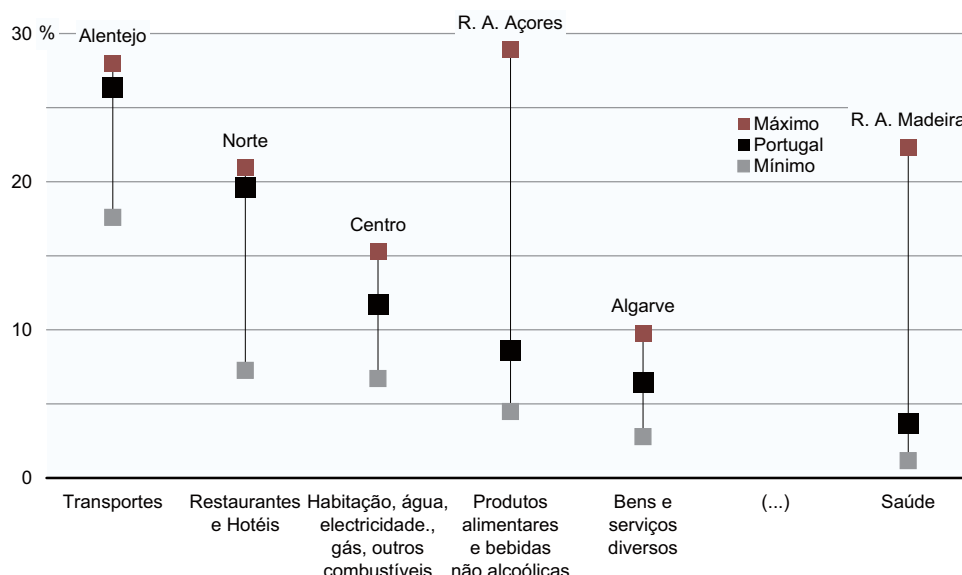
<sup>30</sup> A informação estatística analisada neste capítulo respeita a anterior delimitação das NUTS II (decreto-lei n.º 46/1989).

<sup>31</sup> A variação do índice de preços no consumidor (global) resulta de uma combinação de dois efeitos: a variação do índice de cada classe e o peso que essa mesma classe tem na variação total (ponderador). Para compreender-se qual o efeito de cada classe na variação total do IPC, recorreu-se à 'quota de participação' ( $Q_k$ , com  $k=1, \dots, 12$ ), uma medida da influência quantitativa de uma dada classe  $k$  no total das alterações que afectam o índice global, em que  $0 \leq Q_k \leq 1$  e  $\sum Q_k = 1$ .

hotéis que, em conjunto com os Transportes, são responsáveis, grosso modo, por metade do valor da taxa de inflação nacional. Seguem-se as classes da Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis e dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, justificando, em conjunto, um quinto da variação média anual.

Do ponto de vista regional, as classes dos Transportes e dos Restaurantes e hotéis nem sempre foram aquelas que apresentaram as maiores contribuições. Destaque para o Centro e os Açores em que a contribuição dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas é ainda mais significativa do que no âmbito nacional, e para a Madeira, com a Saúde a assumir uma posição de relevo [Figura III.2.2].

FIGURA III.2.2 - CLASSES QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA A VARIAÇÃO MÉDIA DO IPC E RESPECTIVAS DISPARIDADES REGIONAIS, POR NUTS II, 2004

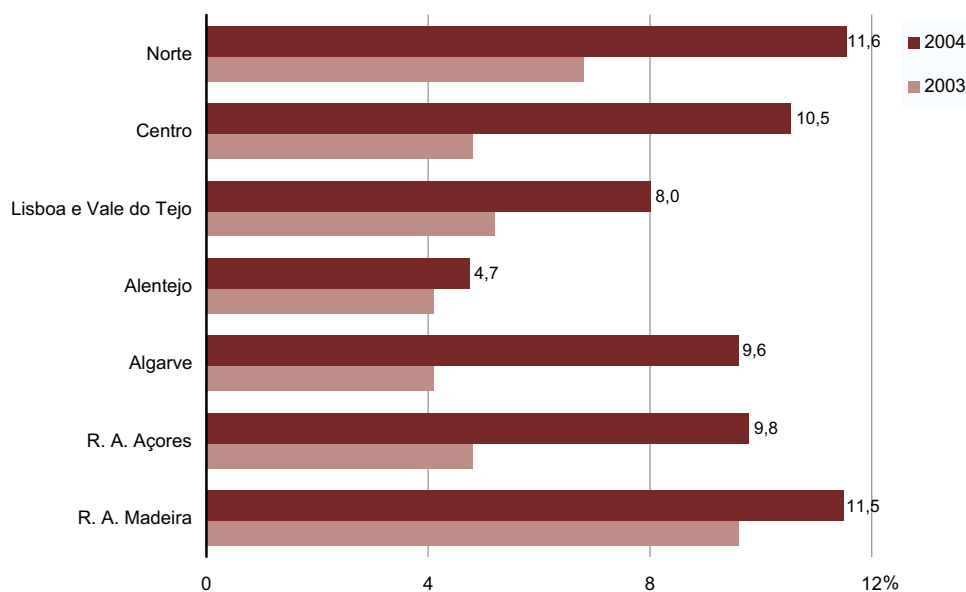


### EDUCAÇÃO COM OS MAIORES CRESCIMENTOS REGIONAIS DOS PREÇOS

De todas as classes de produtos, a Educação foi a que apresentou, em 2004, uma variação média do nível de preços mais significativa em todas as regiões (à excepção do Alentejo), devido à actualização das propinas no ensino superior. O crescimento dos preços foi tão expressivo que no Norte, na Madeira e no Centro, os preços desta classe aumentaram em média, entre 2003 e 2004, acima dos 10%.

Por outro lado, nas Regiões Centro, Algarve e Açores, a taxa de variação média anual da Educação mais que duplicou entre 2003 e 2004, evidenciando uma forte aceleração no crescimento dos preços desta classe. [Figura III.2.3].

FIGURA III.2.3 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC DA EDUCAÇÃO, POR NUTS II, 2003 E 2004

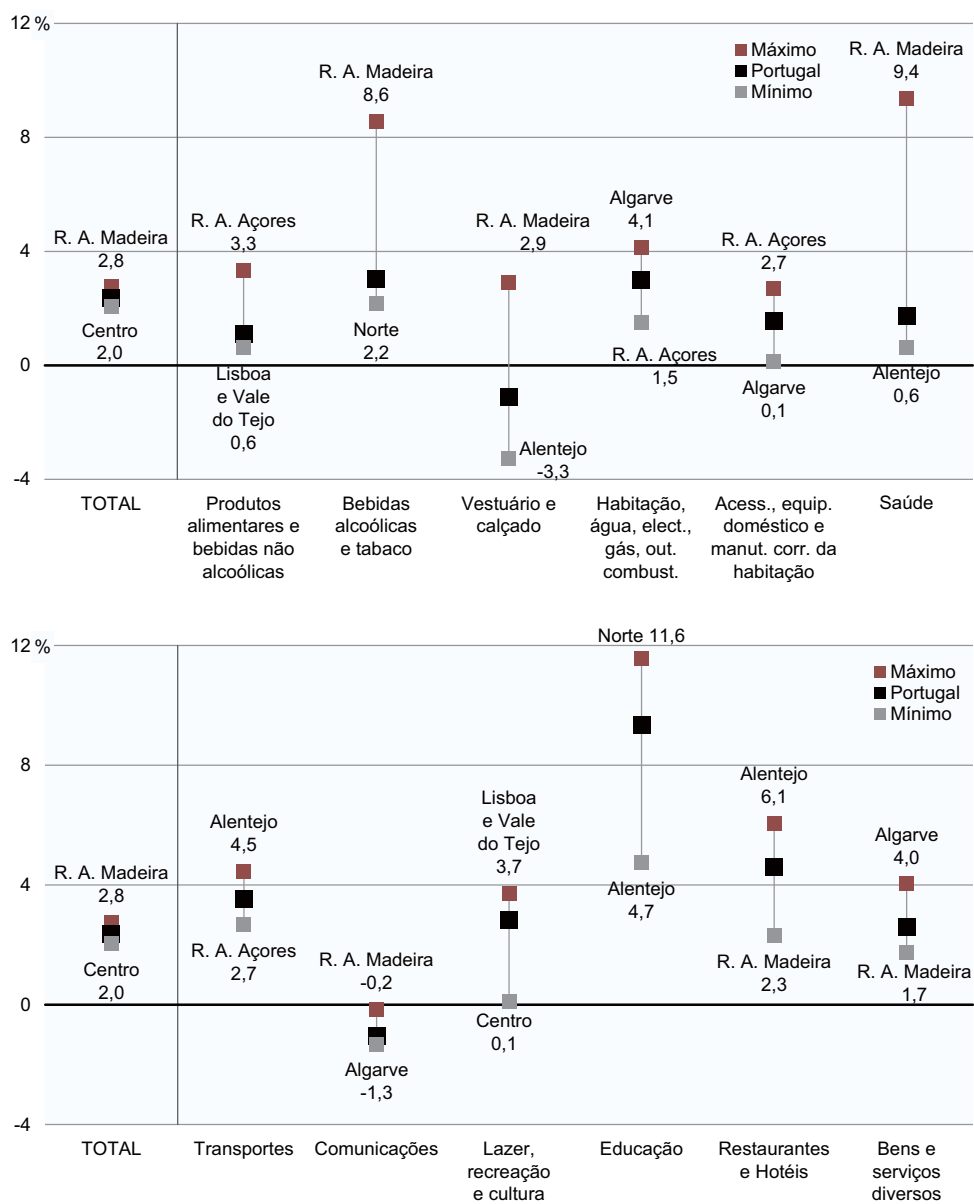


Mantendo a tendência dos anos anteriores, os preços das *Comunicações* decresceram entre 2003 e 2004 em todas as regiões, o que se pode dever ao aumento da concorrência e diminuição dos preços dos serviços telefónicos e do equipamento telefónico nas comunicações.

A redução dos preços do *Vestuário e calçado* representa uma inversão na tendência de crescimento ocorrida em anos anteriores e poderá estar relacionada com a antecipação da época de 'saldos', possivelmente relacionada com dificuldades no escoamento dos produtos de *Vestuário e calçado*. No entanto, nas Regiões Autónomas e no Centro, estes artigos apresentavam em 2004 um nível médio de preços mais elevado do que no ano anterior, traduzindo um comportamento divergente do nacional.

A disparidade de variação de preços entre as diversas regiões do país varia em função das classes de despesa. Se para a inflação total essa diferença foi diminuta (0,7 p.p.), para as classes das *Bebidas alcoólicas e tabaco*, *Vestuário e calçado* e *Educação*, ultrapassou os seis pontos percentuais e, na *Saúde*, o crescimento dos preços diferiu em quase nove pontos percentuais entre a Madeira e o Alentejo [Figura III.2.4].

FIGURA III.2.4 - DISPARIDADES REGIONAIS DA TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, POR CLASSE DE DESPESA, 2004



### PREÇOS DA SAÚDE E DAS BEBIDAS ALCOÓLICAS E TABACO AUMENTAM CONSIDERAVELMENTE NA MADEIRA

Em cada região e para cada uma das classes de despesa, a evolução dos preços processa-se de forma distinta da verificada a nível nacional. As regiões autónomas, em particular a Madeira, são as que apresentam classes de despesa com maiores diferenças face aos valores nacionais de 2004. Os preços da *Saúde* e das *Bebidas alcoólicas e tabaco*, na Madeira, e do *Vestuário e calçado* e dos *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*, nos Açores, aumentaram muito acima do verificado no país. Estas diferenças podem estar relacionadas com a sua especificidade insular, designadamente no

caso do tabaco cujo preço é inferior ao do Continente e onde um aumento dos preços em termos absolutos de igual montante, origina uma variação média dos preços muito superior à do Continente. O significativo aumento dos preços na *Saúde*, ocorrido na Madeira, deveu-se sobretudo ao encarecimento dos serviços médicos e dos serviços de medicina dentária [Quadro III.2.i].

QUADRO III.2.i - CLASSES DE DESPESA DO IPC, COM MAIORES DIFERENÇAS FACE AO VALOR NACIONAL DA TAXA DE VARIÇÃO MÉDIA ANUAL, POR NUTS II, 2004

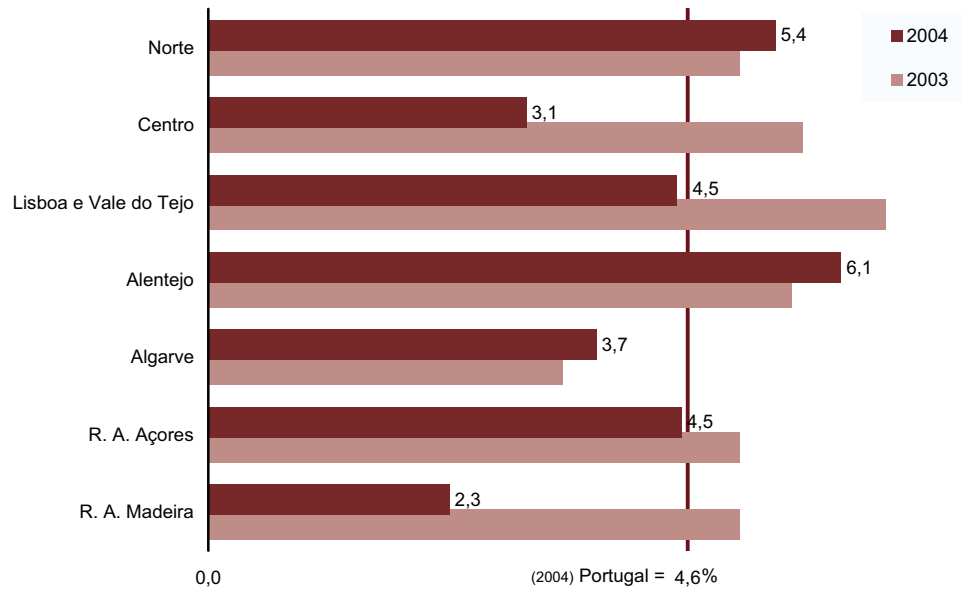
Diferenças em pontos percentuais (p.p.)		Acima do valor nacional		Abaixo do valor nacional	
<b>Norte</b>	1ª classe	Educação	2,2 p.p.	Bebidas alcoólicas e tabaco	-0,9 p.p.
	2ª classe	Restaurantes e hotéis	0,8 p.p.	Saúde	-0,7 p.p.
<b>Centro</b>	1ª classe	Vestuário e calçado	2,6 p.p.	Lazer, recreação e cultura	-2,7 p.p.
	2ª classe	Educação	1,2 p.p.	Restaurantes e hotéis	-1,5 p.p.
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	1ª classe	Lazer, recreação e cultura	0,9 p.p.	Educação	-1,3 p.p.
	2ª classe	Bebidas alcoólicas e tabaco	0,6 p.p.	Vestuário e calçado	-0,7 p.p.
<b>Alentejo</b>	1ª classe	Restaurantes e hotéis	1,5 p.p.	Educação	-4,6 p.p.
	2ª classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,1 p.p.	Vestuário e calçado	-2,1 p.p.
<b>Algarve</b>	1ª classe	Bens e serviços diversos	1,4 p.p.	Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	-1,4 p.p.
	2ª classe	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	1,1 p.p.	Vestuário e calçado	-1,2 p.p.
<b>R. A. Açores</b>	1ª classe	Vestuário e calçado	3,6 p.p.	Lazer, recreação e cultura	-1,9 p.p.
	2ª classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,2 p.p.	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	-1,5 p.p.
<b>R. A. Madeira</b>	1ª classe	Saúde	7,7 p.p.	Lazer, recreação e cultura	-2,3 p.p.
	2ª classe	Bebidas alcoólicas e tabaco	5,5 p.p.	Restaurantes e hotéis	-2,3 p.p.

### NO NORTE E NO ALENTEJO, COMER FORA DE CASA ENCARRECE MAIS QUE A NÍVEL NACIONAL

A partir do ano 2000, assistiu-se a uma aceleração do aumento dos preços da classe de despesa dos *Restaurantes e hotéis*<sup>32</sup> ao nível nacional, efeito que se inverteu no ano de 2004. As Regiões Norte, Alentejo e Algarve foram as únicas em que se manteve a tendência de aceleração da taxa de crescimento média anual dos preços da alimentação fora de casa [Figura III.2.5]. No caso do Norte e do Alentejo, o encarecimento das refeições em restaurantes entre 2003 e 2004 foi inclusivamente superior ao verificado a nível nacional [Figura III.2.5].

<sup>32</sup> Na classe Restaurantes e hotéis, os cafés e restaurantes têm um peso esmagador.

FIGURA III.2.5 - TAXA DE VARIACÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC DOS *RESTAURANTES E HOTÉIS*, POR NUTS II, 2003 E 2004





### III.3 Empresas





### III.3. EMPRESAS

#### DINAMISMO DA CAPACIDADE EMPRESARIAL NAS REGIÕES AUTÓNOMAS CONTRARIA TENDÊNCIA GENERALIZADA DE CONTRACÇÃO

Em Portugal, foram constituídas durante o ano de 2004 cerca de 24 mil novas sociedades, o que representa um decréscimo de 3% face ao ocorrido em 2003. Um terço das novas sociedades tinham a sede na região de Lisboa, 31% no Norte e 18% no Centro.

As sociedades criadas no país durante o ano de 2004 representavam 6,6% do total de sociedades existentes no final do ano. Ao nível regional, a taxa de constituição de sociedades superava a média nacional na Madeira (13,5%), no Algarve (8%) e nos Açores (8%). A Madeira constituiu a única região a registar um acréscimo face a 2003 quer no número de sociedades constituídas, quer na taxa de constituição de sociedades [Figura III.3.1].

Assim, não é de estranhar que entre os concelhos com taxas de constituição de sociedades mais elevadas se encontrem Porto Santo, Funchal, Porto Moniz, Ponta do Sol e Santa Cruz. A presença de concelhos açoreanos neste lote era também notória: por exemplo, o Corvo, Santa Cruz da Graciosa, Madalena, Vila Franca do Campo e Calheta apresentavam taxas de constituição de sociedades superiores a 13%. Destacavam-se, ainda, Freixo de Espada à Cinta, Sabrosa, Mesão Frio e Vimioso, no Norte; Meda, no Centro, e Vidigueira e Ferreira do Alentejo, no Alentejo.

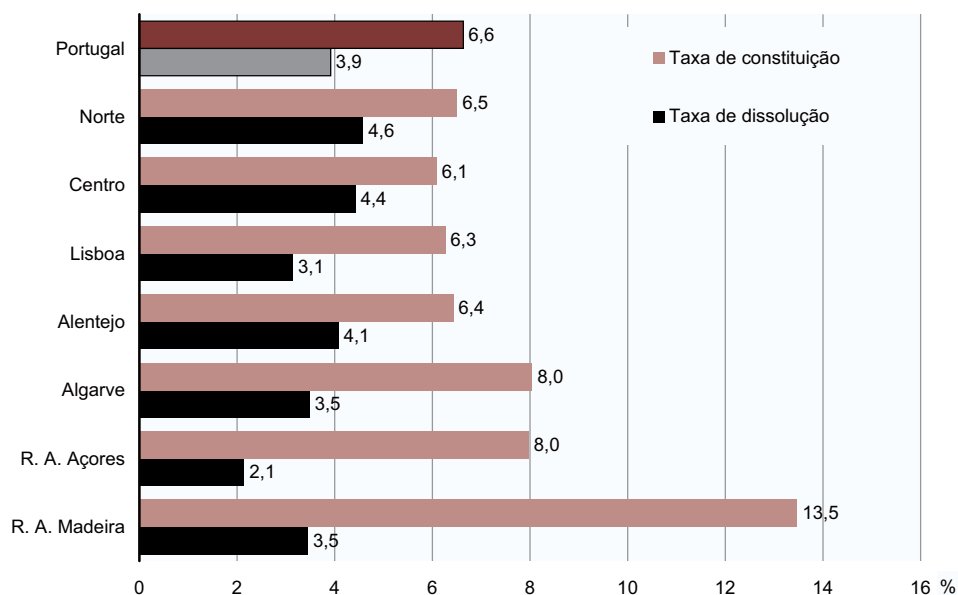
Do total de sociedades criadas em 2004 no país, 28% correspondiam ao ramo do *comércio*. Este ramo económico absorveu a maior parte das novas sociedades na generalidade das regiões. Lisboa, o Algarve e a Madeira constituíram as exceções, pelo facto de o número de sociedades criadas nas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* ter superado o do *comércio*, à semelhança do observado em 2003.

Por seu turno, ao longo de 2004, o número de sociedades dissolvidas foi de cerca de 14 mil, traduzindo um acréscimo de quase 20% face ao número correspondente a 2003. A distribuição regional do número de sociedades dissolvidas seguiu muito de perto a observada para a constituição de sociedades embora, no caso da dissolução, o fenómeno tenha sido mais expressivo no Norte (36%) que em Lisboa (28%). Face ao ano de 2003, apenas nos Açores se verificou uma redução no número de sociedades dissolvidas.

O número de sociedades dissolvidas durante 2004 relativizado pelo número de sociedades existentes no final do ano anterior resulta numa taxa de dissolução de sociedades, ao nível nacional, de 3,9%. Embora, em 2004, a taxa de constituição superasse a de dissolução, essa diferença esbateu-se face ao verificado em 2003. Em 2004, a taxa de dissolução de sociedades superou a média nacional no Norte, no Centro e no Alentejo que constituíram as únicas regiões a exhibir um acréscimo naquele indicador face a 2003 [Figura III.3.1].

A análise da taxa de dissolução de sociedades ao nível concelhio confirma a importância do fenómeno na região Norte. Os concelhos de Tabuaço, Alfândega da Fé, Cinfães, Penalva do Castelo, Melgaço, Sernacelhe e Sabrosa constituem exemplos. Ainda com taxas superiores a 10%, encontravam-se os concelhos do Crato, Arronches, Campo Maior, no Alentejo; Sardoal e Meda, no Centro, e Alcoutim, no Algarve.

FIGURA III.3.1 - TAXAS DE CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES, PORTUGAL E NUTS II, 2004



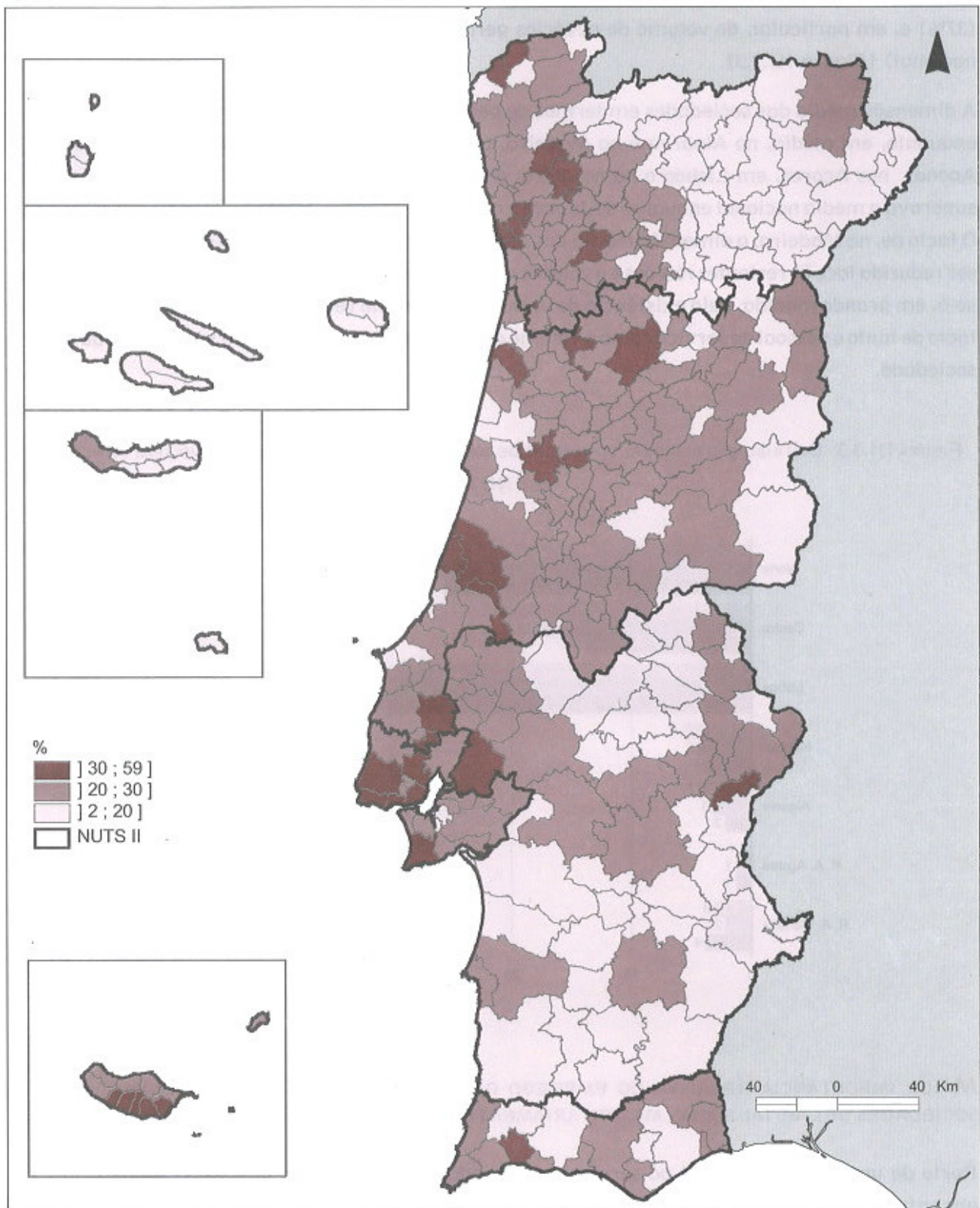
### MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS SOCIEDADES NOS AGLOMERADOS URBANOS

No final de 2004, o número de empresas<sup>33</sup> com sede no país cobertas pelo Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) ascendia a 1,2 milhões, um terço das quais no ramo do *comércio* e 18% na *Construção*. Em todas as regiões do país, o *comércio* absorvia o maior número de empresas, com exceção dos Açores, onde as empresas de construção eram mais numerosas.

Cerca de 30% das empresas com sede no país, no final de 2004, eram sociedades. Esta proporção atingia maior expressão regional na Madeira (47%) e em Lisboa (36,5%) enquanto, no outro extremo, se encontravam os Açores, indiciando uma importância relativa maior dos empresários em nome individual. Ao nível concelhio, constata-se que a importância relativa das sociedades no total de empresas era maior nos aglomerados urbanos. Destacam-se, em particular, além do Funchal, Ribeira Brava e Santa Cruz (na Madeira), concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Lisboa, Porto, Oeiras, Maia, Cascais e Matosinhos) e cidades médias como Aveiro, Braga e Coimbra. Pelo contrário, os empresários em nome individual assumiam uma importância relativa maior nos Açores, no Interior da região Norte e no Alentejo [Figura III.3.2].

<sup>33</sup> As empresas abrangem empresários em nome individual e sociedades.

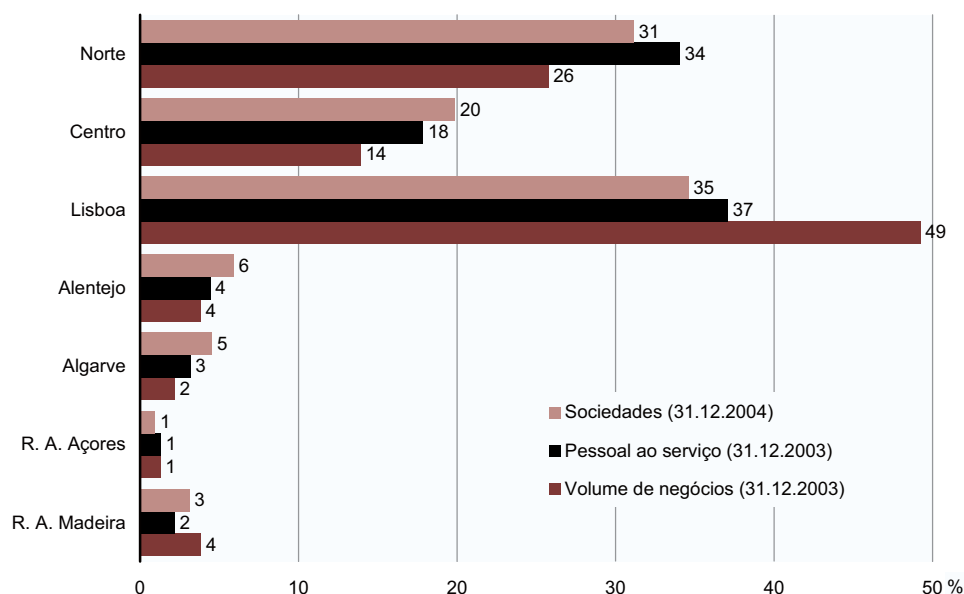
FIGURA III.3.2 - PROPORÇÃO DE SOCIEDADES NO TOTAL DE EMPRESAS, POR CONCELHO, 31.12.2004



Cerca de 32% das empresas tinham a sua sede no Norte, 28% em Lisboa e 23% no Centro. No entanto, quando a análise se cinge às sociedades, aquela distribuição regional altera-se: 36% em Lisboa, 30% no Norte e 20% no Centro. Lisboa assumia igualmente a maior fatia de pessoal ao serviço nas sociedades (37%) e, em particular, do volume de negócios gerado em sociedades (quase metade do montante nacional) [Figura III.3.3].

A dimensão média das sociedades em termos de pessoal ao serviço era maior nos Açores e no Norte enquanto, em média, no Algarve e na Madeira, as sociedades tinham menos pessoas ao serviço. Apenas nos Açores, em Lisboa e na Madeira, o volume médio de negócios gerado por sociedade superava a média nacional enquanto o Algarve e o Alentejo exibiam, a este nível, o pior desempenho. O facto de, na Madeira, a dimensão média das sociedades, avaliada em termos de pessoal ao serviço, ser reduzida face às restantes regiões e o volume médio de negócios ser relativamente elevado explicar-se-á, em grande medida, pela existência de uma zona franca na região. Por outro lado, sublinhe-se o facto de tanto o pessoal ao serviço como o volume de negócios estarem afectos à localização da sede da sociedade.

FIGURA III.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO NÚMERO DE SOCIEDADES, PESSOAL AO SERVIÇO E VOLUME DE NEGÓCIOS, POR NUTS II



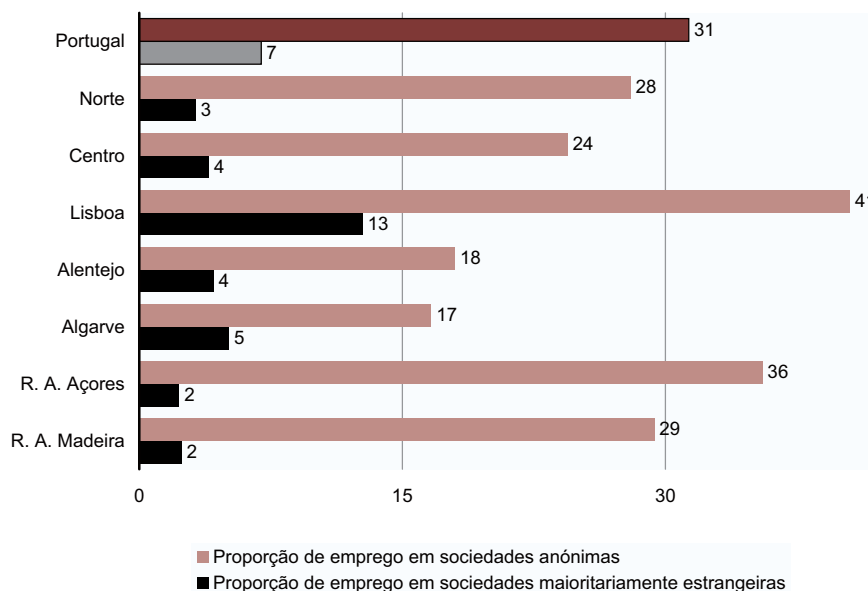
**MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DO EMPREGO GERADO PELAS SOCIEDADES ANÓNIMAS E PELAS SOCIEDADES DE CAPITAL SOCIAL MAIORITARIAMENTE ESTRANGEIRO EM LISBOA**

Perto de um terço do pessoal ao serviço em sociedades com sede no país abrangidas pelo FUE encontrava-se empregado em sociedades anónimas. Ao nível regional, esta proporção era particularmente expressiva em Lisboa (41%) e nos Açores (36%), sendo mesmo as únicas regiões a ultrapassar a média nacional. Pelo contrário, no Algarve e no Alentejo, aquela forma jurídica era responsável pela absorção de apenas 17% e 18%, respectivamente, do emprego gerado pelas sociedades com sede na respectiva região [Figura III.3.4].

Ao nível concelhio, aquela proporção ultrapassava 50% apenas em 10 concelhos, 4 dos quais na região Centro: Mangualde, Entroncamento, Vila Velha de Ródão e Manteigas. Os restantes eram Matosinhos, Vale de Cambra e Boticas (no Norte), Castro Verde (no Alentejo), Ribeira Grande (nos Açores) e Oeiras (em Lisboa).

Numa perspectiva distinta, as sociedades com capital social maioritariamente estrangeiro, em termos de maioria relativa, absorviam 7% do emprego gerado pelas sociedades com sede no país. Mais uma vez, era em Lisboa que a presença estrangeira, nesta acepção, mais se fazia sentir ao absorver 13% do emprego. Em particular, no concelho de Palmela, aquela proporção alcançava 46%, o valor mais alto do país, explicado pela presença da VW AutoEuropa. Pelo contrário, o fenómeno era menos expressivo nas regiões autónomas, onde rondava 2% [Figura III.3.4].

FIGURA III.3.4 - PROPORÇÃO DE EMPREGO EM SOCIEDADES ANÓNIMAS E MAIORITARIAMENTE ESTRANGEIRAS, PORTUGAL E NUTS II, 2003

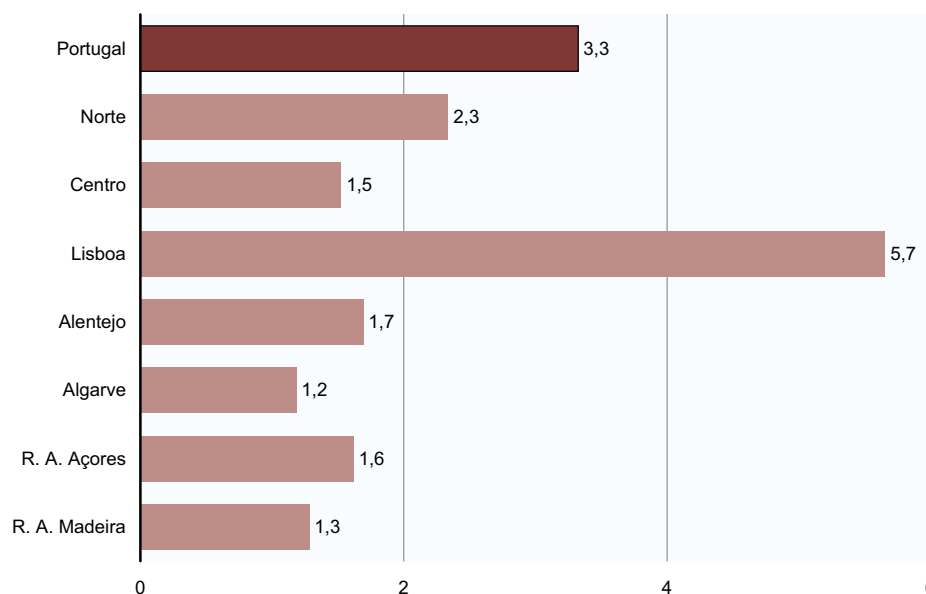


### MAIOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DO EMPREGO EM ACTIVIDADES TIC NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

As actividades de *tecnologias de informação e comunicação* (TIC)<sup>34</sup> absorviam, em 2003, 3,3% do emprego das sociedades com sede no país pertencentes ao universo do FUE. A região de Lisboa destacava-se pelo facto de aquela proporção ascender a 5,7%. No Norte, a proporção registada era de 2,3% enquanto nas restantes regiões ficava aquém de 2%. Note-se que, em 70 dos 308 concelhos do país, não se registava no FUE emprego desta natureza. Neste contexto destacavam-se três concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde mais de 10% do emprego correspondia a actividades TIC: Amadora, Oeiras (nestes dois casos, trata-se de emprego concentrado em actividades comerciais e serviços prestados às empresas) e Palmela (fabricação de equipamento eléctrico, de óptica e fabricação de material de transporte) [Figura III.3.5].

<sup>34</sup> Ver Nomenclaturas.

FIGURA III.3.5 - PROPORÇÃO DE EMPREGO TOTAL EM ACTIVIDADES TIC, PORTUGAL E NUTS II, 2003



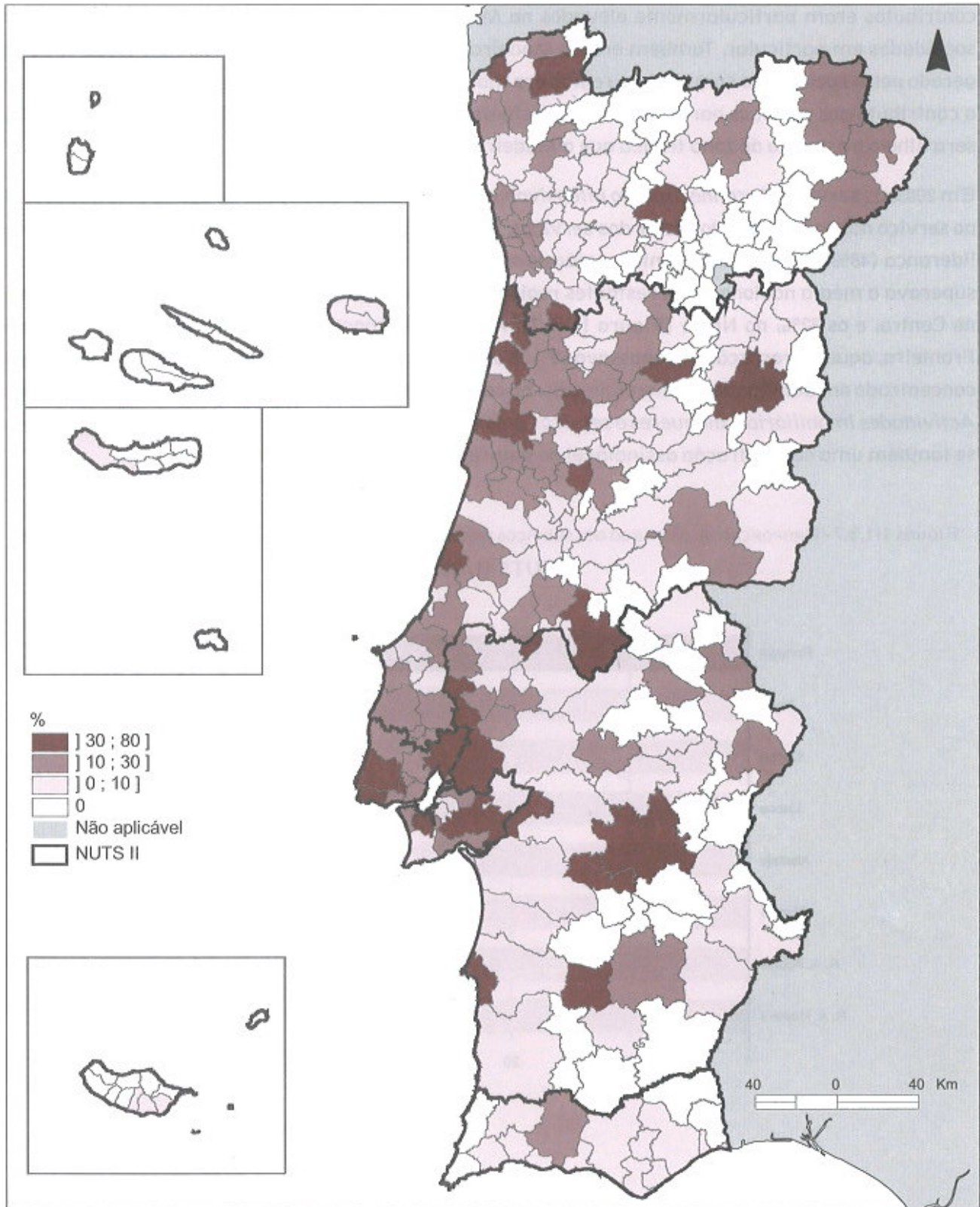
#### NORTE COM PERFIL MAIS INDUSTRIAL MAS COM EMPREGO EM ACTIVIDADES DE BAIXA TECNOLOGIA

A *Indústria transformadora* concentrava, no final de 2004, 10% das empresas e 13% das sociedades com sede no país e pertencentes ao universo do FUE. De entre as sete regiões NUTS II do país, o Norte exibía, nesta perspectiva, uma natureza mais industrial, dado que este ramo absorvia 15% das empresas e 20% das sociedades aí sediadas. Esta constatação é reforçada quando se analisa o pessoal ao serviço nas sociedades (cuja quota correspondente à *Indústria transformadora* era de 29%, no país, e 44%, no Norte). Contudo, o contributo da *Indústria transformadora* para o volume de negócios gerado nas sociedades era superior na região Centro (34% contra 33% no Norte).

Cerca de 17% do emprego gerado pelas sociedades da *indústria transformadora*, em 2003, no país, correspondia a *indústrias de média e alta tecnologia*<sup>35</sup>. Em Lisboa, aquela proporção alcançava um terço, no Alentejo perto de um quarto e no Centro um quinto. Apesar do perfil marcadamente industrial da região Norte, aquela proporção ficava-se pelos 11%. No concelho do Entroncamento, o emprego daquela natureza representava 80% do total da *Indústria transformadora* (concentrado na fabricação de material de transporte), em Aljustrel, 74% sobretudo emprego na fabricação de máquinas e equipamentos) e em Palmela 72% (fabricação de equipamento eléctrico, de óptica e fabricação de material de transporte). Apenas nestes concelhos, superava 70%. Este fenómeno tendia a concentrar-se no Litoral do Continente, sendo pouco expressivo nas regiões autónomas [Figura III.3.6].

<sup>35</sup> Ver Nomenclaturas.

FIGURA III.3.6 - PROPORÇÃO DE EMPREGO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA, POR CONCELHO, 2003

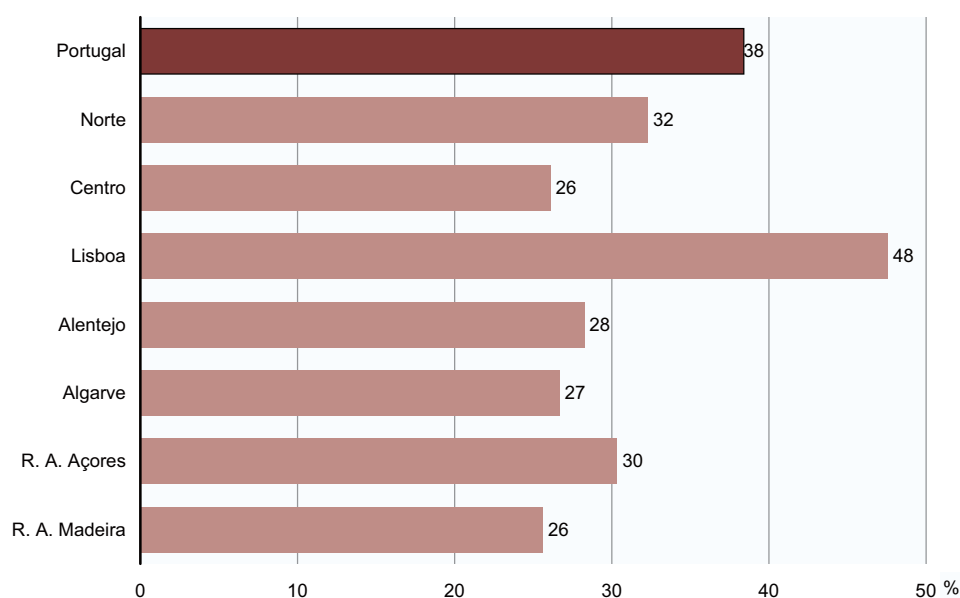


### MADEIRA COM PERFIL MAIS TERCIÁRIO MAS COM EMPREGO POUCO INTENSIVO EM CONHECIMENTO

No final de 2004, dois terços das empresas com sede no país abrangidas pelo FUE exerciam actividade no ramo dos *serviços*; nas sociedades, aquela proporção era de 71%. Ao nível regional, aqueles contributos eram particularmente elevados na Madeira: 77%, para as empresas, e 82%, para as sociedades em particular. Também era na Madeira que a quota deste ramo no volume de negócios gerado pelas sociedades com sede na região era mais expressiva (80%). Contudo, era em Lisboa que o contributo dos *serviços* para o emprego existente era mais intenso: 74%. A esta constatação não será alheio o estatuto de zona franca que a Madeira possui.

Em 2003, os *serviços de conhecimento intensivo*<sup>36</sup> eram responsáveis pelo emprego de 38% do pessoal ao serviço nas sociedades do sector dos *serviços*. Lisboa assumia, nesta perspectiva, uma posição de liderança (48%), constituindo a única região do país onde a importância dos *serviços* daquela natureza superava a média nacional. Nas restantes regiões, a proporção oscilava entre os 26%, na Madeira e no Centro, e os 32%, no Norte [Figura III.3.7]. Apenas nos concelhos de Tarouca, Alvito, Lisboa e Fronteira, aquela proporção ultrapassava 50%. Nos quatro concelhos referidos, tratou-se de emprego concentrado em actividades comerciais mas, no caso de Lisboa, ainda de forma mais expressiva nas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*. No caso de Fronteira, registou-se também uma concentração assinalável de emprego nas *Actividades financeiras*.

FIGURA III.3.7 - PROPORÇÃO DE EMPREGO DOS SERVIÇOS EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2003



<sup>36</sup> Ver nomenclaturas.



## III.4 Comércio Internacional





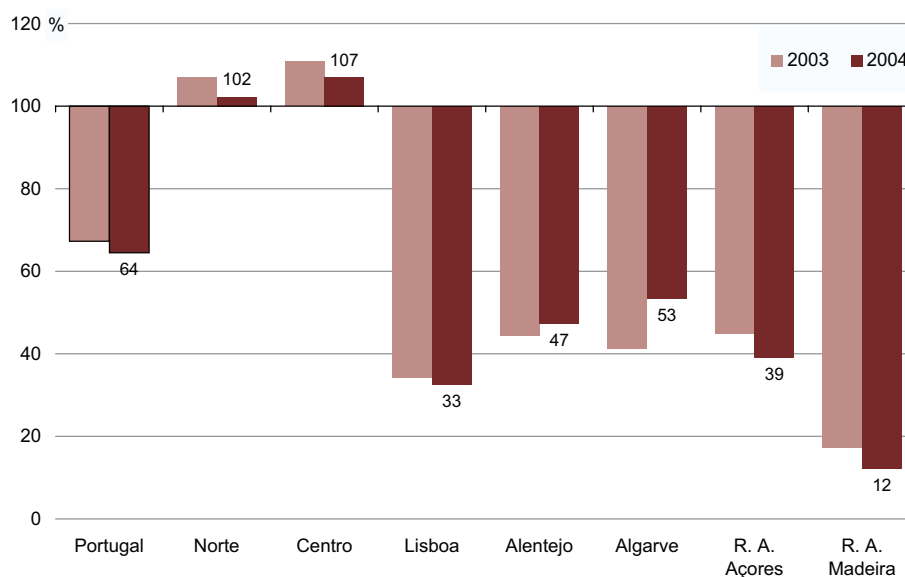
### III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL

#### REDUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS

O rácio entre as saídas<sup>37</sup> e as entradas<sup>38</sup> - taxa de cobertura - inverteu a tendência de crescimento que registava desde 2001 e pautou-se por um decréscimo de cerca de 3 pontos percentuais, de 2003 para 2004 a nível nacional, representando as saídas 65% das entradas, em 2004 [Figura III.4.1]. Esta evolução é fruto de um aumento de entradas superior ao aumento de saídas, comportamento que se registou nas três principais regiões<sup>39</sup> em termos do volume de fluxos do comércio internacional – Norte, Centro e Lisboa -, responsáveis por 90% das saídas e 87% das entradas em 2004 [Figura III.4.2 e Figura III.4.3].

Enquanto a Região Norte detinha um peso determinante nas saídas (45%), evidenciando a sua vocação exportadora<sup>40</sup>, Lisboa era responsável por 45% das entradas [Figura III.4.3].

FIGURA III.4.1 - TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS<sup>41</sup>, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Em 2004, apenas no Norte e no Centro as saídas superavam as entradas, ou seja, o saldo comercial era positivo, apesar da redução das suas taxas de cobertura face ao ano anterior. Tal como em 2003, as taxas de cobertura mais reduzidas em 2004 encontravam-se na Região Autónoma da Madeira (12%) e em Lisboa (33%). Em termos evolutivos, apenas no Alentejo e Algarve se registaram

<sup>37</sup> As saídas resultam da soma das expedições (para países pertencentes à UE) e das exportações (para países terceiros).

<sup>38</sup> As entradas resultam da soma das chegadas (de países pertencentes à UE) e das importações (de países terceiros).

<sup>39</sup> A informação regional apresentada neste capítulo é obtida através da origem ou destino das mercadorias.

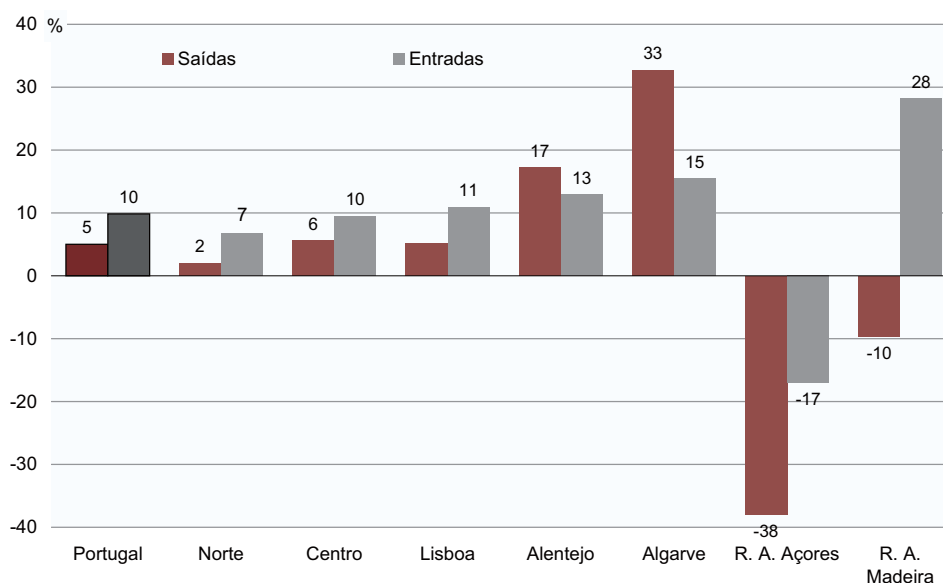
<sup>40</sup> Em 2003, ano para qual está disponível a última informação do PIB regional, as saídas do Norte representavam 36% do PIB regional, registando o valor mais elevado neste indicador de intensidade exportadora, claramente acima da média nacional (22%) e da região com o segundo maior valor (Centro: 26%).

<sup>41</sup> Relação, em percentagem, entre as saídas e as entradas.

melhorias nas taxas de cobertura de 2003 para 2004 [Figura III.4.1]. Estas melhorias resultaram de crescimentos de maior magnitude nas saídas do que nas entradas [Figura III.4.2].

Os padrões regionais de evolução de entradas e saídas registados, entre 2003 e 2004, foram na sua globalidade resultado de padrões no mesmo sentido dos fluxos intra-comunitários e extra-comunitários.

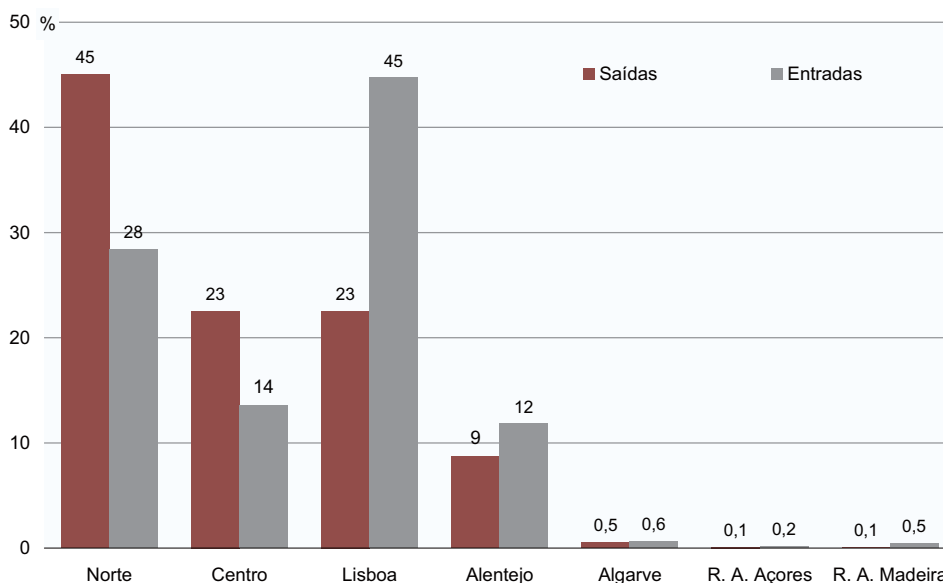
FIGURA III.4.2 - EVOLUÇÃO DAS SAÍDAS E DAS ENTRADAS, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



O Alentejo, apesar de representar cerca de 10% dos fluxos do comércio internacional em Portugal, apresentava em 2003 o valor mais elevado no grau de abertura da sua economia<sup>42</sup> (82%), valor muito superior à média nacional (54%) e à região com o segundo maior valor neste indicador (Norte: 69%). O Alentejo apresentava-se como uma região de destino importante das mercadorias provenientes dos países extra-comunitários (concentrando ¼ dessas mercadorias), reflexo do papel do porto de Sines enquanto receptor das mercadorias provenientes desses países, sobretudo dos produtos petrolíferos (integrados na secção V da nomenclatura combinada do comércio internacional: *Produtos minerais*). O Alentejo em 2004 concentrava mais de 2/3 das importações portuguesas de *Produtos minerais* provenientes dos países extra-comunitários (neste tipo de produtos as importações provenientes de fora da UE eram 70% das entradas totais a nível nacional). De outro ponto de vista, os *Produtos minerais* representavam 94% das importações (de países extra-comunitários) que tinham como destino o Alentejo.

<sup>42</sup> Relação entre o somatório dos fluxos comerciais com o estrangeiro (saídas + entradas) e o Produto Interno Bruto.

FIGURA III.4.3 - DISTRIBUIÇÃO DAS SAÍDAS E DAS ENTRADAS, POR NUTS II, 2004



### ESPAÑA COMO O PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL DAS REGIÕES DO CONTINENTE

Em 2004, os restantes 24 países da União Europeia concentravam 80% das saídas e 77% das entradas portuguesas. O mercado europeu assumia a sua expressão máxima na região do Algarve (91% das saídas e 92% das entradas). A sua importância era mais reduzida nas Regiões Autónomas em ambos os fluxos e no Alentejo no caso das entradas [Figura III.4.4 e Figura III.4.5].

FIGURA III.4.4 - PROPORÇÃO DAS EXPEDIÇÕES (INTRA-COMUNITÁRIAS) NAS SAÍDAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004

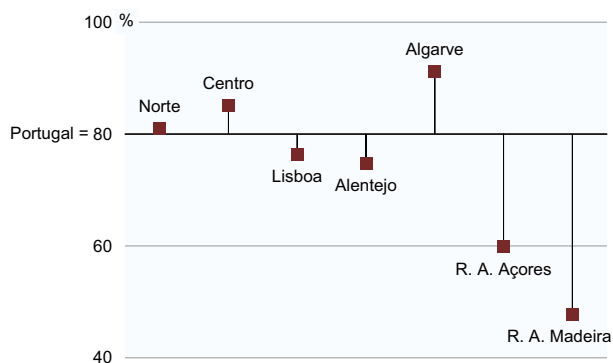
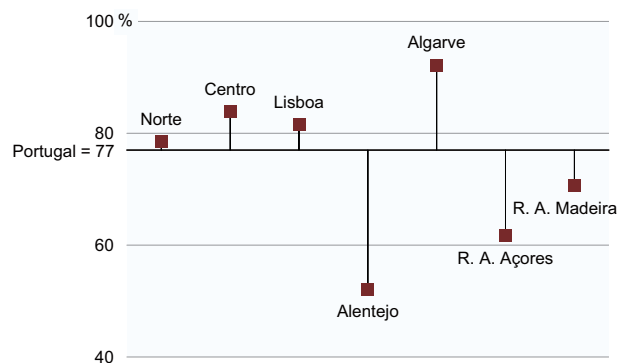


FIGURA III.4.5 - PROPORÇÃO DAS CHEGADAS (INTRA-COMUNITÁRIAS) NAS ENTRADAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Espanha, enquanto parceiro comercial, representava a nível nacional o destino de ¼ das expedições e a origem de 30% das chegadas. Era na região do Algarve que este parceiro comercial assumia maior relevância, concentrando 44% das saídas e 60% das entradas de e para essa região. Saliente-se que Espanha assumia-se em 2004 como o principal parceiro comercial de todas regiões do Continente e ainda como principal origem das entradas na Região Autónoma da Madeira [Quadro III.4.i e Quadro III.4.ii].

Em 2004, o comércio internacional de Portugal continuava a caracterizar-se por uma forte concentração, quer ao nível dos países de origem das entradas, quer dos países de destino das saídas, com apenas 4 países a representarem, em ambos os fluxos, mais de metade do comércio internacional em todas as regiões, ultrapassando, inclusivamente, em algumas regiões o limiar de dois terços. O Algarve surgia como a região com maior grau de concentração de ambos fluxos nos 4 principais países (80% das saídas e 77% das entradas), enquanto com menor grau de concentração surgia a Região Autónoma da Madeira no caso das saídas (52%) e o Alentejo no caso das entradas (53%).

Em termos nacionais, Espanha, Alemanha e França constituíam os três principais parceiros comerciais, em ambos os fluxos, e na quarta posição encontrava-se o Reino Unido, ao nível das saídas, e a Itália, nas entradas. Apesar dos cinco países acima referidos serem parceiros comerciais relevantes na maioria das regiões, sublinha-se ainda as seguintes relações comerciais: Bélgica com 9% das saídas da Região de Lisboa e 11% das saídas da Região Autónoma dos Açores; Países Baixos como parceiro importante sobretudo para o Algarve (5% das saídas 18% e principal origem das entradas: 18%); Estados Unidos da América com fortes relações comerciais com a Região Autónoma dos Açores (11% das entradas e 14% das saídas); Angola com uma quota de 19% das saídas provenientes da Região Autónoma da Madeira; e Turquia com uma quota de 16% das mercadorias entradas na Região Autónoma da Madeira [Quadro III.4.i e Quadro III.4.ii].

QUADRO III.4.1 - SAÍDAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
<b>Portugal</b>	ES	25	FR	14	DE	13	GB	9	62
<b>Norte</b>	ES	24	FR	16	DE	15	GB	9	64
<b>Centro</b>	ES	27	FR	20	DE	12	GB	9	68
<b>Lisboa</b>	ES	27	DE	12	GB	10	BE	9	58
<b>Alentejo</b>	ES	25	DE	13	US	9	GB	9	56
<b>Algarve</b>	ES	44	GB	27	NL	5	IT	4	80
<b>R. A. Açores</b>	IT	34	US	11	BE	11	CA	9	64
<b>R. A. Madeira</b>	AO	19	FR	13	ES	12	GB	8	52

**Legenda:** AO - Angola  
BE - Bélgica  
CA - Canadá

DE - Alemanha  
ES - Espanha  
FR - França

GB - Reino Unido  
NL - Países Baixos  
US - Estados Unidos da América

QUADRO III.4.II - ENTRADAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
<b>Portugal</b>	ES	30	DE	14	FR	9	IT	6	60
<b>Norte</b>	ES	28	DE	19	IT	9	FR	7	63
<b>Centro</b>	ES	41	FR	12	DE	9	IT	8	70
<b>Lisboa</b>	ES	30	DE	13	FR	11	NL	6	60
<b>Alentejo</b>	ES	23	DE	13	NG	11	RU	6	53
<b>Algarve</b>	ES	60	FR	6	DE	5	IT	5	77
<b>R. A. Açores</b>	NL	18	FR	16	ES	15	US	14	63
<b>R. A. Madeira</b>	ES	26	TR	16	GB	11	FR	10	63

**Legenda:** DE - Alemanha  
ES - Espanha  
FR - França  
GB - Reino Unido

IT - Itália  
NL - Países Baixos  
NG - Nigéria  
RU - Rússia

TR - Turquia  
US - Estados Unidos da América

#### PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA: MATERIAL DE TRANSPORTE NAS SAÍDAS E BENS DE CONSUMO NÃO ESPECIFICADOS NOUTRAS CATEGORIAS NAS ENTRADAS

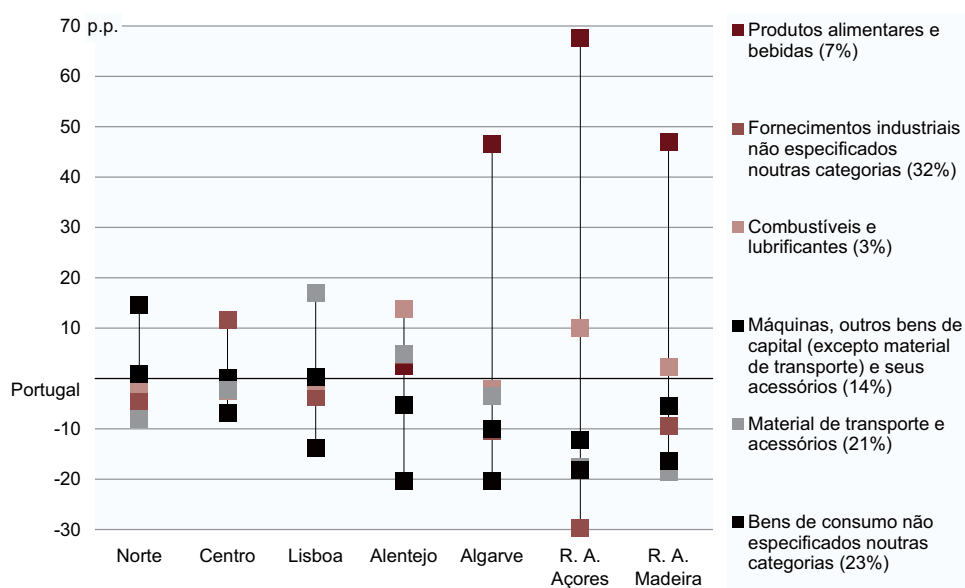
Para todas as regiões, cerca de metade dos fluxos comerciais com o estrangeiro estava concentrado em apenas 3 das 21 secções em análise. As regiões Lisboa, Alentejo e Região Autónoma dos Açores foram as que registaram maior grau de concentração a este nível, com o peso das três principais secções a situarem-se claramente acima dos 50%.

Ao nível nacional, destacam-se como 3 principais secções *Máquinas e aparelhos e material eléctrico* (secção XVI), *Material de transporte* (XVII) e *Matérias têxteis e suas obras* (XI). Para além destas três secções, que assumiam um papel de relevo em todas as regiões do Continente com excepção do Algarve, destacavam-se a nível regional outras secções com especial importância, nomeadamente: os *Metais comuns e suas obras* (XV) no Norte e no Centro; os *Produtos minerais* (V) no Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira; os *Animais vivos e produtos do reino animal* (I) e os *Produtos do reino vegetal* (II) no Algarve e na Região Autónoma dos Açores [Quadro III.4.iii].

QUADRO III.4.III - PRINCIPAIS SECÇÕES DA NOMENCLATURA COMBINADA NO TOTAL DOS FLUXOS COMERCIAIS (ENTRADAS + SAÍDAS), PORTUGAL E NUTS II, 2004

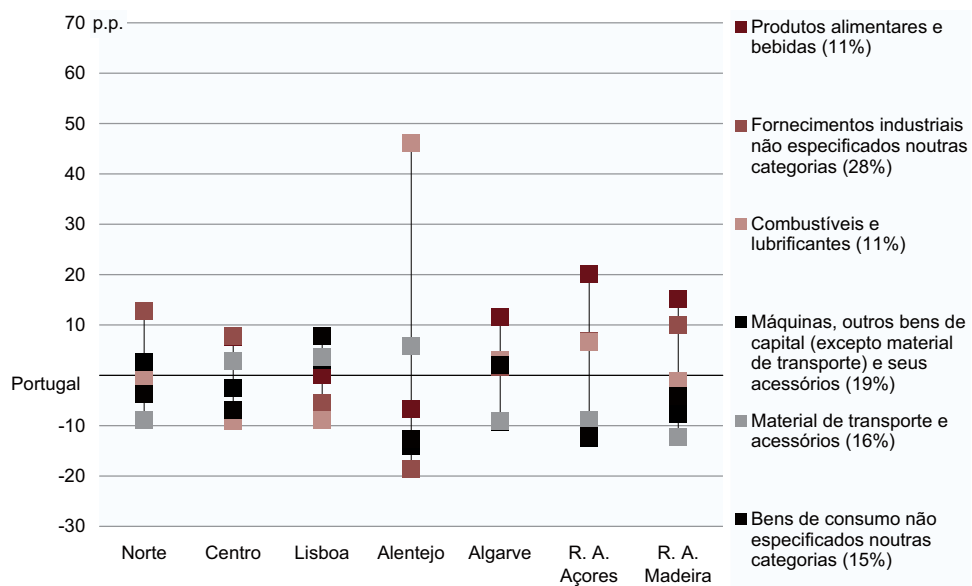
Regiões	3 principais secções			% dos fluxos comerciais
	1	2	3	
<b>Portugal</b>	XVI	XVII	XI	44
<b>Norte</b>	XI	XVI	XV	49
<b>Centro</b>	XVI	XVII	XV	45
<b>Lisboa</b>	XVI	XVII	VI	57
<b>Alentejo</b>	V	XVII	XVI	77
<b>Algarve</b>	I	II	V	42
<b>R. A. Açores</b>	II	IV	I	61
<b>R. A. Madeira</b>	III	V	VII	45

A leitura do perfil de especialização regional das saídas e das entradas tendo por base a classificação por sete grandes categorias económicas permite destacar: a especialização do Algarve e das regiões autónomas, em ambos os fluxos, nos *produtos alimentares e bebidas*; a importância, também em ambos os fluxos, dos *combustíveis e lubrificantes* no Alentejo e dos *fornecimentos industriais não especificados noutras categorias* no Centro; a especialização das saídas oriundas da região Norte nos *bens de consumo não especificados noutras categorias* (nomeadamente têxtil e calçado) e das entradas com destino na mesma região nos *fornecimentos industriais não especificados noutras categorias*; a relevância do *material de transporte e acessórios* nas saídas oriundas da região de Lisboa e dos *bens de consumo não especificados noutras categorias* nas entradas com destino nesta região [Figura III.4.6 e Figura III.4.7].

 FIGURA III.4.6 - PERFILS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DAS SAÍDAS: DISPARIDADE, FACE A PORTUGAL, DAS SAÍDAS POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS, POR NUTS II, 2004<sup>43</sup>


<sup>43</sup> Em cada região, diz respeito à diferença entre o peso, no total das saídas, de uma determinada categoria de produto na região e o peso, no total das saídas, dessa categoria no país.

FIGURA III.4.7 - PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DAS ENTRADAS: DISPARIDADE, FACE A PORTUGAL, DAS ENTRADAS POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS, POR NUTS II, 2004<sup>44</sup>



<sup>44</sup> Em cada região, diz respeito à diferença entre o peso, no total das entradas, de uma determinada categoria de produto na região e o peso, no total das entradas, dessa categoria no país.





## III.5 Agricultura e Floresta





### III.5. AGRICULTURA E FLORESTA

#### EXPLORAÇÕES DA REGIÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO COM AS MARGENS BRUTAS MAIS ELEVADAS DO PAÍS

Em 2003 existiam em Portugal 359 284 explorações o que significou uma queda de quase 14% relativamente ao número de explorações recenseadas em 1999, data do último Recenseamento Geral da Agricultura. As regiões agrárias da Beira Litoral, Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Ribatejo e Oeste detinham o maior número de explorações, enquanto o Alentejo, o Algarve e as regiões autónomas detinham, em conjunto, apenas cerca de 1/5 das explorações.

No entanto, a distribuição regional da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) não acompanhava da mesma forma a repartição do número de explorações. De facto, apesar de abranger apenas 9% das explorações nacionais, o Alentejo apresentava a maior área de SAU, correspondendo a 49% do total do país. Esta situação mostra que era nesta região que se concentravam as maiores explorações do país dando continuidade à sua tradição latifundiária. Por outro lado, se mais de ¾ das explorações do país tinham menos de 5 hectares de SAU, a maior parte destas estavam localizadas nas regiões agrárias de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral. Destaque-se ainda as regiões autónomas onde proliferavam as mais pequenas explorações, em particular na Madeira, região onde mais de 90% das explorações tinham menos de 1 ha [Figura III.5.1 e Figura III.5.2].

FIGURA III.5.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPLORAÇÕES E SAU, POR REGIÃO AGRÁRIA, 2003

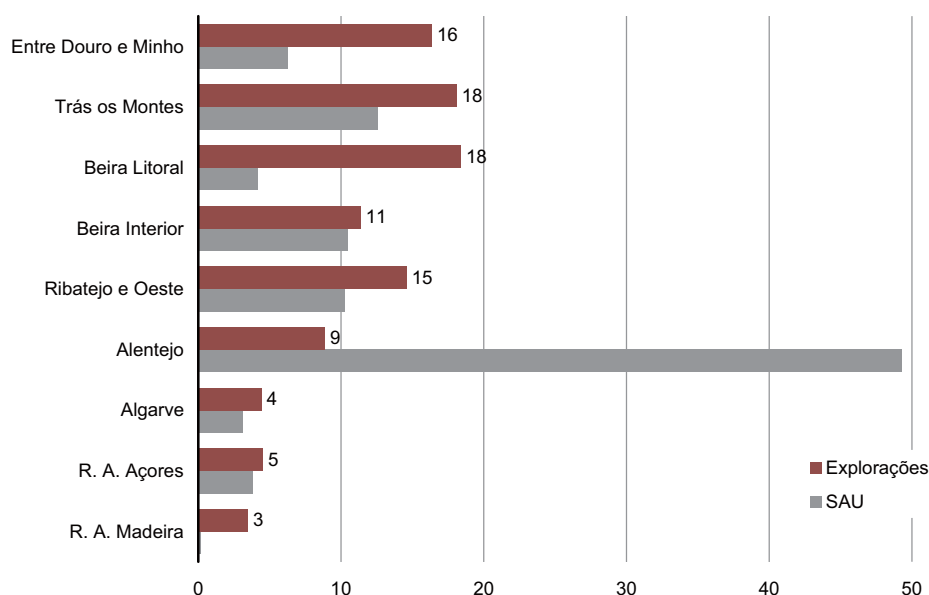
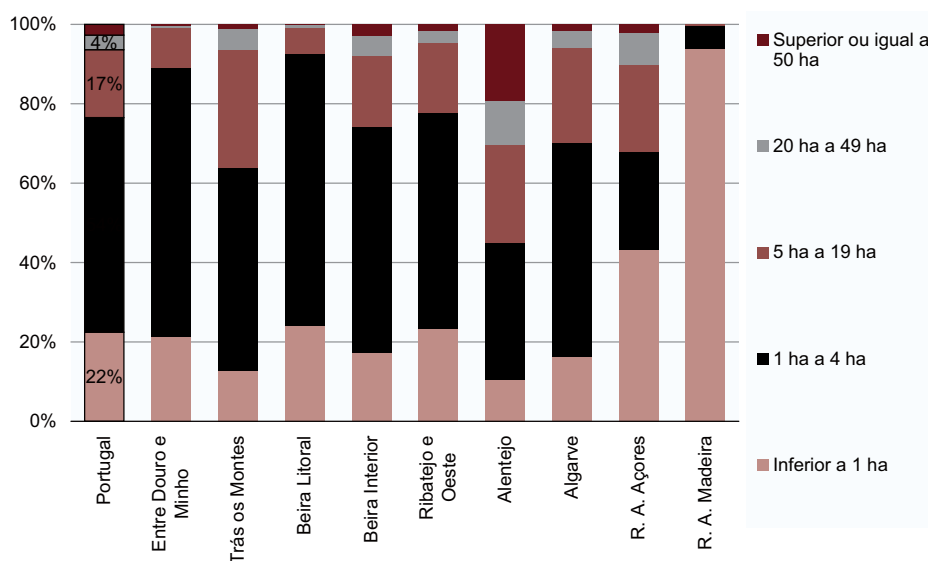


FIGURA III.5.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS EXPLORAÇÕES POR CLASSES DE SAU, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003



A dimensão económica das explorações agrícolas obtém-se a partir da margem bruta<sup>45</sup>, que valoriza as diferentes produções (culturas agrícolas e efectivos animais). Em termos de dimensão económica, verificam-se discrepâncias regionais com alguma importância. Assim, se em 2003 cada exploração do país tinha, em média, uma margem bruta de quase 8 mil euros, este valor era mais elevado na região agrária do Alentejo (17,5 mil euros por exploração), nos Açores (mais de 13 mil euros) e no Ribatejo e Oeste (cerca de 12 mil euros). A Beira Interior apresentava a margem bruta média mais baixa (3,5 mil euros). Por outro lado, utilizando a margem bruta por ha de SAU, verificamos que apenas as regiões agrárias do Alentejo (302 euros/ha) e da Beira Interior (374 euros/ha) apresentavam valores abaixo da média nacional (749 euros/ha). As regiões autónomas e a Beira Litoral apresentavam os maiores valores de margem bruta por SAU.

Em 2003, os suínos eram o efectivo animal que abrangia o maior número de explorações no país (cerca de 108 mil), seguido dos bovinos (quase 85 mil explorações), dos ovinos (pouco mais de 62 mil) e dos caprinos (cerca de 45 mil).

A região agrária do Alentejo apresentava o maior número médio de cabeças em todas as espécies de efectivos excepto nos suínos e nos caprinos, espécies em que o Ribatejo e Trás-os-Montes apresentavam, respectivamente, o maior número médio por exploração. Pelo contrário, as explorações mais pequenas em termos de número médio de efectivos encontravam-se na Beira Litoral (onde todas as espécies tinham valores abaixo da média nacional), na Madeira (que apresentava os valores mais baixos nos bovinos e caprinos) e em Trás-os-Montes (caso dos suínos).

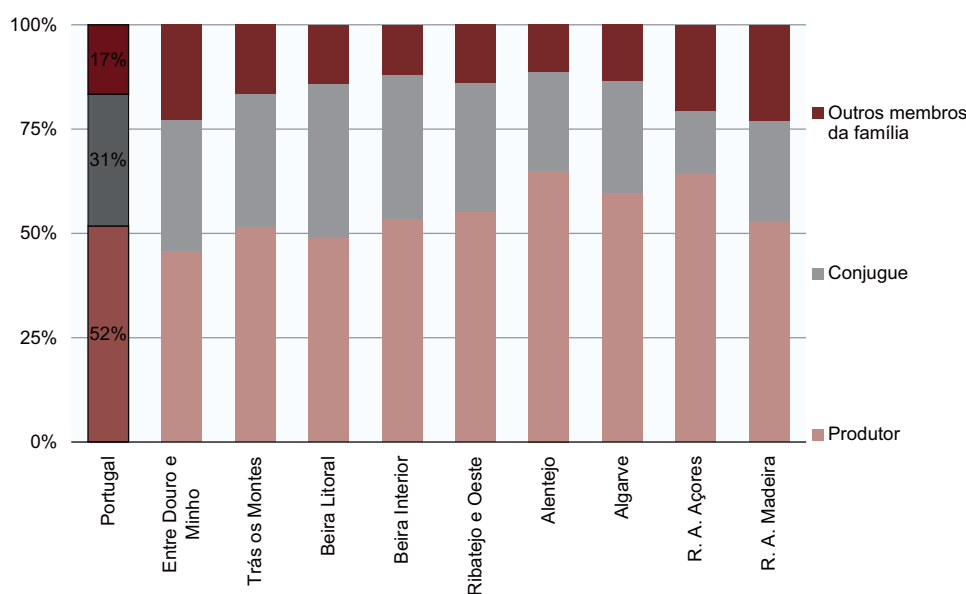
<sup>45</sup> A margem bruta é calculada a partir de coeficientes padrão obtidos pelo saldo entre o valor da produção por unidade de cultura (ha) ou por cabeça de gado e os custos específicos directamente ligados à sua produção.

### AGRICULTOR SINGULAR PORTUGUÊS TEM, EM MÉDIA, 62 ANOS

Em Portugal, a tendência de decréscimo da mão-de-obra agrícola dos últimos anos apareceu reforçada no ano de 2003, com uma quebra de cerca de 13% relativamente a 1999. A estrutura familiar era ainda o grande suporte deste tipo de mão-de-obra já que em 2003 garantia 82% do total da mão-de-obra agrícola. Esta situação estendia-se a todo o país mas tinha maior importância na Beira Litoral, Entre Douro e Minho e Madeira (regiões onde cerca de 90% da mão-de-obra tinha origem na família). Pelo contrário, no Alentejo mais de metade da mão-de-obra agrícola era assalariada.

No país e em todas as regiões, cerca de metade da mão-de-obra familiar dizia respeito ao próprio produtor, enquanto os cônjuges representavam cerca de 1/3 deste tipo de mão-de-obra. Apenas na Região Autónoma dos Açores os cônjuges tinham menos expressão (15% da mão-de-obra familiar). Por outro lado, a mão-de-obra familiar proveniente de outros membros da família tinha maior significado em Entre Douro e Minho e na Madeira [Figura III.5.3].

FIGURA III.5.3 - REPARTIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA FAMILIAR, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003

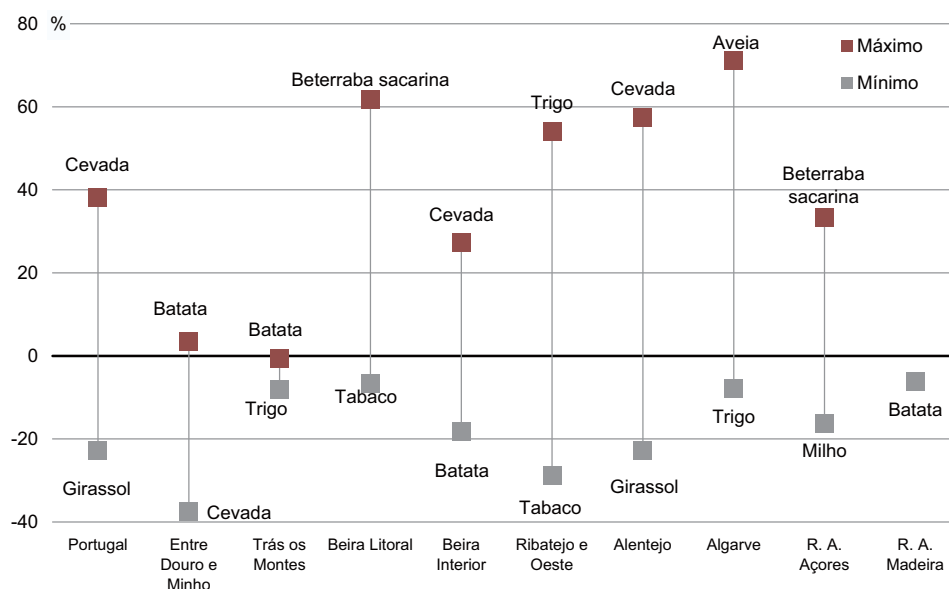


Em termos gerais, pode dizer-se que, em 2003, o produtor agrícola singular português era do sexo masculino, tinha cerca de 62 anos, baixo nível de formação agrícola, trabalhava na exploração apenas a tempo parcial e tinha quase sempre outros rendimentos para além dos provenientes da exploração. Com algumas pequenas variações, esta é a caracterização dos produtores singulares de todas as regiões portuguesas. É de salientar, no entanto, a Madeira, região onde as mulheres tinham mais expressão (cerca de 43% do total de produtores singulares, por oposição à média nacional de 24%); os Açores, onde os produtores singulares eram, em média, mais jovens (54 anos) e apenas 15% eram mulheres; e as regiões agrárias de Trás-os-Montes e do Alentejo onde havia, em termos relativos, mais produtores singulares com formação agrícola (ambas as regiões apresentavam uma proporção superior à média do país de 9% dos produtores com formação profissional agrícola e 5% com formação secundária ou superior).

## PRODUÇÃO DE PÊRA DUPLICA NO RIBATEJO E OESTE

Em Portugal, as culturas temporárias que ocupam maior superfície agrícola são o trigo e o milho, tendo-se verificado que entre 2003 e 2004 as respectivas áreas de cultivo aumentaram, no caso do trigo, 7,5%, tendo a superfície cultivada por milho diminuído cerca de 3%. Regionalmente, as variações foram mais significativas nas regiões agrárias de Trás-os-Montes e do Algarve (onde o trigo foi a cultura temporária com maior diminuição de superfície) e também dos Açores (onde a área de cultivo do milho diminuiu mais do que as restantes culturas temporárias). Em termos nacionais, a cevada foi a cultura cuja superfície agrícola mais aumentou (quase 40%), resultado de aumentos significativos nas regiões da Beira Interior e do Alentejo [Figura III.5.4].

FIGURA III.5.4 - MAIORES ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NA SUPERFÍCIE CULTIVADA DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003-04



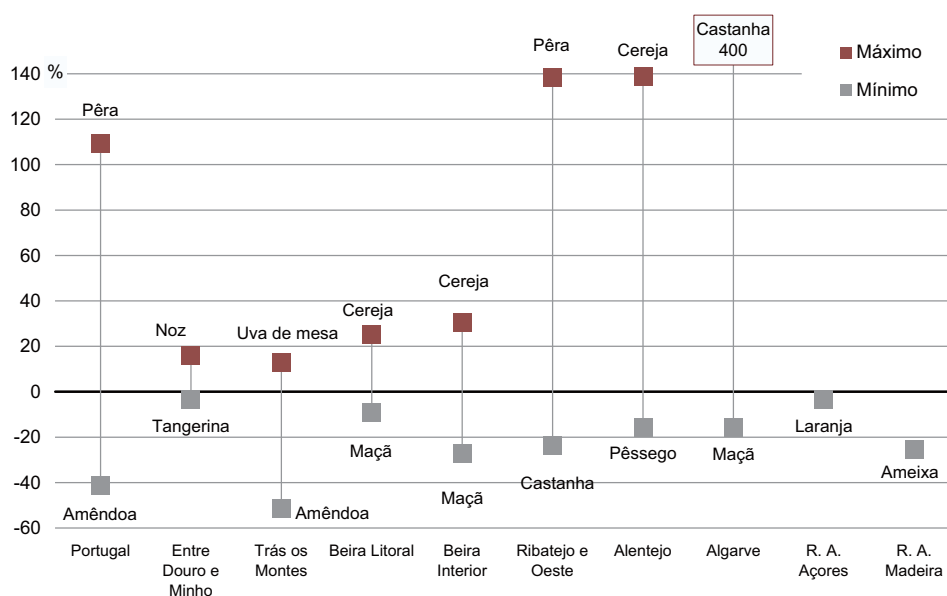
Entre 2003 e 2004, o trigo e a aveia foram as culturas temporárias com maiores aumentos de produtividade (medida pela relação entre a produção e a superfície cultivada) sobretudo verificados no Alentejo, região onde estas culturas têm também maior expressão. De qualquer forma, o ano 2004 saldou-se, para a generalidade dos cereais de Outono/Inverno (trigo, aveia, cevada, centeio) e após o mau ano de 2003, por aumentos acentuados nas produções resultado, essencialmente, de aumentos dos rendimentos unitários; em contrapartida as produtividades dos cereais de Primavera/Verão (milho e e arroz) não registaram alterações significativas, relativamente ao ano anterior.

Relativamente às culturas industriais é de salientar que a colheita de tomate para a indústria em 2004 ultrapassou 1 200 mil toneladas, o que representa a maior produção dos últimos anos; pelo contrário o girassol, cuja produção tem vindo a decrescer desde 2000, quedou-se nas 17 mil toneladas, reflectindo quebras nacionais de 23% e 44%, face à campanha transacta e à média do último quinquénio, respectivamente.

No que diz respeito aos frutos, a maçã, a laranja e a pêra dão origem às maiores quantidades de produção nacional. De 2003 para 2004 verificou-se uma duplicação da produção de pêra assente sobretudo na região agrária de Ribatejo e Oeste. Por outro lado, a produção de amêndoa nacional sofreu uma diminuição significativa (cerca de 40%) como resultado da quebra verificada em Trás-os-Montes, não obstante ter aumentado a produção no Algarve.

Em termos regionais, é de salientar a variação na produção da cereja que constituiu a cultura com maior acréscimo de produção na Beira Interior, região onde se produz tradicionalmente maior quantidade de cereja. Pelo contrário, nas regiões das Beiras a produção de maçã diminuiu mais que as restantes culturas permanentes dando origem a uma quebra nacional de cerca de 3,5% na produção daquela que é a maior cultura nacional em quantidade produzida [Figura III.5.5].

FIGURA III.5.5 - MAIORES ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NA PRODUÇÃO DAS CULTURAS PERMANENTES, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003-2004



### CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DO VINHO DE MESA NO CENTRO SUSTENTA PRODUÇÃO VINÍCOLA NACIONAL

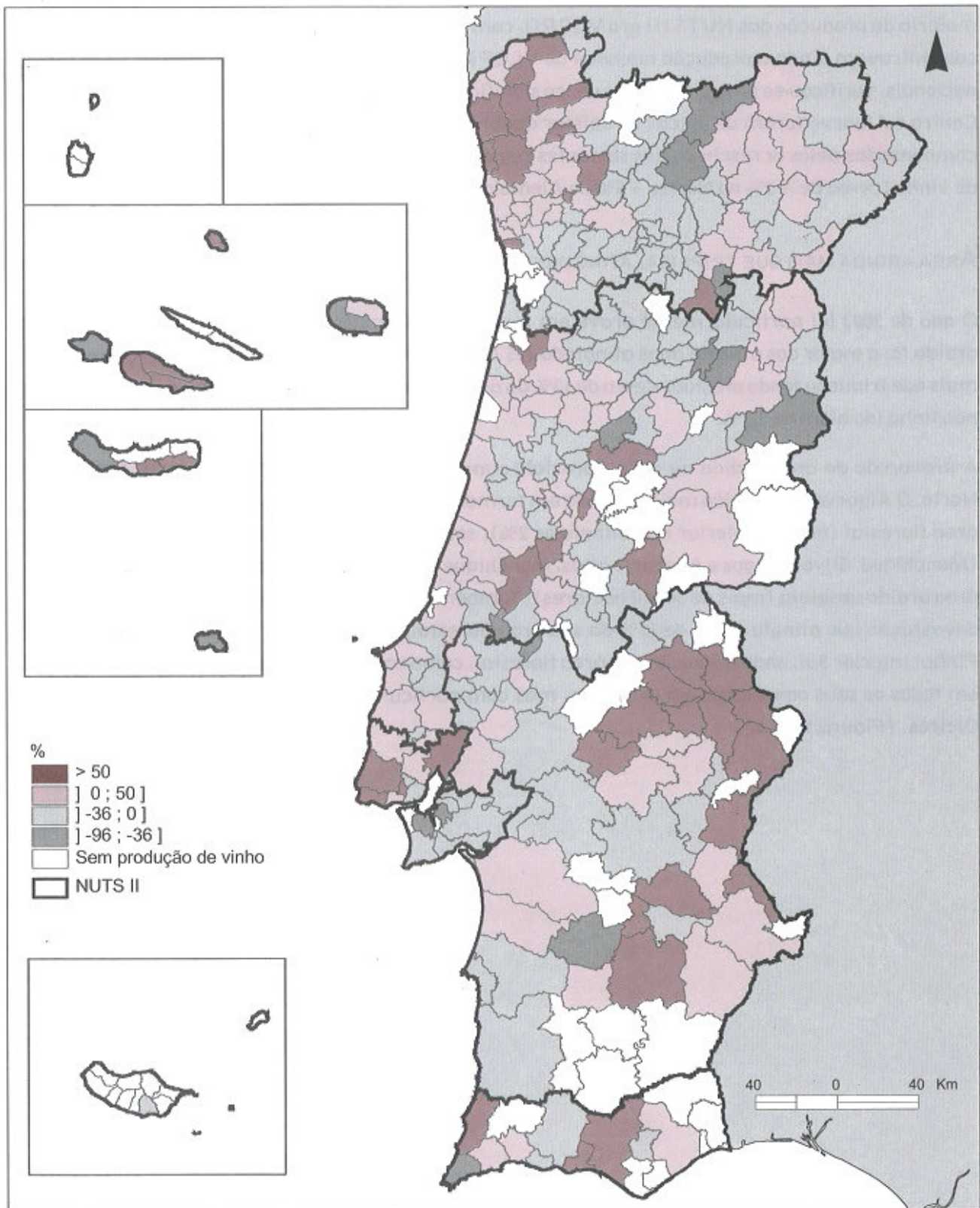
Dos cerca de 7,2 mil milhões de hectolitros de vinho produzidos em Portugal, em 2004, mais de dois terços tiveram origem nas regiões Norte (37%) e Centro (33%), sendo o Alentejo responsável por 22% da produção nacional. A quantidade de vinho produzida nas restantes regiões tinha pouca expressão, com Lisboa a produzir 7% do total nacional e a produção das restantes NUTS II a não atingir 1%. Os concelhos com maior produção vinícola eram Torres Vedras e Alenquer (ambos situados na região Centro e produzindo sobretudo vinho de mesa tinto/rosado), Almeirim (no Alentejo e produzindo sobretudo vinho de mesa branco), Reguengos de Monsaraz (também no Alentejo, fundamentalmente com produção de VQPRD e vinho regional tinto/rosado) e Alijó (na região Norte e de certa forma especializado na produção de VLQPRD).



Relativamente ao ano anterior, o aumento da produção total de vinho não ultrapassou os 2%, verificando-se uma diminuição em todas as regiões, com excepção dos Açores, Centro e Norte. É de salientar a situação dos Açores que, apesar de ser a menor região produtora de vinho, mais que duplicou a sua produção em 2004 (note-se que 2003 tinha sido um mau ano vinícola nos Açores) o que se deveu sobretudo ao aumento da produção de vinho de mesa tinto/rosado nos concelhos da ilha do Pico. O aumento de 6% na produção de vinho na região Centro ficou a dever-se à variação positiva da produção dos vinhos regionais (+ 14%) e de mesa (+ 12%) que ultrapassou o decréscimo de quase 17% na produção de VQPRD. Pelas elevadas quantidades envolvidas, este aumento da produção vinícola no Centro impediu que a produção vinícola total do país diminuísse.

Em termos concelhios, os maiores acréscimos na produção vinícola registaram-se, por um lado, a Norte do rio Douro nas sub-regiões do Minho-Lima, Cávado e Ave (sobretudo como resultado de fortes aumentos na produção de VQPRD branco) e, por outro lado, em vários concelhos do Alto Alentejo, particularmente assentes na produção de vinho regional tinto/rosado [Figura III.5.6].

FIGURA III.5.6 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE VINHO, POR CONCELHO, 2003-04



Em 2004, cerca de um terço do vinho produzido no país era VQPRD, com particular incidência nas regiões do Norte e Algarve onde esta qualidade de vinho correspondia a quase metade da produção. Por outro lado, cerca de 58% do VQPRD nacional era produzido no Norte, região onde a esmagadora maioria da produção das NUTS III era VQPRD, com excepção do Douro e do Alto Trás-os-Montes que concentravam ainda a produção nacional de VLQPRD. Relativamente ao ano anterior e em termos nacionais, verificou-se uma diminuição pouco significativa na produção de VQPRD (-0,6%). As regiões Centro e Algarve foram as únicas a registar quebras (17% e 31%, respectivamente), praticamente compensadas pelos acréscimos das restantes regiões com alguma expressão na produção deste tipo de vinho (cerca de + 3% no Norte, + 5% no Alentejo e + 26% em Lisboa).

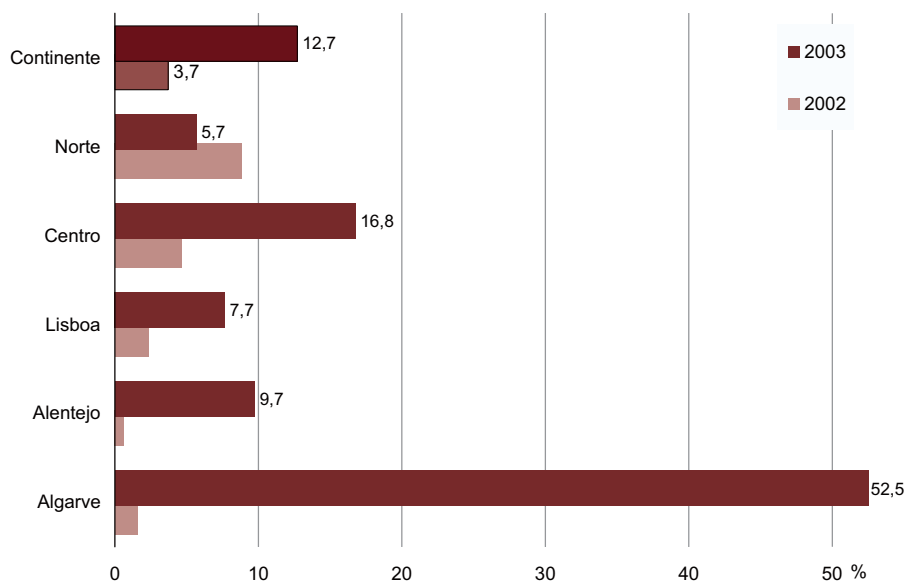
### ÁREA ARDIDA MAIS QUE TRIPLICA, ATINGINDO MAIS DE METADE DA ÁREA FLORESTAL DO ALGARVE

O ano de 2003 foi particularmente grave em termos de incêndios florestais no Continente. A área ardida foi a maior dos últimos anos atingindo 425 726 ha. Relativamente ao ano de 2002, a área ardida mais que triplicou tendo afectado cerca de 13% da área florestal do Continente, quando no ano anterior não tinha ido além de 3,7%.

A proporção de área ardida na área florestal<sup>46</sup> aumentou em todas as NUTS II, com excepção do Norte. O Algarve foi a região mais atingida em termos relativos, atingindo, em 2003, 52,5% do total de área florestal (no ano anterior não atingiu os 2%), sobretudo nos concelhos do barlavento algarvio (Monchique, Silves, Lagos e Aljezur). Aliás, Monchique foi o concelho do país que apresentou a maior área ardida absoluta (mais de 30 mil hectares). Também o Centro foi bastante atingido, sofrendo uma devastação que atingiu cerca de 17% da sua área florestal, afectando particularmente a sub-região Pinhal Interior Sul, onde ardeu 68% da área florestal, como consequência das elevadas áreas ardidas em todos os seus concelhos sem excepção, mas com particular gravidade em Vila de Rei, Mação e Oleiros. [Figura III.5.7].

<sup>46</sup> Fonte: DGRF - Inventário Florestal Nacional, 3ª revisão 1995-1998.

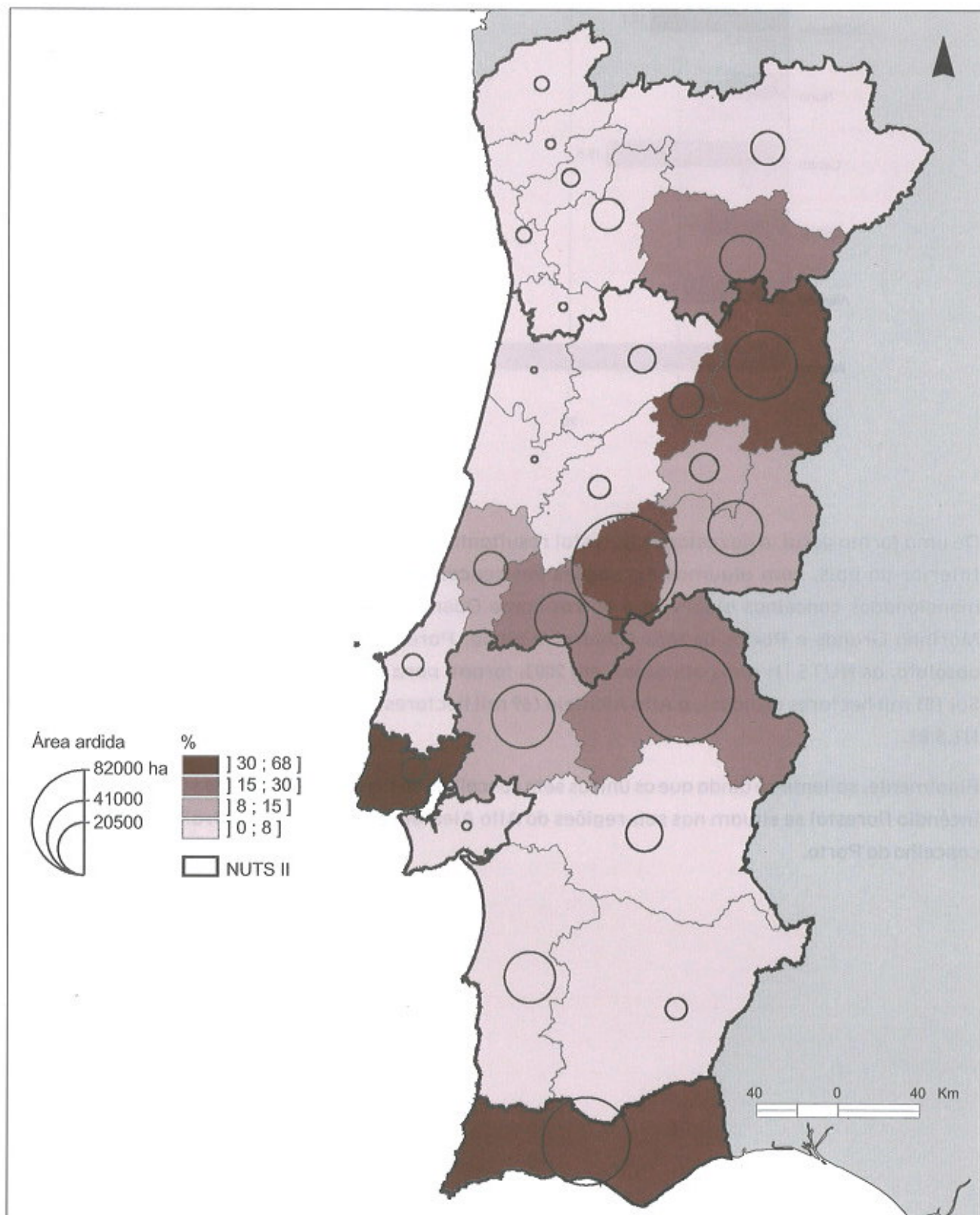
FIGURA III.5.7 - PROPORÇÃO DE ÁREA ARDIDA NA ÁREA FLORESTAL, CONTINENTE E NUTS II, 2002 E 2003



De uma forma geral, a devastação florestal resultante dos incêndios atingiu sobretudo concelhos do Interior do país, com algumas exceções em concelhos mais próximos do Litoral, como os já mencionados concelhos algarvios e outros como Odemira (Alentejo), Mafra (Lisboa), Batalha, Marinha Grande e Portos de Mós (Centro) e ainda, Paredes (Norte). Em termos de área ardida absoluta, as NUTS III mais atingidas, em 2003, foram, para além do já mencionado Pinhal Interior Sul (81 mil hectares ardidos), o Alto Alentejo (69 mil hectares) e o Algarve (57 mil hectares) [Figura III.5.8].

Finalmente, saliente-se ainda que os únicos sete concelhos do Continente onde não se registou qualquer incêndio florestal se situam nas sub-regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Central, com exceção do concelho do Porto.

**FIGURA III.5.8 - ÁREA ARDIDA E PROPORÇÃO DA ÁREA FLORESTAL, POR NUTS III, 2003**





## III.6 Pescas





## III.6. PESCAS

### MAIS PESCADORES MATRICULADOS

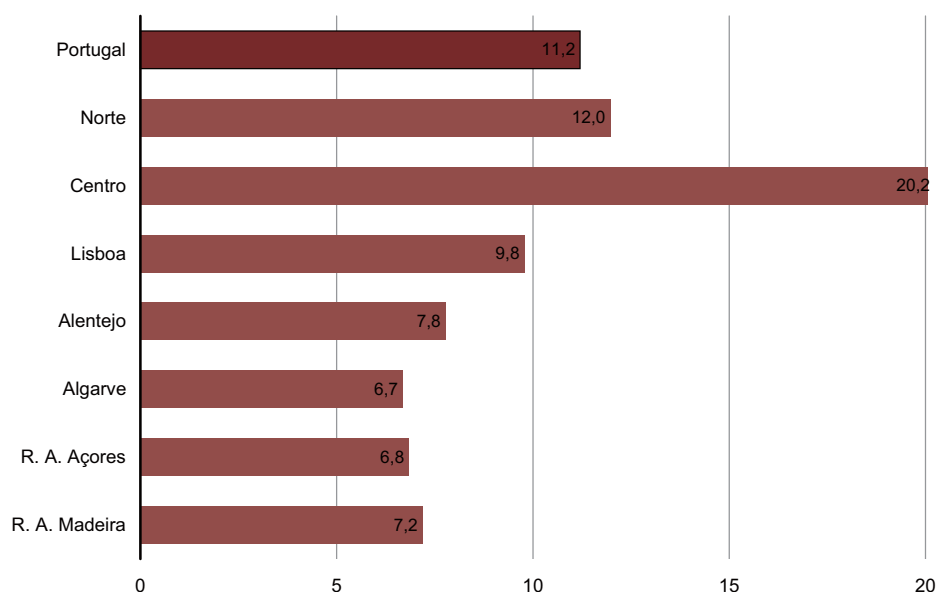
O número de pescadores matriculados nas capitánias portuguesas atingiu os 21 345, em 2004, significando um aumento de mais de 4% em relação ao ano anterior e revelando uma inversão de tendência relativamente ao constante decréscimo verificado nos últimos anos. Os portos do Centro e das Regiões Autónomas apresentaram os maiores aumentos no número de matrículas, verificando-se que, naquele ano de 2004, apenas diminuíram os pescadores registados no Norte e no Alentejo.

Em 2004, os portos do Norte abrangiam mais de  $\frac{1}{4}$  dos pescadores matriculados no país, seguindo-se as regiões Centro, Açores e Algarve. Estas quatro NUTS II concentravam mais de 80% dos pescadores.

Contrariamente à variação no número de pescadores matriculados, a frota de pesca nacional registada manteve a sua tendência de diminuição no ano de 2004, sendo constituída por 10 089 embarcações, menos 173 que no ano anterior. Com cada uma das regiões Centro e Algarve a concentrar pouco mais de  $\frac{1}{5}$  das embarcações, a restante distribuição regional das embarcações era semelhante (17% para o Norte, 16% em Lisboa e 16% nos Açores), com excepção da Madeira e do Alentejo onde se registaram apenas, respectivamente, cerca de 5% e 2% da frota nacional.

Em 2004, a capacidade média, em termos de arqueação bruta, das embarcações registadas não se alterou significativamente relativamente a 2003 (cerca de 11 GT por embarcação). As embarcações da Região Centro apresentavam o maior tamanho médio do país (20,2 GT) sobretudo devido à predominância de embarcações de pesca longínqua no porto de Aveiro. Pelo contrário, nos portos do Algarve abundavam as pequenas embarcações associadas à pesca próximo da costa, o que permite explicar que esta região apareça com o menor valor médio de arqueação bruta (6,7 GT) [Figura III.6.1].

FIGURA III.6.1 - CAPACIDADE MÉDIA DAS EMBARCAÇÕES, PORTUGAL E NUTS II, 2004

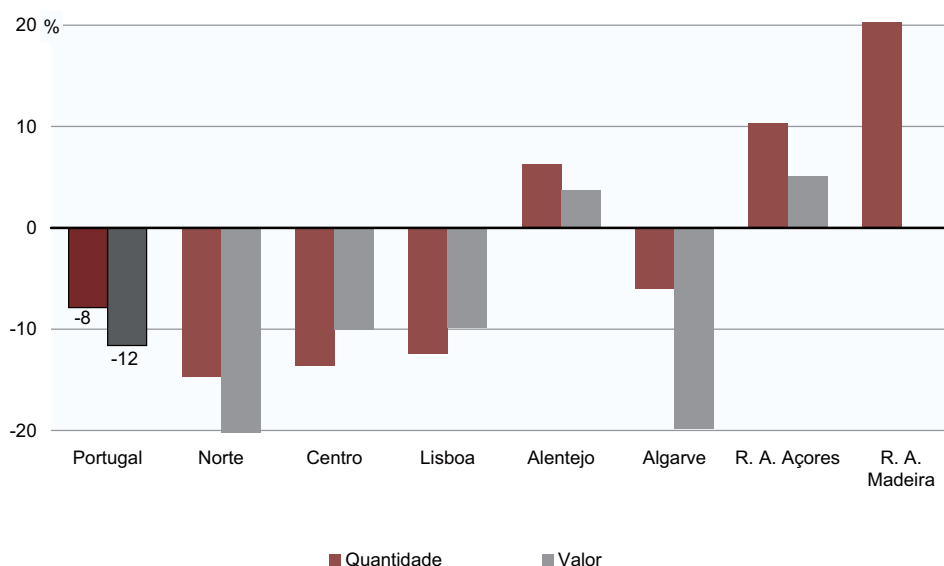


## QUEBRA NA PESCA DESCARREGADA EM TODAS AS REGIÕES EXCEPTO ALENTEJO E REGIÕES AUTÓNOMAS

Em 2004, os portos do Centro eram responsáveis por cerca de 29% das 240 mil toneladas de pesca descarregada em Portugal, seguindo-se os do Algarve e do Norte (cada região com cerca de 20%) e, a grande distância, as restantes regiões do país. No entanto, analisando o valor monetário da pesca descarregada, verifica-se que, em termos de NUTS II, o Algarve ganha importância, disputando com o Centro o lugar de região com maior valor de pesca, sendo cada uma destas regiões responsável por 24% do valor pescado no país. O ganho de importância do Algarve, deste ponto de vista, deve-se ao maior peso que os crustáceos têm na pesca descarregada nesta região, apresentando um valor médio (por kg) mais elevado do que as restantes espécies.

O valor médio da pesca descarregada nos portos nacionais em 2004 era de 1,7 euros por quilograma, tendo significado uma redução de cerca de 4% relativamente a 2003, como resultado da diminuição do valor da pesca (-11,6%) ter superado a quebra das quantidades descarregadas (-7,9%). Os portos da Figueira da Foz (Centro), Póvoa do Varzim (Norte) e Portimão (Algarve) registaram as maiores quebras na quantidade de pesca descarregada, atingindo reduções de 35%, 24% e 21%, respectivamente. Ao contrário, em termos regionais, apenas as Regiões Autónomas e o Alentejo assistiram a um aumento da quantidade de pesca descarregada nos seus portos (+ 10% nos Açores, + 23% na Madeira e 6% no Alentejo) [Figura III.6.2].

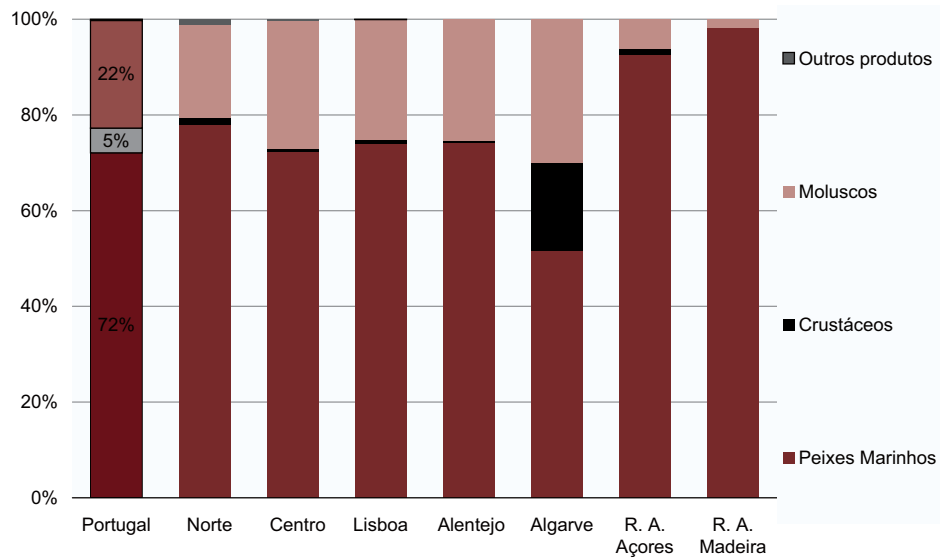
FIGURA III.6.2 - EVOLUÇÃO DA PESCA DESCARREGADA, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



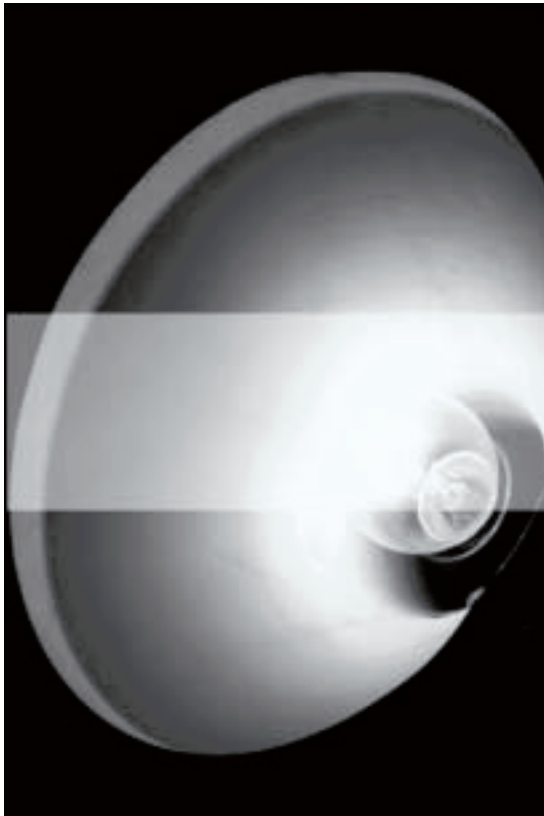
As oscilações na quantidade e valor dos peixes marinhos descarregados nas diversas regiões do país determinam muito fortemente os valores nacionais já que estas espécies representavam, em 2004, cerca de 88% da quantidade e 72% do valor da pesca descarregada em todo o país. Com pequenas diferenças, estas proporções caracterizavam todas as regiões do país, com excepção do Algarve, onde os crustáceos valiam, em 2004, 19% da pesca descarregada (mas apenas 2% das quantidades),

por oposição ao resto do país onde esta espécie representava, em média, apenas 5% do valor descarregado (e não mais que 1% das quantidades) [Figura III.6.3].

FIGURA III.6.3 - E STRUTURA DA PESCA DESCARREGADA EM VALOR, PORTUGAL E NUTS II, 2004







## III.7 Energia





### III.7. ENERGIA

#### AUMENTO DO CONSUMO DE ELECTRICIDADE MAIS INTENSO NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

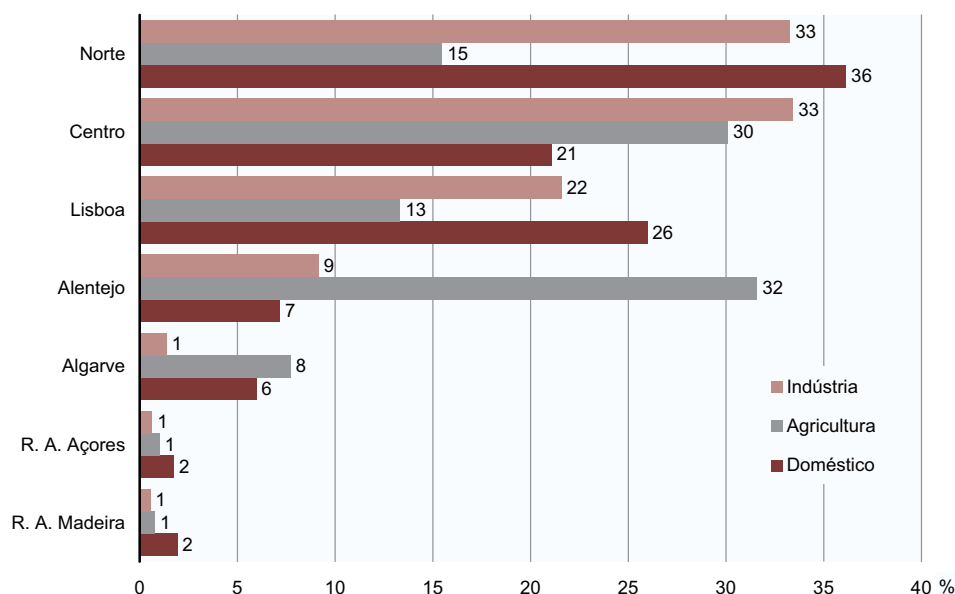
Em Portugal, o consumo de energia eléctrica aumentou, entre 2002 e 2003, 4%. Ao nível regional, os crescimentos mais expressivos registaram-se nas regiões autónomas: nos Açores, 6,5% e, na Madeira, 7,5%. Ao Norte e ao Centro corresponderam os acréscimos anuais relativos menos acentuados: 2,9% e 3,1%, respectivamente.

A análise por tipo de consumo permite concluir que os consumos de electricidade destinados à *iluminação das vias públicas* e à *iluminação interior dos edifícios do Estado* registaram, ao nível nacional e em 2003, os maiores acréscimos relativos anuais: 11% e 8%, respectivamente. Os tipos de consumo *tracção, não doméstico* e *agrícola* observaram igualmente acréscimos superiores à média global (5,9%, 5,8% e 4,9%, respectivamente). Ao consumo *doméstico* de electricidade coube uma variação anual semelhante à registada globalmente (4%) enquanto o consumo *industrial* de electricidade aumentou 2%. Apenas o consumo de energia eléctrica para efeitos de *aquecimento com contador próprio* sofreu uma redução, ainda que ligeira, face ao ano anterior.

Não obstante a evolução descrita, o consumo *industrial* continuou, em 2003, a representar a maior fatia do consumo total de energia eléctrica (cerca de 40%) enquanto ao consumo *doméstico* coube uma quota de 27%. A quota correspondente à *agricultura* foi de apenas 2% do consumo total de electricidade.

Em 2003, a Região Norte absorveu cerca de um terço da energia eléctrica consumida ao nível nacional, o que é explicado, em grande medida, pelo expressivo consumo de electricidade para fins industriais. Com efeito, o consumo *industrial* nacional de electricidade foi, maioritariamente, absorvido pelas regiões Norte e Centro: 33%, em ambos os casos, enquanto, em Lisboa, este tipo de consumo representou 22% do respectivo total nacional. O consumo *agrícola* concentrou-se sobretudo nas regiões do Alentejo e Centro: 32% e 30%, respectivamente. O Norte também se destacou por absorver 36% do consumo *doméstico* nacional; seguiram-se-lhe Lisboa (26%) e o Centro (21%) [Figura III.7.1].

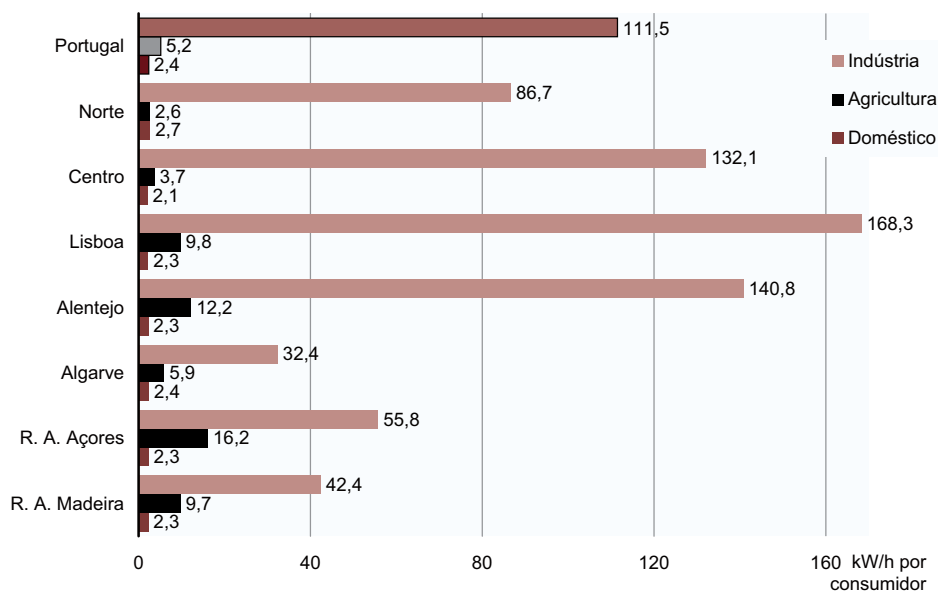
FIGURA III.7.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CONSUMOS INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA, POR NUTS II, 2003



LISBOA COM MAIOR CONSUMO INDUSTRIAL DE ELECTRICIDADE POR CONSUMIDOR, NORTE COM MAIOR CONSUMO MÉDIO DOMÉSTICO E AÇORES COM MAIOR CONSUMO MÉDIO AGRÍCOLA

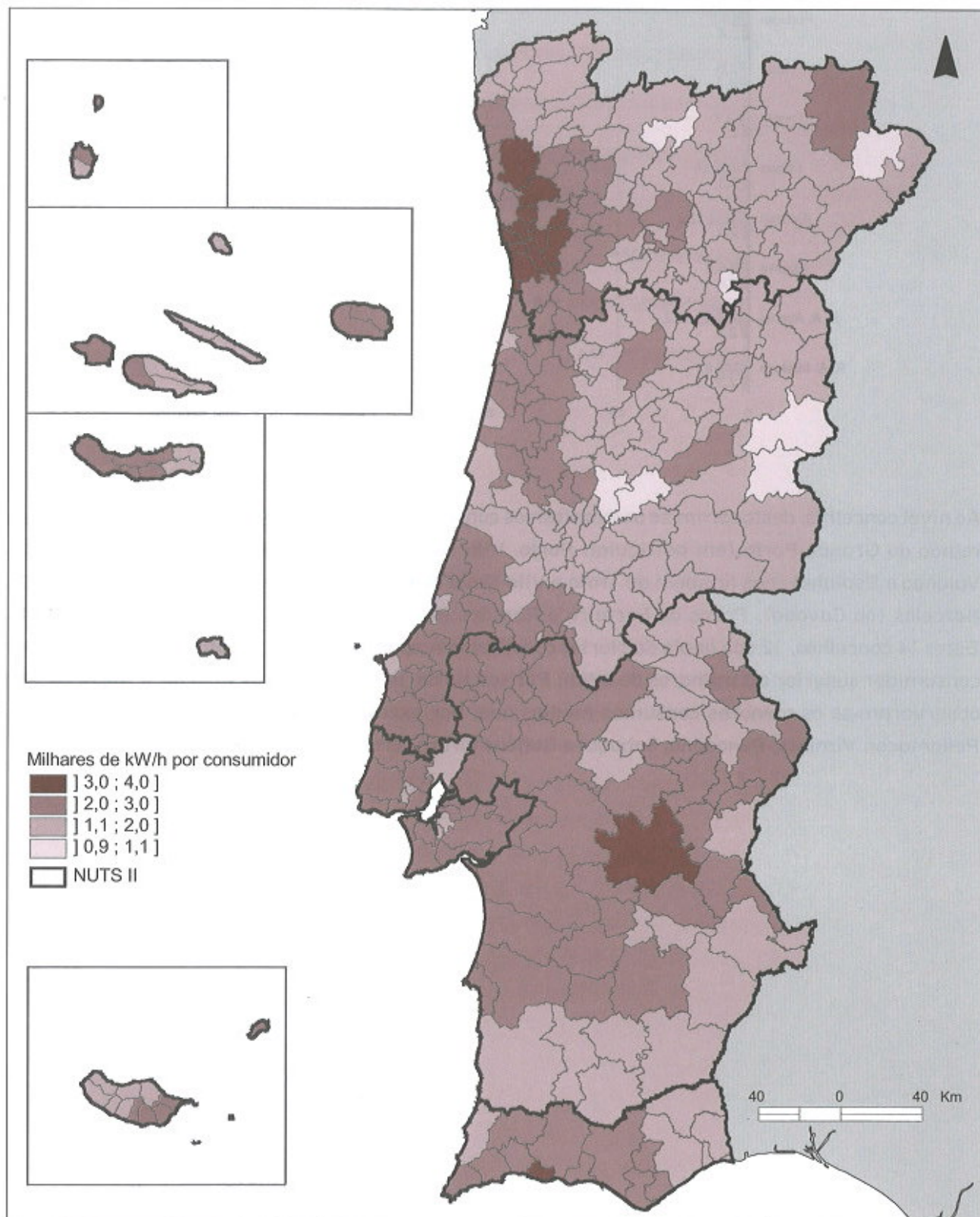
A relativização dos consumos de energia eléctrica pelo número de respectivos consumidores sugere uma leitura algo distinta. Assim, em termos de consumo *industrial* por consumidor, Lisboa registou o valor mais significativo (168 milhares de kW/h por consumidor); seguiram-se-lhe o Alentejo (141), o Centro (132) e o Norte (87). Nos consumidores *agrícolas* dos Açores e do Alentejo verificaram-se os consumos médios mais elevados deste tipo de consumo: 16 e 12 milhares de kW/h, respectivamente. A disparidade regional em termos de consumo *doméstico* de electricidade por consumidor foi naturalmente menos acentuada que a registada para os restantes tipos de consumo. Assim, aqueles consumos médios oscilavam entre 2,1 milhares de kW/h, no Centro, e 2,7 milhares de kW/h, no Norte. Com efeito, o Norte constituiu a única região a superar claramente o consumo *doméstico* médio nacional (2,4 milhares de kW/h) [Figura III.7.2].

FIGURA III.7.2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, PORTUGAL E NUTS II, 2003



Ao nível concelhio, destacaram-se os expressivos consumos *domésticos* médios dos concelhos da sub-região do Grande Porto (em particular, Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar, Valongo e Espinho) mas também da Trofa e Vila Nova de Famalicão (no Ave), Lagoa (no Algarve), Barcelos (no Cávado), Paços de Ferreira e Paredes (no Tâmega) e Évora (no Alentejo Central). Estes 14 concelhos, 12 dos quais do Norte, constituíram os únicos com um consumo *doméstico* por consumidor superior a 3 milhares de kWh. Por seu turno, nos concelhos do Interior a Norte do Tejo observaram-se os menores consumos médios que, por exemplo, em Pampilhosa da Serra, Góis, Penamacor, Vimioso, Penedono, Sabugal e Boticas foram cerca de mil kWh [Figura III.7.3].

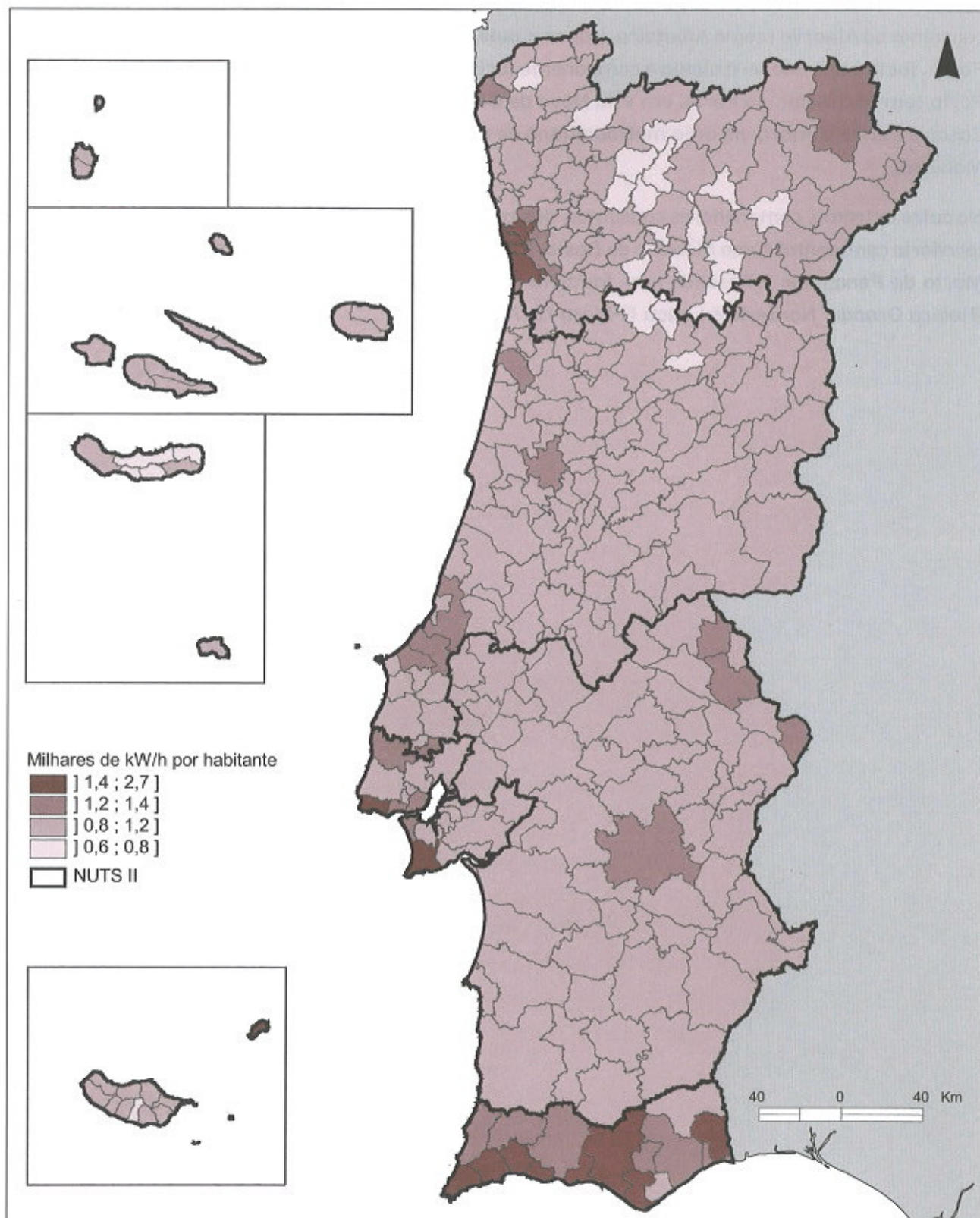
FIGURA III.7.3 - CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, POR CONCELHO, 2003



Na perspectiva do consumo *doméstico* de electricidade por habitante, o consumo é relativizado não pelo número de agregados familiares, mas pelo número de indivíduos. Assim, o consumo *doméstico* médio por habitante foi, em 2003, particularmente expressivo, superando 1,4 milhares de kW/h, nos concelhos do Algarve (como Albufeira, Lagoa, Loulé, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Castro Marim e Faro), facto a que não será alheia a componente turística deste território, e da área metropolitana do Porto (em particular, no Porto, em Vila Nova de Gaia, em Matosinhos e na Maia) mas também em Cascais e em Sesimbra, na área metropolitana de Lisboa, e no Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira.

No outro extremo, com menores consumos, destacaram-se sobretudo concelhos do Interior Norte do território continental como Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Celorico de Basto, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião e Resende mas também concelhos dos Açores como Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Nordeste e Lagoa [Figura III.7.4].

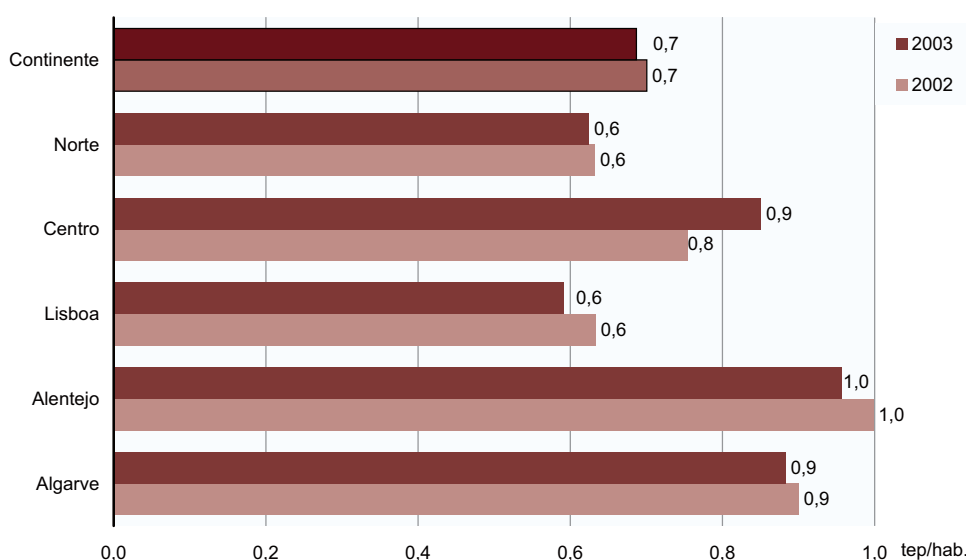
FIGURA III.7.4 - CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2003



### ACRÉSCIMO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE APENAS NO CENTRO

Em 2003, o consumo por habitante de combustível automóvel<sup>47</sup> ascendeu a 0,7 tep<sup>48</sup> no Continente português, oscilando entre 0,6 tep/hab., no Norte, e 1,0 tep/hab., no Alentejo. Entre 2002 e 2003, o padrão de distribuição regional não registou alterações expressivas. Contudo, é possível referir que o decréscimo registado neste consumo no território continental (-2%) se estendeu a todas as regiões NUTS II, com excepção do Centro, onde aquele consumo médio aumentou em cerca de 13% [Figura III.7.5].

FIGURA III.7.5 - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS POR HABITANTE, CONTINENTE E NUTS II, 2002 E 2003

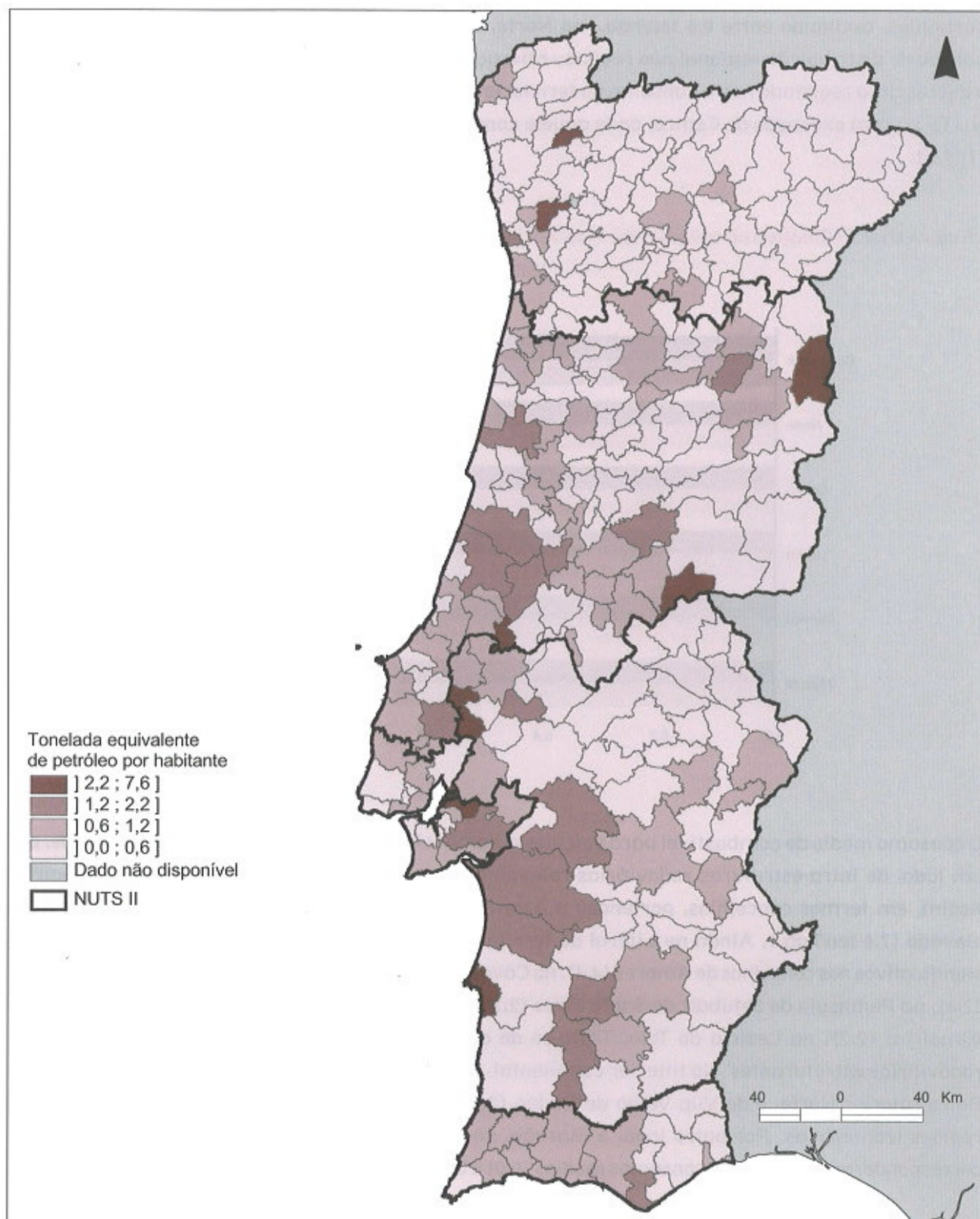


O consumo médio de combustível para veículos automóveis foi mais elevado em zonas próximas, por um lado, de infra-estruturas rodoviárias relevantes e, por outro lado, da fronteira com Espanha. Assim, em termos concelhios, pertenceu a Azambuja, na Lezíria do Tejo, o consumo médio mais elevado (7,6 tep/hab.). Ainda no Litoral do território continental, registaram-se consumos médios significativos nos concelhos de Amares (4,4), no Cávado; de Alcanena (4,2), no Médio Tejo; de Alcochete (2,4), na Península de Setúbal; de Santo Tirso (2,2), no Ave; de Sines (2,2), no Alentejo Litoral; e de Almeirim (2,2), na Lezíria do Tejo. Trata-se de concelhos situados próximo de infra-estruturas rodoviárias estruturantes. No Interior continental, destacaram-se os concelhos de Almeida (6,7), na Beira Interior Norte, e de Vila Velha de Ródão (2,5), na Beira Interior Sul, ambos localizados em regiões fronteiriças. Por outro lado, a Marvão, no Alto Alentejo, e a Castro Marim, no Algarve, corresponderam os menores consumos médios (0,01 e 0,04 tep/hab., respectivamente) [Figura III.7.6].

<sup>47</sup> Gás auto, gasolina aditivada, gasolina sem chumbo 95, gasolina sem chumbo 98 e gasóleo.

<sup>48</sup> Os valores de venda dos combustíveis em toneladas foram convertidos em toneladas de equivalente petróleo - tep, equivalente a 10<sup>7</sup> kcal - de forma a permitir somar os diferentes tipos de combustível numa unidade de medida que tem em consideração os diversos níveis de eficiência energética.

FIGURA III.7.6 - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2003



Em 2003, o gasóleo manteve-se o combustível automóvel mais vendido no território continental (4,8 milhões de tep), traduzindo 70% das vendas totais de combustível automóvel. Em todo o caso, face a 2002, registou-se um decréscimo, ainda que ligeiro, nas vendas deste combustível. Por sua vez, as vendas de gasolina sem chumbo 95 representaram, em 2003, um quinto das vendas totais de combustível automóvel, em resultado de um aumento, face a 2002, de cerca de 3% que, por sua vez, correspondeu à redução relativa observada nas vendas de gasolina sem chumbo 98, que constituíram 7% do total. Do mesmo modo, as vendas de gasolina aditivada mantiveram uma tendência descendente, que já se vinha verificando desde 2001, sugerindo um aumento da disponibilidade de veículos automóveis preparados para a utilização de gasolina sem chumbo.





## III.8 Construção e Habitação





### III.8. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

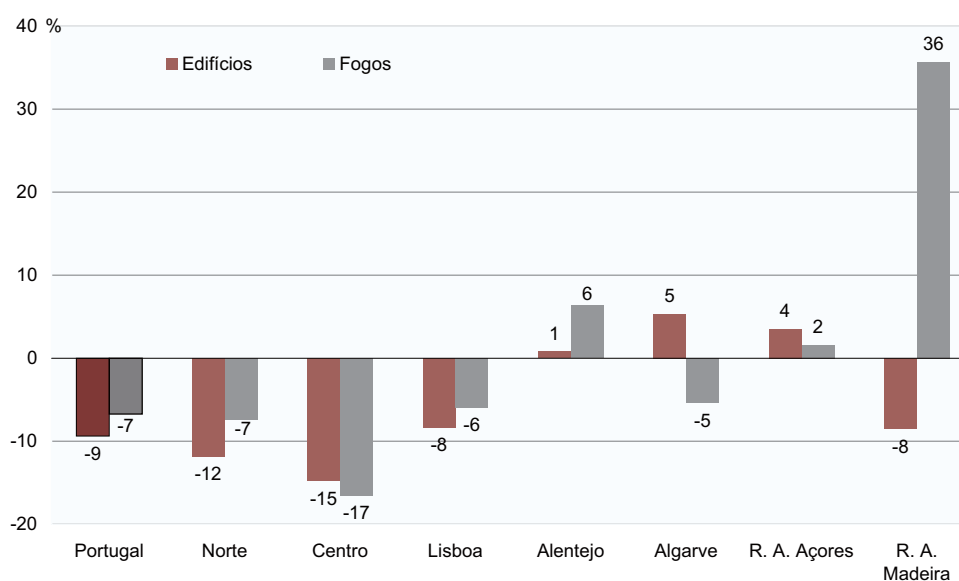
#### CONTRIBUTO PARA A CONTRACÇÃO DO LICENCIAMENTO DE OBRAS MAIOR NO CENTRO...

Em 2004, foram concedidas em Portugal 51 mil licenças de construção, 64% das quais nas regiões Norte e Centro. Do total de licenças concedidas, 78% tinham como destino a *habitação familiar*. Esta proporção ultrapassava a média nacional apenas em Lisboa, no Algarve e na Madeira enquanto, no Alentejo, apenas 71% das licenças correspondiam a *habitação familiar*. As *construções novas* mantiveram-se o principal tipo de obra, representando 76% do total.

Face a 2003, registou-se um decréscimo de 9% no número de *construções novas* licenciadas<sup>49</sup> para *habitação familiar*. Apenas no Alentejo, no Algarve e nos Açores se registou uma dinâmica potencial de construção positiva (+ 1%, + 5% e + 4%, respectivamente) enquanto, nas restantes regiões, se observou um decréscimo no número de licenças de construção concedidas que, no Centro e no Norte, atingiu 15% e 12%, respectivamente.

Os fogos licenciados em *construções novas* de *habitação familiar* ascenderam a 74 mil, na sequência de um decréscimo de 7% em relação a 2003. A dinâmica potencial de construção positiva observada no Alentejo e nos Açores para as obras estendeu-se aos fogos mas, neste caso, foi ainda mais expressiva na Madeira (+ 36% que em 2003). No Centro, registou-se a quebra mais acentuada no número de fogos licenciados (17%) [Figura III.8.1].

FIGURA III.8.1 - EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



<sup>49</sup> Os valores de 2003 e 2004 encontram-se subavaliados face à indisponibilidade de valores para os concelhos de Lisboa, Seia e Sintra.

Com efeito, foi a região Centro que mais contribuiu para o decréscimo no licenciamento de *construções novas* para *habitação familiar*, quer em termos de número de fogos, quer em termos de número de edifícios<sup>50</sup>. O contributo do Norte foi também determinante, em particular, no respeitante ao número de edifícios.

Mais de metade dos fogos licenciados em 2004 estavam associados a licenciamento promovido por *empresas privadas*, enquanto as *peessoas singulares* foram responsáveis pelo licenciamento de 44% dos fogos. Sublinhe-se o facto de o licenciamento de fogos nos Açores promovido por *peessoas singulares* ter atingido dois terços do total. As *empresas privadas* assumiam uma importância relativa particularmente elevada em Lisboa, ao promoverem o licenciamento de 74% dos fogos. Em termos concelhios, a importância das *empresas privadas* era particularmente visível nas áreas metropolitanas de Lisboa (designadamente, em Alcochete, Amadora, Barreiro, Vila Franca de Xira, Oeiras, Palmela, Odivelas e Cascais) e do Porto (sobretudo no Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia e Espinho) e no Algarve (Portimão, Tavira, Lagos, Faro) mas também nos concelhos de Arruda dos Vinhos e Peniche (no Litoral Centro), de Sines (no Alentejo Litoral) e de Santana (na Madeira). São, em geral, concelhos inseridos em espaços urbanos ou com uma importância clara das actividades industriais.

No ano em análise e no conjunto do país, 45% dos fogos licenciados pertenciam à tipologia *T3* e 28% à tipologia *T2*. Ao nível regional, sublinhe-se o facto de 31% dos fogos licenciados no Algarve pertencerem às tipologias *T0* ou *T1* (em particular, Portimão e Albufeira, onde mais de metade dos fogos licenciados pertenciam a esta tipologia) e de, na Madeira, as tipologias *T4* ou *mais* representarem apenas 4% do total. Com efeito, os fogos licenciados de maior dimensão concentravam-se sobretudo no território continental a Norte do Tejo, atingindo a expressão concelhia máxima em Castanheira de Pêra (75%).

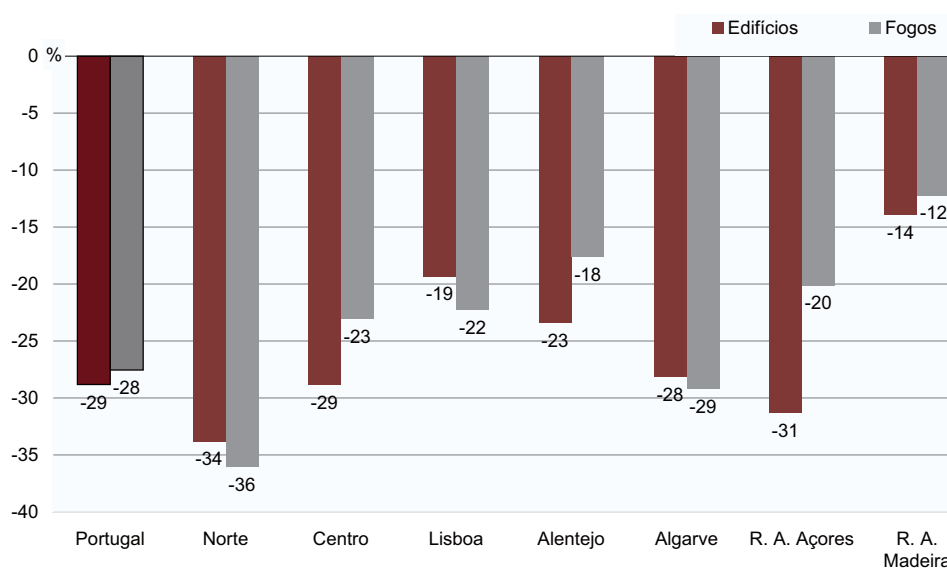
### ... E PARA A CONTRACÇÃO DA CONCLUSÃO DE OBRAS MAIOR NO NORTE

O número de obras concluídas em 2004 apresentou um decréscimo anual de 28%, tendo-se concluído obras em perto de 39 mil edifícios, 82% dos quais destinados a *habitação familiar* e 80% consistindo em *construções novas*. O subconjunto de 27 mil *construções novas* concluídas em edifícios de *habitação familiar* registou um decréscimo de 29% face a 2003. Esta redução estendeu-se a todas as regiões do país, oscilando entre 14%, na Madeira, e 34%, no Norte.

O número de novos fogos concluídos também registou uma quebra expressiva (28%), cifrando-se em 62 mil, tendo a Madeira e o Norte registado as reduções menos e mais expressiva, respectivamente [Figura III.8.2]. Para a evolução observada globalmente para o país relativa ao número de edifícios e de fogos concluídos em *construções novas* para habitação familiar, foi particularmente determinante o contributo da região Norte.

<sup>50</sup>Esta constatação resulta da decomposição da taxa de variação anual nos contributos das diferentes regiões que, por sua vez, resultam da ponderação das respectivas taxas de variação regional pela quota regional em 2003.

FIGURA III.8.2 - EVOLUÇÃO DA CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



Tal como observado para o licenciamento, mais de metade dos fogos concluídos (52%) resultaram de obras promovidas por *empresas privadas* e 45% por *pessoas singulares*. Perto de metade dos fogos concluídos pertenciam à tipologia T3 e 28% à tipologia T2.

#### DIMENSÃO MÉDIA DOS EDIFÍCIOS, DOS FOGOS E DAS DIVISÕES LICENCIADOS ESTABILIZA

Em média, as *construções novas para habitação familiar* licenciadas em 2004 contemplavam 2,5 pavimentos por edifício, à semelhança do observado em 2003. Apenas em Lisboa e na Madeira, se registou um acréscimo, embora ligeiro, da dimensão média dos edifícios licenciados, mantendo-se a pressão construtiva potencial em altura particularmente elevada na Região de Lisboa (3,2 pavimentos por edifício), sobretudo na área metropolitana respectiva, atingindo a expressão máxima no concelho da Amadora (6,3).

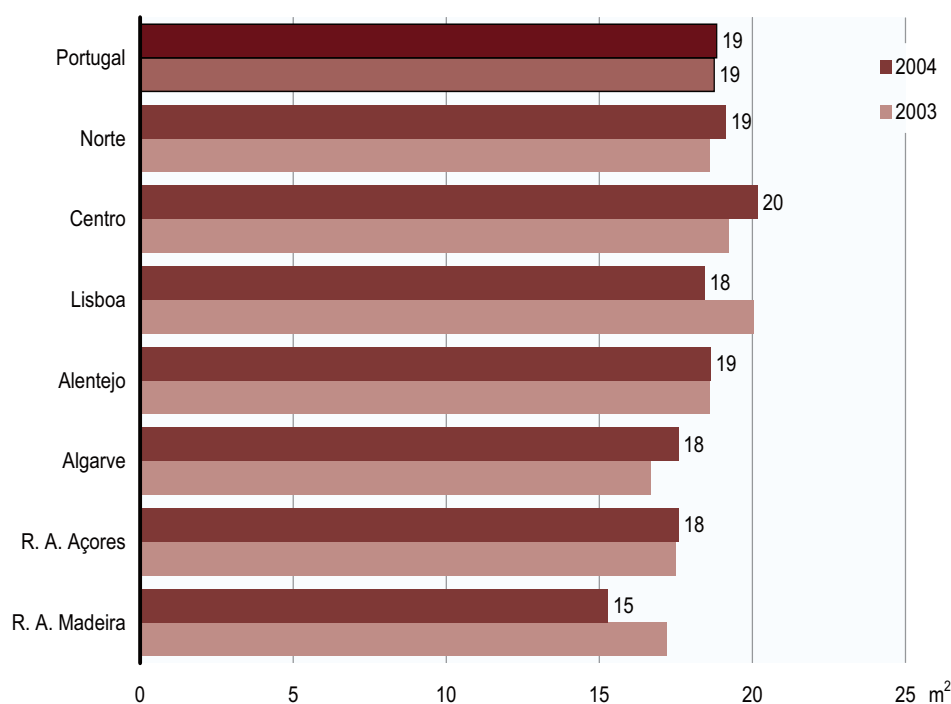
No conjunto do país, o número de fogos licenciados por pavimento manteve-se em 0,9. Contrariando o registado ao nível nacional, registou-se no Algarve uma ligeira redução neste indicador. Pelo contrário, na Madeira, na sequência de um aumento (de 1,2 fogos por pavimento, em 2003, para 1,7, em 2004), o indicador era, em 2004, o mais expressivo do país, sobretudo num contínuo formado pelos concelhos de Santa Cruz, Funchal e Santana.

Do mesmo modo, o número de divisões por fogo não registou alteração face ao ano anterior (4,9), tendo os Açores registado o maior acréscimo (de 5,1 para 5,7), isolando-se face às restantes regiões. A dimensão média dos fogos licenciados era particularmente evidente na ilha Terceira, em ambos os concelhos de Angra do Heroísmo e de Vila Praia da Vitória.

Por seu turno, a dimensão média das divisões, medida pela superfície habitável que, no país, era de quase 19 m<sup>2</sup> (tal como em 2003), assumia a expressão máxima no Centro e no Norte, sendo estas as

únicas regiões em que ultrapassava a média nacional. Assim, nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta (no Norte) e de Viseu (no Centro), a superfície média habitável por divisão ultrapassava 30 m<sup>2</sup>. Refira-se que, apenas em Lisboa e na Madeira, se observaram diminuições na superfície habitável das divisões face a 2003 [Figura III.8.3].

FIGURA III.8.3 - SUPERFÍCIE HABITÁVEL MÉDIA POR DIVISÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



### MENOR INTENSIDADE DE RECONSTRUÇÕES NOS TERRITÓRIOS MAIS URBANIZADOS

No conjunto do período 2002-2004, foram licenciadas 5,4 *reconstruções* por 100 *construções novas*, o que traduz uma diminuição face ao observado para o período 2001-2003. Ao nível regional, verificaram-se comportamentos distintos. Assim, no Norte, no Centro e nos Açores, este rácio superou a média nacional (tal como já acontecia no período 2001-2003) enquanto, nas regiões de Lisboa e da Madeira, não chegou a uma *reconstrução* por 100 *construções novas*.

Em termos concelhios, destacavam-se os concelhos de Mesão Frio, Sernancelhe e Sardoal, onde aquele rácio superou os 80%. Com efeito, a Figura III.8.4 reforça a conclusão de que a relação entre o número de *reconstruções* e o número de *construção novas* era mais intensa nas regiões Norte e Centro. Por outro lado, o fenómeno assumia pouca significância nos concelhos inseridos nos territórios mais urbanizados.

Na Região Norte, o fenómeno de recuperação do parque de edifícios existente era particularmente evidente no Douro (além de Mesão Frio e de Sernancelhe, também em Alijó, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) mas também no concelho de Resende (no Tâmega). No Interior da Região

Centro, além de Sardoal, o indicador em análise superava os 50% em Figueira de Castelo Rodrigo, Penalva do Castelo, Idanha-a-Nova, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande; no Alto Alentejo, destacava-se Castelo de Vide. Sublinhe-se ainda, o facto de naquele período, não terem sido licenciadas quaisquer reconstruções em 49 concelhos.



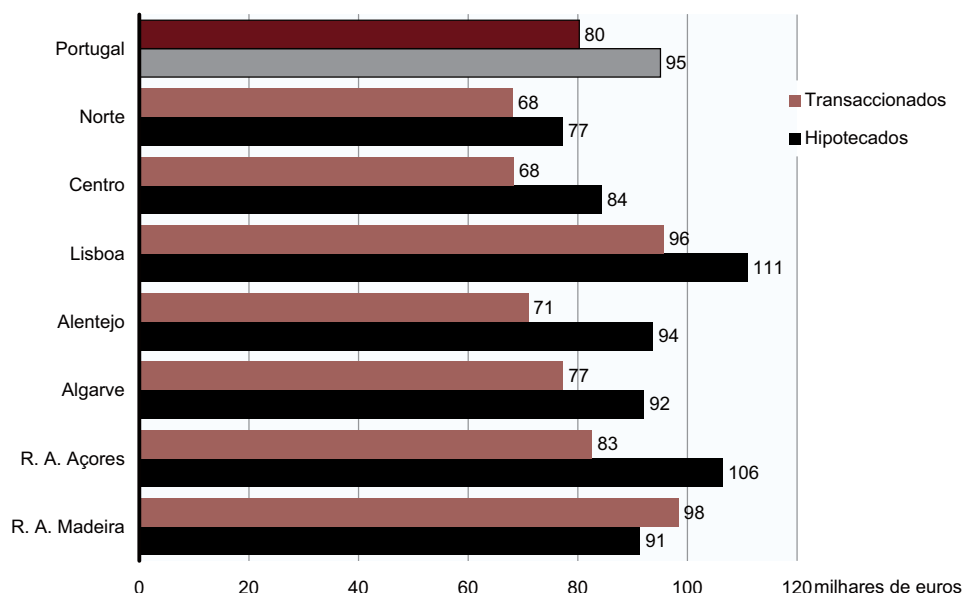
### MENOS PRÉDIOS TRANSACCIONADOS MAS MAIS CAROS

Em 2003, o número de prédios envolvidos em contratos de compra e venda ascendeu a 300 mil, o que traduzia uma redução de quase 9% face ao registado em 2002. Daquele total, 77% eram prédios urbanos, dos quais, 67% em propriedade horizontal, enquanto os prédios rústicos transaccionados representaram cerca de 22% do total. Entre 2002 e 2003, o número de prédios urbanos e rústicos transaccionados diminuiu em 10% e 7%, respectivamente.

Naquele período, o valor médio dos prédios transaccionados aumentou em 14%. Este sentido de evolução foi extensível aos prédios urbanos (+ 14%), rústicos (+ 15%) e mistos (+ 9%). Assim, o valor médio dos prédios transaccionados em 2003 cifrou-se em 69 milhares de euros. Em média, os prédios mais caros foram os mistos: 119 milhares de euros, seguidos dos prédios urbanos (82) enquanto os prédios rústicos se assumiram, em média, como os mais baratos (23).

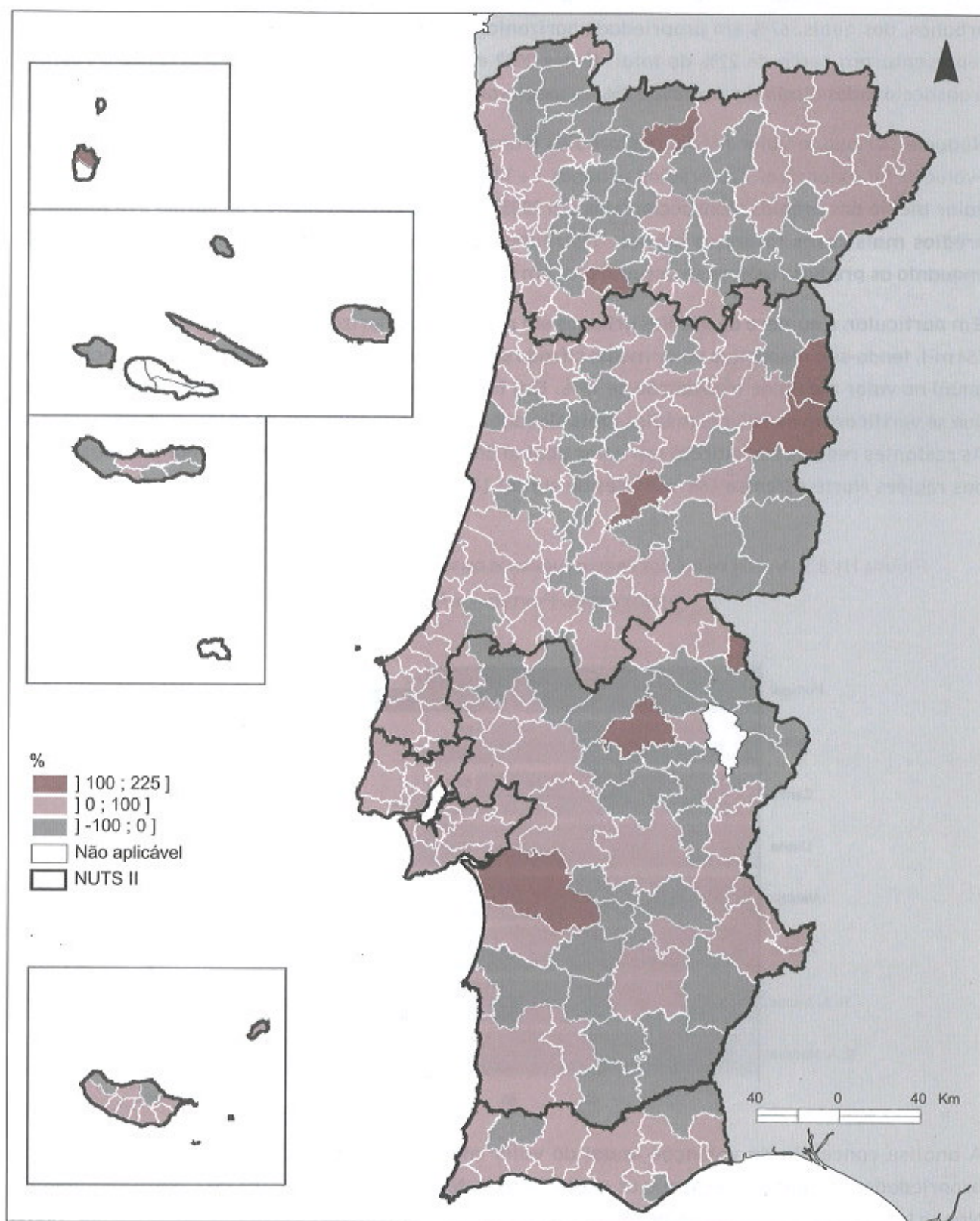
Em particular, o número de prédios urbanos em propriedade horizontal transaccionados ascendeu a 154 mil, tendo-se o respectivo valor médio cifrado em 80 milhares de euros. Tratou-se de um acréscimo anual no valor médio de transacção de 13%. Em termos regionais, foi na Madeira, Lisboa e Açores que se verificaram os valores médios mais elevados: 98, 96 e 83 milhares de euros, respectivamente. As restantes regiões registaram um valor abaixo da média nacional, tendo o menor sido observado nas regiões Norte e Centro (68 milhares de euros) [Figura III.8.5].

FIGURA III.8.5 - VALOR MÉDIO DOS PRÉDIOS URBANOS EM PROPRIEDADE HORIZONTAL TRANSACCIONADOS E HIPOTECADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2003



A análise concelhia da variação anual do valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal sugere que os acréscimos se tenderam a concentrar no Litoral continental. Não se trata contudo de um padrão claramente definido. Com efeito, os concelhos onde o valor médio de transacção dos prédios desta natureza mais que duplicou, entre 2003 e 2004, encontravam-se dispersos pelo país: Cinfães, Boticas (no Norte), Sabugal, Pampilhosa da Serra, Almeida (no Centro), Santa Cruz das Flores (nos Açores), Alcácer do Sal, Avis e Marvão (no Alentejo) [Figura III.8.6].

FIGURA III.8.6 - VARIACÃO ANUAL DO VALOR MÉDIO DOS PRÉDIOS URBANOS EM PROPRIEDADE HORIZONTAL TRANSACCIONADOS, POR CONCELHO, 2003-04



Em 2003, o número de prédios hipotecados cifrou-se em 239 mil, em resultado de um decréscimo de 4% face a 2002. Daquele universo, 96% correspondiam a prédios urbanos e, destes, 70% eram em propriedade horizontal. Os prédios rústicos e mistos hipotecados corresponderam, no conjunto, a 4% do total. Apenas o número de prédios mistos hipotecados registou uma evolução contrária à observada para o total de hipotecas constituídas, tendo aumentado, face a 2002, em 19%.

O valor médio das hipotecas sobre prédios foi de 108 milhares de euros, ligeiramente acima do valor médio associado aos prédios urbanos (106 milhares de euros) mas claramente abaixo do observado para os prédios rústicos, cujo valor médio se cifrou em 142 milhares de euros.

Em particular, as hipotecas constituídas sobre prédios urbanos em propriedade horizontal resultaram num valor médio de 95 milhares de euros. O Norte registou o valor regional mais baixo das hipotecas sobre prédios urbanos em propriedade horizontal (77 milhares de euros). Lisboa destacava-se por apresentar o valor médio mais expressivo associado aos prédios urbanos em propriedade horizontal (111 milhares de euros), seguindo-se-lhe os Açores (106 milhares de euros) [Figura III.8.5].

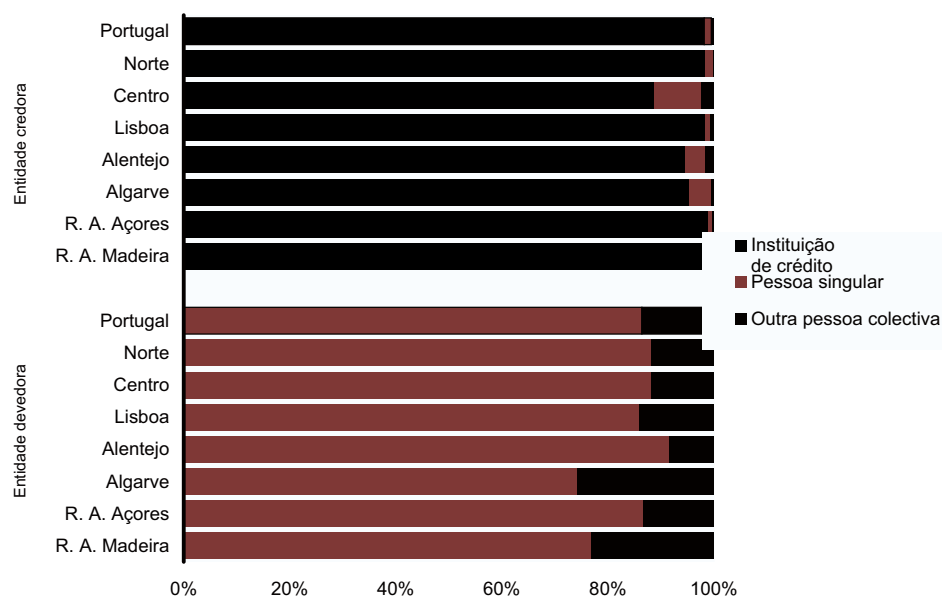
#### MAIOR IMPORTÂNCIA DAS PESSOAS SINGULARES ENQUANTO ENTIDADES CREDORAS DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO NO CENTRO

O valor do crédito hipotecário<sup>51</sup> concedido por contratos de mútuo com hipoteca voluntária, em 2003, ascendeu a 18 milhões de euros, traduzindo alguma estabilidade face ao ano anterior. As *instituições de crédito* assumiram especial relevância pelo facto de serem responsáveis por 98% do crédito hipotecário concedido; às *peessoas singulares* coube uma quota de pouco mais de 1% e a parte restante foi concedida por *outras pessoas colectivas*. No respeitante à entidade devedora, 86% do crédito hipotecário foi concedido a *peessoas singulares* e o remanescente a *outras pessoas colectivas*.

Em termos regionais, o Centro apresentou o perfil mais diferenciado no respeitante à entidade credora, pelo facto de as *peessoas singulares* serem responsáveis por 9% do crédito hipotecário concedido e as *outras pessoas colectivas* por mais de 2%. Com efeito, trata-se de proporções que superam claramente as observadas nas restantes regiões. Na perspectiva da entidade devedora, o destaque recai sobre o Algarve, por exibir a menor proporção de crédito hipotecário concedido a *peessoas singulares* (74%); no outro extremo, encontrava-se o Alentejo onde as *peessoas singulares* constituíram a entidade devedora de 92% do crédito hipotecário concedido [Figura III.8.7].

<sup>51</sup> No subcapítulo III.12 - Sector Monetário e Financeiro, analisa-se o crédito à habitação concedido a clientes na perspectiva do local do estabelecimento de intermediação monetária credor. Neste capítulo, analisa-se o crédito hipotecário concedido por contratos de mútuo com hipoteca voluntária na perspectiva do domicílio quer da entidade credora, quer da entidade devedora.

FIGURA III.8.7 - CRÉDITO HIPOTECÁRIO SEGUNDO A NATUREZA DA ENTIDADE CREDORA E DEVEDORA, PORTUGAL E NUTS II, 2003

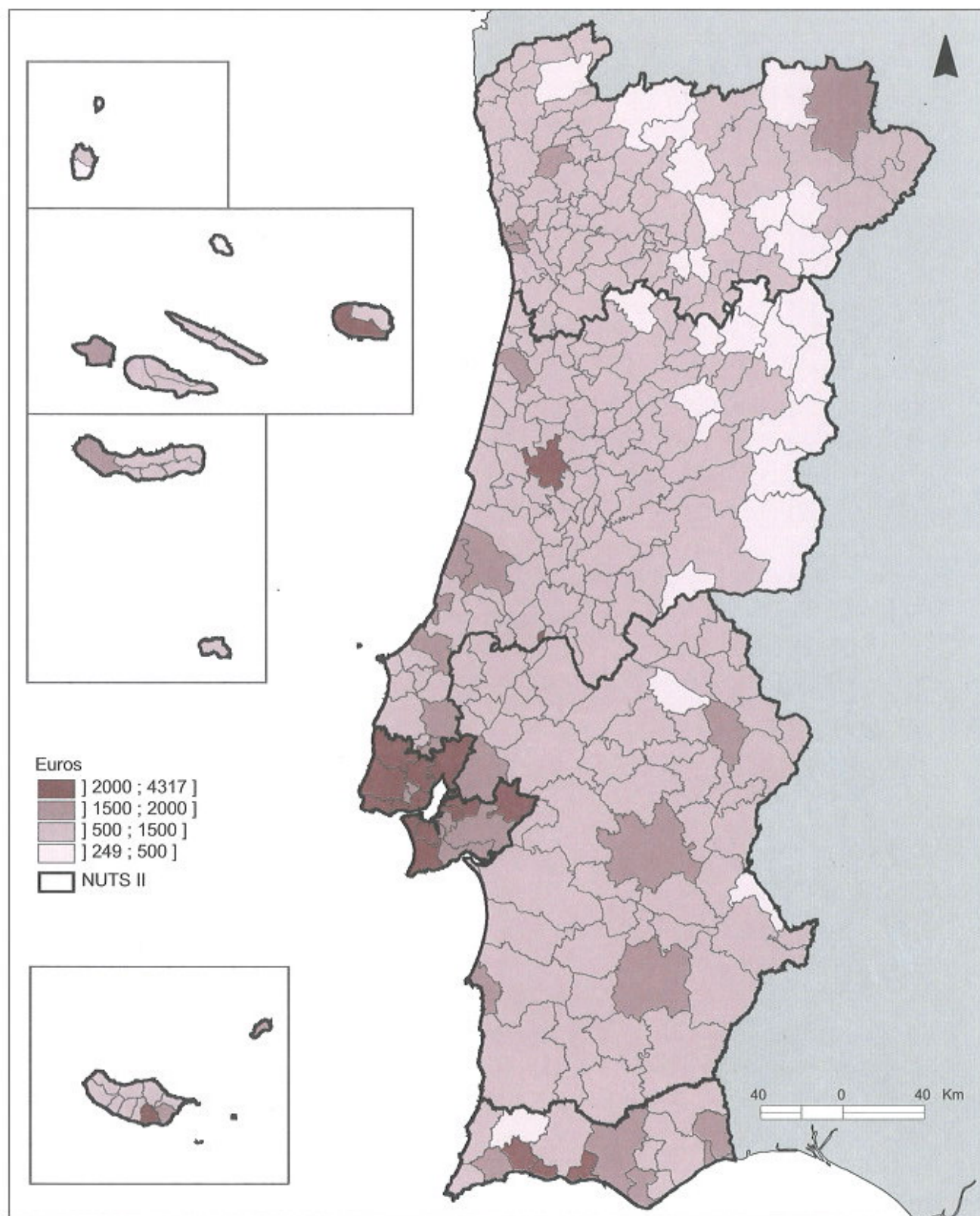


A comparação, ao nível concelhio, entre o crédito hipotecário concedido e obtido, permite constatar que apenas os concelhos de Lisboa e Porto se revelavam credores líquidos, o que não é de estranhar dada a concentração de instituições de crédito nestes concelhos. Nesta perspectiva, os concelhos mais devedores eram os pertencentes às áreas metropolitanas de Lisboa (com excepção de Lisboa) e Porto (com excepção do Porto) mas também coincidiam com cidades médias como Braga, Coimbra, Leiria, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Aveiro.

Na Região de Lisboa registou-se, em 2003, o valor regional mais elevado de crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante: 2,4 milhares de euros; seguiram-se-lhe os Açores e o Algarve. Estas três regiões constituíam as únicas a superar a média nacional (1,5 milhares de euros por habitante). O Norte e o Alentejo registavam os valores mais reduzidos: 1,1 milhares de euros por habitante.

Em termos concelhios, este valor assumia a expressão máxima em Angra do Heroísmo (4,3 milhares de euros por habitante), seguida da generalidade dos concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal mas também de Albufeira, Lagoa e Portimão (no Algarve), Entroncamento e Coimbra (no Centro) e Funchal, na Madeira [Figura III.8.8].

FIGURA III.8.8 - CRÉDITO HIPOTECÁRIO CONCEDIDO A PESSOAS SINGULARES POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2003







## III.9 Transportes



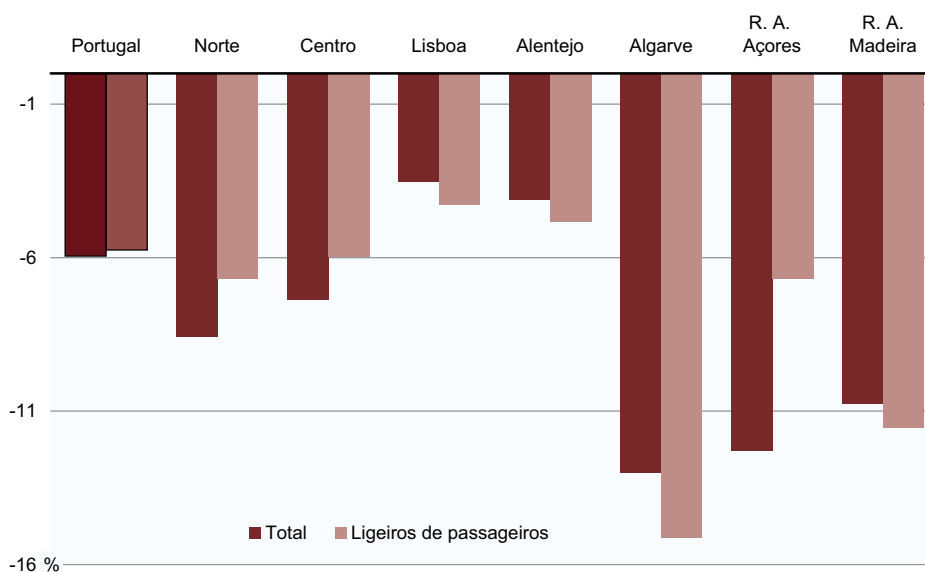


### III.9. TRANSPORTES

#### MANTÉM-SE QUEBRA DA VENDA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

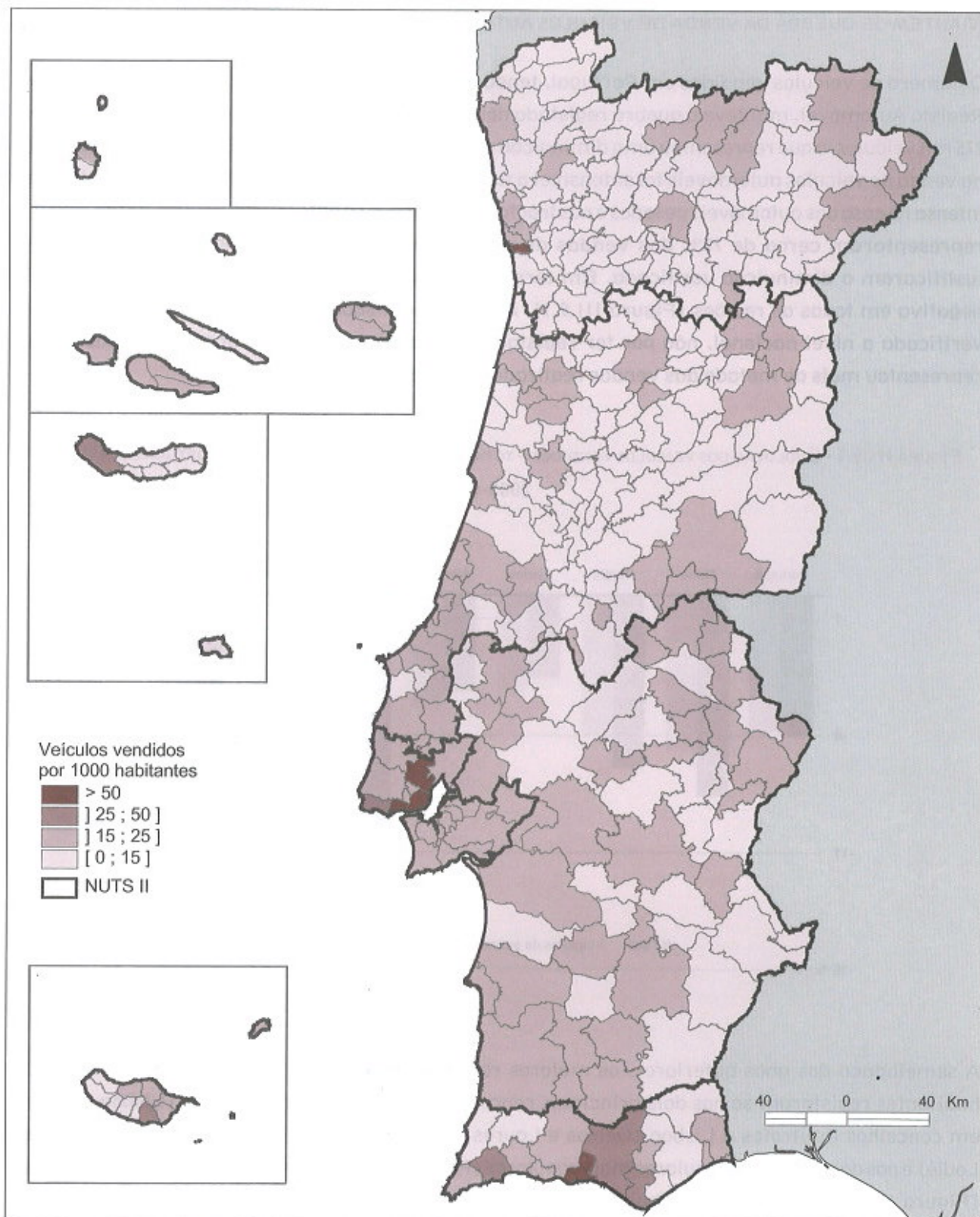
O número de veículos vendidos em Portugal, tendo em conta os novos registos na Conservatória do Registo Automóvel, manteve a quebra registada nos últimos anos. Em 2004, foram vendidos perto de 275 mil veículos, o que representou uma diminuição de 6% face ao ano anterior. Esta redução verificada na venda de veículos automóveis foi extensível a todo o tipo de veículos, embora de forma muito mais intensa no caso dos automóveis pesados e nos tractores. Dado que os automóveis ligeiros de passageiros representaram cerca de 73% das vendas de automóveis realizadas no país, foram estas que justificaram a diminuição verificada. Em termos regionais, a evolução da venda de veículos foi negativa em todas as regiões [Figura III.9.1]. A região de Lisboa foi importante para a dinâmica verificada a nível nacional, não por ter registado uma diminuição muito acentuada mas porque representou mais de metade das vendas realizadas no país.

FIGURA III.9.1 - EVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS VENDIDOS – TOTAL E LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2003-04



À semelhança dos anos anteriores, os maiores rácios de veículos automóveis vendidos por 1 000 habitantes registaram-se nos dois principais concelhos das áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), em concelhos limítrofes a Lisboa (Oeiras e Loures), em concelhos algarvios (Albufeira, Lagos e Loulé) e nos dois concelhos insulares mais populosos (Ponta Delgada nos Açores e Funchal na Madeira) [Figura III.9.2]. Quanto à distribuição territorial da venda de veículos automóveis, devidamente relativizada pela população residente, verificou-se que os maiores registos se observaram, essencialmente, na faixa Litoral e nos maiores centros urbanos do Interior do país, ou seja nos principais pólos de consumo.

FIGURA III.9.2 - VEÍCULOS AUTOMÓVEIS VENDIDOS POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2004



### GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO MAIS INTENSA NO INTERIOR DO PAÍS

Em 2004 foram registados em Portugal Continental perto de 39 mil acidentes de viação com vítimas, o que representou uma diminuição de 6% face ao ano anterior. Destes acidentes apenas 5% ocorreram em auto-estradas e 28% em estradas nacionais. Lisboa foi a única região continental em que não se denotou esta diminuição do número de acidentes de viação com vítimas face a 2003, embora o crescimento verificado tenha sido de apenas 0,5%. Alentejo e Algarve foram as regiões onde a diminuição foi mais acentuada com quebras na ordem dos 12% [Figura III.9.3].

A avaliar pela evolução do número de mortos por cada 100 acidentes de viação com vítimas, observou-se uma diminuição da gravidade dos acidentes, que foi particularmente notória nas regiões do Sul do país com quebras de quase 1,5 e 0,8 pontos percentuais (p.p.) no Alentejo e Algarve, respectivamente. Nas regiões do Norte do país, onde se registou o maior número de acidentes de viação com vítimas<sup>52</sup> (61%), verificou-se uma evolução diferente no Norte e no Centro já que enquanto no Norte o índice de gravidade dos acidentes aumentou 0,2 p.p. (tendo sido a única região do Continente a registar um aumento do índice de gravidade dos acidentes entre 2003 e 2004), no Centro diminuiu 0,3 p.p. [Figura III.9.4].

Aproximadamente em 90% dos acidentes de viação com vítimas apenas resultaram feridos ligeiros, o que se verificou também ao nível regional.

FIGURA III.9.3 - EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, CONTINENTE E NUTS II, 2003-2004

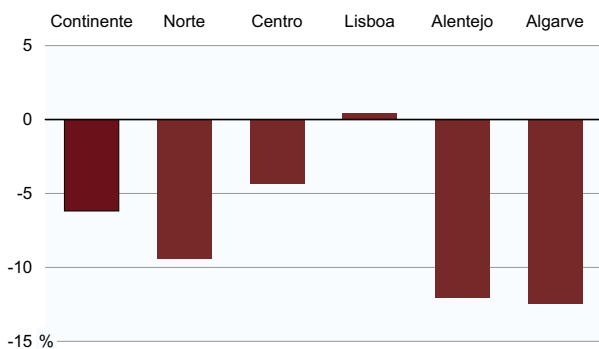
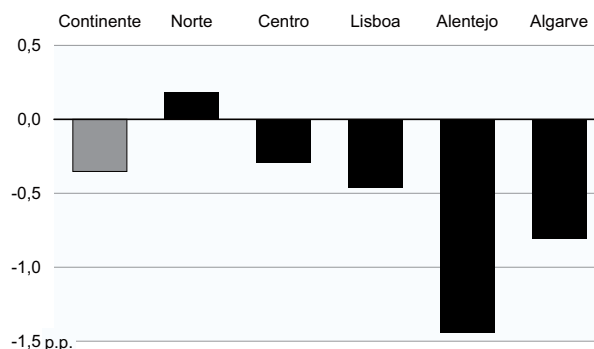


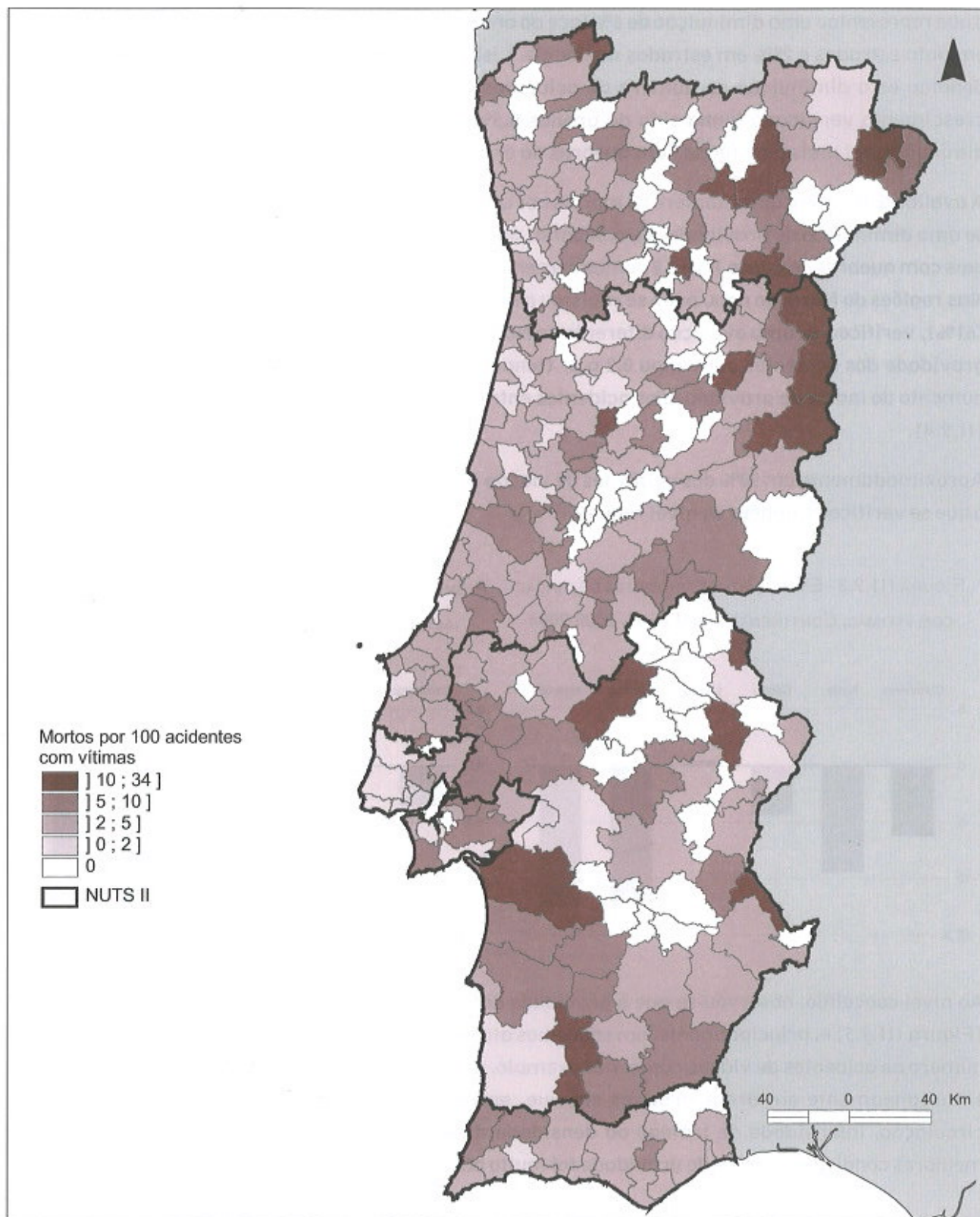
FIGURA III.9.4 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES, CONTINENTE E NUTS II, 2003-2004



Ao nível concelhio, observou-se que a gravidade dos acidentes foi mais evidente no Interior do país [Figura III.9.5] e, principalmente, em concelhos atravessados por itinerários principais com elevado número de acidentes de viação como, por exemplo, o caso do IP3 e do IP5. Nos concelhos do Litoral e, simultaneamente em áreas urbanas em que, entre outros factores como velocidade média de circulação, intensidade de tráfego ou densidade de estradas, as vias de comunicação oferecem melhores condições o índice de gravidade foi muito baixo.

<sup>52</sup> Os acidentes e as vítimas são afectados aos concelhos segundo o local do acidente.

FIGURA III.9.5 - ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES, POR CONCELHO, 2004



## NORTE DESTACA-SE COMO REGIÃO RECEPTORA DE MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR VIA FERROVIÁRIA E ALENTEJO COMO EMISSORA PARA AS RESTANTES REGIÕES

No final de 2003, existiam 2 818 quilómetros de linhas ferroviárias em utilização em Portugal Continental. Mais de 67% localizaram-se no Centro e no Alentejo, as duas regiões com maior área do país. O Centro destacou-se pelo elevado movimento de passageiros tanto como região de origem como região de destino, absorvendo mais de 40% dos movimentos de passageiros. Dado que a maior parte dos passageiros transportados regressa ao local de partida o peso de cada região no total de passageiros transportados é praticamente o mesmo sendo região de origem ou região de destino.

No caso das mercadorias transportadas, para além de Lisboa que manteve a sua importância tanto como região de origem como de destino devido ao elevado número de empresas aí sedeadas, destacou-se o Alentejo como emissor de mercadorias transportadas essencialmente devido à sua entrada no porto de Sines e o Norte como receptor devido à sua característica de pólo industrial e consequentemente com necessidade de matérias-primas.

Assim, destacaram-se Lisboa e o Alentejo como regiões de origem de cerca de 75,5% das mercadorias transportadas e que representaram mais de 6 milhões de toneladas de mercadorias e o Norte e Lisboa como regiões de destino de quase 6 milhões dos 8 milhões de toneladas de mercadorias transportadas em Portugal Continental [Quadro III.9.i].

QUADRO III.9.i - INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA E FLUXOS DE TRANSPORTE, CONTINENTE E NUTS II, 2003

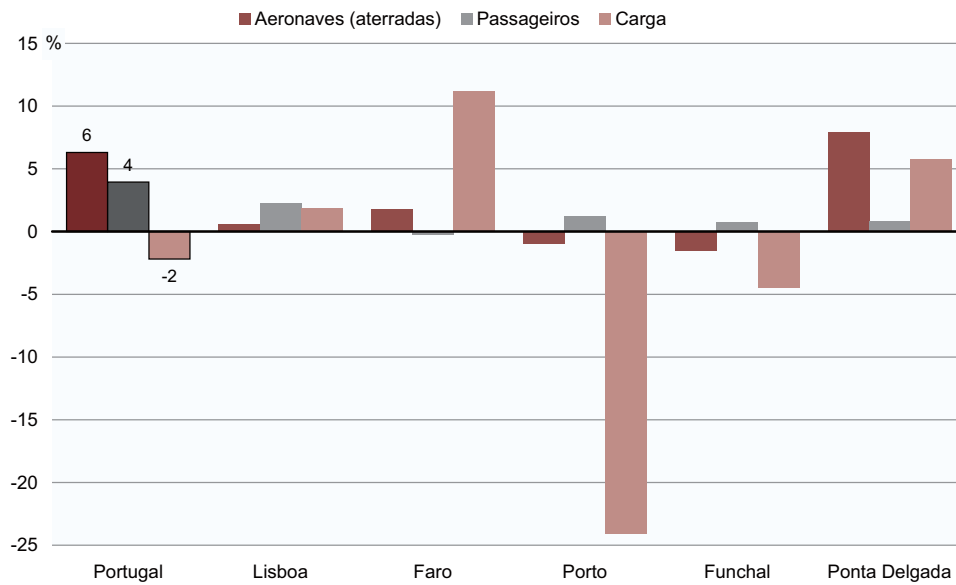
NUTS II	Extensão das linhas em utilização		Passageiros transportados				Mercadorias transportadas			
			Região de origem		Região de destino		Região de origem		Região de destino	
	Km	%	Nº	%	Nº	%	t	%	t	%
<b>Continente</b>	2 817,7	100,0	13 049 033	100,0	13 049 033	100,0	8 137 563	100,0	8 137 563	100,0
<b>Norte</b>	485,7	17,2	3 036 772	23,3	3 061 251	23,5	395 440	4,9	2 690 121	33,1
<b>Centro</b>	967,5	34,3	5 273 722	40,4	5 333 712	40,9	1 536 792	18,9	1 520 831	18,7
<b>Lisboa</b>	253,3	9,0	2 694 372	20,6	2 579 110	19,8	3 044 977	37,4	3 089 147	38,0
<b>Alentejo</b>	931,7	33,1	707 970	5,4	734 646	5,6	3 103 844	38,1	748 099	9,2
<b>Algarve</b>	179,5	6,4	1 336 197	10,2	1 340 314	10,3	56 508	0,7	89 365	1,1

## AUMENTO DE TRÁFEGO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DEVE-SE SOBRETUDO AOS VOOS NACIONAIS

Ao nível das aeronaves aterradas, registou-se, em 2003, um aumento nas aeronaves de tráfego comercial aterradas de cerca de 6%, impulsionado principalmente pelo aumento de aeronaves aterradas no aeroporto de Ponta Delgada. A nível nacional o tráfego de passageiros aumentou cerca de 4% embora as mercadorias transportadas por esta via tenham sofrido uma diminuição de 2%. O aumento do número de passageiros foi muito ligeiro tanto a nível nacional como em quatro dos cinco principais aeroportos [Figura III.9.6].

Quanto ao volume de carga transportada, a diminuição de 2% observada em Portugal ficou a dever-se às reduções observadas nos aeroportos do Porto (24%) e do Funchal (5%). No entanto, as reduções nestes aeroportos poderão em parte ter ficado a dever-se às obras aí realizadas durante este período.

FIGURA III.9.6 - EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO NOS AEROPORTOS, PORTUGAL E PRINCIPAIS AEROPORTOS, 2002-03



O aumento de passageiros observado entre 2002 e 2003 foi extensível tanto aos voos internacionais como nacionais embora o maior aumento se tenha registado nestes últimos. Dos cinco principais aeroportos apenas num – Porto – se observou um comportamento diferente dos restantes, verificando-se um aumento dos voos nacionais e uma diminuição dos internacionais.

Os aeroportos localizados no Continente - Lisboa, Porto e Faro - concentraram 81% do fluxo total de passageiros e cerca de 84% do fluxo de mercadorias.



## III.10 Comunicações





### III.10. COMUNICAÇÕES

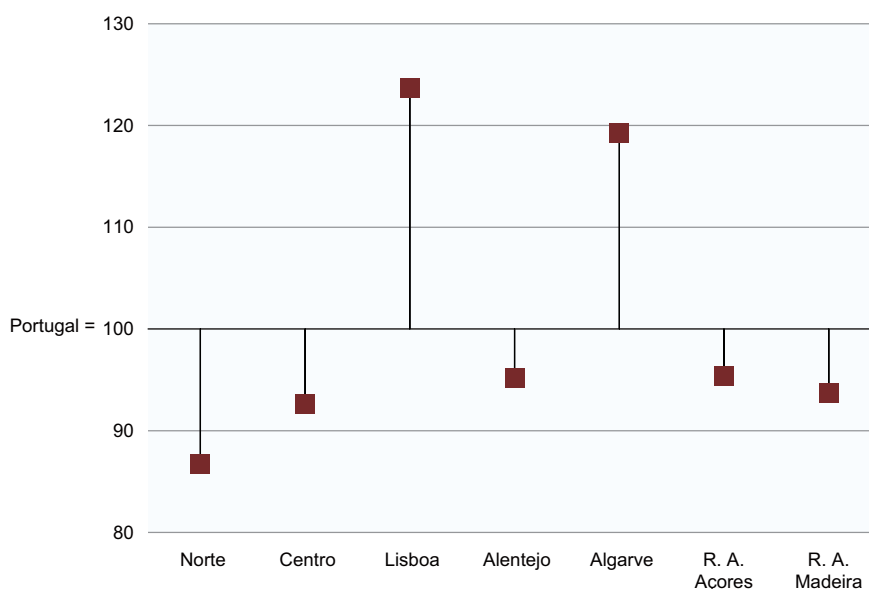
#### MAIOR CONCENTRAÇÃO DE POSTOS TELEFÓNICOS RESIDENCIAIS NO INTERIOR NORTE E CENTRO DO PAÍS

Em 2004, existiam em Portugal cerca de 4,5 milhões de acessos telefónicos e 9,8 milhões de assinantes do serviço móvel terrestre. Do total de postos telefónicos existentes no país, 88,4% respeitavam à Portugal Telecom, sendo este o universo da análise desenvolvida ao nível concelhio.

Os postos telefónicos principais analógicos mantiveram o seu domínio em 2004, representando 80% do total de acessos telefónicos. No entanto, ao longo dos últimos anos, assistiu-se a um aumento gradual do número de acessos digitais. Se em meados da década de noventa estes não chegavam a representar cerca de 2% do total de acessos, agora representavam já cerca de 20%. O peso dos acessos digitais nas várias regiões não foi muito diferente da média nacional, observando-se uma amplitude regional que se situou entre os 25% em Lisboa e 15% e 16%, respectivamente, no Alentejo e no Centro.

Mesmo tendo em conta o efeito dimensional das regiões, Lisboa manteve o maior número de acessos telefónicos (cerca de 46,4 por cada 100 residentes), sendo superior à média do país que se tinha cifrado em 37,5 postos por cada 100 habitantes. Também o Algarve registou um número médio de acessos que ultrapassou a média do país [Figura III.10.1].

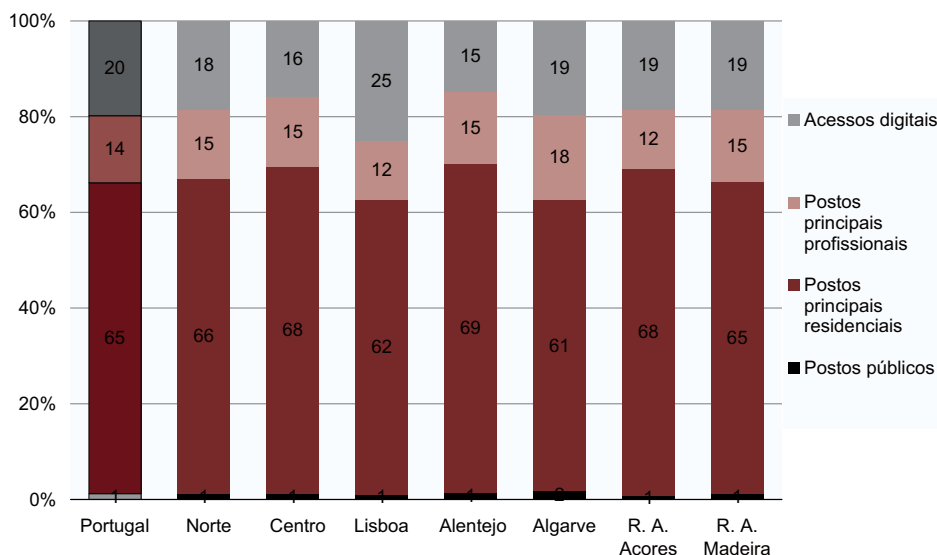
FIGURA III.10.1 - ACESSOS TELEFÓNICOS POR 100 HABITANTES, POR NUTS II, 2004



Quanto à oferta de postos públicos, avaliada pelo número médio de habitantes residentes por posto telefónico público, o valor para Portugal foi de cerca de 223. Apenas o Sul do país – regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve – registou uma cobertura superior à média nacional. Foi no Algarve que se verificou a maior cobertura dos postos públicos já que cada posto serviu apenas cerca de 125 residentes, o que pode dever-se à necessidade de servir não apenas a população residente como também o grande número de turistas desta região.

Cerca de 65% do total de acessos telefónicos eram postos telefónicos residenciais, tendo sido no Centro, nos Açores e no Alentejo que se registou o maior peso dos postos telefónicos principais residenciais. Como se pode observar na Figura III.10.2, a estrutura da distribuição nacional dos vários tipos de postos telefónicos manteve-se nas várias regiões.

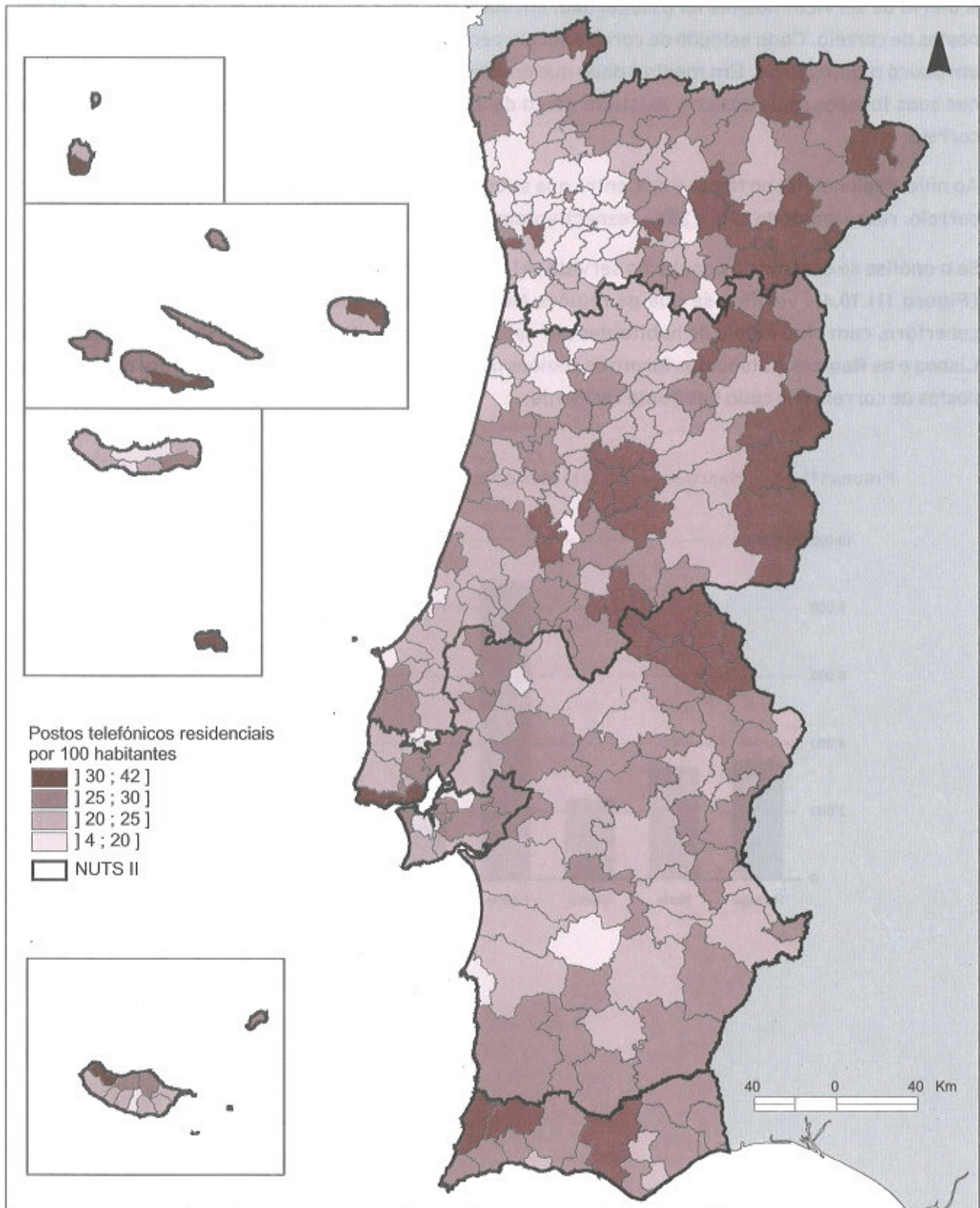
FIGURA III.10.2 - ACESSOS TELEFÓNICOS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Ao nível concelhio, foram analisados os postos telefónicos residenciais, neutralizando o efeito dimensional da população residente, e embora se tenha observado um padrão territorial homogéneo, verificou-se um maior domínio dos postos telefónicos residenciais por 100 habitantes nos concelhos do Interior Norte e centro do país e do Algarve, o que pode dever-se também em parte ao universo de análise se restringir à Portugal Telecom.

A Figura III.10.3 coloca, assim, em destaque alguns concelhos do Norte do país - Paredes, Trofa, Santa Maria da Feira e Lousada - por terem registado um número de postos telefónicos por 100 habitantes inferior a 12%, ou seja, a metade da média nacional (que se cifrou em 24%).

FIGURA III.10.3 - POSTOS TELEFÓNICOS RESIDENCIAIS POR 100 HABITANTES POR CONCELHO, 2004



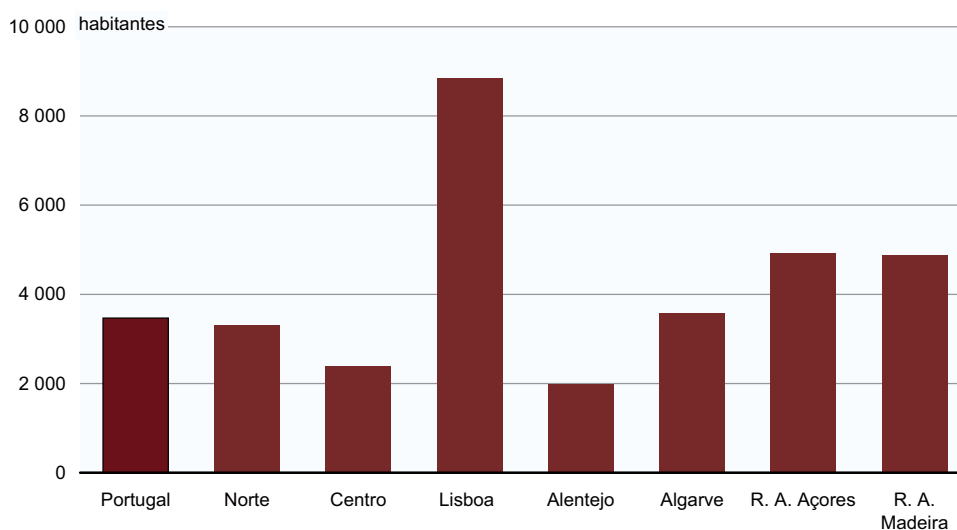
### LISBOA E REGIÕES AUTÓNOMAS COM MAIOR NÚMERO DE HABITANTES POR ESTAÇÃO E POSTO DE CORREIO

A oferta de serviços postais foi assegurada, em 2004, por mais de mil estações de correio e dois mil postos de correio. Cada estação de correio serviu cerca de 10,5 mil habitantes e cada posto de correio um pouco mais de 5 mil. Em média e dado que as estações e os postos de correio são complementares nas suas funções mais básicas, existiam cerca de 3,5 mil habitantes para cada estação ou posto de correio.

Ao nível regional, foi no Norte e no Centro que se concentrou o maior número de estações e postos de correio, representando 37% e 33%, respectivamente, das existentes no país.

Se a análise se centrar na população servida pelas estações e postos de correio em termos regionais [Figura III.10.4], verifica-se que as regiões Norte, Centro e Alentejo apresentaram uma maior cobertura, com uma média de habitantes por estações e postos de correio inferior à média nacional. Lisboa e as Regiões Autónomas foram as regiões que apresentaram um menor número de estações e postos de correio por cada habitante residente.

FIGURA III.10.4 - HABITANTES POR ESTAÇÕES E POSTOS DE CORREIO, PORTUGAL E NUTS II, 2004





## III.11 Turismo





### III.11. TURISMO

#### QUEBRA DA PROCURA TURÍSTICA CONCENTRADA NO ALGARVE E NA MADEIRA...

Em 2004, a procura turística traduziu-se em cerca de 34 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais<sup>53</sup>, mais 0,8% que em 2003. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões do país, com excepção do Algarve (-6%) e da Madeira (-2%). Nas restantes regiões, observou-se um acréscimo no número de dormidas que, nos Açores, atingiu 20%.

Os hóspedes nacionais foram responsáveis por um terço das dormidas enquanto os visitantes oriundos do Reino Unido, da Alemanha e de Espanha contribuíram com quotas de 21%, 11% e 7%, respectivamente, para o total de dormidas. Assim, as quatro nacionalidades referidas perfaziam 71% do total de dormidas. Ao nível regional e ainda no respeitante às dormidas, apenas no Algarve e na Madeira, o principal mercado não era constituído por nacionais mas sim por hóspedes provenientes do Reino Unido [Quadro III.11.i].

QUADRO III.11.i - DORMIDAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2004

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
<b>Portugal</b>	PT	33	UK	21	DE	11	ES	7	71
<b>Norte</b>	PT	60	ES	11	FR	4	UK	4	79
<b>Centro</b>	PT	66	ES	9	FR	5	IT	4	83
<b>Lisboa</b>	PT	28	ES	15	UK	8	DE	7	58
<b>Alentejo</b>	PT	74	ES	6	DE	3	UK	2	86
<b>Algarve</b>	UK	35	PT	24	DE	13	NL	8	80
<b>R. A. Açores</b>	PT	51	DE	7	US	3	FR	2	62
<b>R. A. Madeira</b>	UK	29	DE	23	PT	15	FR	4	71

**Legenda:** PT - Portugal  
 DE - Alemanha  
 ES - Espanha  
 US - Estados Unidos da América  
 FR - França  
 IT - Itália  
 NL - Países Baixos  
 UK - Reino Unido

A estrutura de mercados, em termos de dormidas, quer ao nível nacional, quer ao nível regional, revelou alguma estabilidade face ao ano de 2003. Refira-se, ainda, que apenas no Norte, no Centro e nos Açores se registou, em 2004, uma menor dependência face aos 4 principais mercados que a observada em 2003, indiciando uma maior abertura a outros mercados.

#### ...EM RESULTADO DA MENOR PROCURA TURÍSTICA ESTRANGEIRA

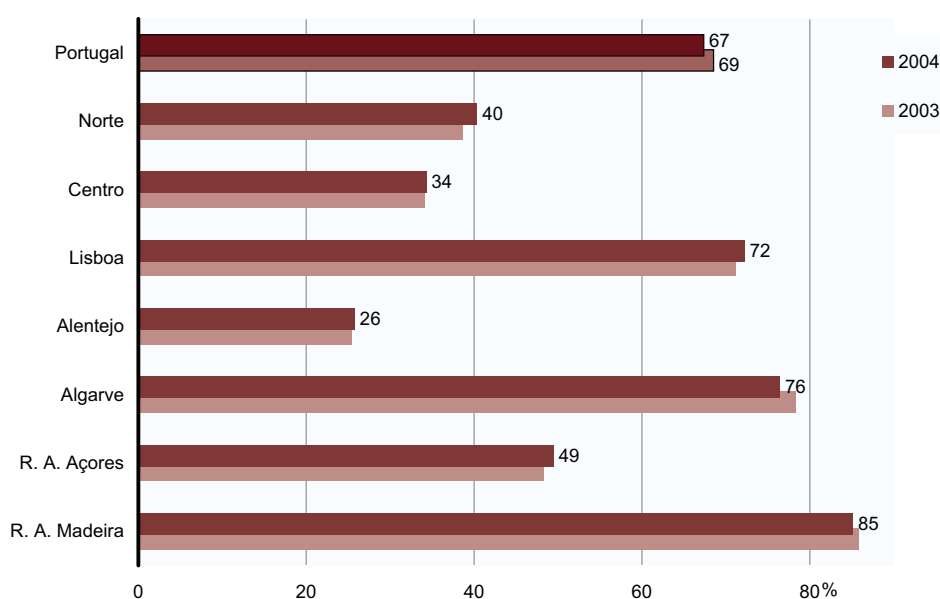
Em 2004, as dormidas de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros nacionais ascenderam a 23 milhões, na sequência de ligeiro decréscimo face a 2003, traduzindo mais de dois

<sup>53</sup> Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo e incluem hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.

terços da procura total. Para a evolução observada ao nível nacional da procura estrangeira, contribuíram exclusivamente as regiões do Algarve e da Madeira, já que nas restantes regiões se registou um aumento. Em particular, nos Açores, o acréscimo anual ascendeu a 19%.

Ainda assim, foi na Madeira e no Algarve que se registaram as proporções mais expressivas de procura estrangeira: 85% e 76% do total de dormidas. Na região de Lisboa, aquela proporção ficava ainda acima da média nacional. Nas restantes regiões, as dormidas de hóspedes estrangeiros representaram menos de metade do total, com destaque para o Alentejo, onde aquela proporção se ficou pelos 26% [Figura III.11.1].

FIGURA III.11.1 - PROPORÇÃO DE DORMIDAS DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



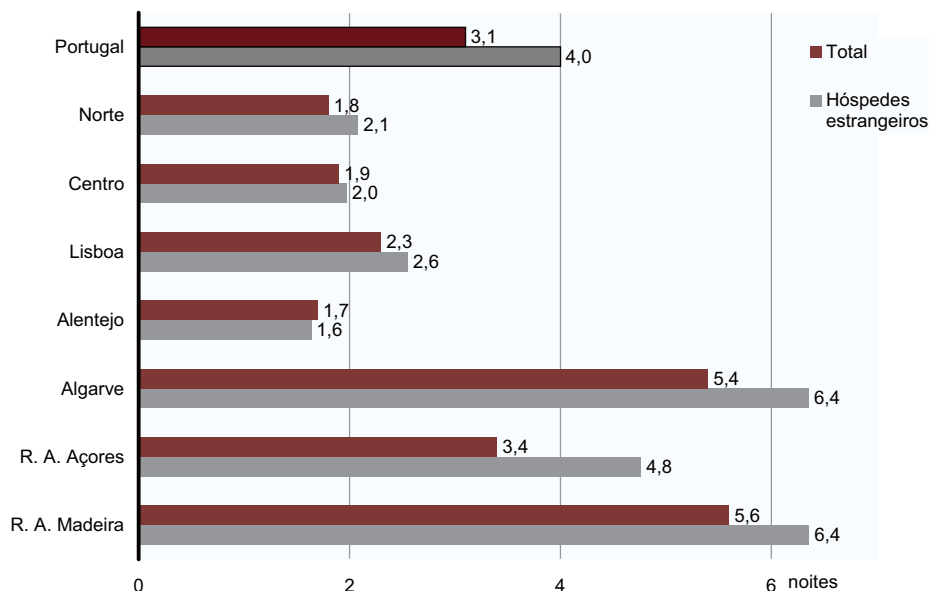
A importância da procura turística estrangeira na Madeira é reforçada pela análise concelhia. Com efeito, os concelhos de Santa Cruz, Santana, Ribeira Brava, Machico e Funchal são os únicos do país a registar uma proporção de hóspedes estrangeiros superior a 75%. Aquela proporção era ainda significativa nos concelhos madeirenses de Câmara de Lobos, Calheta e São Vicente mas também em Lagoa (nos Açores), em Cascais e Lisboa (na região de Lisboa), Ourém (na região Centro e onde se situa o Santuário de Fátima) e Albufeira, Lagos, Lagoa, Portimão, Monchique, Vila do Bispo, Silves e Loulé (no Algarve). Em qualquer um dos casos referidos, a proporção ultrapassava 60%.

#### TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS HÓSPEDES DIMINUI APENAS NO ALGARVE

A estada média registou, ao nível nacional, uma redução de 3,3 noites por hóspede, em 2003, para 3,1 noites, em 2004. Para esta evolução, contribuíram as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, já que nas restantes regiões se observou um acréscimo na estada média. Na sequência desta evolução, a estada média na Madeira (5,6 noites) superou a estada média no Algarve (5,4 noites), contrariando o observado em 2003. Além destas regiões, a média nacional era apenas superada os Açores (3,4 noites).

Em média, os hóspedes estrangeiros permaneciam mais tempo alojados (4,0 noites) que os hóspedes de nacionalidade portuguesa. Também neste caso, o tempo médio de permanência era superior nas regiões do Algarve (6,4 noites), da Madeira (6,4) e dos Açores (4,8) [Figura III.11.2].

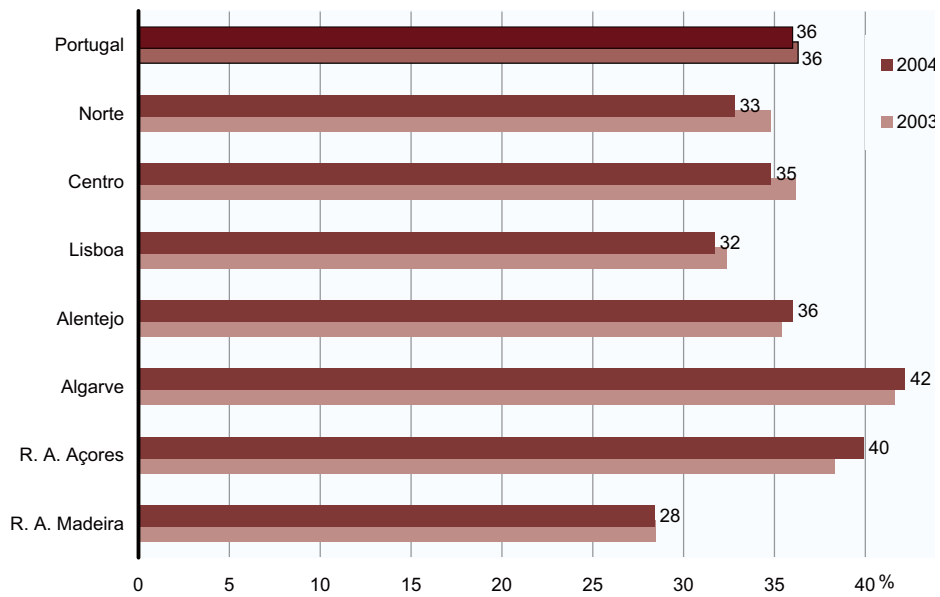
FIGURA III.11.2 - ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



### CARÁCTER SAZONAL DA PROCURA TURÍSTICA MAIS INTENSO NO ALGARVE E MENOS INTENSO NA MADEIRA

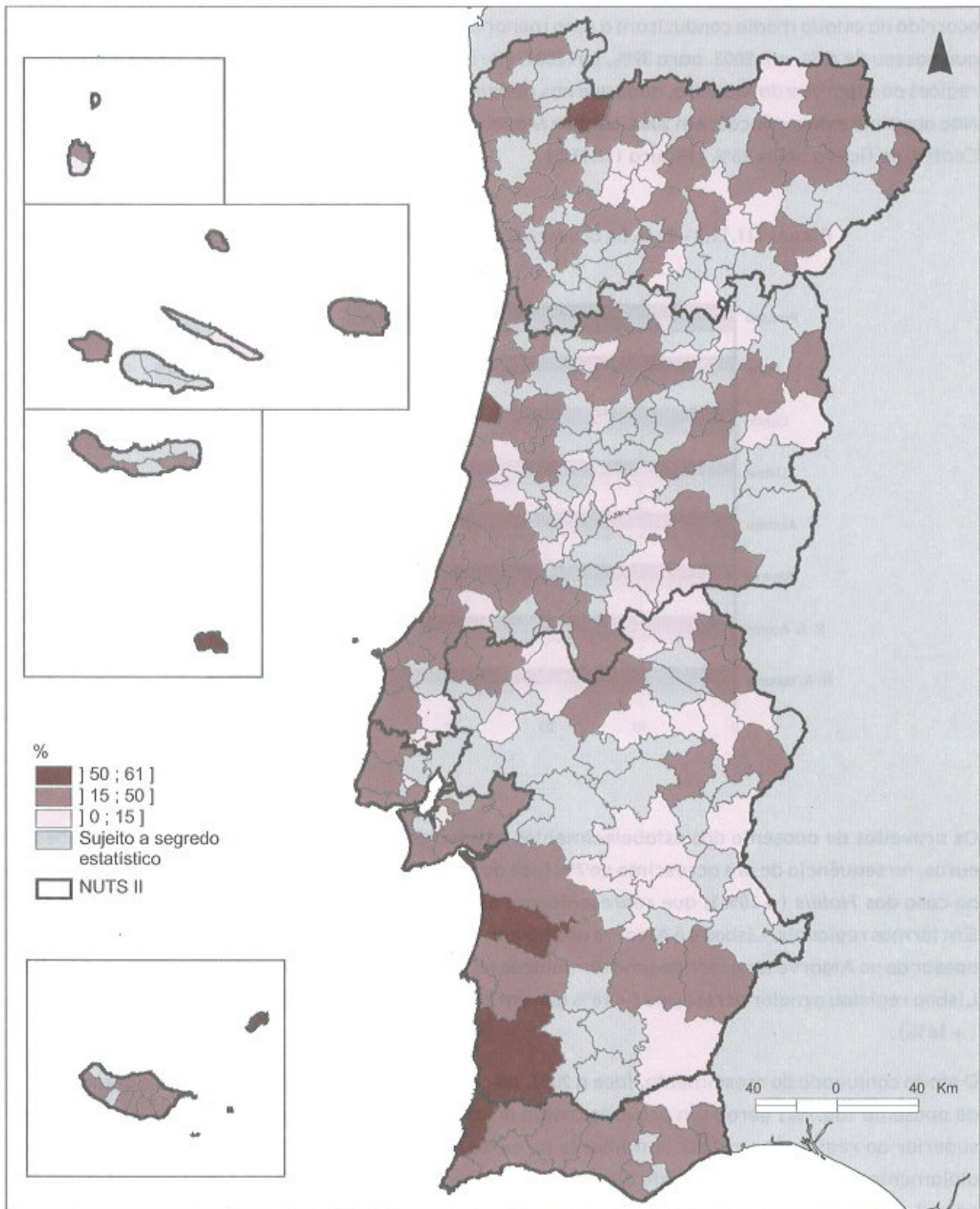
A sazonalidade da actividade turística é evidenciada pelo facto de 36% das dormidas corresponderem aos meses de Julho a Setembro, apesar de se ter observado um ligeiro decréscimo naquela proporção face a 2003. A concentração da procura turística naqueles meses era particularmente evidente no Algarve (42% do total). Na Madeira, a concentração das dormidas naquele período era menor (28% do total), sugerindo uma actividade turística mais difusa ao longo do ano [Figura III.11.3].

FIGURA III.11.3 - PROPORÇÃO DE DORMIDAS ENTRE JULHO E SETEMBRO, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Em 2004, a concentração da procura turística nos meses de Julho a Setembro era particularmente significativa nos concelhos de Aljezur, Grândola, Odemira, Vila do Porto, Mira, Porto Santo e Terras de Bouro (onde se situa o Parque Nacional da Peneda-Gerês), onde superava metade da procura anual [Figura III.11.4].

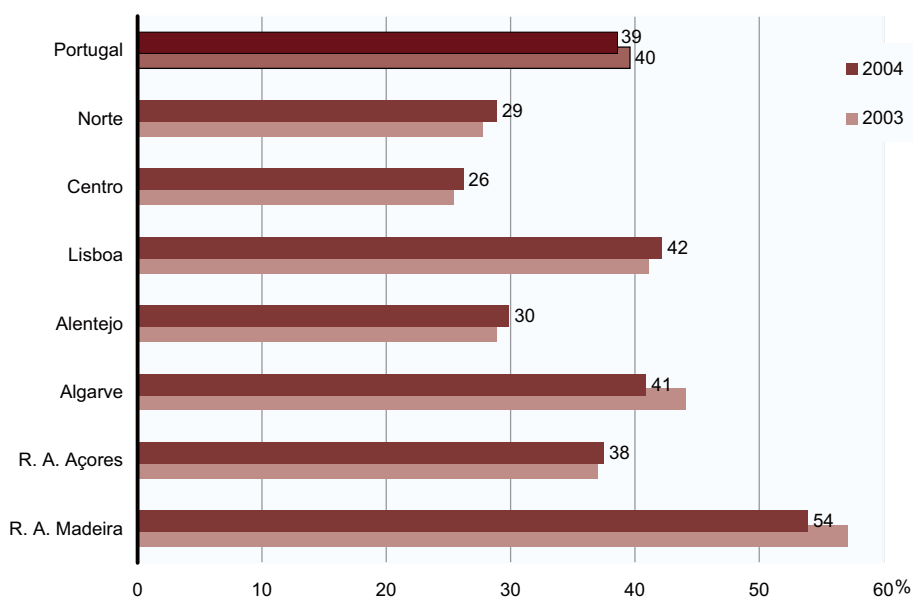
FIGURA III.11.4 - PROPORÇÃO DE DORMIDAS ENTRE JULHO E SETEMBRO, POR CONCELHO, 2004



### REDUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO E DOS PROVEITOS MÉDIOS DE APOSENTO NO ALGARVE E NA MADEIRA

Apesar do aumento do número de hóspedes, o acréscimo do número de camas existentes e a quebra ocorrida na estada média conduziram a uma menor taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros que passou de 40%, em 2003, para 39%, em 2004. Para esta redução, contribuíram exclusivamente as regiões do Algarve e da Madeira, dado que nas restantes se observou um aumento da taxa de ocupação. Não obstante esta evolução, em 2004, cabia à Madeira a taxa de ocupação mais elevada (54%) que, no Centro, se ficava pelos 26% [Figura III.11.5].

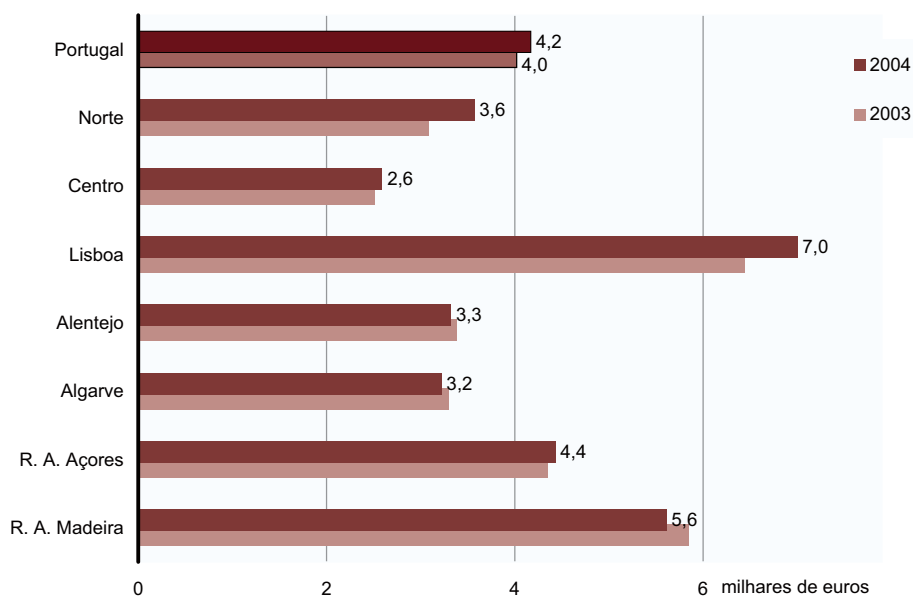
FIGURA III.11.5 - TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Os proveitos de aposento dos estabelecimentos hoteleiros ultrapassaram, em 2004, mil milhões de euros, na sequência de um acréscimo de 7% face ao ano anterior. Este acréscimo foi mais expressivo no caso dos *Hotéis* (+ 10%), que representaram 65% do total arrecadado, e das *Pensões* (+ 8,5%). Em termos regionais, Lisboa e o Algarve absorviam 31% e 30%, respectivamente, do total de proveitos, apesar de no Algarve ter ocorrido uma diminuição face a 2003, à semelhança do observado no Alentejo. Lisboa registou o maior acréscimo (+ 18% que em 2003); seguiram-se-lhe o Norte (+ 17%) e os Açores (+ 16%).

O efeito conjugado do crescimento, face a 2003, da capacidade de alojamento (de 3%) e dos proveitos de aposento (de 7%) gerou um proveito médio de aposento de 4,2 milhares de euros, naturalmente superior ao registado em 2003 (4 milhares de euros). Os proveitos de aposento por capacidade de alojamento eram particularmente elevados em Lisboa e na Madeira (7 e 5,6 milhares de euros por cama). Contudo se, em Lisboa, se verificou uma evolução favorável face a 2003, na Madeira (à semelhança do ocorrido no Algarve e no Alentejo) registou-se uma diminuição [Figura III.11.6].

FIGURA III.11.6 - PROVEITOS DE APOSENTO POR CAPACIDADE DE ALOJAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



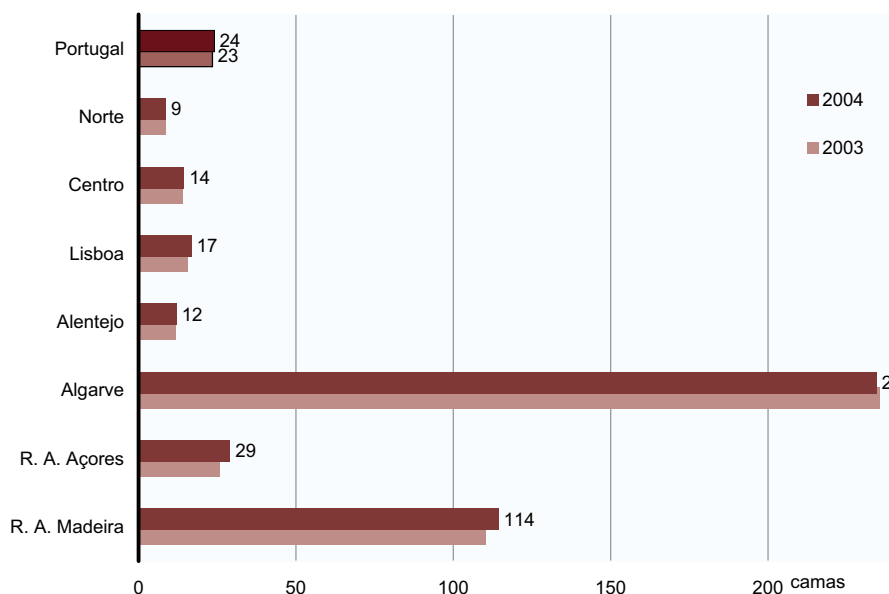
### OFERTA TURÍSTICA MAIS DIVERSIFICADA NO ALGARVE

Em 31 de Julho de 2004, foram recenseados em Portugal 1 954 estabelecimentos hoteleiros, localizados sobretudo nas regiões Norte (22%), Algarve (22%) e Centro (20%). A capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros correspondia a 254 mil camas<sup>54</sup>, 38% das quais concentradas no Algarve; seguia-se Lisboa, com 18% da capacidade de alojamento do país. Face a igual período do ano anterior, registou-se um aumento de 3% no número de camas existentes, tendo-se este acréscimo alargado a todas as regiões do país mas de forma mais expressiva aos Açores (+ 14%) e a Lisboa (+ 9%). O Algarve caracterizava-se, ainda, pelo facto de 70% do total de estabelecimentos hoteleiros existentes serem de outro tipo que não hotéis ou pensões, sugerindo uma oferta turística mais diversificada.

A relativização da capacidade de alojamento pela dimensão populacional reforça a importância do Algarve (234 camas por 1 000 habitantes). Além do Algarve, apenas nas regiões autónomas, o valor ultrapassava a média nacional (24) e, ainda assim, de forma distinta: 114 camas por 1 000 habitantes, na Madeira, e 29, nos Açores [Figura III.11.7].

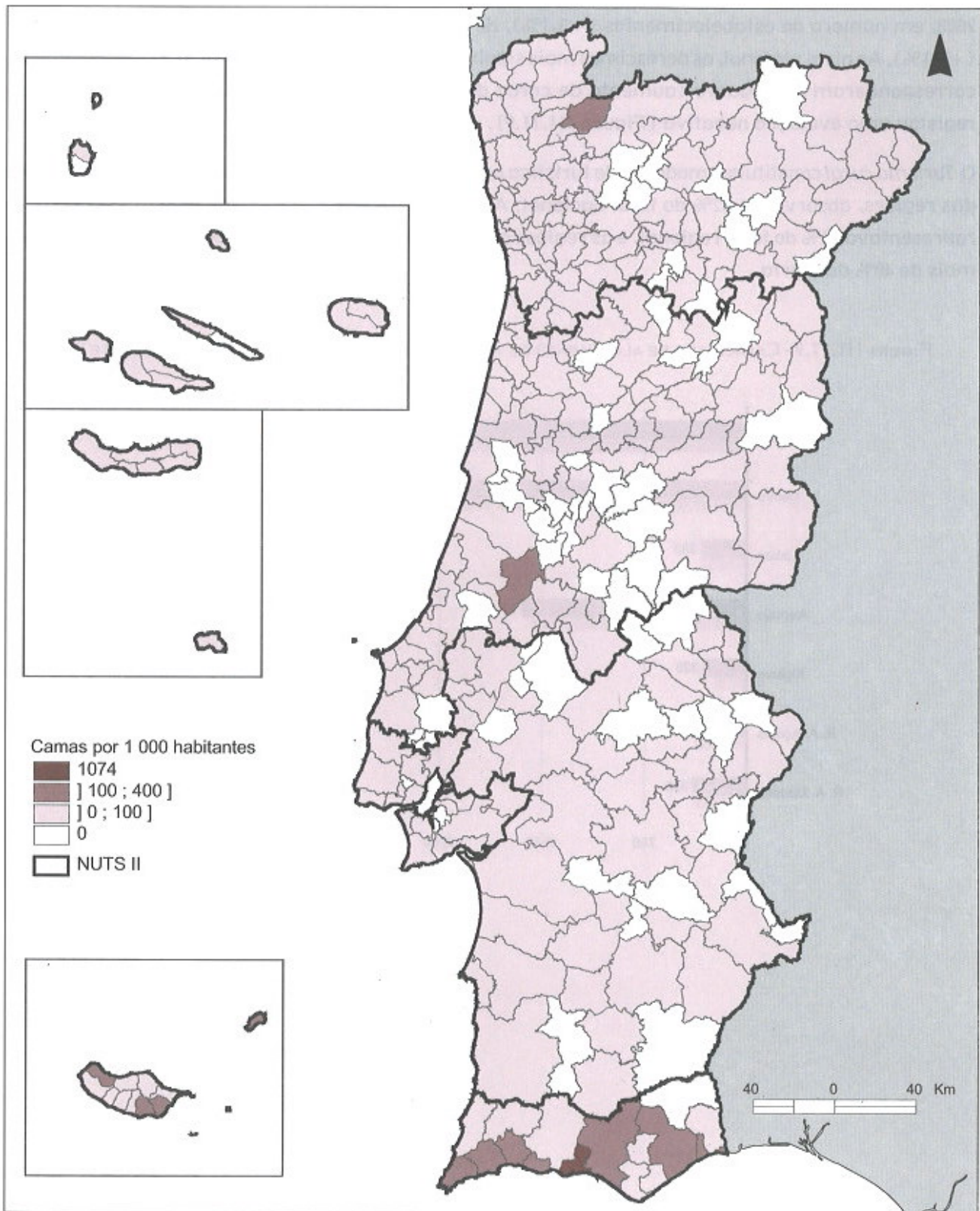
<sup>3</sup> Contabilizam-se como duas as camas de casal.

FIGURA III.11.7 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR 1 000 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



A análise ao nível concelhio confirma que, em 2004, a oferta turística relativizada pela dimensão populacional era mais significativa nos concelhos algarvios (sobretudo em Albufeira, onde atingia a expressão máxima, Portimão, Lagoa, Vila Real de Santo António, Tavira e Lagos) mas também na Madeira (em particular, em Porto Santo, Funchal, Porto Moniz e Santa Cruz). Ainda com mais de 100 camas por 1 000 habitantes, encontravam-se os concelhos de Terras de Bouro, o que pode ser explicado pela presença do Parque Nacional da Peneda-Gerês, e de Ourém, onde se localiza o Santuário de Fátima [Figura III.11.8].

FIGURA III.11.8 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2004

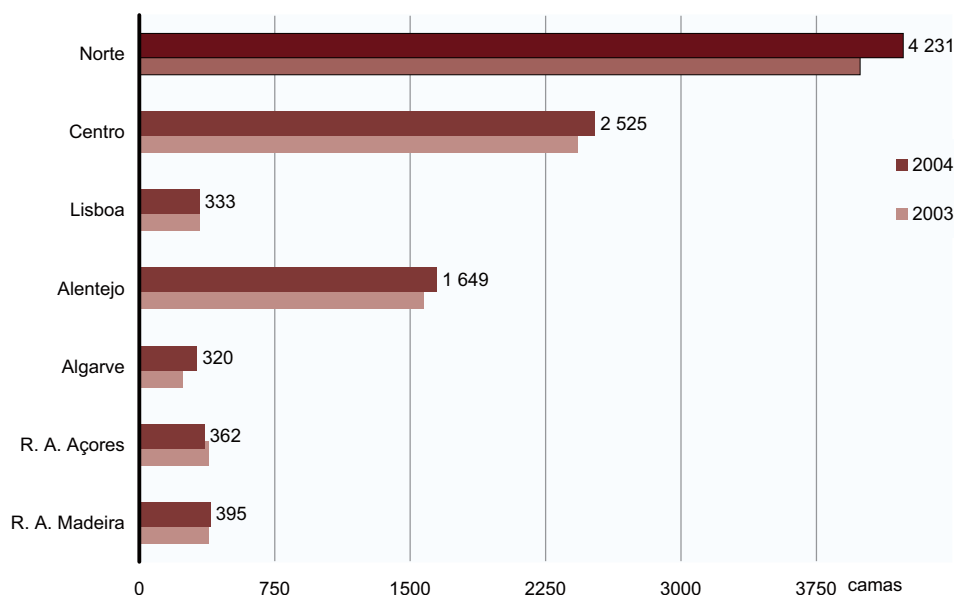


### MAIOR EXPANSÃO DA OFERTA TURÍSTICA EM ESPAÇO RURAL NO ALGARVE

No final de 2004, a disponibilidade de alojamento turístico em espaço rural<sup>55</sup> tinha aumentado, face a 2003, em número de estabelecimentos (+ 3,1%), de quartos (+ 5%) e de capacidade de alojamento (+ 5,1%). Ao nível regional, os acréscimos mais significativos observados na capacidade de alojamento corresponderam ao Algarve (aumento de cerca de um terço face a 2003). Apenas nos Açores se registou uma evolução negativa [Figura III.11.9].

O *Turismo rural* constituía a modalidade turística no espaço rural mais representativa na generalidade das regiões, absorvendo 42% do total nacional. As excepções eram o Alentejo, onde o *Agroturismo* representava 36% do total regional, e as regiões autónomas, onde as *Casas de campo* representavam mais de 40% da oferta.

FIGURA III.11.9 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TURISMO NO ESPAÇO RURAL, POR NUTS II, 2003 E 2004



<sup>3</sup> Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo e incluem as modalidades: turismo rural, turismo de habitação, agroturismo, casas de campo e turismo de aldeia.



## III.12 Sector Monetário e Financeiro





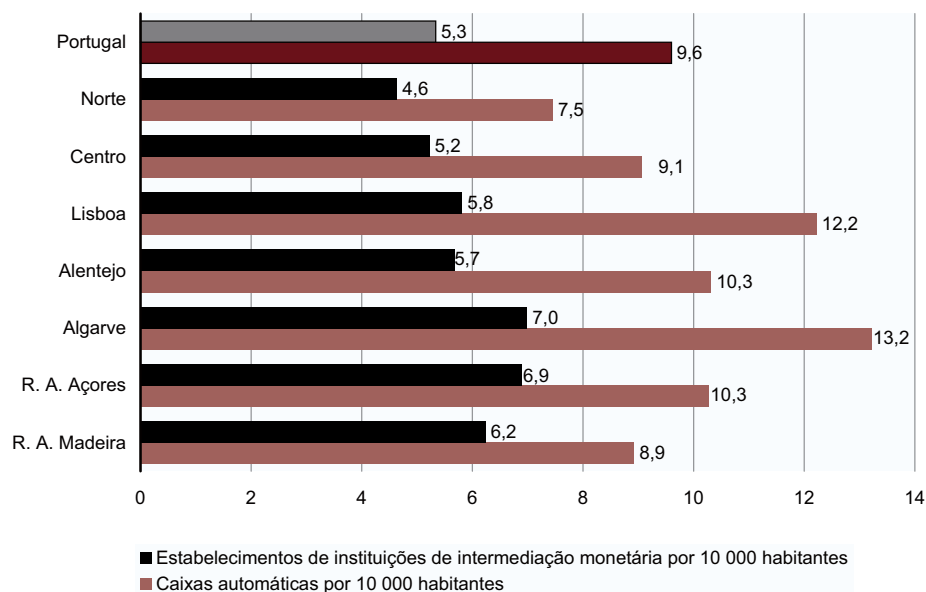
### III.12. SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO

#### ALGARVE COM MELHOR DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS BANCÁRIOS E NORTE MENOS BEM EQUIPADO

Em Portugal, no ano de 2003, existiam perto de 5 mil estabelecimentos de instituições de intermediação monetária, maioritariamente localizados nas regiões Norte (32%) e de Lisboa (31%). Contudo, a relativização pela dimensão populacional sugere que o Algarve e as regiões autónomas eram as regiões melhor dotadas com mais de 6 estabelecimentos por 10 mil habitantes. Pelo contrário, na Região Norte, o indicador ficava-se pelos 4,6 estabelecimentos, sendo a única, a par da Região Centro, a ficar abaixo da média nacional (5,3 estabelecimentos por 10 mil habitantes).

No final de 2004, estavam instaladas em Portugal cerca de 10 mil caixas automáticas, o que se traduzia em cerca de uma caixa por mil habitantes. Também nesta perspectiva, o Algarve era a região mais bem dotada (13 caixas automáticas por 10 mil habitantes) e o Norte a menos bem equipada (7,5) [Figura III.12.1].

FIGURA III.12.1 - ESTABELECIMENTOS DE INSTITUIÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO MONETÁRIA, EM 2003 E CAIXAS AUTOMÁTICAS POR 10 000 HABITANTES, EM 2004, PORTUGAL E NUTS II



#### MAIOR DINAMISMO NO ALGARVE QUER NA CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS QUER NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

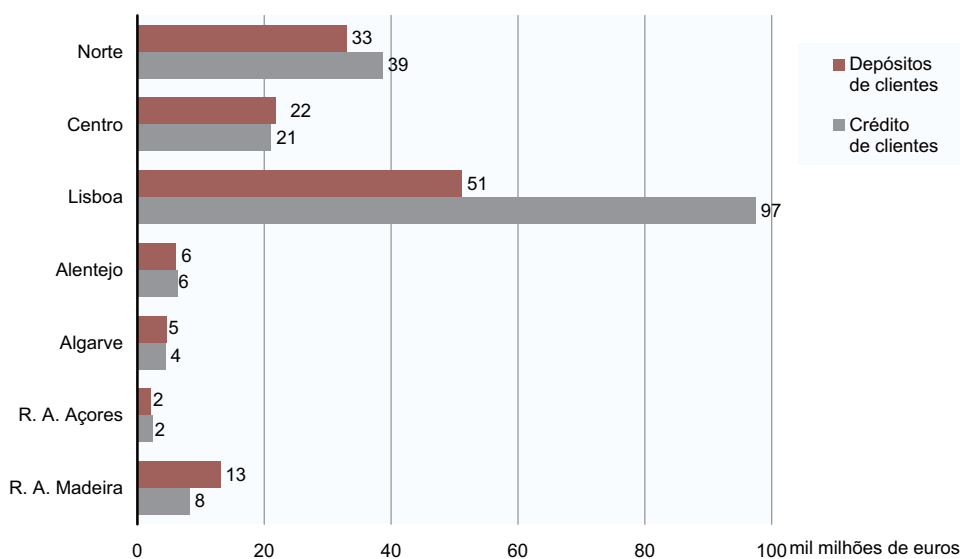
No final de 2003, em Portugal, o saldo de depósitos de clientes nos estabelecimentos de instituições de intermediação monetária<sup>56</sup> ascendia a 132 mil milhões de euros, na sequência de um acréscimo, face a 2002, de 2%. Esta evolução positiva alargou-se a todas as regiões do país, tendo sido particularmente significativa no Algarve (cerca de 4%). Por seu turno, o saldo de crédito concedido a clientes ascendeu a 179 mil milhões de euros, em resultado de um crescimento que ficou aquém dos 2%. Neste caso, os

<sup>56</sup> Inclui bancos (com excepção do Banco de Portugal), caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

desempenhos regionais foram mais heterogéneos: aos crescimentos significativos observados no Algarve (+ 13%) e nos Açores (+ 10%), opuseram-se as reduções registadas na Madeira (-3%) e em Lisboa (-1%).

Contrariando o observado para o conjunto do país, no Centro, no Algarve e na Madeira, os depósitos de clientes superavam o crédito concedido [Figura III.12.2]. Importa sublinhar a inversão ocorrida no Alentejo onde, em 2002, os depósitos superavam o saldo de crédito concedido a clientes.

FIGURA III.12.2 - SALDOS DE DEPÓSITOS E CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES, POR NUTS II, 2003



### DEPÓSITOS DE EMIGRANTES PERDEM EXPRESSÃO FACE A 2002 EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

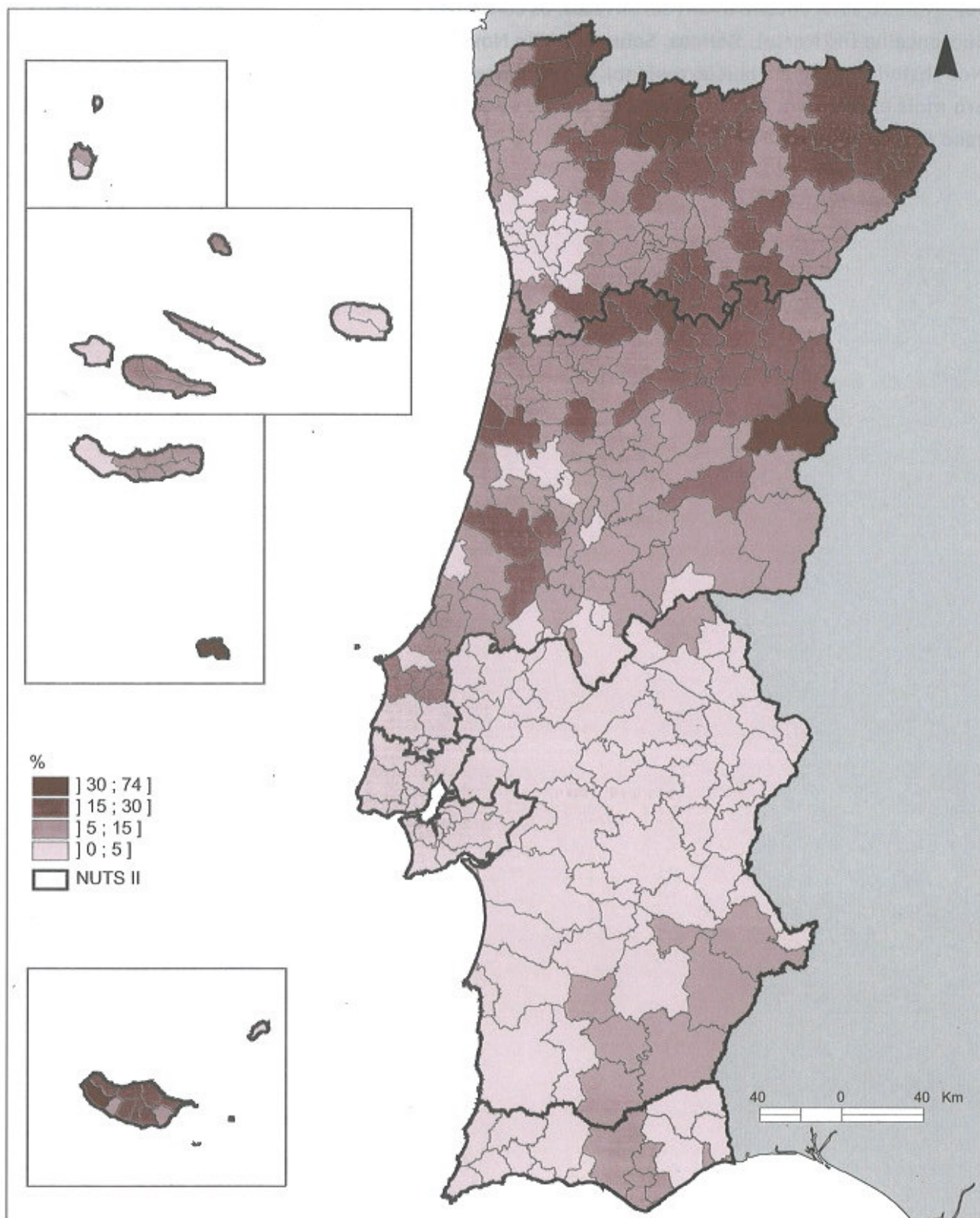
No final de 2003, os depósitos de emigrantes em estabelecimentos de intermediação monetária alcançavam 8,6 mil milhões de euros, traduzindo uma redução de 11% face a 2002. Este decréscimo foi extensível a todas as regiões do país, tendo sido mais expressivo nas regiões de Lisboa (-19%) e da Madeira (-16%), as únicas a registar um decréscimo superior à média nacional. A distribuição regional dos depósitos de emigrantes não apresentou alterações assinaláveis face ao ano anterior, com os estabelecimentos localizados nas regiões do Norte, do Centro e da Madeira a absorverem 84% deste tipo de depósitos.

Os depósitos de emigrantes representavam, em 2003, 6,5% do total de depósitos, traduzindo uma redução de um ponto percentual face ao ano anterior. A redução ocorrida na taxa de depósitos de emigrantes alargou-se a todas as regiões do país, com maior incidência na Madeira onde, apesar da evolução ocorrida, aquela taxa continuou a ser a mais elevada do país (19% do total de depósitos). À região de Lisboa coube a menor taxa de depósitos de emigrantes (1%), à semelhança do ocorrido em 2002.

A análise concelhia sugere uma maior importância deste tipo de depósitos no território continental a

Norte do Tejo (com excepção do Grande Porto e concelhos envolventes, de Coimbra e respectiva zona envolvente, do Oeste e do Médio Tejo) e na Madeira. Assim, com taxas de depósitos de emigrantes superiores a 30%, encontravam-se, em 2003, os concelhos Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre e Sernancelhe (no Norte), Boticas, Sabugal e Vila Nova de Paiva (no Centro), e Calheta, na Madeira. Não obstante esta distribuição regional, era no concelho de Vila do Porto, nos Açores, que aquela taxa era mais expressiva, atingindo 74% do total de depósitos, possivelmente associada ao estatuto de zona franca [Figura III.12.3].

FIGURA III.12.3 - TAXA DE DEPÓSITOS DE EMIGRANTES, POR CONCELHO, 2003



### CONTRACÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DO CRÉDITO À HABITAÇÃO EM LISBOA

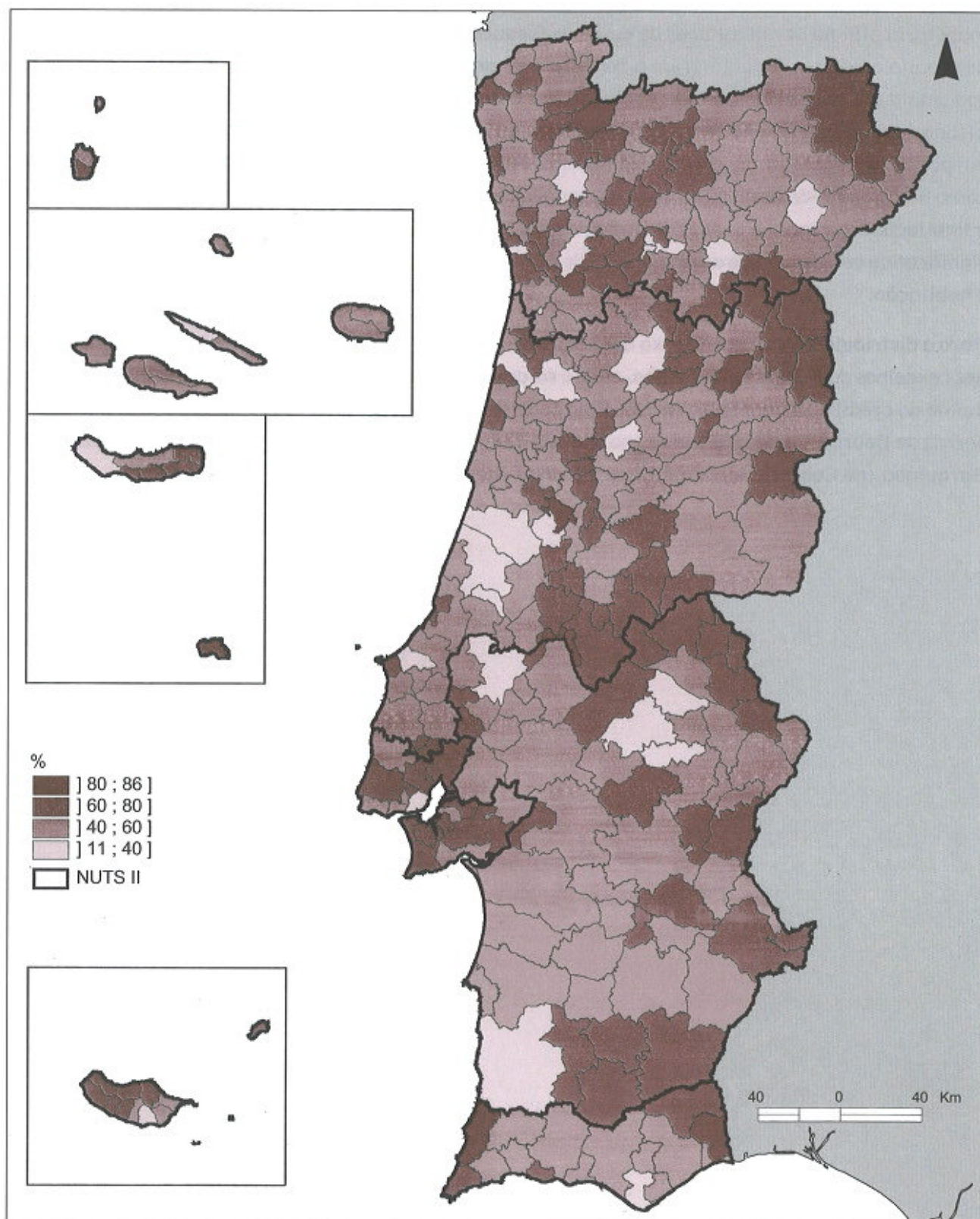
No final de 2003, o saldo de crédito à habitação<sup>57</sup> concedido por estabelecimentos de intermediação monetária atingia 64 mil milhões de euros, na sequência de um ligeiro acréscimo face a 2002. A taxa de crédito à habitação foi inferior à registada no ano anterior (36% contra 37% do total de crédito concedido a clientes). Para esta evolução, foi determinante a redução ocorrida naquela taxa em Lisboa (que passou de 35%, em 2002, para 29%, em 2003), dado que nas restantes regiões se verificou um acréscimo da importância do crédito à habitação face ao total de crédito concedido a clientes. Tal como havia ocorrido em 2002, apenas as regiões de Lisboa e da Madeira registaram taxas de crédito à habitação inferiores à observada ao nível nacional (29% e 15%, respectivamente), tendo a mais significativa correspondido ao Alentejo, onde mais de metade do crédito concedido a clientes se destinou a habitação.

Para a distribuição regional da taxa de crédito à habitação, foi determinante o desempenho registado nos concelhos do Funchal e de Lisboa, onde o saldo de crédito à habitação correspondia a menos de um quinto do crédito concedido a clientes. Pelo contrário, aquela taxa superava os 80% nos concelhos de Terras de Bouro e Castelo de Paiva (no Norte), Celorico da Beira, Penela, Constância e Vila Nova da Barquinha (no Centro), Aljezur e Castro Marim (no Algarve) [Figura III.12.4].

---

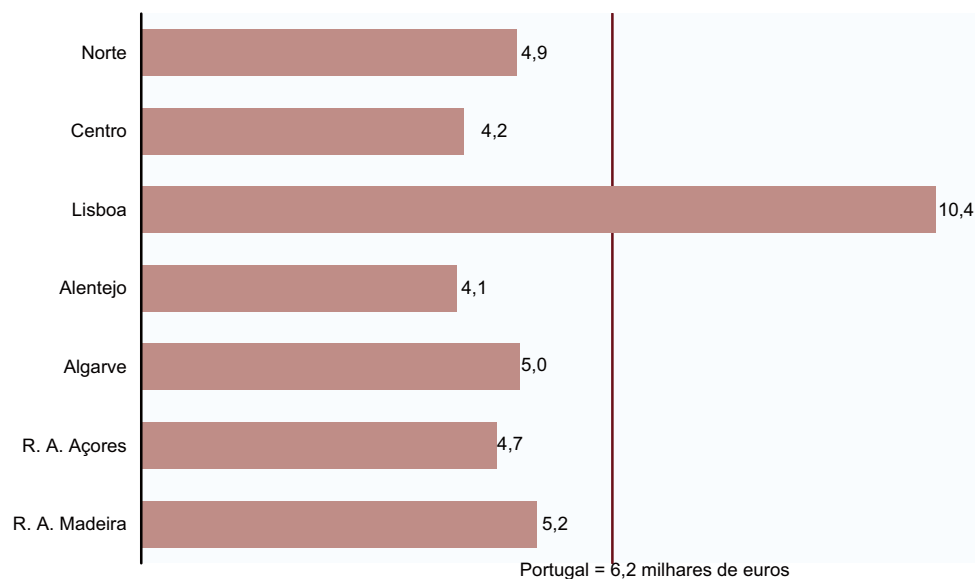
<sup>57</sup> No subcapítulo III.8 - Construção e Habitação, analisa-se o crédito hipotecário concedido por contratos de mútuo com hipoteca voluntária na perspectiva do domicílio quer da entidade credora, quer da entidade devedora. Neste capítulo, analisa-se o crédito à habitação concedido a clientes na perspectiva do local do estabelecimento de intermediação monetária credor.

FIGURA III.12.4 - TAXA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO, POR CONCELHO, 2003



Em 2003, o valor médio do saldo de crédito à habitação por habitante cifrava-se em 6 mil euros, tendo apresentado uma redução ligeira face ao ano anterior. Lisboa, apesar do decréscimo anual, continuava a ser a única região do país a superar a média nacional. No outro extremo, situavam-se o Centro e o Alentejo, onde aquele valor rondava os 4 mil euros enquanto, nas restantes regiões, era de cerca de 5 mil euros [Figura III.12.5].

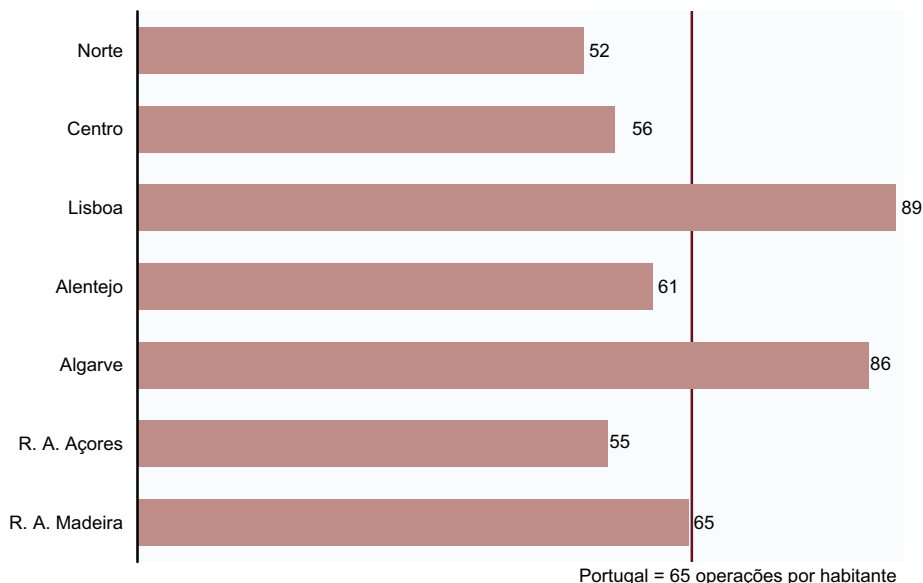
FIGURA III.12.5 - SALDO DE CRÉDITO À HABITAÇÃO POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2003



### MAIOR MOVIMENTO NAS CAIXAS E TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO NO ALGARVE

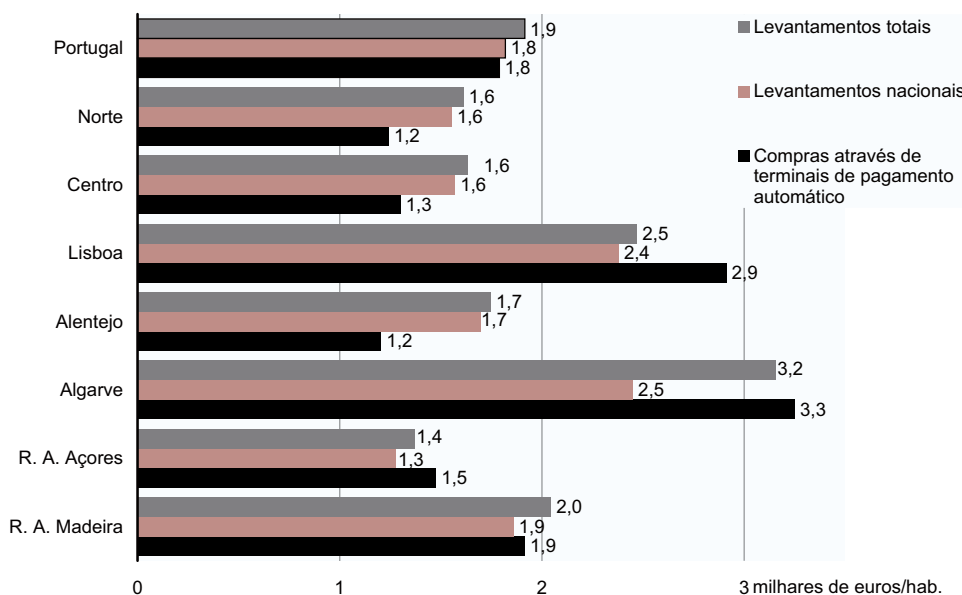
Em Portugal, durante o ano de 2004, cada habitante realizou, em média, 65 operações em caixas automáticas, tendo Lisboa e o Norte ocupado as posições extremas, com 89 e 52 operações por habitante, respectivamente [Figura III.12.6].

FIGURA III.12.6 - OPERAÇÕES EM CAIXAS AUTOMÁTICAS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



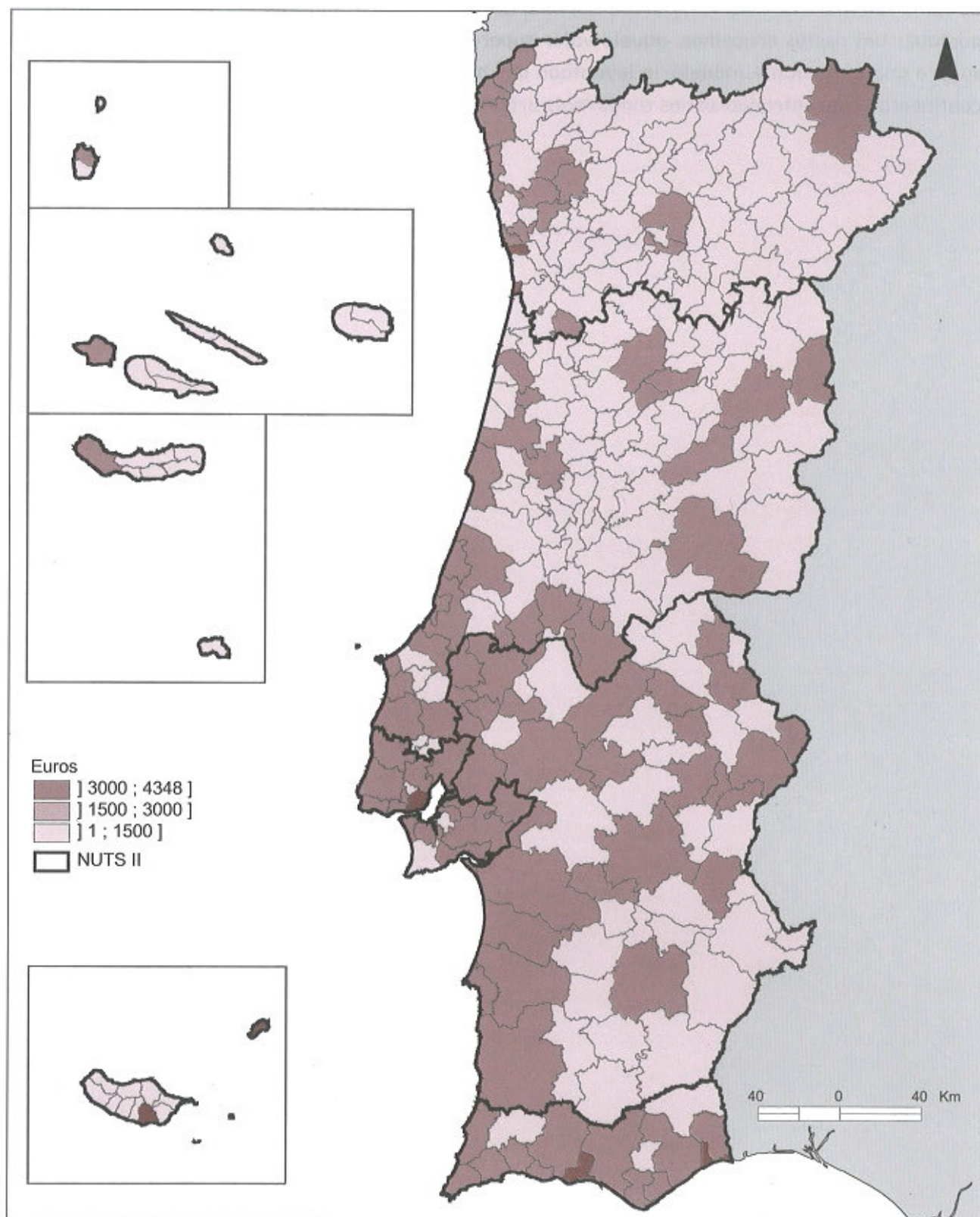
Os levantamentos em caixas automáticas por habitante ascenderam, em 2004, a 1,9 milhares de euros; deste montante, apenas 5% correspondeu a levantamentos internacionais. Por seu turno, as compras através de terminais de pagamento automático por habitante cifraram-se em 1,8 milhares de euros. Em ambos os indicadores, o Algarve revelou particular dinamismo, facto a que não será alheia a actividade turística na região. Com efeito, se esta região se destaca em termos de levantamentos nacionais (2,5 milhares de euros por habitante), o domínio é ainda mais expressivo quando se consideram também os levantamentos internacionais (no total, 3,2 milhares de euros por habitante), isolando-se da segunda região mais dinâmica: Lisboa [Figura III.12.7].

FIGURA III.12.7 - LEVANTAMENTOS EM CAIXAS AUTOMÁTICAS E COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Em termos concelhios, os levantamentos nacionais em caixas automáticas por habitante foram, em 2004, particularmente elevados nos concelhos de Lisboa (na Região de Lisboa), Albufeira e Vila Real de Santo António (no Algarve), Porto e Espinho (no Norte), Porto Santo e Funchal (na Madeira); em qualquer um destes concelhos, aquele valor superou os 3 mil euros. Com efeito, a Figura III.12.8 sugere que o montante monetário levantado por habitante tende a ser mais relevante no Litoral continental, concentrando-se nas zonas mais urbanizadas ou de maior atracção turística.

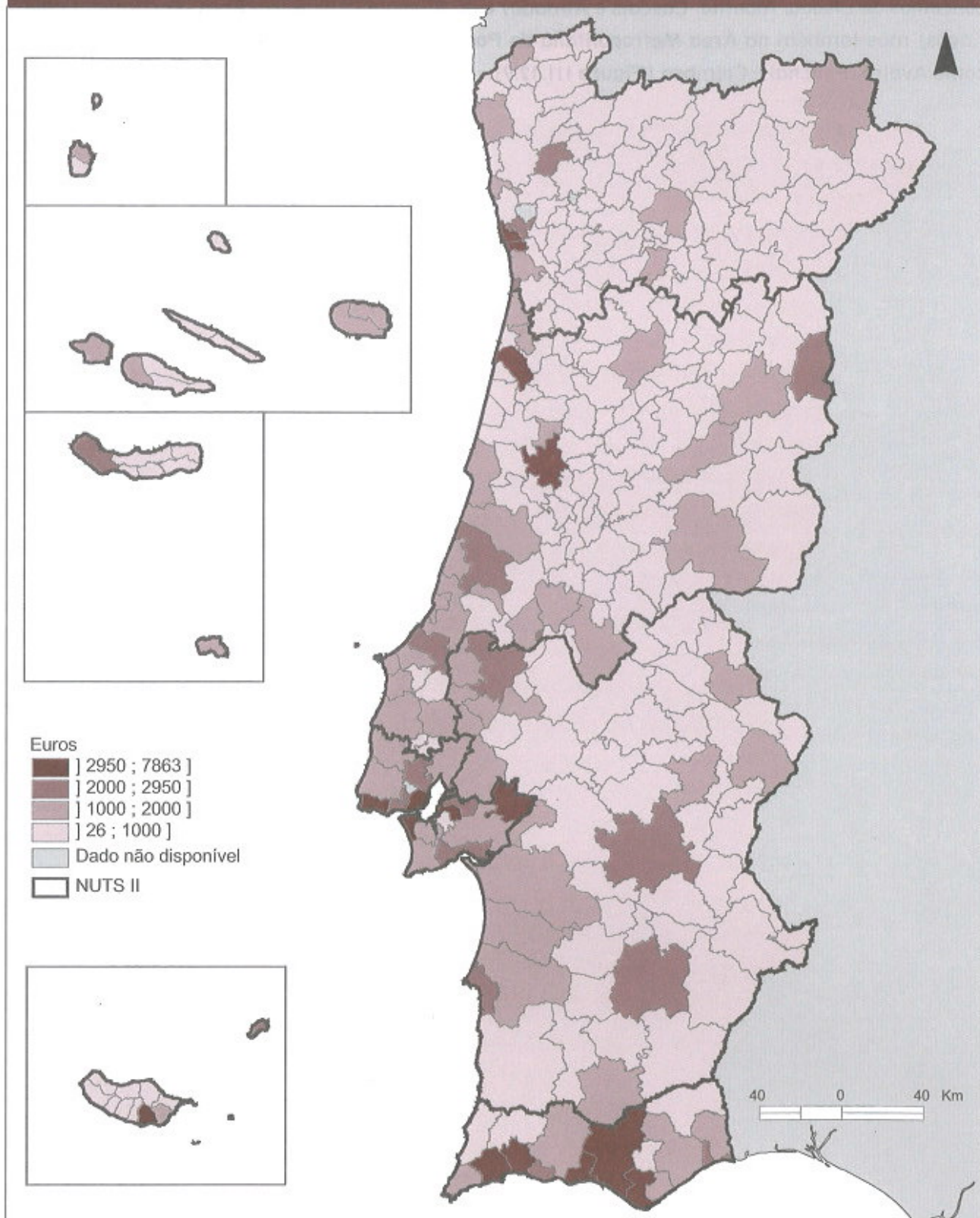
FIGURA III.12.8 - LEVANTAMENTOS NACIONAIS EM CAIXAS AUTOMÁTICAS POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2004

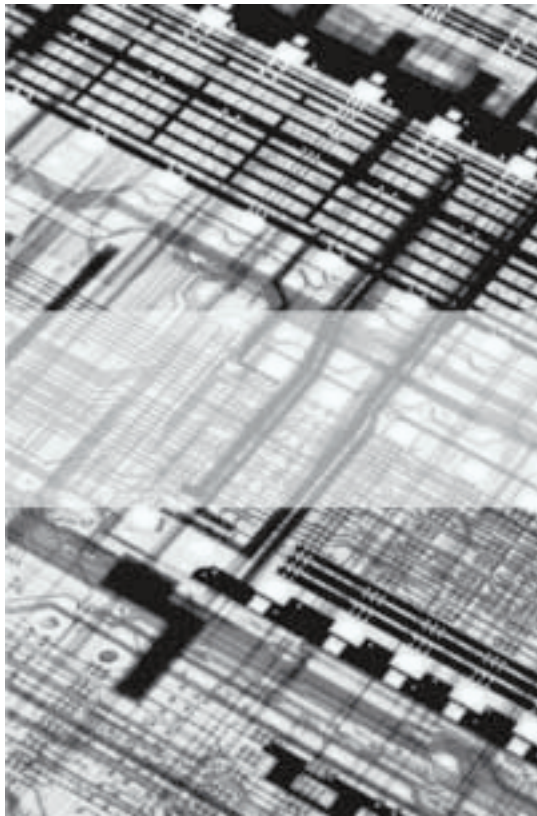


Por seu turno, no respeitante às compras através de terminais de pagamento automático por habitante, o padrão concelhio revela uma maior relevância nas regiões de Lisboa (em particular, nos concelhos de Lisboa, Montijo, Cascais e Almada) e do Algarve (Albufeira, Faro, Portimão, Loulé e Lagos) mas também na Área Metropolitana do Porto (Porto e Matosinhos) e em cidades médias como Aveiro, Funchal e Coimbra [Figura III.12.9].

FIGURA III.12.9 - COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO POR HABITANTE, POR CONCELHO,

2004





### III.13 Ciência e Tecnologia





### III.13. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### APENAS NA REGIÃO DE LISBOA AS DESPESAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REPRESENTAM MAIS DE 1% DO PIB

Em Portugal, as despesas em actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) têm vindo a diminuir desde 2001 (ano em que atingiram o valor máximo: 1 038 milhões de euros), representando em 2003 cerca de 0,8% do PIB. Na União Europeia e para o mesmo período este indicador atingia 2% para o universo dos 15 Estados Membros mais antigos e 1,9% para o universo dos actuais 25 Estados Membros (de acordo com a informação do Eurostat). O valor mais elevado, de entre a informação disponível, registava-se na Finlândia (3,5%), enquanto o mais reduzido situava-se em Chipre (0,33%).

Em 2003, apenas na região de Lisboa a proporção de riqueza gerada que foi afectada a despesas relacionadas com Investigação e Desenvolvimento superou o limiar de 1%. Nas restantes regiões esta proporção foi sempre inferior a este limiar, bem como ao valor nacional, com a Madeira e o Algarve a registarem as proporções mais reduzidas (0,21% e 0,25% do PIB, respectivamente) [Figura III.13.1].

Este padrão territorial é extensível à relação entre o pessoal em I&D e a população activa, com a região de Lisboa novamente a ser a única a posicionar-se acima da média nacional (0,5%), apresentando o valor máximo neste indicador (0,9%) [Figura III.13.2].

FIGURA III.13.1 - DESPESA EM I&D NO PIB, POR NUTS II, 2003

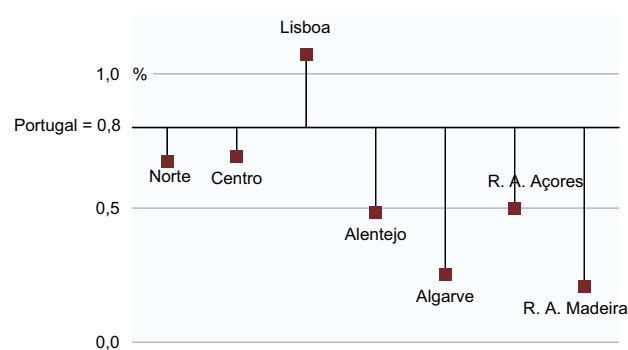
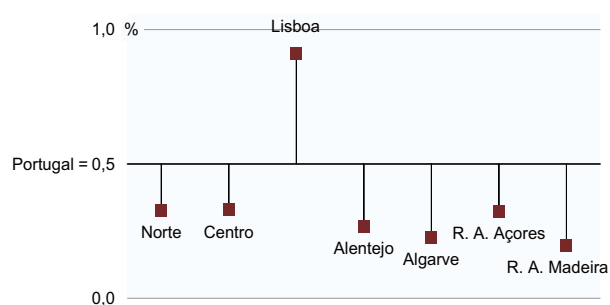


FIGURA III.13.2 - PESSOAL EM I&D NA POPULAÇÃO ACTIVA, POR NUTS II, 2003



Em 2003, a região de Lisboa concentrou mais de metade (52%) das despesas efectuadas em I&D, metade do pessoal afecto e 41% das unidades de investigação. Esta diferença entre a proporção nas despesas e nas unidades de investigação reflecte o facto de Lisboa ter registado a mais elevada despesa média por unidade de investigação (570 mil euros por unidade), única região com valor superior à média nacional (447 mil euros por unidade).

Ainda em termos de dimensão absoluta, o Norte surgia como a segunda região, representando cerca de 25% nestas três componentes (despesa, pessoal e unidades de investigação) e o Centro como a terceira região com uma importância relativa a nível nacional que variava entre 16%, no caso da despesa, e 22%, no caso das unidades de investigação.

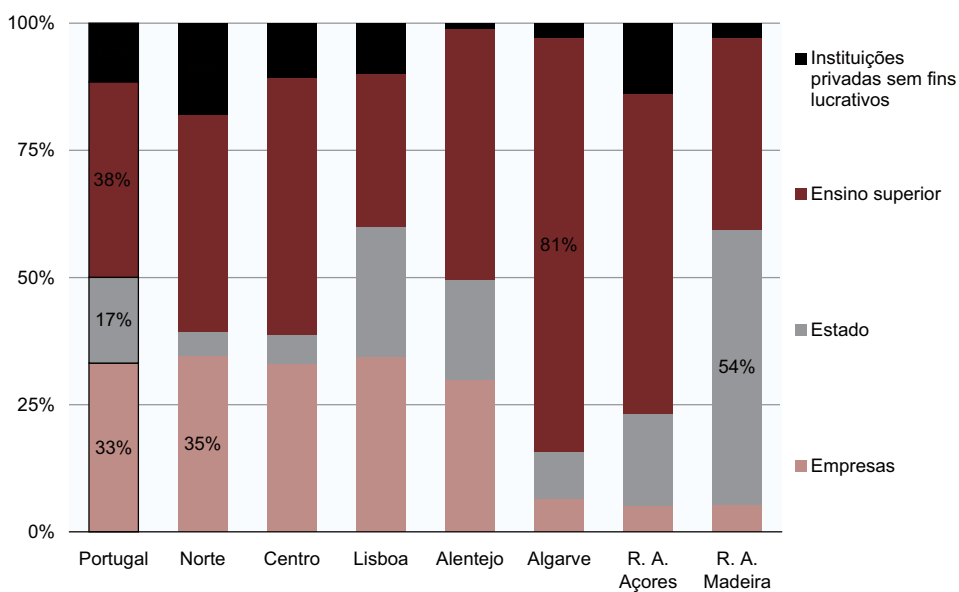
**ENSINO SUPERIOR COMO O PRINCIPAL SECTOR DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM I&D EM TODAS AS REGIÕES, COM EXCEÇÃO DE LISBOA (EMPRESAS) E MADEIRA (ESTADO)**

A nível nacional, as instituições de ensino superior foram responsáveis por 38% das despesas em I&D em 2003, seguido das empresas com 33% e do Estado com 17% [Figura III.13.3].

Na região de Lisboa, não só as empresas surgem como o principal sector na execução de despesas em I&D (34%), como o Estado assume um papel relativamente mais relevante do que o verificado a nível nacional (26%), apenas superado em termos da proporção que o Estado assume no caso da Madeira (54%).

As unidades de ensino superior são responsáveis por mais de metade das despesas em I&D nas regiões do Algarve (81%), Açores (63%) e Centro (51%). De destacar o papel que o ensino superior assume no Centro, região com a segunda proporção mais elevada de despesas em I&D no PIB, após a região de Lisboa.

FIGURA III.13.3 - DESPESA EM I&D SEGUNDO O SECTOR DE EXECUÇÃO, POR NUTS, 2003





### III.14

## Sociedade da Informação



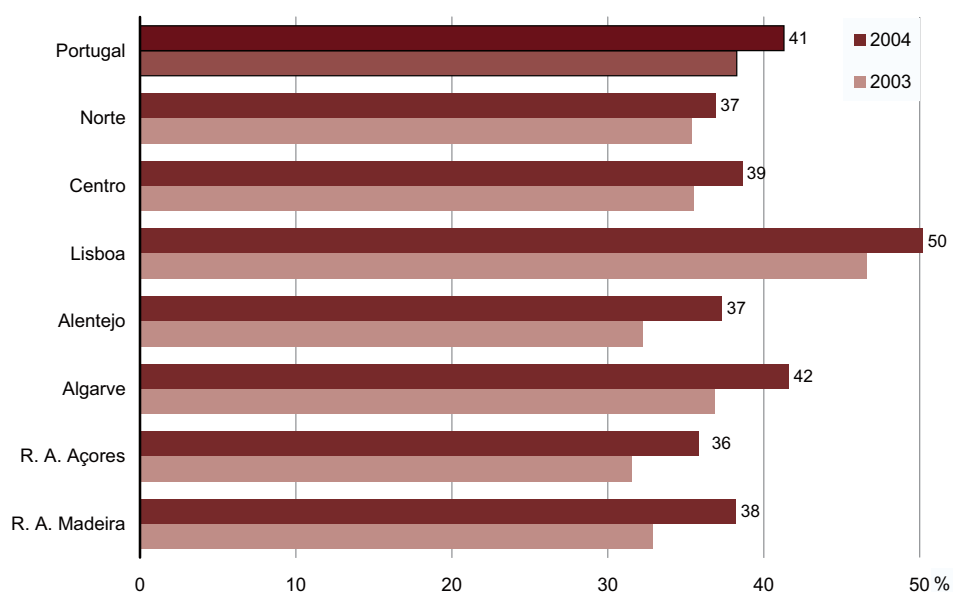


### III.14. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

#### AUMENTO DA POSSE DE COMPUTADOR E DA LIGAÇÃO À INTERNET GENERALIZADO A TODAS AS REGIÕES

Em 2004, 41% das famílias portuguesas detinham computador. Esta proporção traduz um aumento face ao ano anterior, extensível a todas as regiões do país. Lisboa surgia como a região mais bem dotada a este nível com o computador a estar presente na vida de metade das famílias que aí residem.

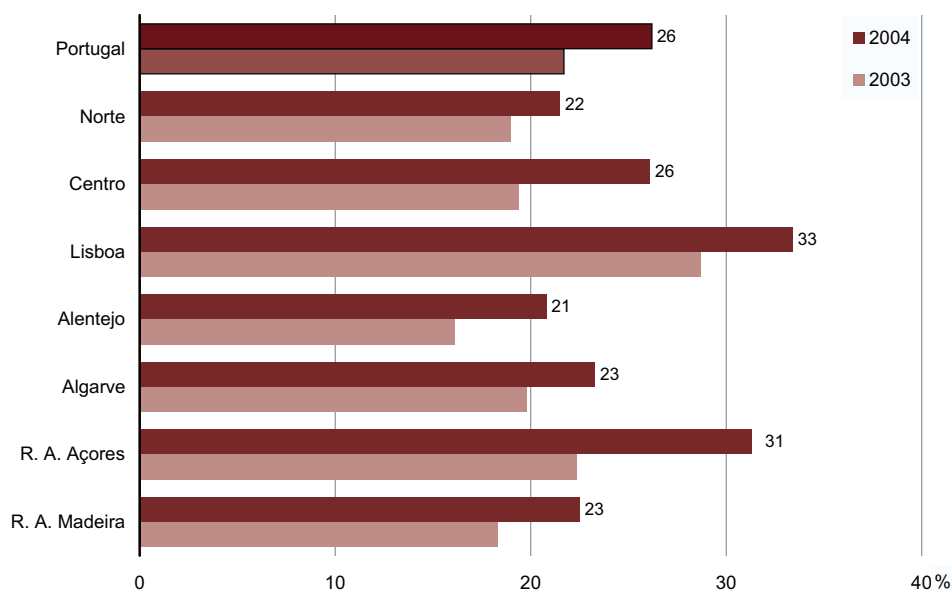
FIGURA III.14.1 - POSSE DE COMPUTADOR POR AGREGADOS DOMÉSTICOS, POR NUTS II, 2003 E 2004



Paralelamente, a ligação à Internet constituía uma realidade para 26% das famílias portuguesas. Também a este nível se registou uma expansão generalizada a todas as regiões entre 2003 e 2004, com destaque para os Açores onde a proporção de famílias com ligação à Internet aumentou 9 p.p. (de 22% para 31%). Os Açores e Lisboa eram as únicas regiões a registar níveis de ligação superiores à média nacional.

Refira-se que os resultados do inquérito à utilização de tecnologias de informação e comunicação pelas famílias de 2004 apontavam, ainda, como principais causas para a inexistência de ligação à Internet, respectivamente: o desinteresse na tecnologia; o elevado custo do equipamento e do acesso; e o facto de não saberem utilizar a Internet.

FIGURA III.14.2 - LIGAÇÃO À INTERNET POR AGREGADOS DOMÉSTICOS, POR NUTS II, 2003 E 2004



### ELEVADOS NÍVEIS DE ACESSO À INTERNET NOS AÇORES NÃO SE TRADUZEM EM ELEVADOS NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO

Os níveis de utilização por parte dos indivíduos entre os 16 e 74 anos, quer de computador, quer de Internet, também aumentaram no período em análise, sendo em 2004 e a nível nacional de 37% no caso do computador e de 29% no caso da Internet. Regionalmente, o Norte surgia como a única região onde esta expansão nos níveis de utilização não se verificou e apenas no que respeita à utilização do computador (de 33% para 32% dos indivíduos na faixa etária em análise).

A Região Autónoma dos Açores apesar de deter um dos níveis mais elevados de acesso à Internet (acima da média nacional e o segundo mais elevado após a região de Lisboa) surge com o nível mais baixo de utilização da mesma.

FIGURA III.14.3 - LIGAÇÃO À INTERNET POR AGREGADOS DOMÉSTICOS, POR NUTS II, 2004

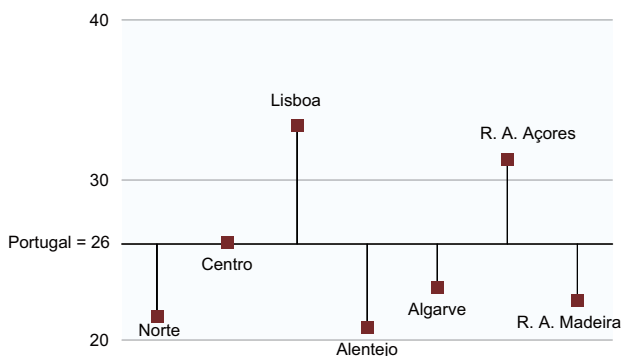
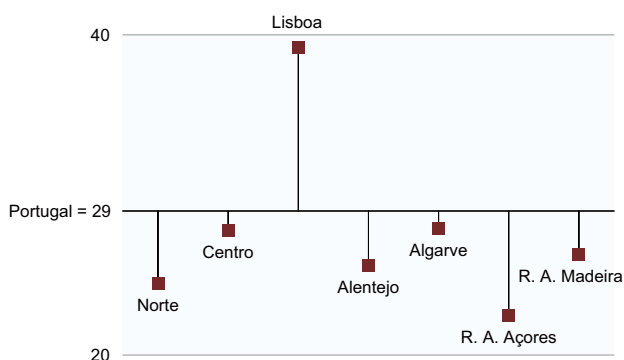


FIGURA III.14.4 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR INDIVÍDUOS (DOS 16 AOS 74 ANOS), POR NUTS II, 2004



### MAIOR RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE TELEMEDICINA NAS REGIÕES COM UM POVOAMENTO MAIS DISPERSO

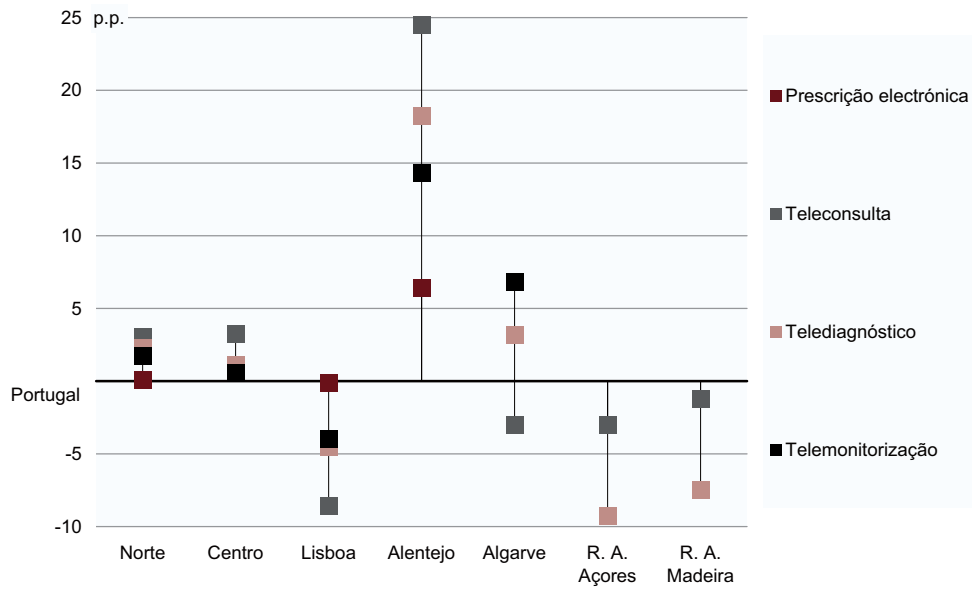
À excepção de um hospital no Alentejo, todos os restantes estabelecimentos hospitalares do país detinham computador em 2004, e a quase totalidade tinha ligação à Internet. A presença na Internet através de um Website abrangia 40% dos hospitais, registando-se neste indicador algumas disparidades regionais: desde um mínimo de 29% na Madeira a um máximo de 63% no Algarve.

A utilização de video-conferência era, em 2004, uma realidade em cerca de 21% dos hospitais. Neste caso os hospitais da região de Lisboa surgiam como os que menos recorriam a esta tecnologia (13%), provavelmente por não sentirem necessidade para tal devido à sua centralidade geográfica. Paralelamente, os hospitais do Alentejo eram os que mais recorriam à video-conferência (36%).

No universo dos hospitais com ligação à Internet o *telediagnóstico* surgia como a principal actividade de telemedicina, abrangendo 21,8% desse universo. Seguiam-se a *teleconsulta* (15,5%), a *telemonitorização* (5,7%) e a *prescrição electrónica* (3,6%).

O Alentejo apresenta valores superiores à média nacional em todas as actividades de telemedicina, o que revela a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (neste caso aplicadas aos hospitais), no superar de barreiras inerentes ao tipo de povoamento mais disperso de algumas regiões, evitando desta forma que as populações percorram grandes distâncias físicas para usufruir dos serviços. Em oposição, os valores de Lisboa, sempre abaixo da média nacional, explicam-se pelo facto de ser uma região que ocupa uma superfície pequena e com forte dotação de estabelecimentos hospitalares, ou seja, com forte proximidade física entre o hospital e o utente.

FIGURA III.14.5 - ACTIVIDADES DE TELEMEDICINA NOS HOSPITAIS COM LIGAÇÃO A INTERNET POR NUTS II (DIFERENÇAS FACE A PORTUGAL), 2004





# IV. O Estado







## IV.1 Administração Local





## IV.1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

### RECEITAS NÃO FINANCEIRAS SUPERAM DESPESAS NÃO FINANCEIRAS APENAS NUM TERÇO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

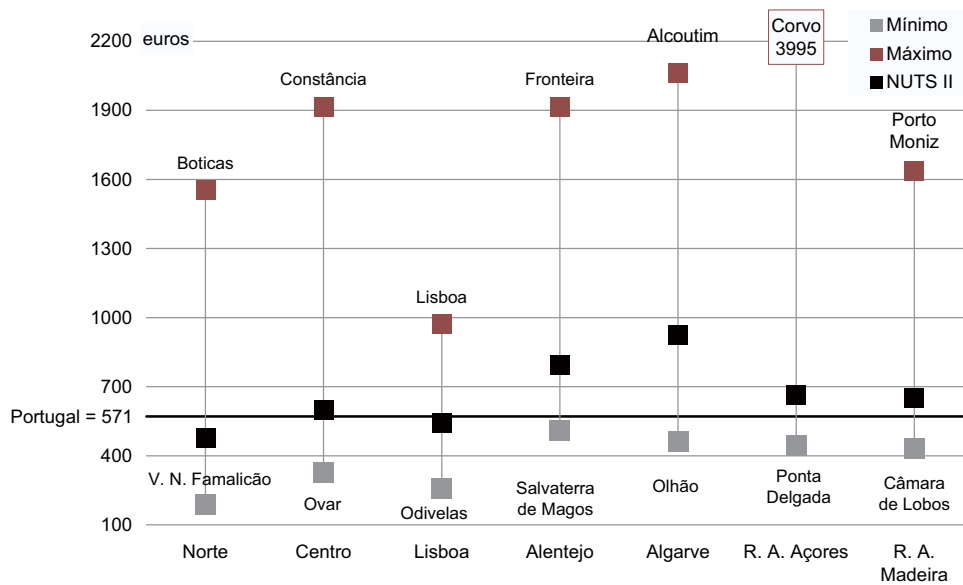
Ao nível nacional, no ano de 2003, as receitas das câmaras municipais provenientes de operações não financeiras foram inferiores em 95% às despesas o que representou um défice de 337 milhões de euros<sup>58</sup>. Face a 2002, período em que o défice era ainda mais expressivo (585 milhões de euros), denota-se uma melhoria na relação entre receitas e despesas que se pautava então pelos 91%. Esta evolução resultou da conjugação de um incremento das receitas em 2,5% e de uma evolução negativa das despesas que, de 2002 para 2003, diminuíram 1,7% (em resultado da quebra das despesas de capital em 8,8% parcialmente compensada pelo acréscimo das despesas correntes de 4,5%). Em termos regionais, e apesar de para o total das regiões NUTS II se terem registado sempre défices no saldo das operações não financeiras, é possível identificar 113 concelhos em 2003, cerca de um terço, em que as respectivas câmaras municipais apresentaram receitas superiores às despesas. Todos os outros concelhos registaram défices e, em 42 concelhos, as receitas foram mesmo inferiores a 90% das despesas. Comparando o peso das receitas face às despesas em 2003 com o verificado no ano anterior, ainda em termos concelhios, não foi possível identificar uma evolução generalizada nem tão pouco um padrão territorial bem definido.

Analisando o valor das receitas médias por habitante, que em 2003 registava um valor médio nacional de 571 euros por habitante, constata-se a existência de fortes disparidades regionais conforme se evidencia na Figura IV.1.1. Assim, destacam-se as regiões do Alentejo e do Algarve com valores claramente acima da média nacional contrastando com o Centro e Lisboa que se aproximavam do valor nacional. De igual forma, numa análise inter-concelhia, evidenciam-se disparidades acentuadas com destaque para o Norte e para os Açores onde os valores máximos eram oito vezes superiores aos valores mínimos.

---

<sup>58</sup> Nos Anuários Estatísticos Regionais editados em 2005, foram isoladas, pela primeira vez, as receitas e as despesas decorrentes de operações não financeiras daquelas que decorrem de operações com activos financeiros (como sejam as receitas/despesas provenientes da venda e amortização/aquisição de títulos de crédito) e com passivos financeiros (que envolvem nomeadamente receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos e despesas com a amortização de empréstimos).

FIGURA IV.1.1 - DISPARIDADES CONCELHIAS DAS RECEITAS MÉDIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR HABITANTE, POR NUTS II, 2003



A decomposição das operações não financeiras revela, do lado das receitas, um domínio claro das receitas correntes (nomeadamente impostos e transferências do Estado) que atingiram 80% em Lisboa [Figura IV.1.2]. Já a análise da componente despesa mostra um maior equilíbrio entre despesas correntes e de capital, constatando-se apenas nos Açores um domínio das despesas de capital (60% do total de despesas) [Figura IV.1.3].

FIGURA IV.1.2 - RECEITAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR NUTS II, 2003

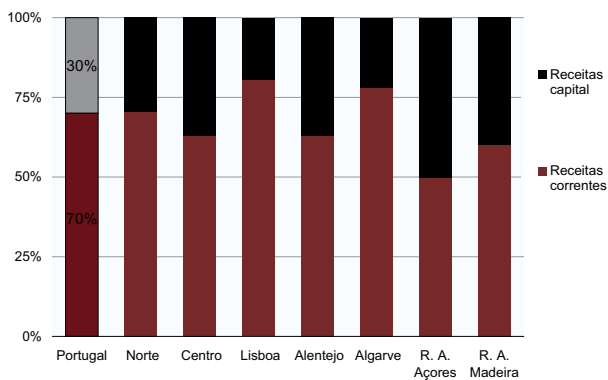
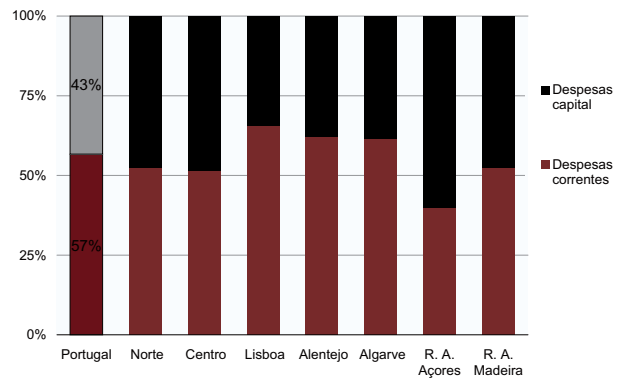


FIGURA IV.1.3 - DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR NUTS II, 2003

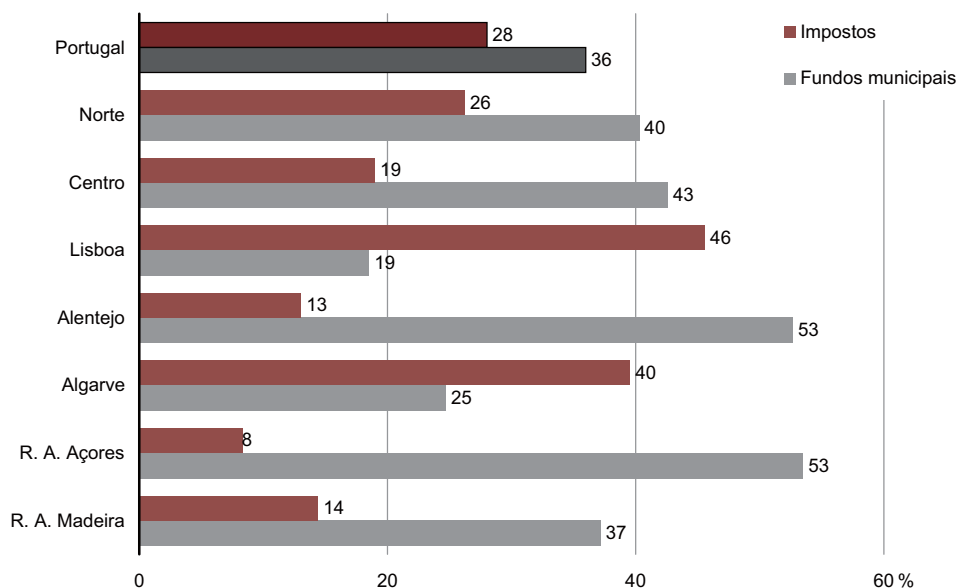


## IMPOSTOS GANHAM DESTAQUE NO LITORAL E FUNDOS MUNICIPAIS NO INTERIOR

As receitas das câmaras municipais de Portugal eram essencialmente provenientes de transferências recebidas do Estado através dos fundos municipais<sup>59</sup> (36% do total de receitas, em 2003 e em 2002) e dos impostos (28%, em 2003, e 25%, em 2002). Ao nível regional, a principal receita é igualmente, e para a grande maioria dos casos, um destes dois tipos de receita. Contudo, embora não existisse um padrão regional na sua distribuição é curioso constatar que, quando somadas, as duas principais receitas se aproximavam do valor nacional: 64% do total, conforme se pode constatar na Figura IV.1.4. Uma explicação possível poderá ser o facto dos fundos municipais, que consistem em transferências do Estado para os municípios como forma destes participarem nos impostos do Estado, visarem dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, fomentando a correcção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos. A única excepção era a Madeira em que os impostos e os fundos municipais totalizavam apenas 50% das receitas em 2003 e onde também ganhavam destaque as receitas provenientes da venda de bens e serviços (25% do total de receitas, em 2003, e 29%, em 2002).

Os fundos municipais tinham um papel preponderante nas regiões do Alentejo e dos Açores onde o seu peso ultrapassava os 50%. Já Lisboa e o Algarve representam as regiões onde os impostos<sup>60</sup> mais contribuía para o orçamento das suas câmaras municipais (cerca de 40%), ultrapassando mesmo o contributo dos fundos municipais.

FIGURA IV.1.4 - IMPOSTOS E FUNDOS MUNICIPAIS NO TOTAL DAS RECEITAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR NUTS II, 2003



<sup>59</sup> Fundo de Base Municipal, Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

<sup>60</sup> Foram considerados quatro impostos cuja cobrança reverte na íntegra para os municípios: o imposto municipal de sisa e a contribuição autárquica (enquanto impostos que recaem sobre os rendimentos de propriedade imobiliária), o imposto municipal sobre veículos e ainda as derramas (que incidem sobre o IRC e que em 2003 só foram aplicadas em 52% dos concelhos).

Em termos concelhios, constatava-se uma forte concentração geográfica de concelhos onde os impostos eram significativos no total das receitas. Nomeadamente nos municípios do Litoral e em algumas capitais de distrito do Interior como Viseu, Beja, Évora, Guarda e Castelo Branco, por contrapartida das regiões do Interior onde as receitas dos impostos representavam, muitas vezes, menos de 10% do orçamento, o que se verificou em quase metade dos concelhos ao nível nacional. Nestes casos, destacavam-se as receitas provenientes dos fundos municipais. Uma forma de evidenciar esta relação impostos/fundos municipais é analisar o comportamento do índice de carência fiscal [Figura IV.1.5]. Este índice é utilizado nos critérios de atribuição do fundo de coesão municipal e corresponde à diferença entre a capitação média nacional das colectas dos impostos<sup>61</sup> e a respectiva capitação municipal daqueles impostos. Ou seja, registos positivos revelam que a região se encontra pior do que a média do país, o que aconteceu em 83% dos concelhos em 2003 essencialmente localizados no Interior do país, justificando um reforço dos fundos municipais a atribuir [Figura IV.1.6]. Pelo contrário, registos negativos, que só se destacam no Litoral e em especial no Algarve (Loulé, Albufeira, Lagos, Lagoa e Vila do Bispo são alguns dos mais significativos), evidenciam os casos em que a colecta de impostos por habitante superou os valores nacionais.

---

<sup>61</sup> Para o efeito, o Estado apenas considera a contribuição autárquica, o imposto municipal sobre veículos e o imposto municipal de sisa.

FIGURA IV.1.5 - ÍNDICE DE CARÊNCIA FISCAL, POR CONCELHO, 2003

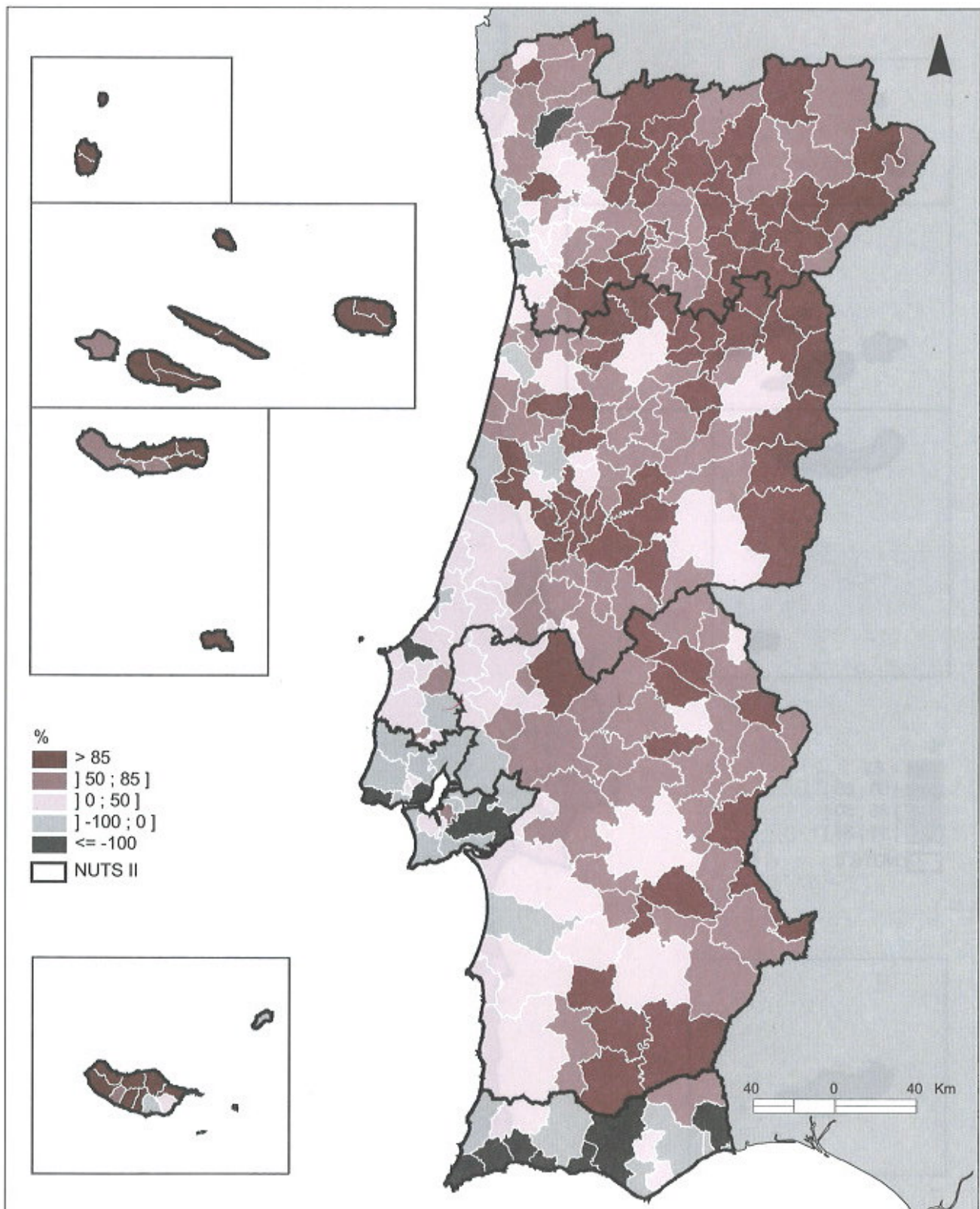
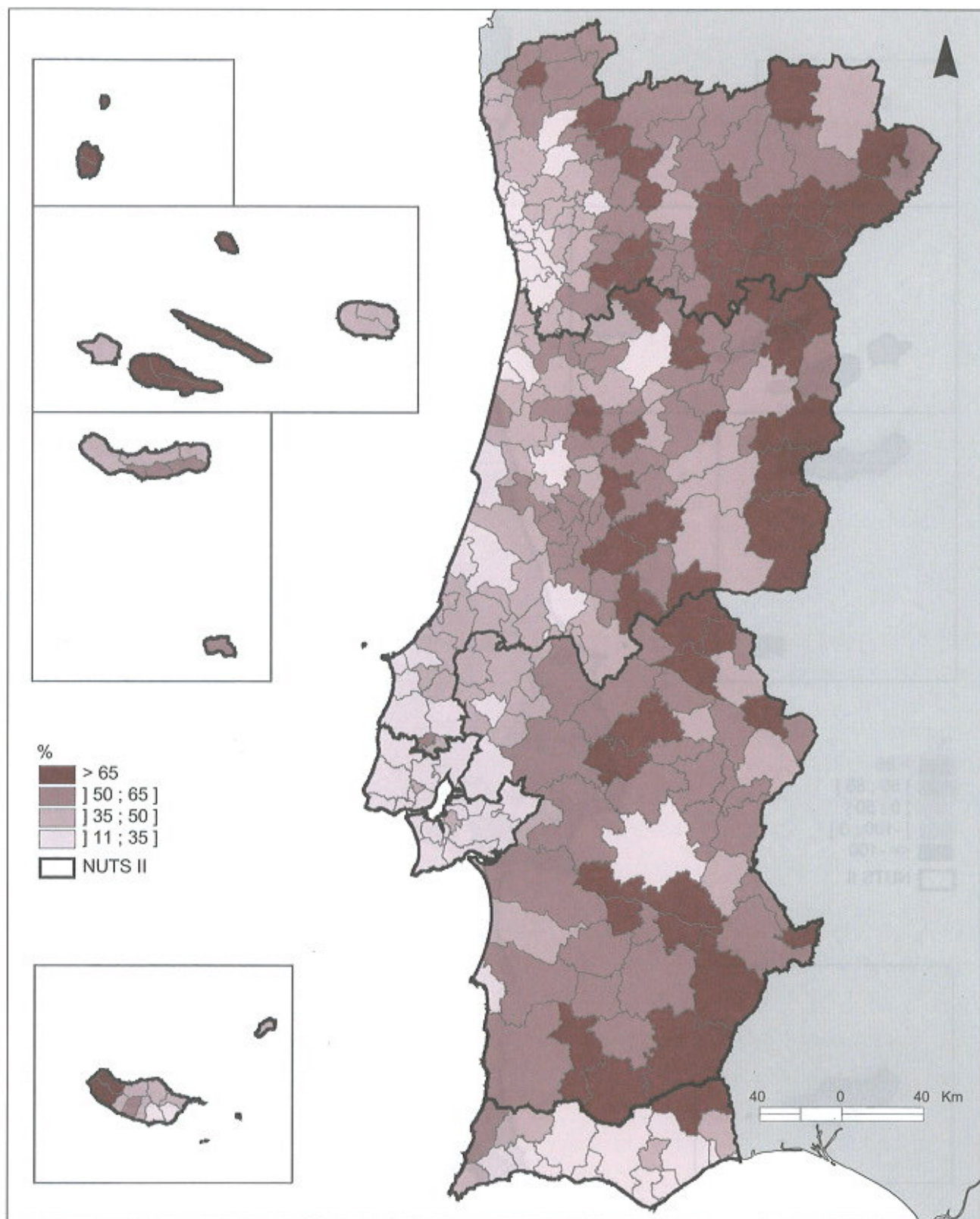


FIGURA IV.1.6 - FUNDOS MUNICIPAIS NO TOTAL DE RECEITAS, POR CONCELHO, 2003

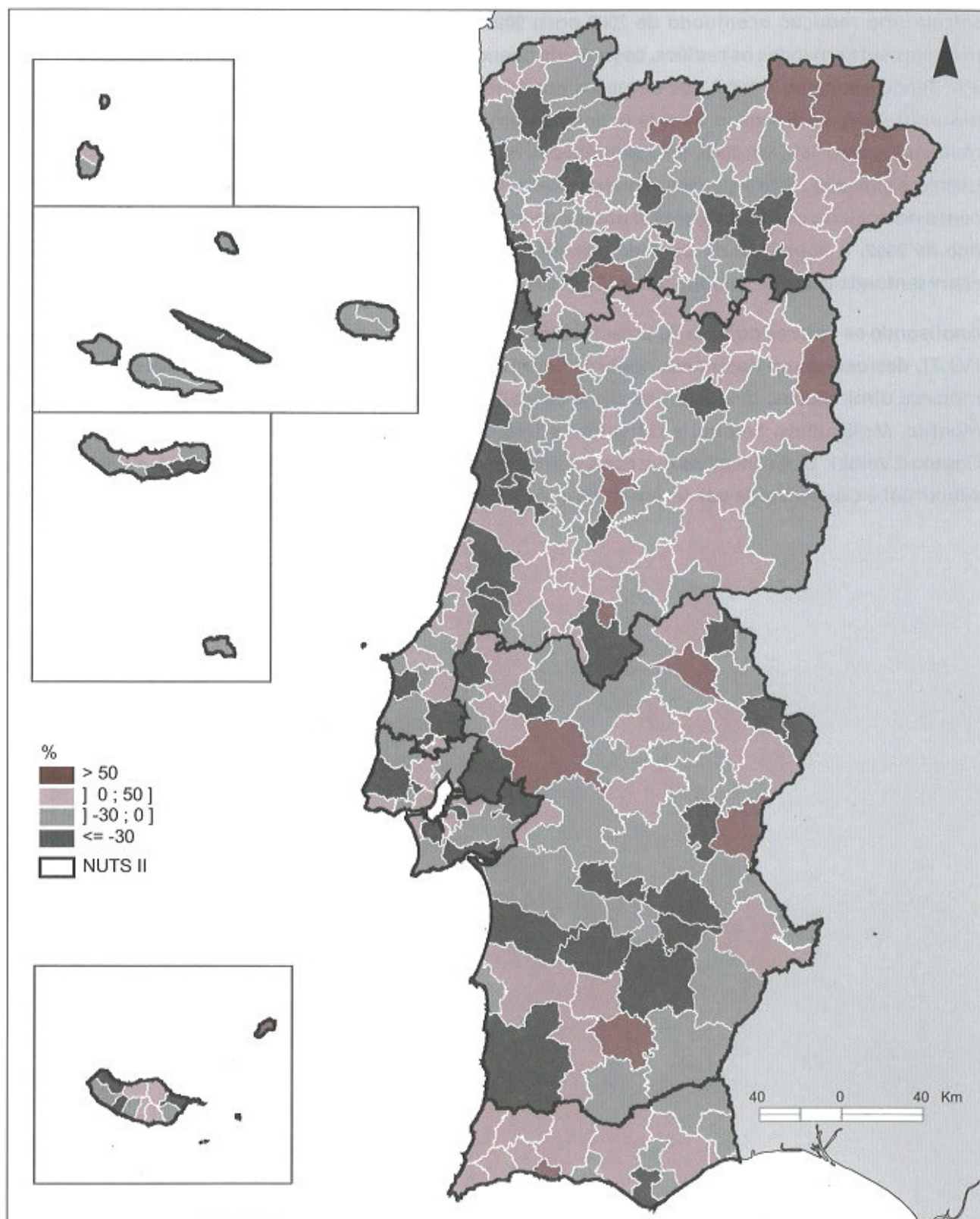


### AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL SÓ AUMENTA NO ALGARVE

A aquisição de bens de capital, que representa o investimento realizado pelas câmaras municipais, sofreu uma redução acentuada de 2002 para 2003, não só em Portugal, onde diminuiu 12%, mas praticamente em todas as regiões, assumindo apenas no Algarve um crescimento, embora ligeiro, de 3%. Tendo em conta o total das despesas das câmaras municipais, a aquisição de bens de capital assumiu-se, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, como a principal despesa dos municípios com 36% em 2003, logo seguida das despesas com pessoal com 28%. Apenas na região de Lisboa, se inverteu esta ordem de grandeza com um domínio mais acentuado nas rubricas relacionadas com o pessoal. No caso dos Açores, e apesar de ter sofrido uma diminuição forte de 26% em relação ao ano de 2002, a aquisição de bens de capital manteve-se ainda como a rubrica mais importante representando mais de metade das suas despesas totais.

Analisando os valores da taxa de crescimento da aquisição de bens de capital por concelho [Figura IV1.7], destaca-se um ligeiro nas quebras dos níveis de investimento face ao ano anterior. Das nove maiores diminuições, destacam-se cinco concelhos pertencentes a áreas metropolitanas (Seixal, Montijo, Matosinhos, Setúbal e Odivelas) e três concelhos dos Açores (Povoação, Vila Franca do Campo e Velas). Dos concelhos que mais aumentaram a aquisição de bens e serviços, evidenciam-se Alandroal e Castro Verde por terem mais que duplicado o valor face a 2002.

FIGURA IV.1.7 - EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL, POR CONCELHO, 2002-03

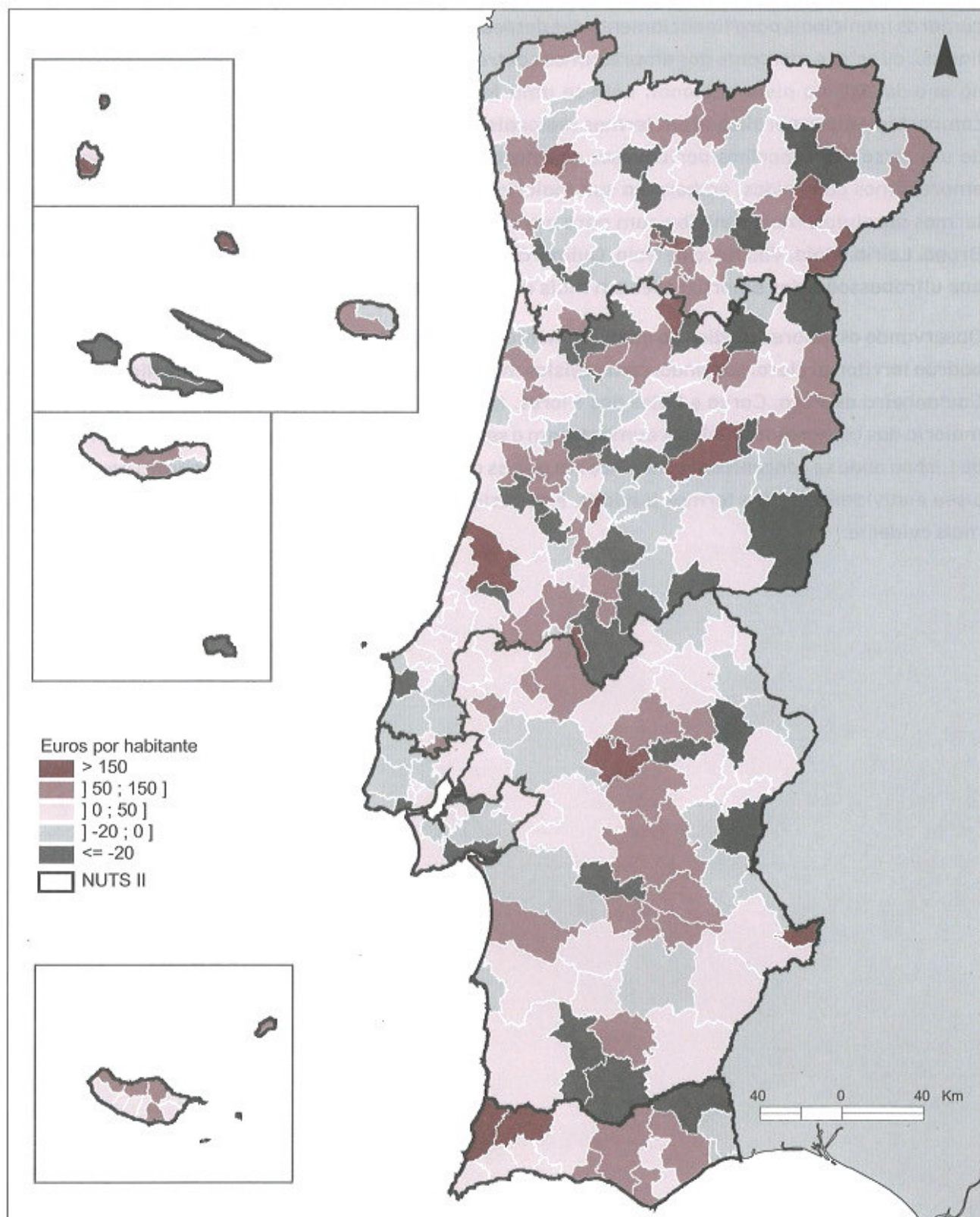


## AMORTIZAÇÕES SUPERAM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS NA REGIÃO DE LISBOA

O papel do crédito, enquanto fonte de recursos, continua a ser uma das alternativas utilizadas pelas câmaras municipais para financiamento das despesas. Contudo, se se tiver em conta o endividamento líquido, ou seja, o montante dos empréstimos contraídos líquidos das amortizações que foram pagas no ano de 2003 ao nível nacional, nota-se uma forte contracção face a 2002 na ordem dos 67%, comportamento generalizado em termos regionais. Em termos absolutos, convém referir que cerca de um terço dos concelhos portugueses registaram mesmo amortizações superiores ao valor dos empréstimos contraídos, embora na sua maioria em pequenos montantes. Dos concelhos que, em termos absolutos, mais contribuíram para o endividamento das câmaras municipais, destacam-se Braga, Leiria, Maia, Vila Nova de Gaia, Guimarães e Viseu por apresentarem um valor de empréstimos que ultrapassou o das amortizações em mais de 10 000 euros.

Observando os valores médios do endividamento por habitante [Figura IV.1.8], não se identifica um padrão territorial claro, surgindo, com registos mais elevados, concelhos de pequena dimensão como Castanheira de Pêra, Corvo e Lajes das Flores. Importa, ainda, destacar o Algarve, região onde a maioria das câmaras municipais aumentaram o seu endividamento, por contrapartida com a região de Lisboa onde se concentram concelhos em que as câmaras municipais se esforçaram por diminuir o seu endividamento em termos líquidos. Nas restantes regiões, a heterogeneidade de situações é mais evidente.

FIGURA IV.1.8 - ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE AMORTIZAÇÕES POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2003





## IV.2 Justiça





## IV.2. JUSTIÇA

### DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCESSOS CÍVEIS CIFRA-SE EM QUASE 2 ANOS EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

Em 2003, existiam, em Portugal, 333 tribunais dos quais 327 eram de 1ª instância e 6 eram superiores. Dos quase 12 mil funcionários ao serviço nos tribunais judiciais, 78% são funcionários de justiça (onde estão incluídos os oficiais de justiça), sendo os restantes 22% respeitantes a magistrados e a assessores. Embora o âmbito de actuação de cada um dos tribunais respeite à comarca, considerou-se, para efeitos de disponibilização e de análise da informação desta área temática, o concelho onde o tribunal está sediado.

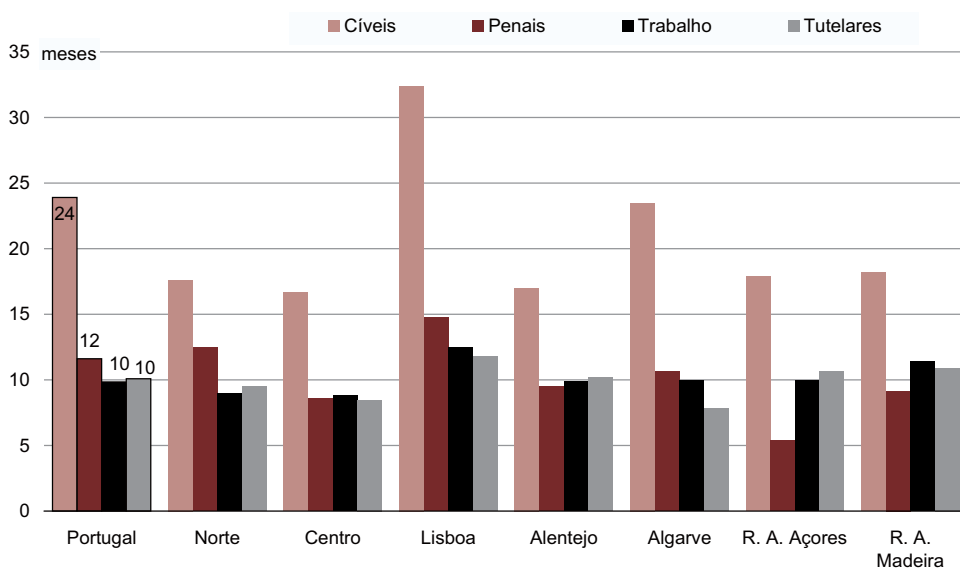
Nestes tribunais entraram, em 2003, mais de 713 mil processos distribuídos da seguinte forma: 72,5% de natureza cível, 22,6% penais e os restantes 4,9% foram tutelares. Embora os processos cíveis tenham predominado, independentemente do estado (pendente, findo ou entrado), esta situação só se verificou a partir da segunda metade da década de 90 já que até lá os processos penais eram dominantes.

A evolução anual média dos processos, avaliada pelo peso da diferença entre os processos entrados e findos no total de processos pendentes, pautou-se por um acréscimo de 7,5% ao nível nacional, atingindo assim o maior crescimento dos últimos 5 anos. Esta evolução foi positiva em todas as regiões, exceptuando-se apenas os Açores em que se registou um ligeiro decréscimo.

A duração média dos processos reflecte, por um lado, a morosidade dos tribunais e, por outro lado, a complexidade dos processos. Efectivamente, o facto da duração média dos processos em determinado espaço geográfico ser muito elevada pode apenas dever-se a uma maior dificuldade de análise dos processos aí entrados. Esta pode ser realmente a justificação para que a duração média dos processos, independentemente do tipo, ser muito elevada, por exemplo, na região de Lisboa.

Tendo em conta o tipo de processo, verificou-se que foram os processos cíveis que registaram uma maior duração até à sua decisão final e que se cifrou numa média de 2 anos. A maior duração dos processos cíveis foi extensível a todas as regiões NUTS II. Por outro lado, os processos que obtiveram uma decisão mais rápida foram os de trabalho e os tutelares, que duraram em média 10 meses.

FIGURA IV.2.1 - DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCESSOS FINDOS, PORTUGAL E NUTS II, 2003



### MAIORES TAXAS DE CRIMINALIDADE NOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS E PÓLOS DE ATRACÇÃO TURÍSTICA

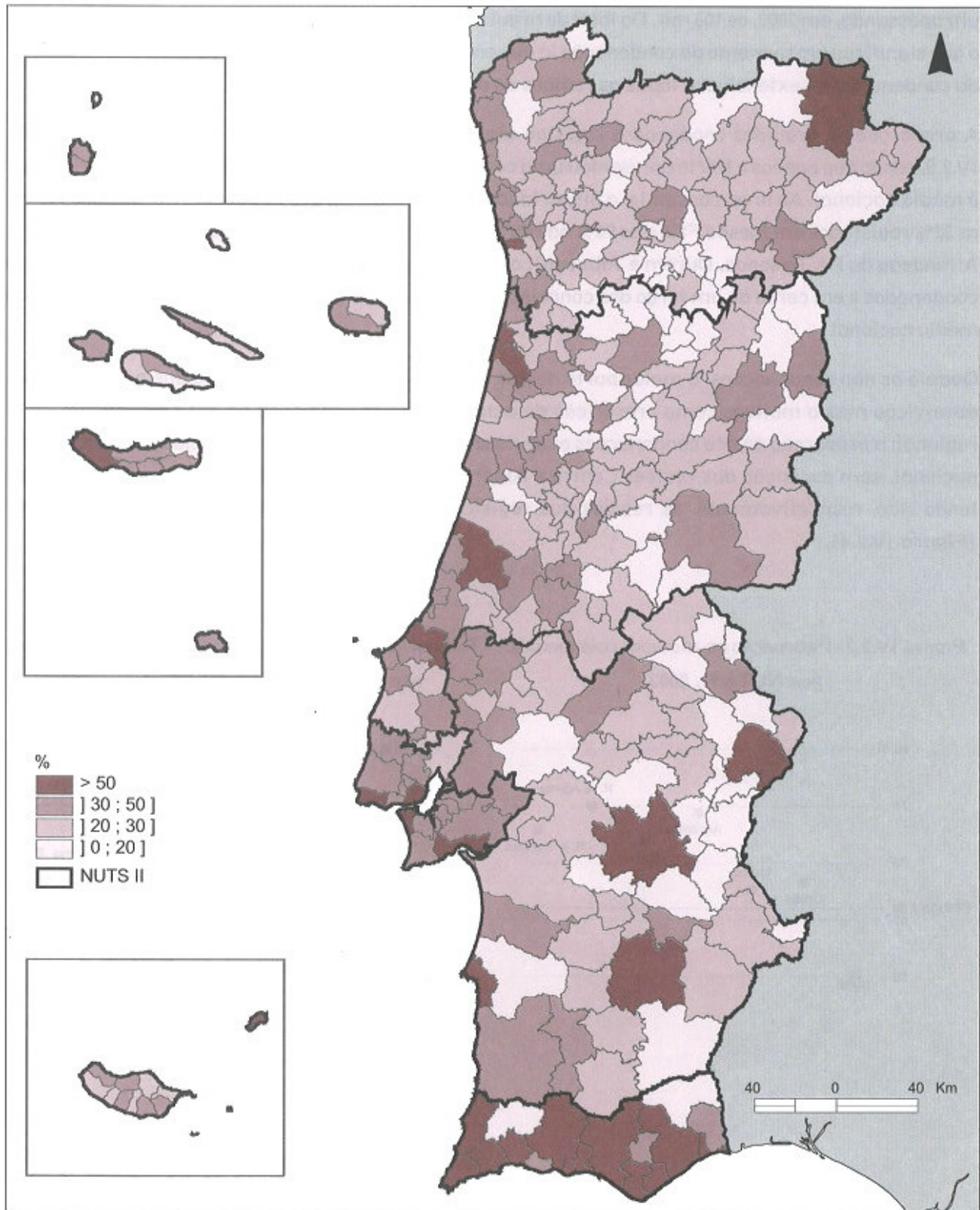
Em 2004, foram registados pelas autoridades policiais cerca de 416 mil crimes em Portugal, praticamente o equivalente ao registado no ano anterior. Do total de crimes, 55,9% foram contra o património, 21,9% contra as pessoas e os restantes 22,2% respeitaram a crimes contra a vida em sociedade, contra o Estado e a legislação penal avulsa.

A taxa de criminalidade manteve-se praticamente inalterada face a 2003, rondando os quarenta crimes por 1 000 habitantes. Em termos regionais, destacaram-se as regiões de Lisboa e Algarve por terem registado, em 2004, taxas de criminalidade de 50‰ e 73‰, respectivamente.

Ao nível concelhio, destacou-se o concelho de Albufeira por ter apresentado uma taxa de criminalidade muito elevada na ordem dos 193 crimes por 1 000 habitantes. Este foi, de facto, o único concelho a observar uma taxa de criminalidade superior a 100, já que o segundo concelho a liderar as maiores taxas de criminalidade foi Lisboa com 89,4‰.

Mesmo não existindo um padrão territorial muito definido, verificou-se que, em quase um quinto dos concelhos, a taxa de criminalidade superou a média nacional, sendo que 9 destes são capitais de distrito. Observou-se também que foi nos maiores centros urbanos que se concentraram os maiores níveis de criminalidade.

FIGURA IV.2.2 - TAXA DE CRIMINALIDADE, POR CONCELHO, 2004



### AUMENTO DA CONDENAÇÃO DE ARGUIDOS EM PROCESSOS-CRIME EXTENSÍVEL A TODO O PAÍS

Nesta última década, os arguidos em processos-crime na fase de julgamento quase que duplicaram, ultrapassando, em 2003, os 106 mil. Do total de arguidos em processos-crime, 66,4% foram condenados, o que significou um aumento da condenação já que em 2002 esta foi, em média, de 63,4%. Este aumento da condenação foi extensível a todas as regiões do país.

A proporção de arguidos condenados registou alguma disparidade regional a avaliar pela Figura IV.2.3, sendo que apenas o Norte apresentou uma condenação dos arguidos em processos-crime inferior à média nacional. Ao nível concelhio, a disparidade foi acentuada já que se observaram valores entre os 32% registados em Mesão Frio e os 90% na Horta. Em apenas cinco concelhos do país (Mesão Frio, Alfândega da Fé, Resende, Ourém e Tabuaço), o número de arguidos condenados foi inferior aos não condenados e em cerca de um terço dos concelhos registaram-se valores deste indicador inferiores à média nacional.

Quanto às não condenações, a maior parte destas não chegou a obter sentença já que não se deveu a absolvição mas a motivos como prescrição do acto criminal, a amnistias ou desistências. Ao nível regional, a proporção de não condenações onde não houve sentença não se distanciou muito da média nacional, com excepção das regiões Centro e Algarve em que esta disparidade foi mais acentuada tendo sido, respectivamente, as regiões que registaram o maior e o menor valor deste indicador [Figura IV.2.4].

FIGURA IV.2.3 - PROPORÇÃO DE ARGUIDOS CONDENADOS, POR NUTS II, 2003

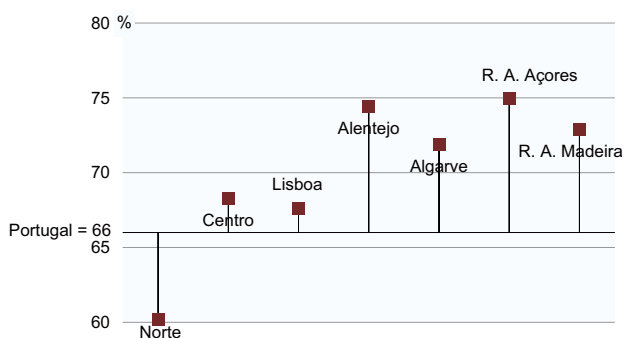
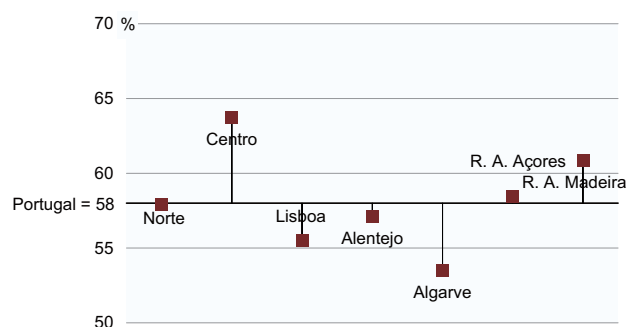
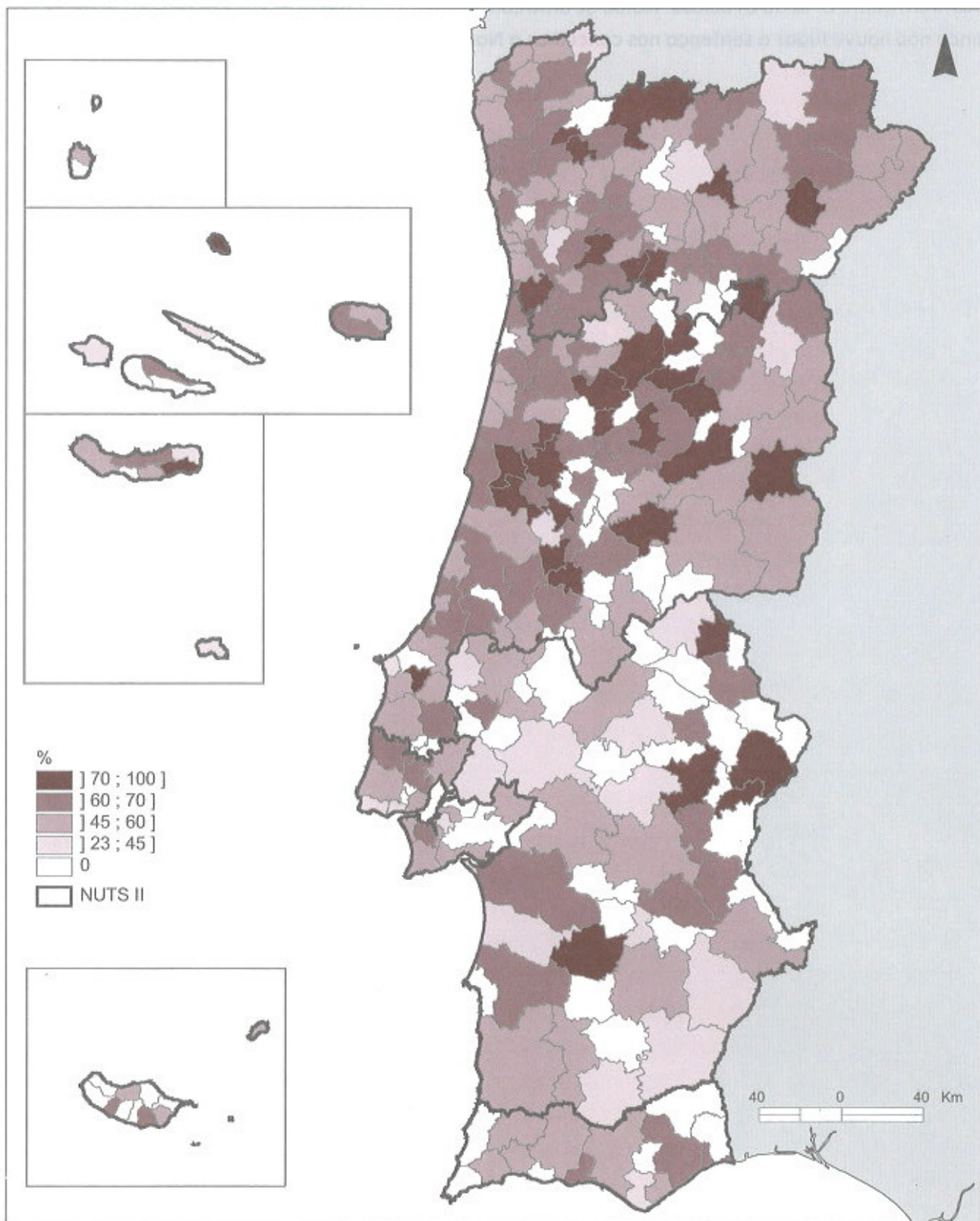


FIGURA IV.2.4 - PROPORÇÃO DE NÃO CONDENAÇÕES ONDE NÃO HOUVE SENTENÇA, POR NUTS II, 2003



Observando a distribuição territorial das não condenações em que não houve sentença [Figura IV.2.5], notou-se uma forte disparidade espacial desta variável com valores desde 23% em Almodôvar até 100% em Santa Cruz da Graciosa. Notou-se uma concentração dos maiores valores de não condenações onde não houve lugar a sentença nos concelhos a Norte do Tejo e em alguns concelhos dos Açores.

FIGURA IV.2.5 - PROPORÇÃO DE NÃO CONDENAÇÕES ONDE NÃO HOUVE SENTENÇA, POR CONCELHO, 2003





## IV.3 Participação Política





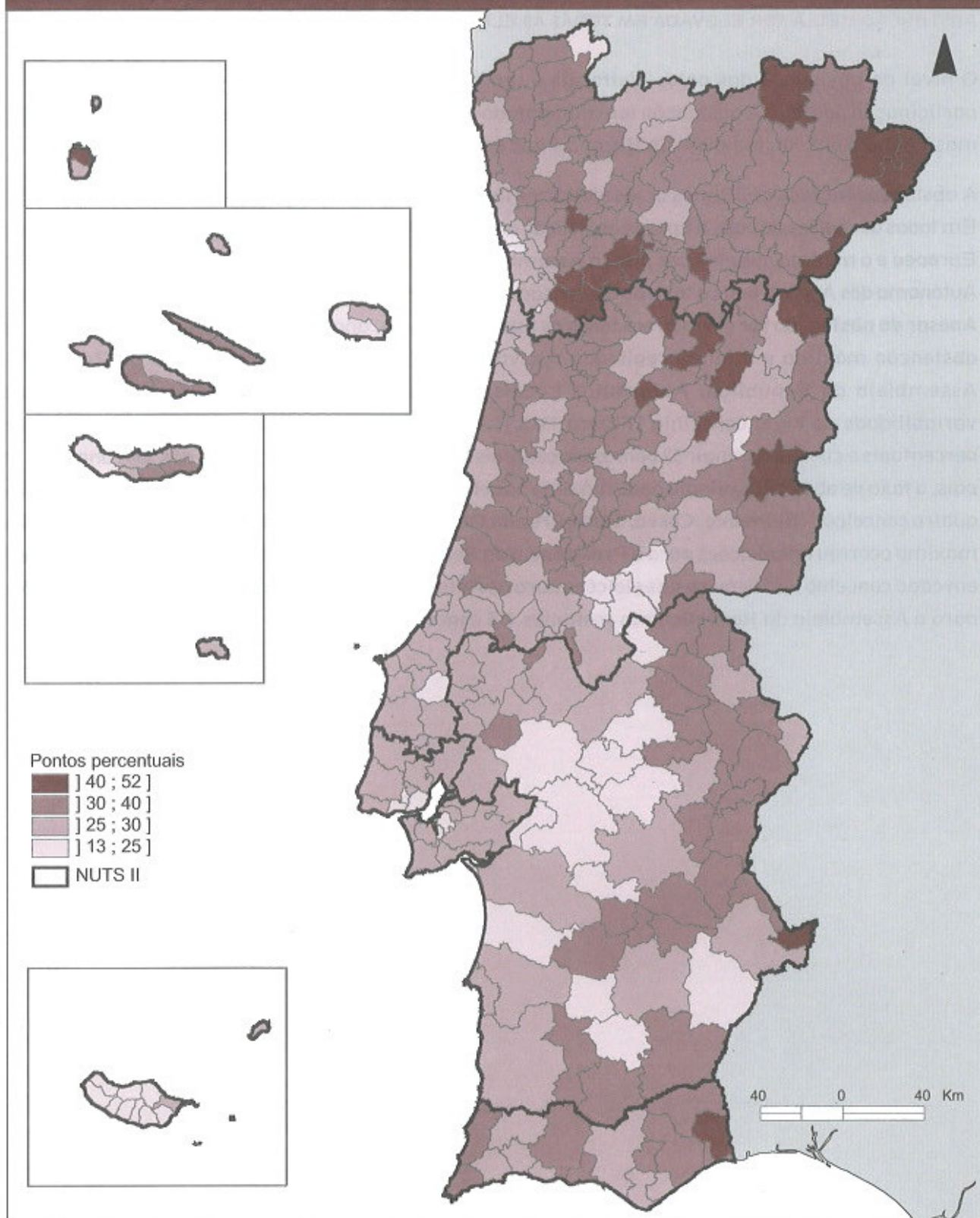
### IV.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

#### TAXAS DE ABSTENÇÃO CONCELHIAS DEPENDEM DO TIPO DE ACTO ELEITORAL APESAR DA TAXA DE ABSTENÇÃO MÉDIA SER ELEVADA EM TODAS AS ELEIÇÕES REALIZADAS

O nível de abstenção dos actos eleitorais é um dos indicadores mais relevantes na análise da participação política. A abstenção tem aumentado ao longo dos anos, o que se verificou em Portugal mas também em outros países da Europa e que pode dever-se a variados factores.

A abstenção marcou os últimos actos eleitorais independentemente do órgão que estava a ser eleito. Em todas as regiões do país, a taxa de abstenção atingiu o valor máximo nas eleições para o Parlamento Europeu e o mínimo nas eleições para a Assembleia da República (neste caso, exceptua-se a Região Autónoma dos Açores, onde a taxa de abstenção foi mais baixa nas eleições para as autarquias locais). Apesar da abstenção ser elevada em todos os tipos de eleições, analisando a diferença entre a taxa de abstenção máxima e mínima registada nos vários actos eleitorais (Presidência da República, Assembleia da República, Autarquias Locais e Parlamento Europeu), observou-se alguma variabilidade ao nível concelhio [Figura IV.3.1]. Esta diferença foi sempre superior a 13 pontos percentuais e chegou a atingir 52 pontos percentuais. Importa referir que, em 304 dos 308 concelhos do país, a taxa de abstenção atingiu o seu máximo nas eleições para o Parlamento Europeu. Nos restantes quatro concelhos - Belmonte, Corvo, Santa Cruz da Graciosa e São Roque do Pico - a taxa de abstenção máxima ocorreu nas eleições para a Presidência da República. A taxa de abstenção mínima registada em cada concelho verificou-se nas eleições para as Autarquias Locais em 193 concelhos e nas eleições para a Assembleia da República nos restantes 115 concelhos.

**FIGURA IV.3.1 - DIFERENÇA ENTRE A TAXA DE ABSTENÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA NOS ÚLTIMOS ACTOS ELEITORAIS PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, AUTARQUIAS LOCAIS E PARLAMENTO EUROPEU, POR CONCELHO**



## ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA COM ABSTENÇÃO PRÓXIMA DOS 50% EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

O último acto para eleição do Presidente da República actualmente em funções no Estado português realizou-se a 14 de Janeiro de 2001. Dos mais de 8 700 mil eleitores inscritos, cerca de metade não exerceram o seu direito de voto. Estas eleições ficaram assim marcadas por uma elevada abstenção que se cifrou em 49%, 15 pontos percentuais acima da abstenção registada no mesmo acto eleitoral em 1996, o que pode ter ficado a dever-se ao facto do candidato mais votado ter sido eleito para um segundo mandato. Em todas as regiões, a abstenção atingiu valores muito próximos de 50% chegando no Alentejo, Algarve e regiões autónomas a ultrapassar este valor. A Região Autónoma dos Açores destacou-se por apresentar, tal como em anos anteriores e em eleições de outra natureza, a maior taxa de abstenção do país e, simultaneamente, a maior concentração de votos no candidato mais votado. Ao nível concelhio, registou-se uma maior abstenção nos concelhos do interior Norte e Sul do país e das regiões autónomas e maior concentração de votos em apenas um candidato em toda a zona Sul do país e nas regiões autónomas [Figura IV.3.2].

É, ainda, de salientar que este aumento da abstenção foi extensivo à maior parte dos concelhos do país. De facto, mais de 90% dos concelhos registaram um aumento da abstenção, entre 1996 e 2001, superior a 10 pontos percentuais e, na maior parte dos restantes 10%, esta diferença não foi tão elevada apenas pelo facto de terem sido os que registaram maiores níveis de abstenção em 1996.

A concentração de votos em apenas um candidato foi notória em todo o país já que o candidato eleito foi o mais votado em todos os concelhos do país. Assim sendo, estas eleições não necessitaram de uma segunda volta já que a soma das votações nos restantes candidatos foi, no primeiro escrutínio, inferior aos votos obtidos pelo candidato mais votado.

FIGURA IV.3.2 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, PORTUGAL E NUTS II, 2001

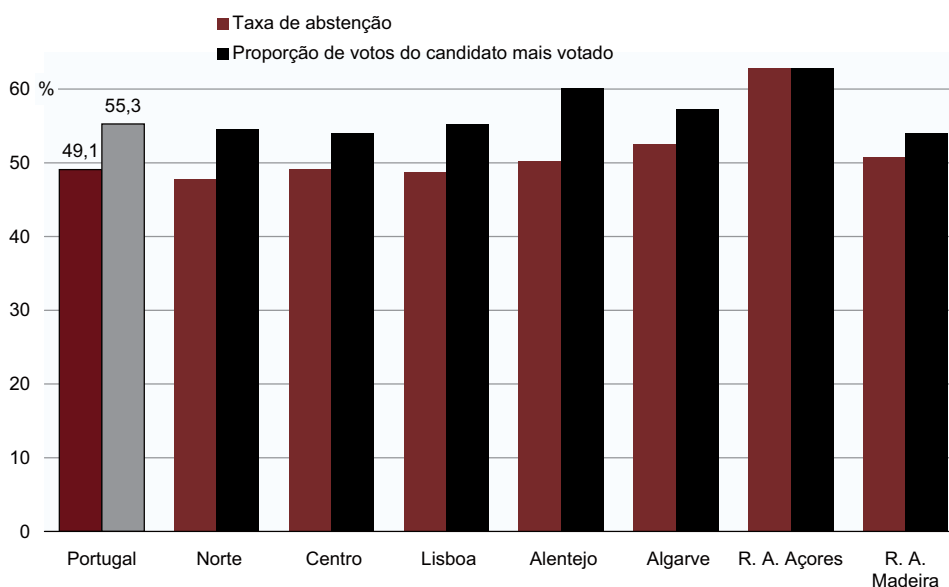
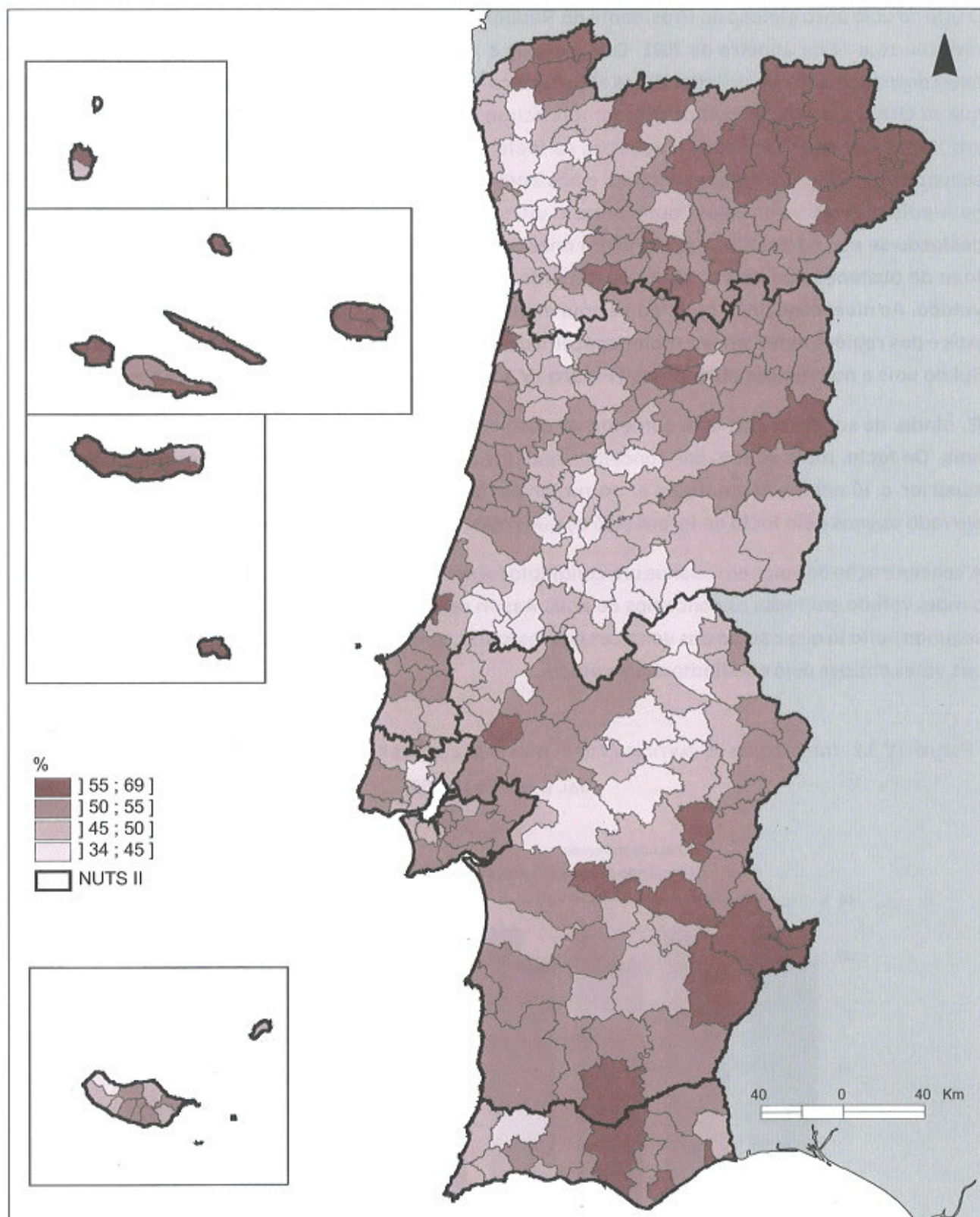


FIGURA IV.3.3 - TAXA DE ABSTENÇÃO, POR CONCELHO, 2001



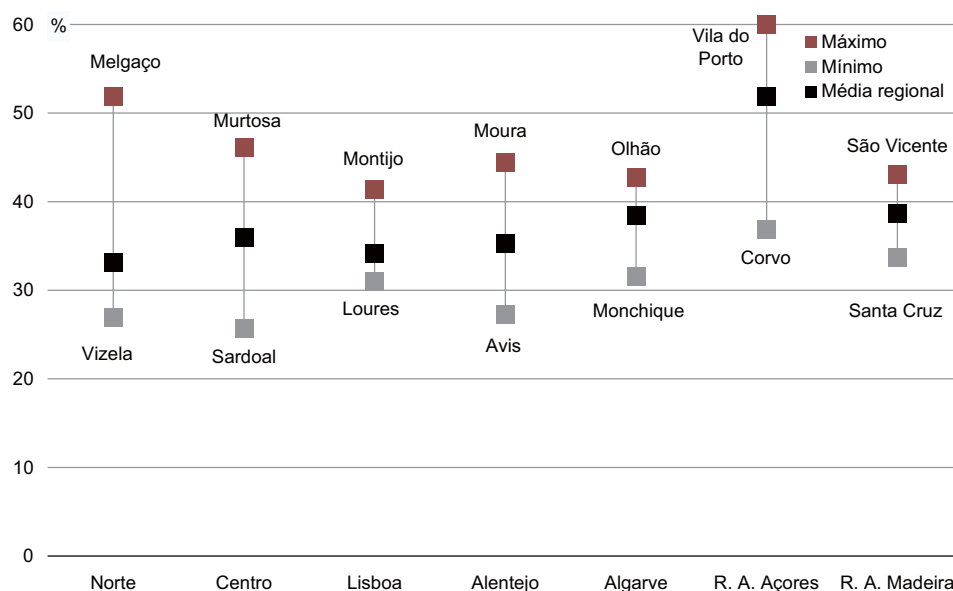
## POUCA DIFERENCIAÇÃO PARTIDÁRIA NA FORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As eleições para Assembleia da República realizaram-se a 20 de Fevereiro de 2005 após interrupção dos mandatos eleitos para este órgão de soberania a 17 de Março de 2002.

Relativamente à participação política neste acto eleitoral, observou-se uma abstenção pouco elevada: 3 milhões dos quase 9 milhões de eleitores inscritos em 2005 não votaram na eleição dos deputados para formarem o órgão máximo da administração pública. A abstenção rondou os 35% em quase todas as regiões do país, com excepção do Algarve e da Madeira com pouco mais de 38% e dos Açores com 52%. Face à eleição de 2002, aumentou assim a proporção de votantes a dirigirem-se às urnas e a manifestarem a sua vontade política.

A fraca disparidade regional verificou-se também ao nível concelhio, registando-se taxas de abstenção superiores a 50% em apenas 12 dos 308 concelhos portugueses, sendo que 5 destes (Arcos de Valdevez, Vimioso, Vinhais, Valpaços e Melgaço) se localizam na região Norte e os restantes nos Açores. Na Figura IV.3.4, é possível observar que foram estas duas regiões NUTS II que observaram uma maior disparidade. No entanto, estes valores mais díspares da média regional registaram-se em poucos concelhos.

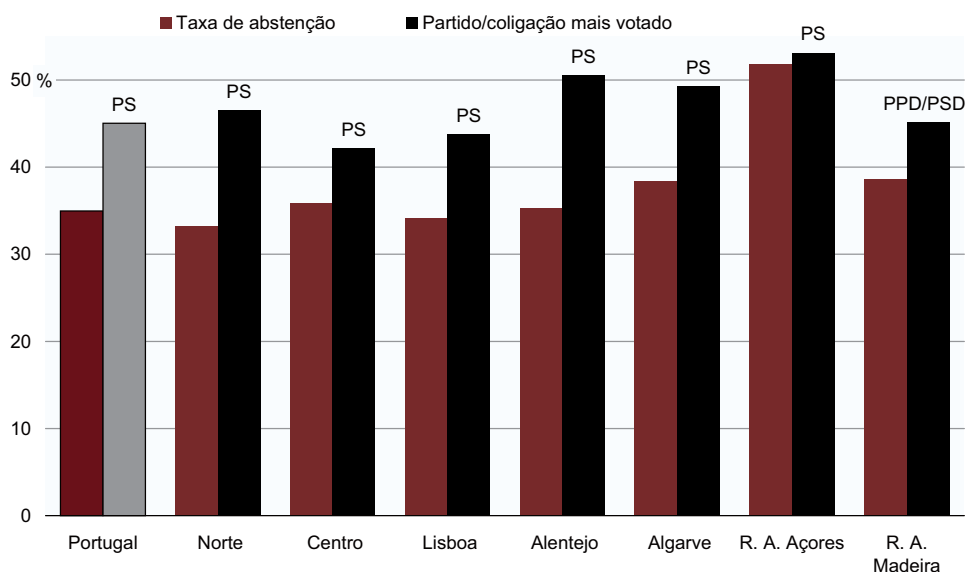
FIGURA IV.3.4 - MAIOR E MENOR TAXA DE ABSTENÇÃO CONCELHIA, NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR NUTS II, 2005



A proporção de votos em branco aumentou de 1% para 1,8% em Portugal, verificando-se a mesma situação ao nível regional. No que respeita aos votos nulos, estes não sofreram grandes alterações já que representaram nos vários momentos eleitorais não mais de 1% do total de votos.

Se for analisada a participação ao nível dos resultados por partido político, verificou-se que em todas as regiões do país, com excepção da Madeira, o partido/coligação mais votado, em 2005, foi o Partido Socialista (PS), o que representou uma alteração relativamente a 2002, ano em que este partido político tinha sido o mais votado apenas nas três regiões do Sul do país (Lisboa, Alentejo e Algarve).

FIGURA IV.3.5 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



A Figura IV.3.6 permite concluir acerca da distribuição territorial dos vários partidos eleitos, centrando-se na análise do partido/coligação mais votado em cada concelho, ou seja, que elegeu maior número de deputados com assento na Assembleia da República. Simultaneamente, é possível comparar a alteração territorial face às últimas eleições para este órgão, realizadas em 2002.

Tanto nas eleições realizadas em 2005 como em eleições anteriores, os dois partidos a disputar grande parte dos concelhos foram o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PPD/PSD). Esta supremacia por parte destes dois partidos foi bastante evidente nas últimas eleições já que, em apenas um concelho do país (Avis), o partido/coligação mais votado foi um terceiro partido: Partido Comunista Português-Partido Ecologista “Os Verdes” (PCP-PEV). Em 2002, embora em escasso número, foi possível encontrar três concelhos, dois deles localizados no Alentejo (Avis e Serpa), em que o partido/coligação mais votado foi o PCP-PEV, e um outro dos Açores (Corvo), em que o partido/coligação que obteve mais votos foi a Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP).

Como pode ser observado na Figura IV.3.6, em 2002, o país parecia dividido entre os dois principais partidos políticos: o Norte com maior número de votos no PPD/PSD e o Sul no PS. Em 2005, o PS passou a ser o partido mais votado em 229 concelhos do país (face aos 134 em 2002) [Figura IV.3.7].

O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, depois de ouvidos os partidos representados na Assembleia da República, tendo em conta os resultados eleitorais com base nos mandatos conseguidos por parte de cada partido/coligação. Assim, enquanto em 2002, o Primeiro-Ministro nomeado era do PPD/PSD já que a maior parte dos mandatos foram eleitos por este partido, em 2005 passou o PS a assumir maior poder político na Assembleia da República.

**FIGURA IV.3.6 - PARTIDO/COLIGAÇÃO MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR CONCELHO, 2002**

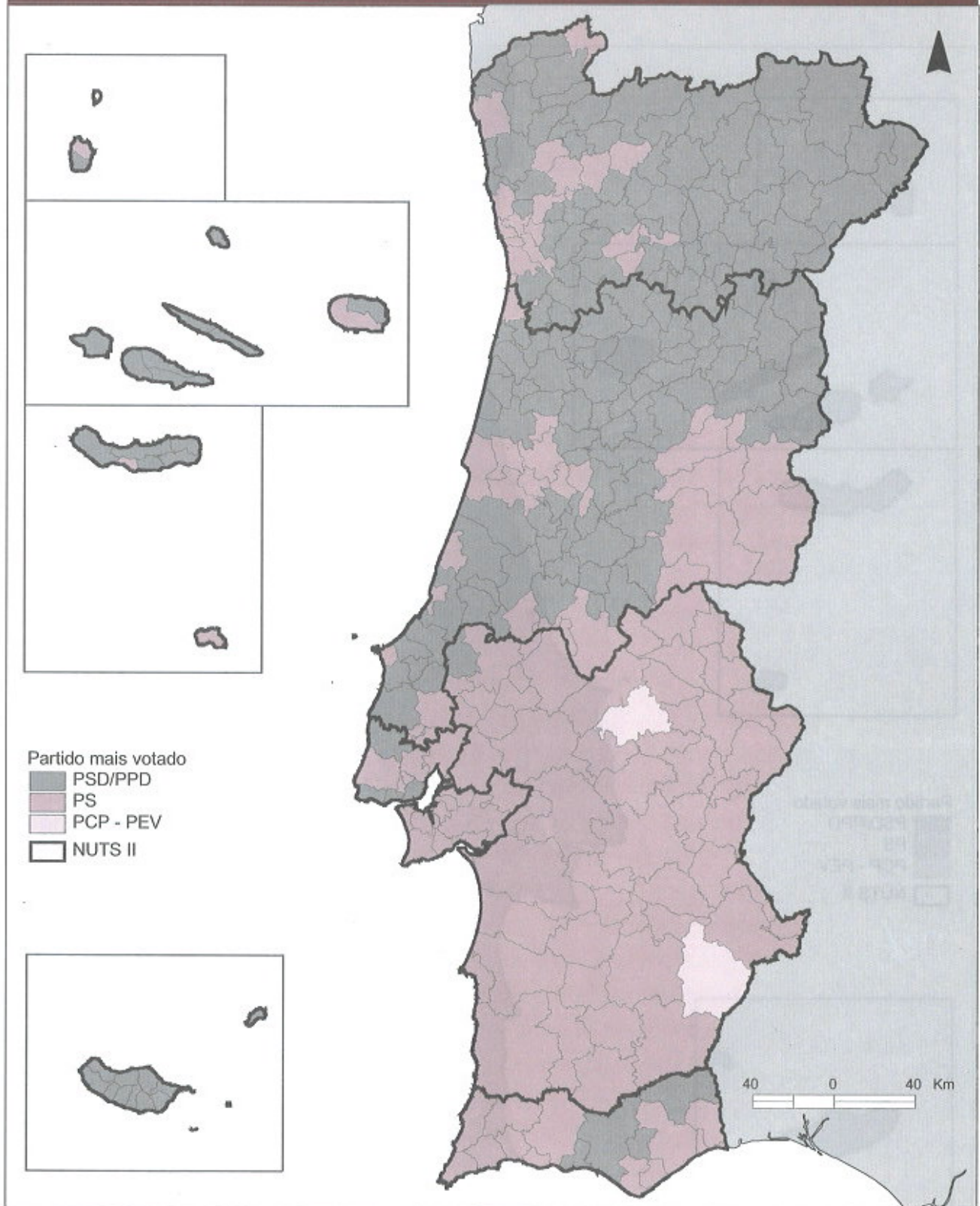
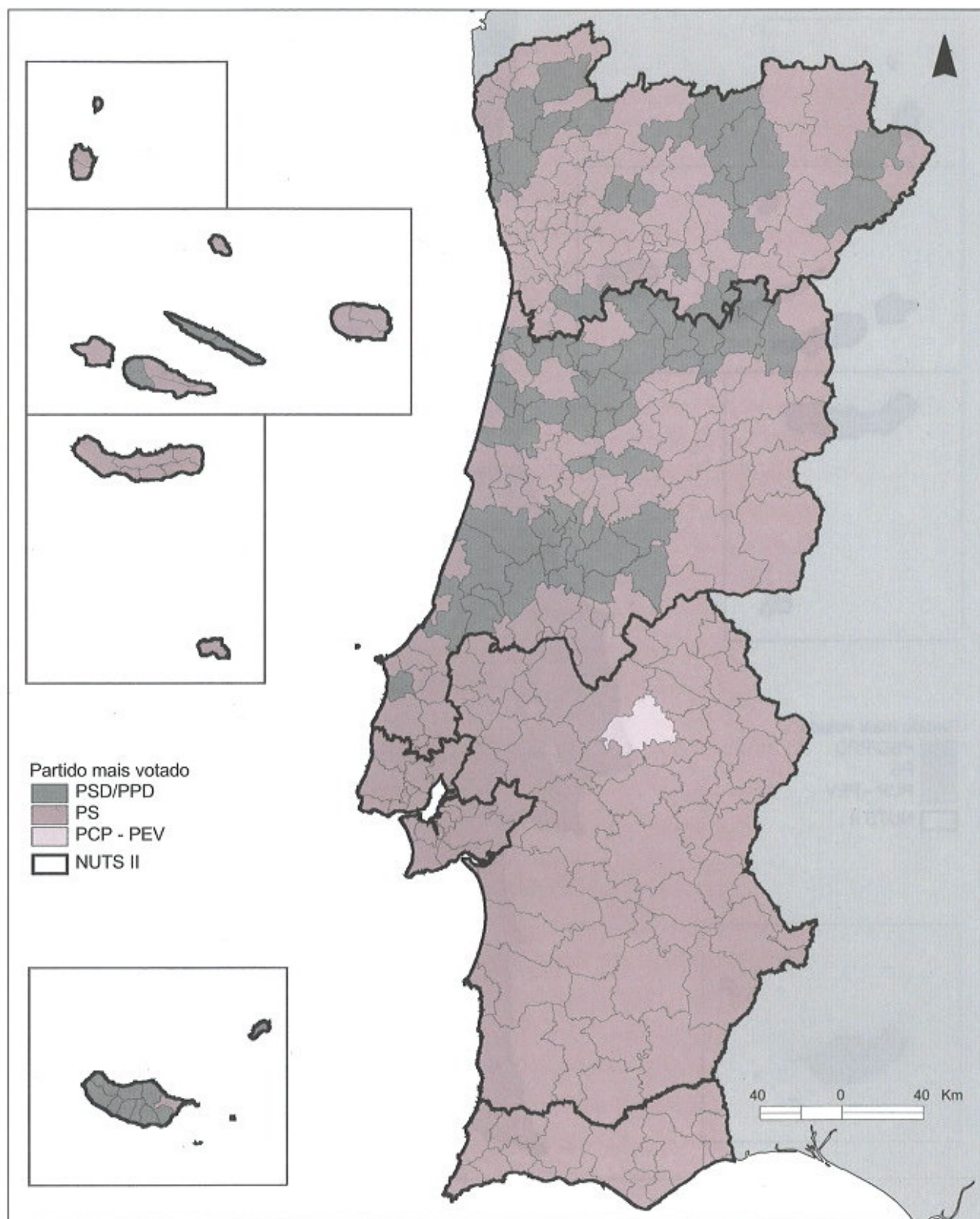


FIGURA IV.3.7 - PARTIDO/COLIGAÇÃO MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR CONCELHO, 2005



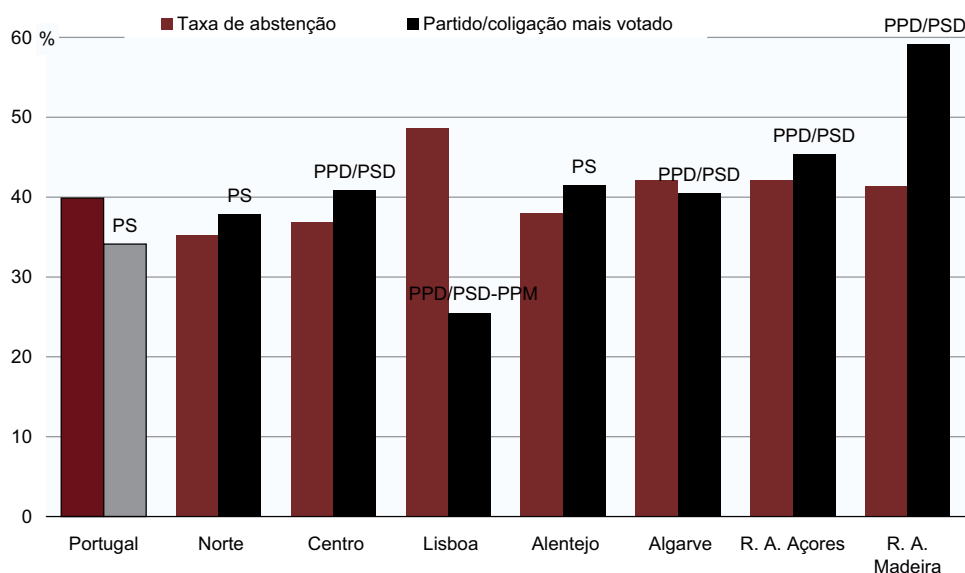
## FORTE DISPERSÃO DE VOTOS ENTRE OS PARTIDOS CONCORRENTES AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS NOS CONCELHOS E NAS REGIÕES

Os representantes dos cidadãos nos vários órgãos das Autarquias Locais (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia) a exercer funções até ao novo acto eleitoral, realizado a 9 de Outubro de 2005, foram eleitos a 16 de Dezembro de 2001.

A participação política manteve-se ao nível da registada nas eleições para as Autarquias Locais em actos anteriores e a rondar, para a média nacional, os 60%. Tal como em eleições autárquicas anteriores, a abstenção assumiu os maiores níveis em Lisboa e nas regiões autónomas. Neste tipo de eleições, em que se pretende que o eleitor escolha os membros para os vários órgãos autárquicos, a maior proximidade entre o eleitorado e o candidato a ser eleito poderá justificar os menores níveis de abstenção.

Verificou-se que a participação política, avaliada na óptica do partido ou coligação mais votado, apresentou níveis baixos, o que significa uma maior dispersão de votos entre os partidos concorrentes aos órgãos autárquicos tanto nos concelhos como em média nas várias regiões. A excepção centrou-se novamente na Madeira em que a hegemonia do partido PPD/PSD representou uma votação de quase 60%.

FIGURA IV.3.8 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2001

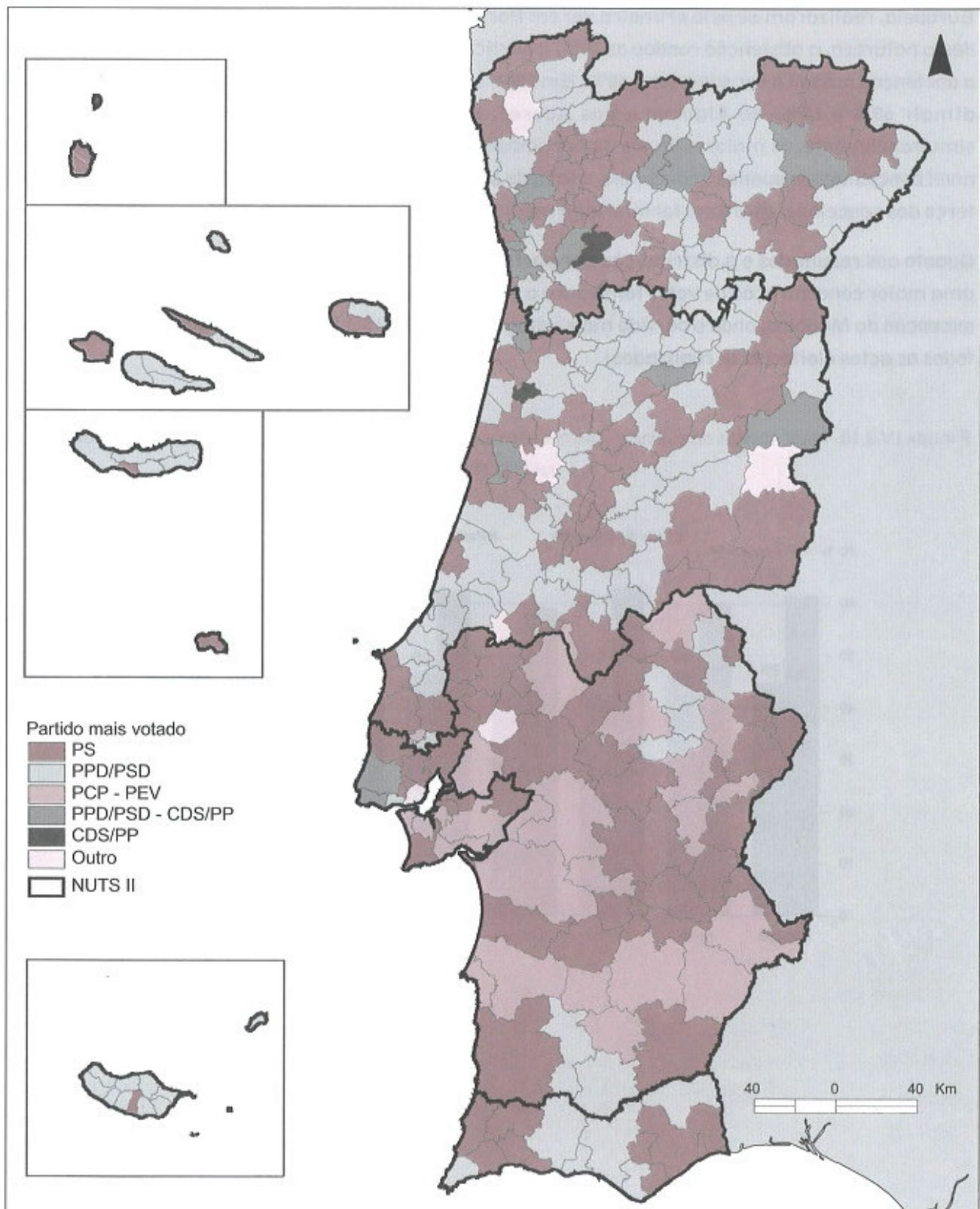


Em termos de resultados, também nas eleições para as autarquias locais foi evidente a forte representatividade dos dois principais partidos políticos em Portugal (PS e PPD/PSD). De facto, o PS foi o partido mais votado em 138 concelhos do país e o PPD/PSD foi o mais votado em 121 concelhos (e coligado com o CDS-PP venceu estes actos eleitorais em mais 14 concelhos).



A distribuição dos partidos políticos mais votados nas eleições para as Autarquias Locais evidenciou, mais uma vez, um certo padrão territorial. Enquanto o PS se distribuiu de forma mais ou menos homogénea no país, o mesmo não se observou no PPD/PSD e no PCP-PEV. A hegemonia do PPD/PSD foi mais concentrada nas regiões do Norte e Centro e nas regiões autónomas (sendo que, na Madeira, apenas no concelho de Câmara de Lobos não foi este partido político o mais votado) e a do PCP-PEV foi claramente notória na região do Alentejo.

FIGURA IV.3.9 - RESULTADOS NAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, POR CONCELHO, 2001

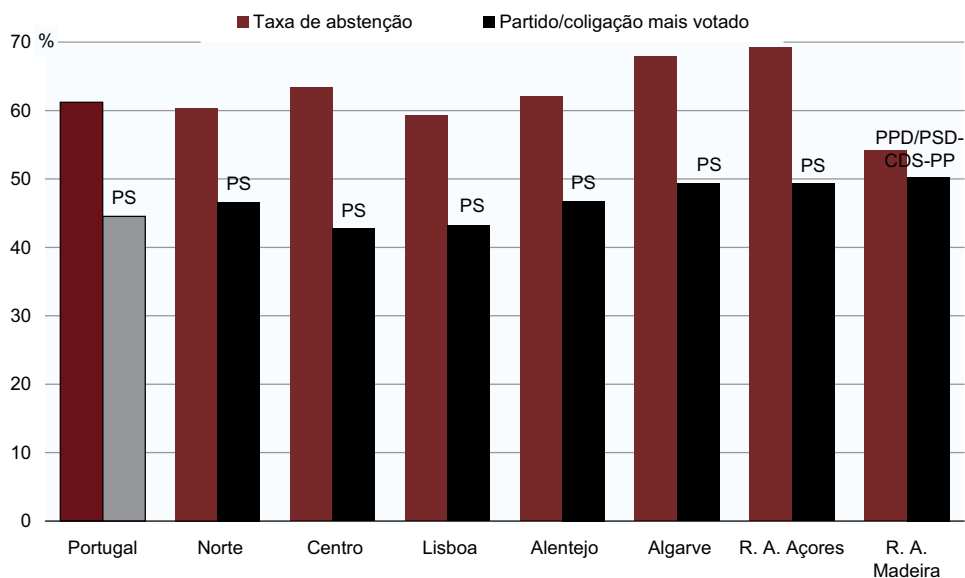


DOIS TERÇOS DOS CONCELHOS REGISTAM TAXAS DE ABSTENÇÃO SUPERIORES À MÉDIA NACIONAL

As eleições para o Parlamento Europeu, existentes desde a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, realizaram-se pela primeira vez em Portugal em 1987. Enquanto no primeiro acto eleitoral desta natureza, a abstenção rondou os 30%, a participação política foi diminuindo e nos últimos anos a abstenção passou a ser superior a 60%. Em 2004, a abstenção atingiu, em Portugal, 61% e chegou a atingir 68% e 69%, no Algarve e nos Açores, respectivamente. Estas regiões registaram, simultaneamente, os maiores níveis de participação no candidato vencedor deste acto eleitoral. Ao nível concelhio, em apenas 9 concelhos, a taxa de abstenção foi inferior a 50% e, em pouco mais de um terço dos concelhos, esta taxa foi inferior à média do país.

Quanto aos resultados e à distribuição por partidos políticos, verificou-se que foi o PS que observou uma maior concentração de votos tanto para a média nacional como para todas as regiões NUTS II à excepção da Madeira, onde o partido mais votado foi o PPD/PSD (o que se verificou nesta região em todos os actos eleitorais aí realizados).

FIGURA IV.3.10 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU, PORTUGAL E NUTS II, 2004





## SIGLAS E ABREVIATURAS

---





## SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
DL	Decreto-Lei
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FUE	Ficheiros de Unidades Estatísticas
e.g.	<i>exempli gratia</i> - por exemplo
Hab/km <sup>2</sup>	Habitantes por Quilómetro Quadrado
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IP	Itinerário Principal
IPC	Índice de Preços no Consumidor
GT	Arqueação Bruta
Ha	Hectare
Kg	Quilograma
kcal	Kilo calorias
km	Quilómetro
km <sup>2</sup>	Quilómetro Quadrado
kW/h	Quilowatt Hora
m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
m <sup>3</sup>	Metro Cúbico
nº	Número
NC	Nomenclatura Combinada
n.e.	Não Especificados
NUTS II	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível II
NUTS III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível III (utiliza-se o termo 'sub-região' como sinónimo deste nível das NUTS)
PCP-PEV	Partido Comunista Português - Partido Ecologista "Os Verdes"
PIB	Produto Interno Bruto
p.p.	Ponto percentual
PPD/PSD	Partido Social Democrata
PS	Partido Socialista
Rev.	Revisão
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
T	Tonelada
tep	Tonelada de Equivalente Petróleo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VLQPRD	Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada
VQPRD	Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada





## NOMENCLATURAS

---





## NOMENCLATURAS

### CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE - REV.2.1

**A Agricultura, produção animal, caça e silvicultura****B Pesca****C Indústrias extractivas****D Indústrias transformadoras**

- DA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
- 15 Indústrias alimentares e das bebidas
- 16 Indústria do tabaco
- DB Indústria têxtil
- 17 Fabricação de têxteis
- 18 Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo
- DC Indústria do couro e dos produtos do couro
- 19 Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado
- DD Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
- 20 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
- DE Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
- 21 Fabricação de pasta, de papel e de cartão e seus artigos
- 22 Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
- DF Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
- 23 Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear
- DG Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
- 24 Fabricação de produtos químicos
- DH Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
- 25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
- DI Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
- 26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
- DJ Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
- 27 Indústrias metalúrgicas de base
- 28 Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento
- DK Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
- 29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, N.E.
- DL Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
- 30 Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação
- 31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, N.E.
- 32 Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação
- 33 Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, e de precisão, de óptica e de relojoaria
- DM Fabricação de material de transporte
- 34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
- 35 Fabricação de outro material de transporte

DN Indústrias transformadoras, n.e.

36 Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, N.E.

37 Reciclagem

**E Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água**

40 Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente

41 Captação, tratamento e distribuição de água

**F Construção**

**G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico**

50 Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis para veículos

51 Comércio por grosso e agentes do comércio, excepto de veículos automóveis e de motociclos

52 Comércio a retalho (excepto de veículos automóveis, motociclos e combustíveis para veículos); reparação de bens pessoais e domésticos

**H Alojamento e restauração**

**I Transportes, armazenagem e comunicações**

60 Transportes terrestres; transportes por oleodutos e gasodutos

61 Transportes por água

62 Transportes aéreos

63 Actividades anexas e auxiliares dos transportes; agências de viagens e de turismo e de outras actividades de apoio turístico

64 Correios e telecomunicações

**J Actividades financeiras**

**K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas**

70 Actividades imobiliárias

71 Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos

72 Actividades informáticas e conexas

73 Investigação e desenvolvimento

74 Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas

**L Administração pública, defesa e segurança social**

**M Educação**

**N Saúde e acção social**

**O Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais**

90 Saneamento, limpeza pública e actividades similares

91 Actividades associativas diversas, N.E.

92 Actividades recreativas, culturais e desportivas

93 Outras actividades de serviços

**P Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio**

**Q Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais**

### AGRUPAMENTO A 3 RAMOS DE ACTIVIDADE (A3)

- 1 Secções A+ B - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura
- 2 Secções C+ D+ E+ F - Indústria, incluindo energia e construção
- 3 Secções G a P - Actividade de serviços

### AGRUPAMENTO A 6 RAMOS DE ACTIVIDADE (A6)

- 1 Secções A+ B - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura
- 2 Secções C+ D+ E - Indústria, incluindo energia
- 3 Secção F - Construção
- 4 Secções G+ H+ I - Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações
- 5 Secções J+ K - Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- 6 Secções L a P - Outras actividades de serviços

**NOMENCLATURA COMBINADA - NC**

Secção I	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal
Secção II	Produtos do Reino Vegetal
Secção III	Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais; Produtos da sua Dissociação; Gorduras Alimentares Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal
Secção IV	Produtos das Indústrias Alimentares; Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres; Tabaco e seus Sucedâneos Manufacturados
Secção V	Produtos Minerais
Secção VI	Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas
Secção VII	Plásticos e suas Obras; Borracha e suas Obras
Secção VIII	Peles, Couros, Peles com Pêlo e Obras Destas Matérias; ou Artigos de Correeiro ou de Seleiro; Artigos de Viagem, Bolsas e Artefactos Semelhantes; Obras de Tripa
Secção IX	Madeira, Carvão Vegetal e Obras De Madeira; Cortiça e suas Obras; Obras de Espartaria ou de Cestaria
Secção X	Pastas de Madeira ou de Outras Matérias Fibrosas Celulósicas; Desperdícios e Aparas de Papel ou de Cartão ; Papel e suas Obras
Secção XI	Matérias Têxteis e suas Obras
Secção XII	Calçado, Chapéus e Artefactos de Uso Semelhante, Guarda-Chuvas, Guarda-Sóis, Bengalas, Chicotes e suas Partes; Penas Preparadas e suas Obras; Flores Artificiais; Obras de Cabelo
Secção XIII	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica ou de Materiais Semelhantes; Produtos Cerâmicos; Vidro e suas Obras
Secção XIV	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas ou Semipreciosas e Semelhantes, Metais Preciosos, Metais Folheados ou Chapeados de Metais Preciosos e suas Obras; Bijuteria, Moedas
Secção XV	Metais Comuns e suas Obras
Secção XVI	Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, suas Partes e Acessórios
Secção XVII	Material de Transportes
Secção XVIII	Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia ou Cinematografia, Medida, Controlo ou de Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Artigos de Relojoaria; Instrumentos Musicais; suas Partes e Acessórios
Secção XIX	Armas e Munições; suas Partes e Acessórios
Secção XX	Mercadorias e Produtos Diversos
Secção XXI	Objectos de Arte, de Colecção ou Antiguidades

## CLASSIFICAÇÃO POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS - CGCE

- 1 Produtos alimentares e bebidas
- 2 Fornecimentos industriais não especificados noutras categorias
- 3 Combustíveis e lubrificantes
- 4 Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios
- 5 Material de transporte e acessórios
- 6 Bens de consumo não especificados noutras categorias
- 7 Bens não especificados noutras categorias

## CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – OCDE (DE ACORDO COM OS GRUPOS/CLASSES DA CAE REV. 2.1)

- 30.01 Fabricação de máquinas de escritório;
- 30.02 Fabricação de computadores e de outro equipamento informático;
- 31.03 Fabricação de fios e cabos isolados;
- 32.10 Fabricação de componentes electrónicos;
- 32.20 Fabricação de aparelhos emissores de rádio e de televisão e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios;
- 32.30 Fabricação de aparelhos receptores e material de rádio e de televisão, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado;
- 33.20 Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais);
- 33.30 Fabricação de equipamento de controlo de processos industriais;
- 51.43 Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão;
- 51.84 Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos;
- 51.85 Comércio por grosso de outras máquinas e material de escritório;
- 51.86 Comércio por grosso de outros componentes e equipamentos electrónicos;
- 51.87 Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação;
- 64.20 Telecomunicações;
- 71.33 Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores);
- 72.10 Consultoria em equipamento informático;
- 72.21 Edição de programas informáticos;
- 72.22 Outras actividades de consultoria em programação informática;
- 72.30 Processamento de dados;
- 72.40 Actividades de banco de dados;
- 72.50 Manutenção e reparação de máquinas de escritório, de contabilidade e de material informático;
- 72.60 Outras actividades conexas à informática.

**CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA – OCDE (DE ACORDO COM AS DIVISÕES/GRUPOS CAE REV. 2.1)**

- 24 Fabricação de produtos químicos;
- 29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.;
- 30 Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação;
- 31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.;
- 32 Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação;
- 33 Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria;
- 34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques;
- 35.20 Fabricação e reparação de material circulante para caminhos de ferro;
- 35.30 Fabricação de aeronaves e de veículos espaciais;
- 35.40 Fabricação de motociclos e bicicletas;
- 35.50 Fabricação de outro material de transporte, n.e..

**CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO – OCDE (DE ACORDO COM AS DIVISÕES DA CAE REV. 2.1)**

- 61 Transportes por água;
- 62 Transportes aéreos;
- 64 Correios e telecomunicações;
- 65 Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões;
- 66 Seguros, fundos de pensões e outras actividades complementares de segurança social;
- 67 Actividades auxiliares de intermediação financeira;
- 70 Actividades imobiliárias;
- 71 Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos;
- 72 Actividades informáticas e conexas;
- 73 Investigação e desenvolvimento;
- 74 Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas;
- 80 Educação;
- 85 Saúde e acção social;
- 92 Actividades recreativas, culturais e desportivas.

## CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - CNP 1994

- 0 Forças Armadas
- 1 Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa
- 2 Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- 3 Técnicos e profissionais de nível intermédio
- 4 Pessoal administrativo e similares
- 5 Pessoal dos serviços e vendedores
- 6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
- 7 Operários, artífices e trabalhadores similares
- 8 Operadores de instalações e m quinas e trabalhadores da montagem
- 9 Trabalhadores não qualificados

## CLASSES DE DESPESAS DOS IPC - CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO

- 01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 Bebidas alcoólicas e tabaco
- 03 Vestuário e calçado
- 04 Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 Acessórios, equipamento doméstico e manutenção. corrente da habitação
- 06 Saúde
- 07 Transportes
- 08 Comunicações
- 09 Lazer, recreação e cultura
- 10 Educação
- 11 Restaurantes e hotéis
- 12 Bens e serviços diversos





## UNIDADES TERRITORIAIS





FIGURA I NOMENCLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - NÍVEL II

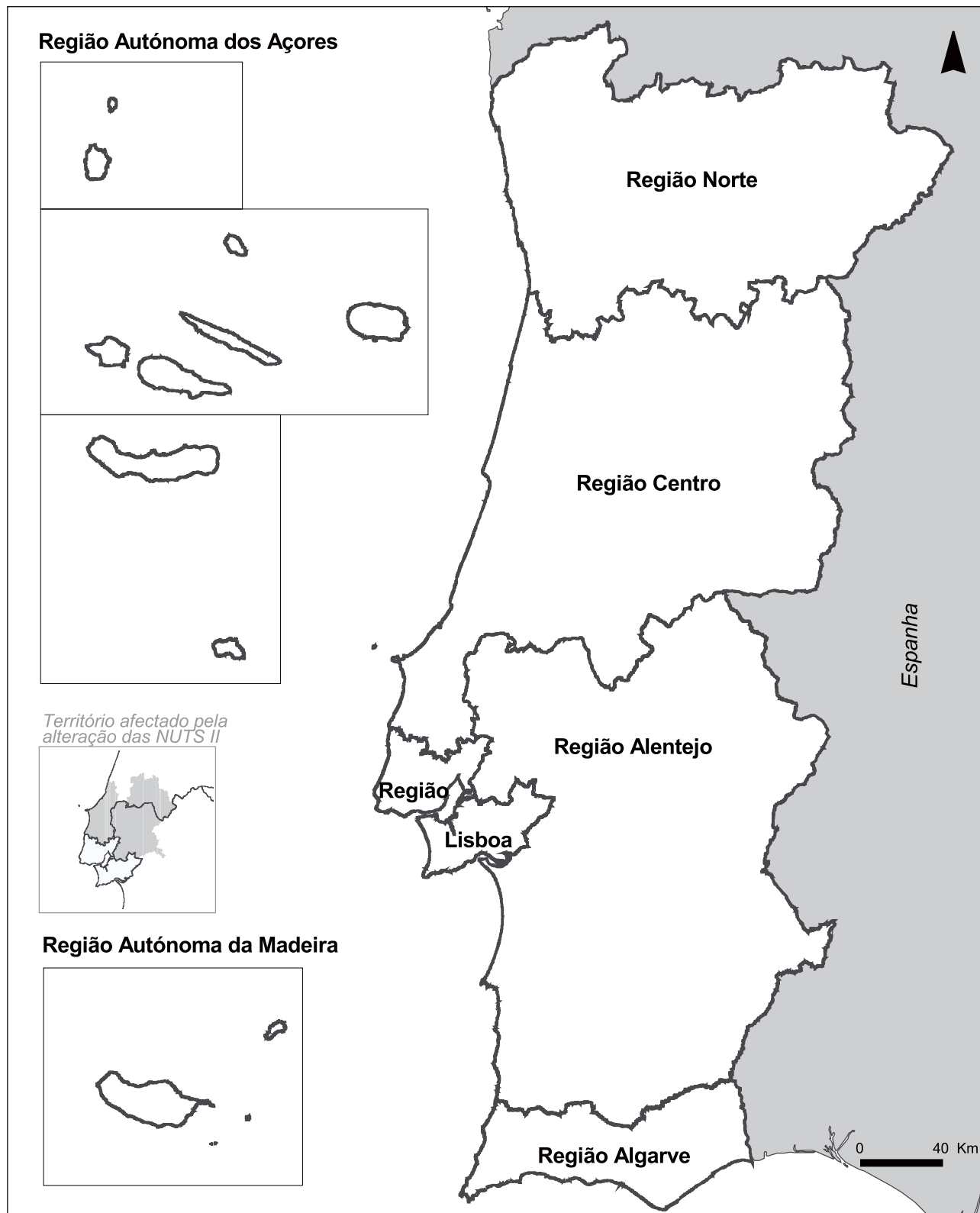








FIGURA V CONCELHOS DA REGIÃO DE LISBOA

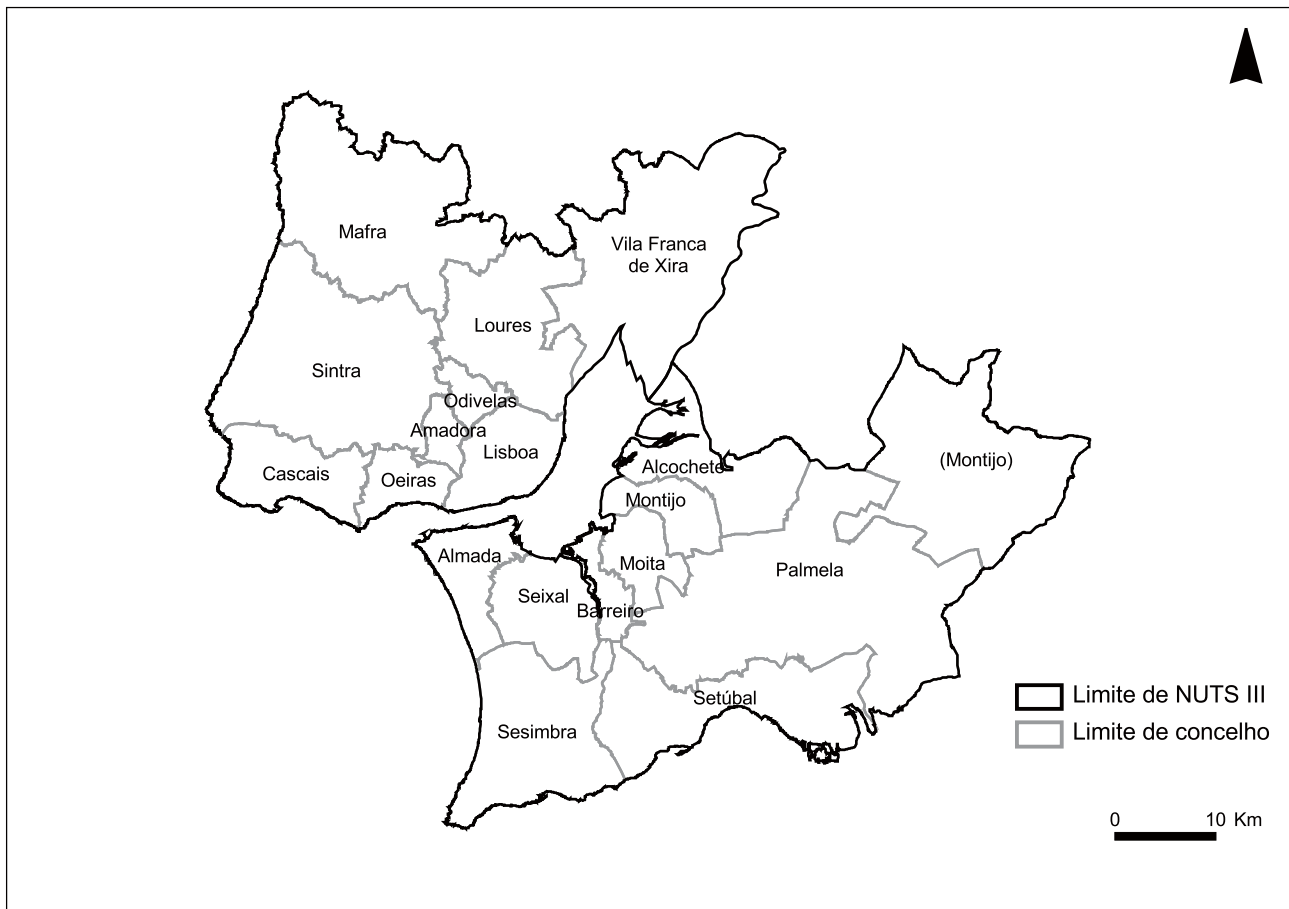




FIGURA VII CONCELHOS DA REGIÃO DO ALGARVE

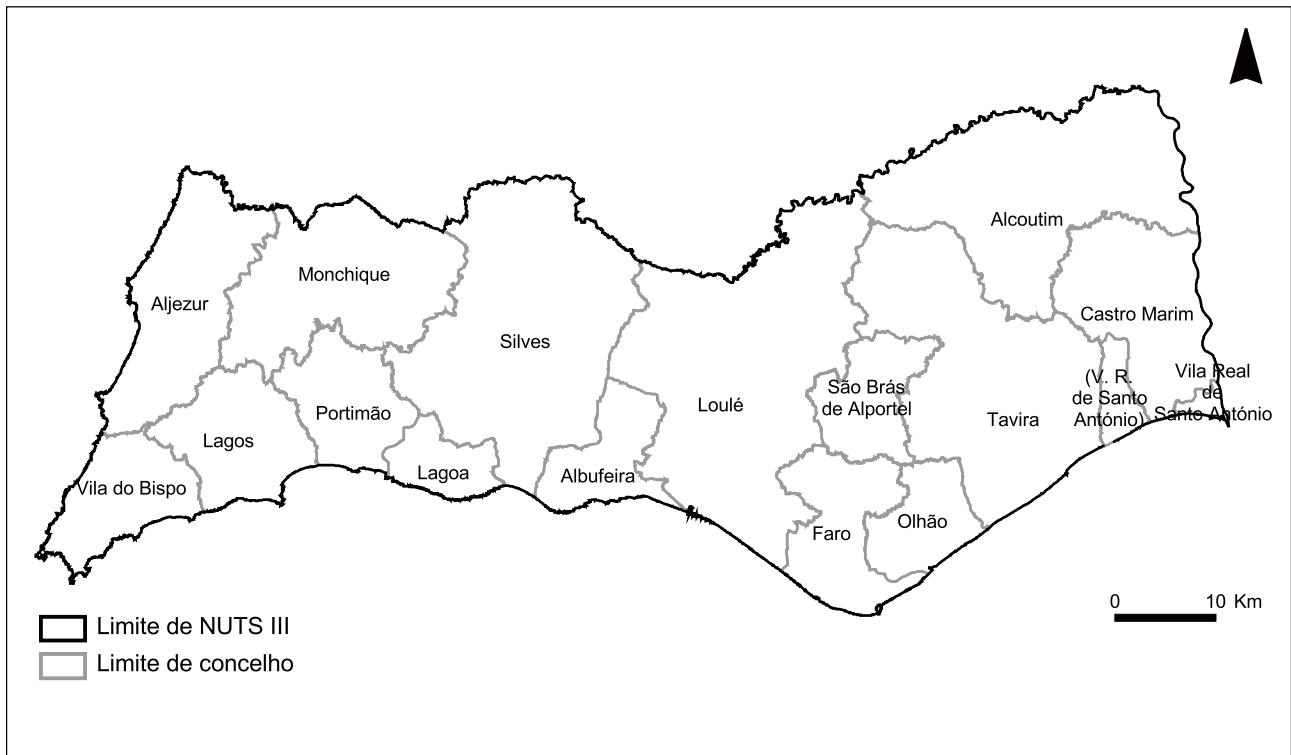


FIGURA VIII CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

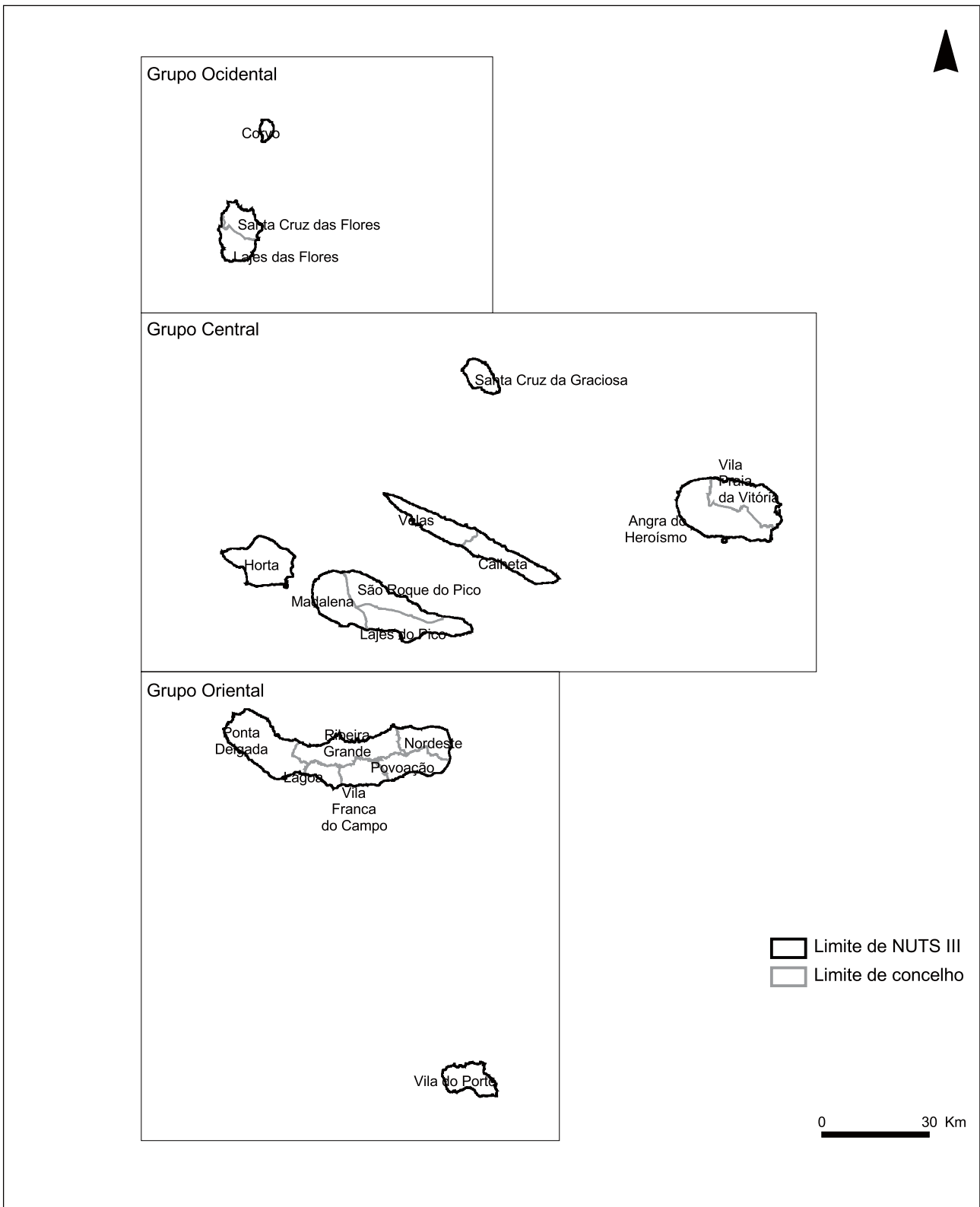
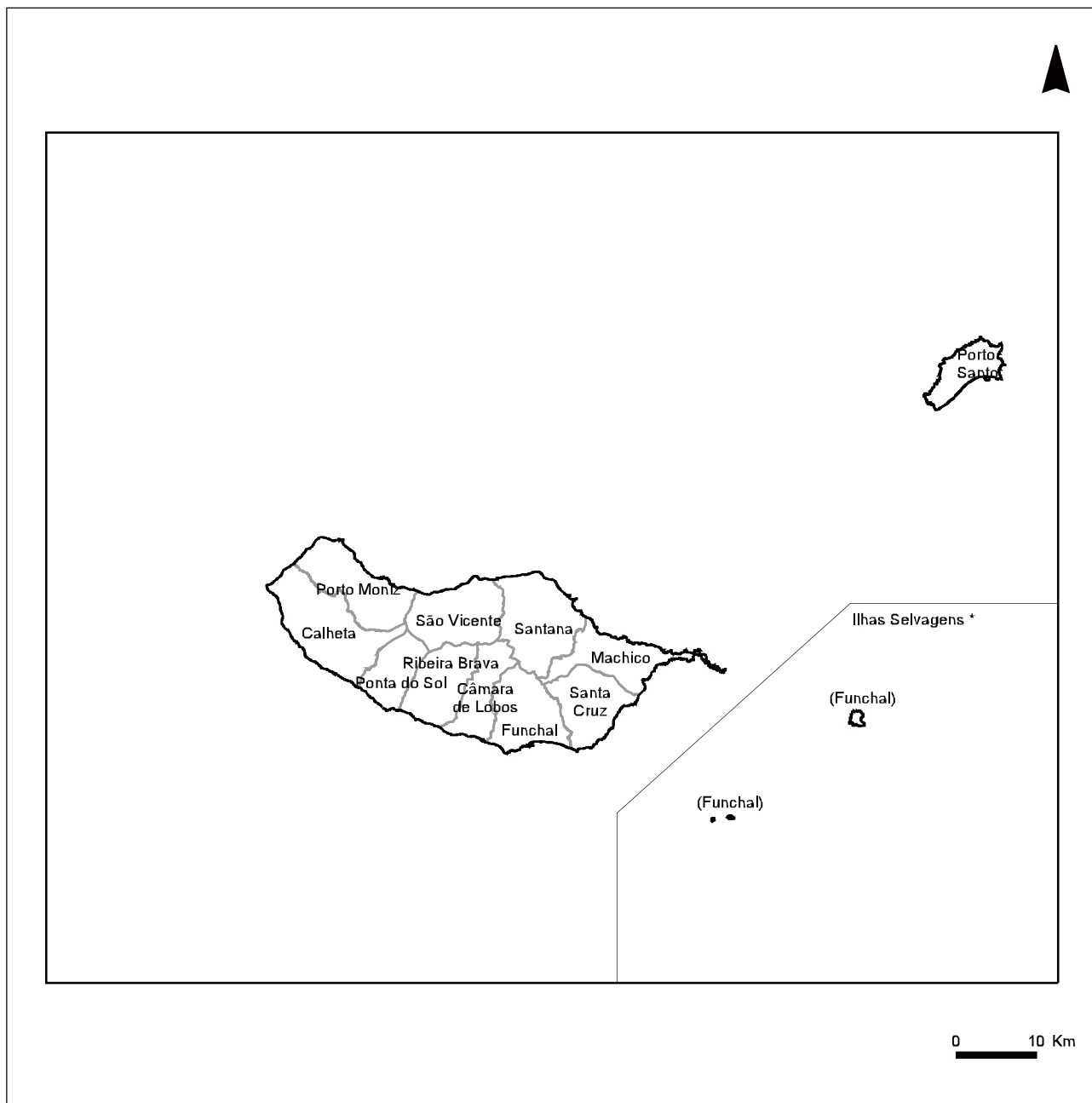


FIGURA IX CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



\* As Ilhas Selvagens pertencem ao concelho do Funchal e encontram-se a cerca de 280 km da Ilha da Madeira. Nos mapas temáticos apresentados nesta publicação optou-se por não colocar a linha de separação entre estas ilhas e as ilhas da Madeira e de Porto Santo, apesar das primeiras não estarem representadas na sua correcta posição geográfica.

**FIGURA X REGIÕES AGRÁRIAS**

